

Latinidade

Revista do Núcleo de Estudos das Américas

Volume 5 • Número 1 • Janeiro - Junho 2013

Latinidade - Janeiro-Junho - 2013



DÔSSIE
NEOLIBERALISMO E CULTURA POLITICA

RESENHA
A CONQUISTA DA AMÉRICA EM TZVETAN TODOROV - NOTAS PARA REFLEXÃO

ISSN 1983-5086

Latinidade

Revista do Núcleo de Estudos das Américas

Volume 5 • Número 1 • Janeiro-Junho 2013



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Reitor

Ricardo Veiralves de Castro

Vice-reitor

Paulo Roberto Volpato Dias

Sub-reitora de Graduação – SR1

Lená Medeiros de Menezes

Sub-reitora de Pós-graduação e Pesquisa – SR2

Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron

Sub-reitora de Extensão e Cultura – SR3

Regina Lúcia Monteiro Henriques

Centro de Ciências Sociais - CCS

Diretor

Léo da Rocha Ferreira

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH

Diretora

Dirce Eleonora Nigro Solis

Faculdade de Direito

Diretor

Carlos Eduardo Guerra de Moraes

Núcleo de Estudos das Américas - NUCLEAS

Coordenadores

Maria Teresa Toribio B. Lemos

Alexis T. Dantas

Paulo Roberto Gomes Seda

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ/REDE SIRIUS/CCS/A

L357 Latinidade. - Janeiro-Junho (2013) - . - Rio de Janeiro : UERJ. IFCH. Nucleas, 2009 - .
v. : il.
212p.
Semestral.
Inclui bibliografia.
ISSN 1983-5086

1. América Latina - Periódicos. 2. Ciências sociais - Periódicos. I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Núcleo de Estudos das Américas.

CDU 3(05)



Linha Editorial

A Revista *Latinidade* se norteia para os estudos das sociedades americanas, priorizando as linhas de pesquisa política e cultura, política e sociedade e economia e relações internacionais. Entende que os estudos sobre cultura política atendem aos Gts do Núcleo de Estudos das Américas/Nucleas e dos latinoamericanistas do país e do exterior.

A Revista *Latinidade* é assessorada por parecerista, professores da UERJ e colaboradores de outras universidades do estado do Rio de Janeiro e do país, como professores da USS, UFRJ, UNIRIO, UFSM entre outras instituições de ensino superior. Destacam-se entre os parecerista os professores Helenice Sardenberg (Univ. Maria Thereza/Niterói), Eduardo Parga(UGF), Nilson Moraes (UNIRIO), Luiz Carlos Borges (MAST), Sul Brasil Pinto Rodrigues (UFRJ), Andre Luis Toribio Dantas (UERJ/FAETEC), entre outros professores. Também devem constar nos artigos entregues para publicação as datas de recebimento e aprovação dos textos.

Os volumes da Revista *Latinidade* publicados a partir de 2012 apresentam alterações em sua estrutura. Foram acrescentados à publicação: dossiê, resenha, comunicações e estudos de caso, além do Sistema de Editoração Eletrônica.



Editor Responsável:

Maria Teresa Toribio Brittes Lemos

Conselho Editorial:

Alexis T.Dantas –UERJ
 Carlos Juárez Centeno-Universidad Nacional de Córdoba/AR
 Dejan Mihailovic –TEC/Monterrey/México
 Katarzyna Dembicz – CESLA/Universidad de Varsóvia/Polonia
 Lená Medeiros de Menezes-UERJ
 Maria Luzia Landim-UESB/Jequié
 Mauricio Mota-UERJ
 Nilson Alves de Moraes-UNIRIO
 Tatyana de A. Maia-USS
 Zdzislaw Malczewskis-Scr. – Paraná

Conselho Consultivo:

Raimundo Lopes Matos – UESB/Jequié
 Paulo Roberto Gomes Seda – UERJ

Andre Luis Toribio Dantas – UERJ/FAETEC

Eduardo Antonio Parga – UGF
 Fernando Rodrigues - USS
 Alexandre Dumans – UCAM
 Maria Medianeira Padoin – UFSM
 Marianna Abramova – Academia Financeira /Governo de Moscou/UR
 Sergey V. Ryazantsev, Institute Socio-Politic Research RAS, Moscou
 Adalberto Santana – UNAM/ME
 Irina Vershinina – Academia Financeira /Governo de Moscou/UR
 Henrique Shaw – Universidad Nacional de Córdoba/AR

Programação Visual:

Ramon Moraes

Revisão:

A revisão dos textos é de responsabilidade dos autores.



Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
 Beneficiário de auxílio financeiro da CAPES – Brasil. Programa de Apoio a Projetos Institucionais com a Participação de Recém-Doutores (PRODOC)



Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Sumário

Apresentação	7
DOSSIÊ:	
Neoliberalismo e Cultura Política	9
<i>Héctor M. Cruz Feliciano</i>	
RESENHA:	
A Conquista da América em Tzvetan Todorov - notas para reflexão	27
<i>Thiago Bastos de Souza</i>	
La dinámica internacional del turismo desde un enfoque de cadenas globales de mercancías	35
<i>Alvaro Martín Parada Gómez, Manuel Chaves Núñez, Jorge Andrey Valenciano Salazar, Luisiana Porras Alvarado</i>	
Pornografia: Construção Simbólica ou Desejos Implícitos	61
<i>Basilon Azevedo de Carvalho</i>	
A Descolonização no Continente Africano	71
<i>Edna Maria dos Santos</i>	
Comunicação da sensibilidade: estilos de vida e sociabilidade em meio ao fragmento cultural	83
<i>Eduardo Bianchi</i>	
Impactos adversos da política econômica no desenvolvimento da agricultura brasileira	93
<i>Gervásio Castro de Rezende, Léo da Rocha Ferreira, Ana Cecília Kreter</i>	
Transformações das cidades, a cultura como motor: memórias de um Projeto	125
<i>Idemburgo Frazão</i>	

As representações da fé e da religião no contexto hospitalar - Saúde - Fé e Religião	135
<i>Luíza Pereira Sardenberg, Helenice Pereira Sardenberg</i>	
Bolivian Immigration in Rio de Janeiro and São Paulo	169
<i>Maria Teresa Toríbio Brites Lemos e Alexis Toríbio Dantas</i>	
Percepções de alunos do curso de direito sobre Os Direitos Humanos	173
<i>Marta Sorvi dos Santos ,David Mendes dos Santos ,Carolina Giraldez Pessoa</i>	
El desarrollo sostenible: estrategia de la globalización neoliberal para la comercialización de los recursos naturales de América Latina	187
<i>Oscar Barboza Lizano</i>	
Os rios profundos de José María Arguedas: o resgate pela memória da cidade imperial dos incas	201
<i>Vera Lucia Teixeira Kaus</i>	
Normas Editoriais	211

Apresentação

A Revista *Latinidade* referente ao primeiro semestre de 2013 (v.5nº1) reúne, além de artigos e estudos de pesquisadores latinoamericanistas, o dossiê *Neoliberalismo e Cultura Política* de autoria do pesquisador porto-riquenho Hector M. Cruz Feliciano e a resenha do livro *A Conquista da América: A questão do Outro* de Tzvetan Todorov por Thiago Bastos de Souza.

O Dossiê problematiza a sociedade como equivalente ao mercado onde a lógica neoliberal diminui a importância de cultivar valores associados à cultura política democrática. Feliciano afirma que a promoção dos valores de mercado nos países pobres pode restringir a aquisição e/ou desenvolvimento de valores como a participação, a solidariedade e a confiança. O autor conclui o Dossiê afirmando que a transmissão de valores neoliberais pode ameaçar o desenvolvimento da democracia.

A resenha da obra de Todorov sobre *A Conquista da América: a Questão do Outro* contribui com mais um estudo sobre o processo de colonização e os confrontos de imaginários na saga da conquista. Thiago B. de Souza aponta questões relevantes como *Encontro de Culturas e Alteridade* que apresentam significativa relevância teórica e conceitual para se pensar os contornos e os percalços do processo de conquista e colonização espanhola na região central do México e no Novo Mundo.

Os artigos publicados expressam opiniões de autores brasileiros, argentinos, mexicanos, costa-ricenses, poloneses e russos sobre a cultura e as formas de pensar a América Latina. A Revista *Latinidade* expõe, assim, diversas visões de mundo que permitem conhecer melhor o continente do ponto latinoamericanista. Dessa forma, as alteridades se cruzam, se integram e interagem numa perspectiva pluricultural que caracterizam a cultura e a sociedade latinoamericana.

Maria Teresa Toribio Brittes Lemos



Dôssie

Neoliberalismo e Cultura Política

Héctor M. Cruz Feliciano

RESUMO:

Ao retratar a sociedade como equivalente ao mercado, a lógica neoliberal diminui a importância de cultivar valores associados à cultura política democrática. Neste trabalho se afirma que a promoção dos valores de mercado nos países pobres pode restringir a aquisição e/ou desenvolvimento de valores como a participação, a solidariedade e a confiança, concluindo que a transmissão de valores neoliberais pode ameaçar o desenvolvimento da democracia. Palavras chave: neoliberalismo, democracia, cultura política.

A ideologia neoliberal é baseada na realização de eficiência econômica por meio da busca do auto-interesse. Na medida em que cada pessoa fica livre para maximizar seus ganhos, sem interferência do governo, aumenta a capacidade produtiva e a liberdade individual torna-se maior, abrindo o caminho para a liberdade política e prosperidade econômica. No entanto, ao retratar a sociedade como equivalente ao mercado, a lógica neoliberal minimiza a importância de fomentar uma série de valores que são elementos vitais de uma cultura política democrática e ingredientes necessários para o desenvolvimento do capital social. Neste trabalho se afirma que a promoção vigorosa dos valores de mercado nos países pobres pode restringir a aquisição e/ou desenvolvimento de valores como a participação, a solidariedade e a confiança, concluindo que a transmissão de valores neoliberais em contextos de recursos escassos pode representar uma ameaça para o desenvolvimento das democracias.

O PAPEL DOS VALORES NO PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO:

Os valores são elementos cognitivos que ajudam os indivíduos na distinção entre certo e errado e o bom do ruim, servindo como referentes às ações que exigem um juízo normativo.

Se alguém se coloca a oportunidade de roubar sem ser descoberto, por exemplo, essa pessoa é susceptível de recorrer a seus valores religiosos/normativos, antes de tomar uma decisão. Ao fazê-lo, o indivíduo tende a pesar a utilidade econômica de sua ação contra sua utilidade moral, e, dependendo do resultado de tal cálculo, ele ou ela vai decidir no sentido de um curso de ação.

Os valores que as pessoas invocam a pesar decisões pessoais e agir são adquiridos através da socialização. O processo engloba uma variedade de experiências em que um indivíduo interage com uma série de agentes, tornando-se exposto a suas crenças e ideias. Essa interação proporciona aos indivíduos com sugestões sobre as características culturalmente aceitáveis (e inaceitáveis) de relações sociais, dando-lhes um plano sobre o qual construir e/ou modificar o seu próprio sistema de valores. Na medida em que estes valores referem-se a instituições, procedimentos e/ou caracteres dentro do campo da política, o processo é referido como socialização política.

Os agentes que influenciam a socialização podem ser agrupados em várias categorias. Entre elas estão: família, escola, instituições religiosas, grupos de pares, ocupação, classe e status, mídia, partidos políticos, e contato direto com as estruturas governamentais (Almond e Powell 1996, 42-47). Todos eles têm o potencial de criar e moldar os múltiplos papéis que os indivíduos desempenham na sociedade, condicionando assim a sua disposição para assimilar os valores e atitudes cívicas.

De acordo com Richard Dawson e Kenneth Prewitt (1969), a socialização política pode ocorrer direta ou indiretamente. Socialização política direta é aquela em que há uma intenção explícita de transmitir valores políticos, como quando as crianças são instruídas a cantar o hino nacional ou saudar a bandeira. Orientações políticas adquiridas através deste processo de aprendizagem são mais propensas a ser associadas com patriotismo, identificação partidária, ou a emitir posições. A socialização política indireta, por outro lado, é responsável pela transmissão de valores políticos, sem ter a intenção de fazê-lo. Este tipo de socialização é associado com as orientações políticas relativas às relações de autoridade e de participação. Um exemplo seria os sinais que uma criança recebe ao escutar seus pais comentarem sobre as declarações de um político no noticiário da noite. Embora a intenção dos pais podem não ser a de expor a criança a um conjunto particular de valores políticos, a criança absorve o conteúdo da conversa, que por sua vez pode contribuir para forjar sua própria estrutura de valor.

Através de meios diretos e indiretos, os agentes de socialização reproduzem os traços cívicos e não cívicos da sociedade em suas próprias estruturas internas. Na medida em que os indivíduos utilizam a transmissão de ideias desses agentes como pistas para guiar suas ações, eles também se tornam expostos aos traços predominantes da sociedade, que por sua vez refletem e reproduzem seu comportamento social. Ao nível agregado esta dinâmica contribui para moldar a perspectiva de uma sociedade na política e no governo, produzindo um tipo particular de cultura política que poderia ser mais ou menos favorável a democracia.

Há um consenso entre os cientistas políticos sobre os valores e as normas que devem caracterizar um regime democrático. Algumas delas são: a tolerância, a moderação, a cooperação, a vontade de comprometer (acomodação), e o respeito por pontos de vista diferentes (Diamond 1999, 165, 242). Na medida em que as normas e os valores cívicos tornam-se equilibrados contra aqueles que fundamentam as características culturais tradicionais de uma sociedade, aumenta o potencial de desenvolver cultura política democrática (Almond e Verba 1963, 30).

VALORES ECONÔMICOS E DEMOCRACIA:

Sendo que o ambiente socioeconômico desempenha um papel importante na formação de valores (Inglehart 1988), as configurações de atitude devem variar de acordo com o contexto socioeconômico. O filho de uma família da classe trabalhadora, por exemplo, que é nascido e criado em um país socialista e os benefícios de um sistema com uma forte ênfase na redistribuição, é provável que tenha um conjunto de valores afim ao sistema econômico (não necessariamente político) em que foi criado. Isso não significa que essa pessoa vai crescer para se tornar um membro do partido socialista, mas sim que o princípio da equidade provavelmente figurara como uma característica proeminente de seu próprio quadro de valor.

Valores econômicos podem, assim, ser definidos como premissas normativas sobre as quais uma filosofia econômica baseia a sua linha de raciocínio. Apesar de que “não existe um conjunto fixo de valores econômicos que definam exaustivamente uma cultura de livre mercado”, Robert Rohrschneider (1996, par 3) observa que há consenso entre os estudiosos a respeito de alguns dos seus componentes essenciais: 1) o direito de possuir propriedade privada, 2) o direito de maximização do lucro, 3) a premissa de que o princípio da realização deve reger a distribuição de renda, 4) a

maior eficiência dos mercados livres, e 4) a premissa de que a desigualdade de renda é a locomotiva para as atividades económicas (81).

Enquanto os mercados livres ao redor do mundo compartilham essas crenças, até certo ponto, suas diversas interpretações e/ou aplicações deram lugar a várias formas de capitalismo. A Grande Depressão da década de 1930, por exemplo, fez com que os EUA e outros países mudassem de um regime económico laissez-faire para outro altamente regulamentado que enfatizou o ativismo estatal como um meio de reativação económica e eventual estabilidade. Assim, o modelo económico keynesiano, que enfatizou a alocação de dinheiro do estado nas mãos das pessoas para estimular a economia, deu lugar a uma nova forma de capitalismo que se tornou base para o bem-estar social moderno.

O esgotamento do modelo keynesiano após seu boom na década de 1930 ea crise económica da década de 1970, estabeleceu as condições necessárias para uma mudança da política económica no mundo ocidental. Assim, veio à adoção do modelo neoliberal, o que implica a revitalização dos princípios liberais clássicos consagrados em três conjuntos de prescrições comumente referidos como o “Consenso de Washington”. As receitas, caracterizadas por um forte preconceito contra o papel económico do Estado, defendeu: 1) estabilidade macroeconómica; 2) liberalização (redução de barreiras tarifárias e desregulamentação do mercado), e, 3) a privatização de empresas estatais como “as chaves para o sucesso nos países em desenvolvimento” (Stiglitz, 2000, 13).

OS VALORES NEOLIBERAIS...

Mesmo que a maioria dos pensadores neoliberais rejeitasse ser classificados deste modo, dado que consideram sua leitura como genuína do neoliberalismo clássico, sua interpretação do liberalismo, os qualifica como membros de um grupo distinto.

Surgidos em resposta às práticas políticas e económicas da sociedade feudal europeia, os liberais clássicos avançaram uma série de ideias radicais que devem ser compreendidas no contexto de um ambiente altamente repressivo e corrupto. Ao defender o livre fluxo de relações de mercado, em oposição às práticas mercantilistas existentes, os liberais clássicos não foram esquecidos dos efeitos sociais potencialmente perturbadores do capitalismo irrestrito. Chamando a atenção para as múltiplas revisões feitas por Adam Smith da sua Teoria dos Sentimentos Morais, Louis Haddad

(1996) afirma que essas revisões obedeceram ao fato de que o pai do liberalismo “se tornou cada vez mais desconfiado sobre a possibilidade do *laissez-faire*, na ausência de participantes prudentes e éticos que atuem de acordo com os ditames de sua consciência”:

“...segundo ele, se tornou cada vez mais preocupado com os efeitos degradantes da divisão do trabalho ea possibilidade de desintegração moral sob um sistema desenfreado de atividades comerciais procuradoras de renda, virou-se gradualmente para o lado visível, para os políticos e estadistas. Ele esperava que eles desempenhassem um papel especial de liderança moral, para intervir na economia e corrigir insuficiências individuais e do mercado, e incentivar o desenvolvimento de sentimentos morais através da educação e de outros meios “(72).

Assim, para Haddad, liberais como Smith não concebiam o Estado como fonte das relações econômicas, como no mercantilismo, mas acredita que o Estado deve preocupar-se com o estabelecimento de políticas que promovem e protegem o desenvolvimento paralelo de estruturas sociais e econômicas. Políticas voltadas para manutenção e desenvolvimento do bem-estar social não só foram vista como desejáveis, mas sim necessárias para o crescimento sustentado do mercado e dos seus mecanismos de funcionamento.

A ideologia neoliberal, por outro lado, tem uma dimensão normativa que a diferencia do liberalismo clássico. A noção de que o Estado é para ser visto sempre como uma fonte de perturbação, implica a exaltação do individualismo absoluto, a competição desenfreada e a maximização de lucros como fontes de crescimento econômico e bem-estar social. Segundo esta perspectiva, há pouco que o Estado pode fazer para alcançar o bem-estar social, que não possaser alcançado por meio da concorrência regulada pelo mercado. Reconhecendo a prevalência dessa ideia neoliberal nos círculos de formulação de políticas, e sua influência na sua formulação do Consenso de Washington, John Williamson (1993) admite:

“deliberadamente excluí da lista de tudo o que foi principalmente redistributivo, ao contrário de ter consequências justas como um subproduto da busca de objetivos de eficiência, porque senti a Washington da década de 1980 como uma cidade que foi, essencialmente, desdenhosa das preocupações de equidade (1329).”

Assim, para os neoliberais o bem-estar social deve ser concebido como um subproduto natural do fluxo irrestrito das forças de mercado. Conse-

quentemente, argumenta-se, que todos os esforços devem ser orientados para a busca da eficiência econômica através da maximização do lucro, mesmo quando isso pode às vezes causar perturbações de curto prazo no âmbito social. No relato neoliberal, esta crise social temporária é parte de um processo de adaptação a um novo sistema de relações econômicas que acabará por trazer benefícios para todos.

A partir dessa perspectiva concluímos que pelo menos cinco valores distintos podem ser identificados como elementos centrais do neoliberalismo. Estes são: 1) o individualismo, 2) a concorrência desenfreada, 3) a crença em um papel minimalista para o governo, 4) a crença na maximização do lucro pessoal como a principal fonte de progresso, e 5) a superioridade dos princípios de mercado para conduzir a maioria dos problemas políticos e econômicos.

Estes valores econômicos dão ao neoliberalismo todos os atributos necessários para se qualificar como uma ideologia distinta, definida como “um conjunto bastante coerente e abrangente de ideias que explica e avalia as condições sociais, ajuda as pessoas a entender o seu lugar na sociedade, e oferece um programa de ação social e política. Uma ideologia, em outras palavras, executa quatro funções para as pessoas que a possuem: 1) explicativa, 2) avaliativa, 3) de orientação, e 4) funções programáticas” (Ball and Dagger 1991, 8).

Para o neoliberalismo, explicações sobre a maioria das situações socioeconômicas e políticas podem ser encontradas no grau de envolvimento do Estado. Da mesma forma, a ideologia neoliberal avalia o saldo positivo ou negativo de qualquer situação empregando o critério de quanto o Estado interveio. A função de orientação do neoliberalismo é voltada para dar aos indivíduos uma identidade como membros de uma sociedade de mercado e, finalmente, a sua função programática prescreve uma agenda *laissezfaire*, em sua forma absoluta. O esforço individual e a responsabilidade, num contexto de livre concorrência são considerados como a chave para o sucesso.

... E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A DEMOCRACIA

Os valores de mercado têm sido associados com a democracia liberal. A concorrência, por exemplo, é descrita por Robert Dahl (1971) como um dos atributos básicos de poliarquia, uma vez que constitui a característica definidora de um processo eleitoral que pretende ser democrático. A efi-

ciência, por outro lado, tem sido mostrada para agir como uma força motriz por trás do comportamento de governos democráticos que agem de acordo com os cálculos de custo-benefício, a fim de maximizar o apoio político (Downs 1957). Finalmente, Larry Diamond (1999) observa que a maioria dos teóricos vê o individualismo como uma força positiva que enfatiza os desejos e necessidades dos indivíduos, favorecendo a sua disposição para a contestação da autoridade política.

O que torna estes valores nitidamente neoliberais é a forma absoluta em que os adeptos da escola os defendem. A ideologia neoliberal prescreve versões de eficiência, competição e individualismo que enfatizam o econômico sobre a dimensão social, minimizando, assim, as questões de cultura política (ou seja, confiança, solidariedade, inclusão, diversidade, etc) que transcendem o âmbito de uma abordagem orientada para o mercado.

Como resultado, para os neoliberais a eficiência não é definida como a maximização simultânea de ganhos econômicos e sociais, mas como “a alocação de recursos para os usos mais “altos”, ou seja, monetariamente mais remuneradores. A eficiência social é aditiva, isto é, a soma de eficiências privadas individuais” (Klein e Miller, 1996, par.1.). Na medida em que cada pessoa desenvolve seu próprio ganho econômico individual, terá como resultado eficiência social.

Haddad afirmou que esse tipo de racionalização tem raízes na visão de Adam Smith da sociedade de comércio ideal como capaz de gerar um sistema de justiça e fazer florescer as virtudes humanas. Mas, ele também denuncia esse pensamento, como parte de uma tendência mais recente na teoria econômica moderna, que faz com que a ética seja “... um ramo da economia, em vez do contrário”:

“ao tratar as escolhas econômicas como se fossem autossuficientes, os economistas nos seus conselhos de política e economia normativa tem cometido a maior falácia de separar “bem-estar econômico” de “bem-estar total”. Esta separação fez com que algumas das decisões mais importantes na vida, que envolvem ambos os elementos econômicos e não-econômicos, são ignorados ou não submetido a uma análise adequada “(77).

Dada esta concepção desagregada da realidade, na visão de mundo neoliberal o cultivo de capital social assume um papel secundário, subordinando as questões sociais às preocupações econômicas. Na medida em que a governabilidade democrática deve ser entendida como um objetivo glo-

bal e indivisível (IEN 2000, 22), é razoável supor que a abordagem neoliberal para a eficiência poderia retardar o objetivo acima mencionado.

A partir desta perspectiva, e no contexto dos valores que a acompanham, pode-se argumentar que a versão neoliberal da eficiência pode estimular um senso de apatia em relação à política e ao desenvolvimento de uma visão de mundo individualista da sociedade. Por um lado, a eficiência absoluta promove a ideia de que o importante na vida é ter lucro, racionalizando que esta é a medida por excelência do comportamento de auto-interesse. Isto pode levar as pessoas a perceber a busca individual de rentabilidade, como meio preferencial para a realização do objetivo, contribuindo para relegar as virtudes do engajamento político para uma posição inferior. Por outro lado, a noção de eficiência neoliberal enfatiza a ideia de empregar análises individuais de custo-benefício, como forma de avaliar as ações, tanto no social, quanto no âmbito econômico. Enquanto a medida das relações sociais em um ambiente de recursos escassos torna-se o ganho pessoal, é provável que os indivíduos situados ao longo do espectro econômico vão olhar para o outro com suspeita, antecipando o potencial de motivações ameaçantes por trás das ações dos outros.

Outro valor cujas implicações devem ser cuidadosamente examinadas é o individualismo. Este valor engloba a manifestação suprema da liberdade pessoal, uma vez que implica a atribuição de prioridade à satisfação das necessidades e desejos individuais. Apesar de que certo grau de individualismo é uma parte necessária e desejável em qualquer sociedade democrática, é importante notar que em sua forma extrema pode levar a atitudes egoístas que são contra a essência da democracia.

Observando as implicações potencialmente negativas do individualismo, Diamond (1999) observa que este valor deve ser equilibrado com um senso de coletividade e de finalidade pública (168), que por sua vez contribui para a formação de redes de solidariedade horizontais que incentivem a cooperação, compromisso e confiança (Putnam, 1993, 173-74). O produto dessas redes tem sido chamado de capital social na literatura acadêmica, e é considerado atualmente como uma importante fonte de ação coletiva e contestação da autoridade política. Quanto mais pessoas confiam uns nos outros, mais eles estarão dispostos a unir esforços, como um meio para perseguir objetivos comuns. Esta disposição “prepara o terreno para o surgimento de uma sociedade civil saudável, o que por sua vez fornece a dinâmica para a política democrática” (Pye 1999, par. 6).

Enquanto Friedrich A. Hayek (1948), considerado o pai do neoliberalismo, argumenta que “o individualista consistente deve...ser um entusiasta da cooperação voluntária” (16), ele concebe as associações voluntárias como organizações conectadas por princípios muito gerais decorrentes das tradições e convenções da sociedade. Hayek prevê estas tradições e convenções como extensões de crenças e convicções individuais (23-24), e só porque eles são o mais próximo das preferências no nível individual, devem ser aceitos como vinculantes. Quaisquer outras regras são percebidas como imposições que atentam contra a liberdade individual.

Como resultado, James A. Reichley (2001) argumenta que os neoliberais “assumem um universo moral em que a vontade do indivíduo é absolutamente soberana, e no qual nenhum padrão moral externo é aceito como relevante” (Reichley 2001, 24). O indivíduo deverá agir no interesse da coletividade na medida em que o coletivo constitui uma reflexão do indivíduo. Nas palavras de Robert Nozick, um líder ideólogo neoliberal: “[o] indivíduo ... é um fim em si mesmo, nunca subordinado a outros.” (Nozick, 1974, 458).

Desteponto de vista, é razoável argumentar que o individualismo neoliberal pode inibir qualquer disposição para sacrificar as preferências individuais para o bem público, afetando incentivos de solidariedade. Ao mesmo tempo, a ênfase nas prerrogativas individuais em detrimento dos interesses coletivos também pode desencorajar a busca de consenso e acordo, socavando os incentivos para envolver-se voluntariamente em grupos associativos que visem à realização de um propósito coletivo. Finalmente, na medida em que o individualismo neoliberal enfatiza a autossuficiência como o meio preferido de alcançar objetivos pessoais, pode diminuir os incentivos para chegar aos outros, minucando a confiança como um meio válido e necessário de satisfazer as aspirações individuais.

Por último, a concorrência é considerada como uma das características mais importantes da democracia. É esse aspecto de um sistema democrático que motiva os funcionários eleitos para atender o eleitorado, para não ser destituído do cargo por potenciais adversários. Além disso, a noção constitui uma das três condições básicas que devem estar presentes em qualquer processo eleitoral, a fim de que possa ser considerado legítimo: livre, justo e competitivo.

Mas, enquanto considerada como ingrediente importante para a democracia, a concorrência pode também ter implicações negativas quando promovida de forma irrestrita. Os defensores do Estado social moderno,

que eram liberais, estavam entre os primeiros a reconhecer isso. Os liberais de bem-estar reconheceram a competição como um fato da vida e um mecanismo legítimo para buscar o progresso socioeconômico e político. No entanto, esses intelectuais observaram que as desigualdades sociais (por exemplo, educação, riqueza, saúde) muitas vezes colocam os indivíduos em desvantagem ao competir com outros, produzindo uma competição injusta. Para remediar esta situação, eles defenderam a intervenção do Estado como forma de garantir um conjunto mínimo de condições que assegurem a todos uma oportunidade razoável de sucesso.

Enquanto alguns neoliberais reconheceram uma série de iniciativas voltadas para a igualdade de oportunidades como formas legítimas de intervenção do governo (Friedman 1980, 134-35), a maioria dos neoliberais considera qualquer interferência do Estado na arena competitiva como uma obstrução nos mecanismos de funcionamento do mercado. Inspirados no seu transfundido darwinismo social, os neoliberais vislumbram a dinâmica social como análoga ao processo de seleção natural, em que a evolução das espécies ocorre através da sobrevivência do mais apto. Na visão de Hayek (1948) não existe

“razão nenhuma para tentar fazer com que as pessoas sejam iguais... nenhum homem ou grupo de homens deve ter o poder de decidir qual deveria ser a condição de outro homem... (isso é) uma condição de liberdade tão essencial que não deve ser sacrificada para a satisfação de nosso senso de justiça ou de nossa inveja (30)”.

Embora reconhecendo o valor da concorrência moderada como um componente positivo dentro do quadro de valores democrático pode-se argumentar que a sua promoção de forma irrestrita está associada com o desenvolvimento de atitudes não cívicas. Diante de uma sociedade com recursos escassos e polarização de classes, a promoção da livre concorrência é susceptível de encorajar as pessoas a ver a si mesmos como participantes individuais em um jogo de soma zero, produzindo “um cidadão altamente individualista e pragmático, cujo comportamento é guiado por princípios de imediatismo e canibalismo político” (Baquero 1997, par. 32). Como resultado, pode-se supor que a promoção da livre concorrência pode ajudar a minar a confiança, a solidariedade, e incentivos à participação em grupos de voluntários com motivações coletivistas.

COMO SE TRANSMITEM OS VALORES NEOLIBERAIS?

Em sua teoria da hegemonia, Antonio Gramsci (1971) argumenta que o sistema capitalista não emprega coerção, mas “consenso “espontâneo”

gado pelas massas à direção geral imposta na vida social pelo grupo fundamental dominante”, como seu principal meio para manter a legitimidade. Gramsci observa que este consentimento é “historicamente” causado “pelo prestígio (e conseqüente confiança) que o grupo dominante goza por causa de sua posição e função no mundo da produção” (12).

Do ponto de vista da psicologia social os grupos dominantes aludidos por Gramsci podem ser vistos como exemplo de autoridade epistêmica, um dos fatores que influencia a maneira pela qual o processo de aquisição de conhecimento político se desenrola. Autoridade epistêmica é definida como “uma fonte a partir da qual um indivíduo tende a aceitar a informação como verdadeira e factual e não deve ser desconsiderada ...exercendo uma influência determinante sobre a tendência a aceitar qualquer informação como válida.” Perícia, poder, atração (físico, intelectual, etc), a credibilidade, ou semelhança (de caráter, interesses, etc), são alguns dos fundamentos sobre os quais os indivíduos geralmente baseiam esta autoridade (Bar-Tal e Saxe 1990, 121-122).

Embora seja improvável que a autoridade epistêmica só pode servir para explicar a assimilação dos valores neoliberais, ela contribui para a compreensão de como essas ideias passam a formar parte dos valores do cidadão médio. Em linha com o raciocínio de Gramsci, pode-se argumentar que a ideologia neoliberal do capital transnacional e organizações multilaterais (FMI, OMC, Banco Mundial) têm utilizado esse mecanismo para transmitir suas ideias e valores para o indivíduo médio através dos grupos dominantes da sociedade. Na experiência latino-americana, alguns dos grupos que foram identificados como responsáveis pela disseminação de pontos de vista neoliberais são a católica Opus Dei, os meios de comunicação de direita, certos setores da Academia e burocratas estatais de alto nível (Nef e Robles, 31).

Os burocratas de alto nível, por exemplo, constituem um dos defensores mais vocais da agenda neoliberal, sendo, portanto, transmissores diretos de seus valores. Eles implementam as reformas e fazem declarações públicas em sua defesa, defendendo argumentos ideológicos que vai convencer o eleitorado da necessidade de aceitar o “remédio amargo, mas necessário.” Apesar de que muitos burocratas de alto nível acreditem na legitimidade dos seus argumentos, ainda que eles não acreditem, teriam que ser defensores fervorosos do modelo. Na maioria dos casos, o seu próprio futuro como burocrata está ligado ao futuro da administração política que ser-

vem, e o futuro da administração está ligada a quanto dinheiro possa atrair de organizações multilaterais e do capital transnacional. Sem o apoio financeiro desses atores, as democracias dos países pobres seriam mais propensas a entrar em uma crise econômica, colocando o futuro do regime político em jogo.

Por outro lado, a vanguarda dos departamentos acadêmicos nas áreas de negócios, política e economia, constituem também agentes de socialização importantes para a transmissão de valores neoliberais. Além de servir como consultores para o capital transnacional e para os governos submetidos à reforma econômica, estudiosos nestes departamentos estão ativamente engajados na promoção das ideias neoliberais para os alunos que irão formar uma nova geração de profissionais em suas respectivas sociedades. Muitos desses novos profissionais vão-se tornar agentes de socialização em seu local de trabalho e comunidades. Outros terão a oportunidade de fazê-lo em uma escala mais ampla, enquanto se tornam burocratas acima mencionados que moldam e implementam a agenda econômica e política.

Segundo Albert O. Hirschmann (1979), esse foi o caso dos tecnocratas que implementaram as reformas econômicas nos regimes burocrático-autoritários da América Latina. Enfatizando a influência da formação acadêmica em suas visões ortodoxas, Hirschmann observa que

“... As primeiras posições de decisão política foram ocupadas pela primeira vez por certo tipo de pessoa:aquele que professa uma maior confiança nas forças de mercado ... A influência ideológica a que estes articuladores de políticas estavam respondendo era uma reação anti-planejamento, anti-ISI e anti -CEPAL ... o componente mais absolutista desse movimento foi um grupo de economistas latino-americanos que receberam treinamento de pós-graduação na Universidade de Chicago, em cujo departamento de economia as perspectivas estritas deneo-laissez-faire havia sido dominante (76)”.

Por mais que as estruturas institucionais, a educação, os meios de comunicação e do discurso retórico pode fazer para transmitir valores neoliberais, é preciso ter claro que a ideologia neoliberal é apenas uma fonte de socialização política entre muitas. Os valores neoliberais competem com outras referências históricas, religiosas e políticas, produzindo diferentes conjuntos de atitudes que, no final, são os que determinam o comportamento político e social de cada indivíduo.

FATORES INTERVENIENTES NA RELAÇÃO ENTRE DEMOCRACIA E OS VALORES NEOLIBERAIS

A “escassez de recursos” constitui um fator interveniente na relação entre os valores neoliberais e democráticos. Enquanto na maior parte da literatura da economia política, o termo “recursos escassos” é utilizado para designar os países que carecem de recursos naturais, aqui se usa para designar países caracterizados por altos níveis de pobreza. Especificamente uso o termo para referir essas economias classificadas como “baixa renda” (ou seja, Nicarágua, Haiti) e “renda média baixa” (ou seja, El Salvador, Bolívia, Equador), pelos padrões do Banco Mundial.

A partir de uma perspectiva Hobessiana a escassez de recursos no estado de natureza leva as pessoas a competir um contra o outro intensamente, e ao fazê-lo mina as perspectivas de cooperação, provocando uma guerra de todos contra todos. Por isso, é de se esperar que países com menores níveis de renda sejam mais propensos a experimentar níveis superiores de conflito sobre os recursos disponíveis, produzindo um ambiente que é mais vulnerável ao impacto negativo dos valores neoliberais.

Isto de forma alguma descarta a possibilidade de uma correlação negativa entre valores neoliberais e democráticos em outros países em desenvolvimento com uma renda maior (ou seja, México, Argentina). Igualmente, mesmo em uma sociedade com recursos escassos, outras características específicas de cada país podem compensar os efeitos potencialmente negativos do neoliberalismo sobre a cultura política. Como resultado, o papel de “escassez de recursos” deve ser interpretado no sentido de que as chances de observar uma correlação negativa entre os valores liberais e democráticos em qualquer país variam de acordo com o nível de renda.

Além da escassez de recursos, outro fator que influencia a probabilidade de observar esta relação é o nível de igualdade ou desigualdade de um país. À primeira vista, pode-se argumentar que outras pesquisas empíricas contradizem a lógica desta premissa, já que as percepções de desigualdade a nível individual foram encontradas para não estar relacionadas com a própria avaliação da qualidade de vida das pessoas. De acordo com Robert E. Lane (2000), a evidência encontrada nos EUA mostrou que:

“[A] justiça do próprio tratamento é avaliada comparando o tratamento próprio para o de outros pagos da mesma forma, o grupo de referência relevante, ao invés de grupos muito mais ricos ou mais pobres do que nós mesmos. Assim, a distribuição nacional de renda é em grande parte perdido de vista (170)”.

No entanto, a percepção de Lane está fundamentada em evidências de uma sociedade onde as divisões de classe são menos nítidas e salientes do que nos países em desenvolvimento. Além disso, ele observa que mesmo as pessoas nos EUA “ficam mais comovidas se acham que o seu grupo é injustamente tratado do que se eles próprios são assim tratados” (68). Portanto, apesar de que as avaliações individuais de distribuição de renda não podem ser relacionadas a outras atitudes e percepções da realidade, a criação de uma consciência coletiva sobre a desigualdade por políticos e outros atores sociais em contextos de recursos escassos pode de fato levar a atitudes propícias a maiores níveis de conflito social.

À luz disto, defendo que os países pobres caracterizados por altos níveis de desigualdade são mais vulneráveis ao impacto potencialmente negativo de valores neoliberais. A promoção dos valores neoliberais em tal contexto levaria a um efeito de “sal na ferida”: exacerbando disposições negativas das pessoas em seu estado natural, reforçando-os através de um discurso ideológico econômico. Dadas às condições acima mencionadas, as reivindicações da teoria são particularmente relevante para países como a Nicarágua, Honduras, Bolívia e Paraguai, os quais cumprem com o critério de serem sociedades de recursos escassos, com altos níveis de desigualdade.

Outro fator que é susceptível de desempenhar um papel importante na transmissão de valores neoliberais é o nível de tradicionalismo de uma comunidade. Em diferentes graus, nas últimas décadas a ideologia neoliberal tem representado a personificação da modernidade. No passado, houve outras ideologias que serviram como padrões de modernidade, oferecendo fórmulas “ideais” para trazer maiores níveis de desenvolvimento e bem-estar (Larraín, 1999). Na ausência de quaisquer alternativas paradigmáticas claras no após a Guerra Fria, o neoliberalismo tornou-se amplamente aceito como o único caminho “viável” para o desenvolvimento econômico.

Geralmente os líderes do mundo em desenvolvimento tem aceitado o neoliberalismo como uma condição prévia para a modernidade, que contribui para a promoção:

de um novo tipo de identidade [que] parece estar implicitamente defendida e discursivamente construída pelo projeto neoliberal ... [uma] que está consubstanciada na figura do empresário bem sucedido e inovador, que oferece amplo consumo (cartão de crédito) como a pedra angular que poderia libertar as massas. Os antigos valores da igualdade, do bem-estar patrocinado pelo

Estado, da justiça e da austeridade geral, propugnados pela maioria das ideologias é agora substituída pelo sucesso individual, o consumo conspícuo e bem-estar privatizada(o) (Larraín 1999, 196).

Dada a afinidade entre a atual noção de modernidade e do neoliberalismo, um maior nível de associação entre os valores liberais e democráticos podem ser esperados em áreas onde a modernidade é mais difundida. Em comunidades menos modernas as ideias neoliberais são susceptíveis de contradizer lealdades subjacentes à família, religião e costumes locais, que desafiam a racionalidade baseada no mercado do neoliberalismo. Estes elementos são fundamentais para a vida em comunidades tradicionais, caracterizados pela organização em pequena escala coletiva, padrões moderados de consumo e um aumento da sensação de bem-estar coletivo. Essa visão de mundo particular faz com que os valores neoliberais do individualismo, da concorrência e da eficiência fiquem em desvantagem na luta para se tornar referências comportamentais em comunidades tradicionais, limitando assim a sua capacidade de moldar atitudes e disposições das pessoas em relação ao ambiente social e político.

Finalmente, o nível de escolaridade do indivíduo também pode intervir na assimilação de valores neoliberais. Na medida em que esses valores dependem de autoridade epistêmica como um veículo de transmissão, os indivíduos com menores níveis de escolaridade serão mais impressionáveis por membros e líderes dos grupos dominantes na sociedade. Consequentemente, eles tendem a confiar mais nos juízos de valor desta elite como meio de formar seus próprios juízos de valor. Os indivíduos com níveis de escolaridade elevados são mais propensos a confiar na experiência pessoal e conhecimento para formar as suas opiniões, sendo, portanto, menos propenso à assimilação de valores neoliberais via instâncias de autoridade epistêmica. A absorção desses valores por indivíduos de maior nível educativo é susceptível de ser facilitado por meio de fontes alternativas de socialização, tais como contexto ocupacional, formação acadêmica na tradição neoliberal, ou nível socioeconômico.

Estas reflexões procuram chamar atenção sobre a importância dos valores transmitidos à população mediante a execução de programas e modelos econômicos. Embora, muitos acadêmicos e políticos pretendam reduzi-la a números e separa-la da dimensão humana, a economia não existe em um vácuo. Como planteava Adam Smith nos seus escritos menos difundidos, mas não menos importantes, é necessário considerar o conteúdo e as implicações morais das políticas econômicas, sem esquecer que o fim da

economia é o bem-estar do ser humano e não o crescimento econômico mesmo.

BIBLIOGRAFIA:

Almond, Gabriel A. and G. Bingham Powell. 1996. *Comparative Politics Today*. New York: HarperCollins.

_____ and Sidney Verba. 1989. *The Civic Culture*. Newbury Park, CA: Sage Publications. Original edition, Princeton University Press, 1963.

Ball, Terence and Richard Dagger. 1991. *Political Ideologies and the Democratic Ideal*. New York: Harper Collins.

Baquero, Marcello. 1997. Las contradicciones del neoliberalismo en el proceso de construcción de la cultura política. Paper presentado no *49th International Congress of American Studies in Quito, Ecuador*. <http://www.tche.br/nupergs/las.htm> . 15 dezembro2001 .

Bar-Tal, Daniel and Leonard Saxe. 1990. Acquisition of political knowledge: a social-psychological analysis. Em *Political Socialization, Citizenship Education, and Democracy*, ed. Orit Ichilov. New York: Teachers College Press.

Dahl, Robert A. 1971. *Polyarchy*. New Haven: Yale University Press.

Dawson, Richard E. and Kenneth Prewitt. 1969. *Political Socialization*. Boston: Little, Brown and Company.

Diamond, Larry. 1999. *Developing Democracy*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

Downs, Anthony. 1957. *An Economic Theory of Democracy*. New York: Harper Collins.

Friedman, Milton. 1980. *Free to Choose*. New York: Harcourt Brace Jovanovich.

Gramsci, Antonio. 1971. *Selections from the Prison Notebooks*, ed. Quintin Hoare and Geoffrey Nowell Smith. New York: International Publishers.

Haddad, Louis. 1996. Ethics, commerce and government. Em *Economics and Ethics?* ed. Peter Groenewegen. New York: Routledge.

Hayek, Friedrich A. 1948. *Individualism and Economic Order*. Chicago: The University of Chicago (Third impression-1958).

Hirschmann, Albert O. 1979. The turn to authoritarianism in Latin America and the search for its economic determinants. Em *The New Authoritarianism in Latin America*, ed. David Collier, 61-98. Princeton, NJ: Princeton University.

IEN (Instituto de Estudios Nicaraguenses). 2000. *La construcción de la gobernabilidad democrática*. Managua: IEN.

- Inglehart, Ronald. 1988. The renaissance of political culture. *American Political Science Review* 82 (December): 1203-1230.
- Klein, Philip A. and Edythe S. Miller. 1996. Concepts of value, efficiency, and democracy in institutional economics. *Journal of Economic Issues* 30.1: 38 pars. Database on-line. Disponível em EBSCOHost, Academic Search.
- Lane, Robert E. 2000. *The Loss of Happiness in Market Democracies*. New Haven: Yale University Press.
- Larraín, Jorge. 1999. Modernity and identity: cultural change in Latin America. In *Latin America Transformed*, ed. Robert N. Gwynne and Cristóbal Kay, 181-202. London: Arnold Publishers.
- Nef, Jorge and Wilder Robles. 2000. Globalization, neoliberalism, and the state of underdevelopment in the new periphery. Em *Critical Perspectives on Globalization and Neoliberalism in the Developing Countries*, ed. Richard L. Harris and Melinda J. Seid, 27-48. Boston: Brill.
- Nozick, Robert. 1974. *Anarchy, State, and Utopia*. New York: Basic.
- Pye, Lucian W. 1999. "Civility, social capital, and civil society: three powerful concepts for explaining Asia." *Journal of Interdisciplinary History* 29.4. Database on-line. Disponível em EBSCOHost, Academic Search.
- Putnam, Robert D. 1993. *Making Democracy Work*. Princeton, N.J.: Princeton University Press.
- Reichley, A. James. 2001. *The Values Connection*. Lanham: Rowman and Littlefield Publishers.
- Rorschneider, Robert. 1996. Cultural transmission versus perceptions of the economy. *Comparative Political Studies* 29.1. Database on-line. Disponível em EBSCOHost, Academic Search.
- Stiglitz, Joseph. 2000. Unraveling the Washington Consensus: An interview with Joseph Stiglitz. *Multinational Monitor* (April): 13-21.
- Williamson, John. 1993. Democracy and the "Washington Consensus." *World Development* 21, no. 8: 1329-1336.



RESUMEN:

Al presentar a la sociedad como equivalente al mercado, la lógica neoliberal disminuye la importancia de cultivar los valores asociados una cultura política democrática. Este trabajo sostiene que la promoción de los valores de mercado en los países pobres puede restringir la adquisición y/o desarrollo de valores como la participación, la solidaridad y la confianza, concluyendo que la transmisión de los valores neoliberales representa una amenaza para el desarrollo de la democracia.

Palabras clave: Neoliberalismo, Democracia, Cultura Política

ABSTRACT:

By portraying society as equivalent to the market, the neoliberal logic diminishes the importance of cultivating values associated with democratic political culture. This paper argues that the promotion of market values in poor countries may restrict the acquisition and / or development of values such as participation, solidarity and trust, concluding that the transmission of neoliberal values could threaten the development of democracy.

Keywords: Neoliberalism, Democracy, Political Culture



Resenha

A Conquista da América em Tzvetan Todorov - notas para reflexão

Thiago Bastos de Souza - IBPA

RESUMO:

Este trabalho propõe considerações e aponta algumas questões-chaves na obra *A Conquista da América: a questão do outro*, de Tzvetan Todorov, publicada nos anos 1980. Após três décadas de publicação do livro, as questões apontadas por este intelectual, bem como os conceitos apresentados e desenvolvidos por ele - *Encontro de Culturas e Alteridade* -, ainda apresentam significativa relevância teórica e conceitual para pensarmos os contornos e os percalços do processo de conquista e colonização espanhola na região central do México e no Novo Mundo como um todo.

Palavras – Chaves: Alteridade, Encontro de Culturas, Conquista.

“*A Conquista da América: a questão do outro*”, conhecido livro de Tzvetan Todorov e publicado pela primeira vez em 1982, tornou-se um clássico para estudos – estejam eles voltados para o passado colonial americano ou para os desafios da contemporaneidade latino-americano - que envolvem o continente Americano, sejam eles desenvolvidos pela história, ciências sociais ou lingüística.

Como um clássico, é difícil tecer comentários sobre ele, visto que, apesar de eventuais críticas, a profusão de questões e influências ocasionadas por esse livro não se limitam apenas a alguns autores ou teses, e sim a uma determinada conjuntura historiográfica.

Apesar de ter sido publicado nos anos 1980, talvez possamos dizer que o livro de Todorov ganha vazão, debate e, de certa forma, é apropriado, em nível de totalidade, à historiografia dos anos 1990, momento no qual os intercâmbios entre a história e a antropologia e a publicação de estudos embasados nessas duas ciências irão revelar a esfera cultural da sociedade como um elemento propulsor de mudanças e ordenações sociais.

As questões da alteridade e os seguintes questionamentos: O eu se reconhece no outro? Em que momento o outro deixa de ser amigo, para se tornar inimigo, sendo submetido e posteriormente submisso? cercearam reflexões que, sobretudo nos anos 1990, foram impulsionadas pela “comemoração” dos 500 anos da chegada dos europeus ao Novo Mundo, pois, entendendo que a história oscila entre rupturas e uma longa continuidade, muitas vezes invisível e imperceptível, procurou-se entender, mesmo que por meio de modelos explicativos, de que forma as relações sociais, de comunicação, entendimento entre espanhóis e nativos da zona mesoamericana, desencadeou um processo beligerante, com proporções indelimitáveis, culminando em uma vertiginosa queda populacional sem recuperações expressivas (ao menos durante os séculos de dominação espanhola, sobretudo na região da Nova Espanha), conquista e colonização do Novo Mundo¹.

Todorov procura situar e ponderar essas questões dentro do que entende como um encontro de culturas distintas, ou melhor, o encontro de duas organizações sociais diferentes que são envolvidas pelo acaso ou por um fenômeno sociocomunicacional que nos leva a zonas de imprevisibilidade.

É provável que comunicação, ou relações de comunicações, sejam palavras-chaves no livro desse autor, para que possamos entender sua ótica de observação da conquista da América. O Encontro cultural, ou sociocultural, entre Colombo e os habitantes do Caribe, ou o famoso encontro entre Cortés e Montezuma², fazem com que a sociedade se transforme em um grande evento comunicacional, isto é, o abalo de um determinado *status quo*, as transformações na matriz sociocultural³, ou a construção de novas perspectivas, podem ser transformadas quando se conhecem outros canais de comunicação ou, como mostra Marshall Sahlins, quando se conhece um *estado de coisas* que não se enquadra nas *chaves conceituais*.

Possivelmente, essa reflexão está bem trabalhada no capítulo II, intitulado *Conquistar*, onde Todorov analisa brevemente os antecedentes da chegada de Cortés ao México-Tenochitlan, o épico encontro entre o espanhol e o Imperador Asteca, a *Noche Triste*, e o que resultou da ligeira amizade, ou reciprocidade, entre esses dois personagens.

Muitas observações foram feitas a respeito de uma possível superioridade bélica por parte dos espanhóis, a forma de organização dos exércitos, a aliança com os tlaxcaltecas, ou a superioridade militar dos mexicas. Porém Todorov irá sustentar que o resultado do encontro de culturas na zona mesoamericana será definido não apenas por circunstâncias materiais,

e sim por circunstâncias comunicacionais, ou ainda chaves conceituais⁴, se quisermos pensar como Sahlins.

A falta de medidas enérgicas por parte de Montezuma para deter os espanhóis ou os rápidos avanços de Cortés seriam, assim, frutos de percepções e formas diferentes de conceber o mundo.

Enquanto Montezuma está inserido em um mundo que é extremamente influenciado pela dimensão do religioso (um mundo no qual os eventos sociais, de certa forma, já estão previstos porque são uma espécie de repetição ou são prognosticáveis), Cortés está interessado e preocupado em construir uma rede de informações, ou ao menos de referenciais, que lhe permita compreender as realidades do mundo que ele tenta ocupar.

Por isso Todorov irá mostrar como as ações do imperador asteca são condicionadas pelas informações que os seus oráculos lhe concedem (e quando elas não chegam, a falta de ação se torna uma realidade), enquanto Cortés consegue intérpretes que irão possibilitar um maior reconhecimento e apreensão do mundo do qual ele tenta se apossar⁵.

Montezuma, por sua vez, vislumbra uma queda quase inevitável, pois não consegue interpretar o mundo com esse novo referencial - uma coisa era reunir um exército para enfrentar os tradicionais inimigos – tlaxaltecas – outra, os espanhóis – Cortés avança com os auspícios e certezas que a cristandade é capaz de lhe fornecer.

Em síntese, ele nos mostra que, antes de qualquer elemento material, palpável, a queda dos mexicas diante dos espanhóis se deve a uma questão de comunicação, de linguagem. Vemos e interpretamos aquilo que conhecemos, que se enquadra em nossas chaves conceituais e apresentamos dúvida e incerteza diante daquilo que nunca vimos⁶. A primeira investida que propiciou a dominação talvez seja oriunda deste ponto.

Nessa complexa relação de Alteridade cultural, Todorov parece nos mostrar que as habilidades de Cortés como conquistador fazem com que ele seja mais do que um conquistador interessado em ganhos imediatos. Ele consegue, aos poucos, adquirir instrumentos que lhe permitem entrar, “infiltrar-se” e, em alguns momentos, se apropriar do outro e de outra cultura. É o que notamos em sua “rede” de tradutores e em suas alianças com os tlaxaltecas.

Outra questão relevante, significativa, no encontro de culturas abordado por Todorov, no caso de Colombo e também no caso de Cortés, é a eventualidade histórica que ele aborda: “(...) O encontro nunca mais atingirá

tal intensidade, se é que esta é a palavra adequada. (...)”⁷ assim Sahlins nos definiria um evento:

(...) cito uma observação de Clifford Geertz, para quem um evento é uma atualização única de um fenômeno geral (...).

O evento é a relação entre um acontecimento e a estrutura (ou estruturas): o fechamento do fenômeno em si mesmo⁸ enquanto valor significativo, ao qual se segue sua eficácia histórica específica (...)

A eventualidade da qual os espanhóis e os habitantes do Novo Mundo irão participar apresentará à Europa outra parte do mundo que ela não conhecia, e a totalidade que os europeus pensavam constituir seria achatada por uma imensa massa continental, que agrupava milhares de sociedades com organizações culturais diferentes.

Contudo, além dessa conexão entre dois extremos, a empreitada de Colombo e Cortés sobre o Novo Mundo irá, como bem nos apresenta Todorov, abrir o caminho para uma nova forma de organização em sociedade, visivelmente predatória, se pensarmos na aniquilação dos habitantes da *cuenca de México*. Por outro lado, essa forma de sociedade é baseada na mescla de culturas e trará à cena do escravismo, da *encomienda* e da colonização importantes atores sociais, como o franciscano Bernardino de Sahagún e o dominicano Bartolomé de Las Casas⁹, que estarão empenhados em preservar o que sobrou das civilizações meso-americanas e construirão uma prévia idéia do que a compõe, lendo primeiramente os registros dos primeiros cronistas das Índias, que, de acordo com Esteve-Barba¹⁰, foram conquistadores como Colombo e Cortés.

Para Elliot¹¹, cada realidade colonial é uma nova realidade colonial, com seus problemas, seus encontros de cultura e, acima de tudo, com sua geografia problemática. Todorov, por sua vez diz, que os primeiros encontros foram dotados de uma intensidade irrepetível, ou seja, de variantes históricas muito particulares.

Passados 30 anos da publicação de “A Conquista da América”, o livro de Todorov segue sendo um Clássico para os estudos americanos, porque, de certa forma, irá corroborar a idéia de Elliot. As questões analisadas são mais que questões esparsas, são, na verdade, uma espécie de estudo de caso, do que aconteceu no espaço que os espanhóis iram batizar de Nova Espanha. E esse estudo, de certa forma, se apresentará para nós não como um modelo, mas como uma ferramenta que nos permitirá praticar e refletir sobre o eu e o outro e sobre as questões que

envolvem o conceito alteridade em outras zonas coloniais das Índias Ocidentais Espanholas.

As disparidades, as desigualdades sociais e as interessantes constituições sociais da América latina contemporânea possuem um antecedente, e a tentativa de Todorov talvez seja esta: mostrar que a agonia das sociedades contemporâneas reside na colonização e na colonialidade.

NOTAS:

- ¹ Sobre o declínio populacional das populações do Novo Mundo e as conturbações sociais geradas por essa e pelo processo de conquista, ver: WACHTEL, N. Os Índios e A Conquista Espanhola. In: BETHELL, L. (org). **História da América Latina**. São Paulo: Edusp, 2004, V1. América Latina Colonial. Pp: 241- 281
- ² Apresentado por LEÓN-PORTILLA, em a “Visão dos Vencidos”, e analisado também por Todorov. TODOROV, T. *A Conquista da América*. São Paulo. Martim Fontes, 2004
LEÓN-PORTILLA, Miguel A Visão dos Vencidos. A tragédia da conquista narrada pelos astecas. Rio Grande do Sul. L&PM. 1985
- ³ Como analisa Thompson, a alteração da matriz sociocultural pode provocar turbulentas convulsões sociais. THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum. Estudos Sobre A Cultura Popular Tradicional*. São Paulo. Companhia das Letras. 1998.
- ⁴ Em um primeiro momento, a realidade pode se apresentar como algo incompreensível: ela só se torna inteligível quando criamos chaves conceituais para compreendê-la. Essas, por sua vez, estarão carregadas de pré-requisitos culturais que irão de certa forma determinar, ou condicionar, a leitura que fazemos dos fenômenos, das coisas e dos signos.
- ⁵ Importante lembrar aqui que a associação religiosa feita pelos mexicas entre Cortés e Quetzalcóatl, constituiu em si um elemento capaz de desorganizar social e culturalmente os mexicas. (algumas informações sobre a associação entre a Chegada de Cortés e o possível retorno de Quetzalcóatl podem ser vistas em TODOROV, T. *Idem*. pp. 113, 114)
- ⁶ (...) Senhor e nosso rei, perdoai o meu atrevimento. Eu sou natural de Mictlanauhuitla; cheguei às margens do grande mar e vi andar pelo meio do mar uma serra ou um morro grande, que andava de um lugar para o outro sem chegar às margens, e isso jamais nós vimos, e como guardas que somos das margens do mar estamos de prontidão. (...)
LEÓN-PORTILLA. M: *Idem*. p. 34
- ⁷ TODOROV, T. *Idem*. p. 6
- ⁸ SAHLINS, M. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor. 2003. pp. 7 e 15
- ⁹ É importante frisar que a ação dos religiosos é indispensável para se tentar mapear, mesmo que minimamente, as transformações e a paulatina consolidação de um novo espaço social - no caso analisado por Todorov, a região central do México -. Religiosos como os que citamos e outros como Diego Durán, Fray Gerónimo de Mendieta e Toribio de Motolinia, além de denunciarem as ações nada cristãs inerentes ao processo de colonização, por parte dos colonos - e como mostra Todorov, esse parece ser, em especial, o caso de Las Casas, que se dedica integralmente às causas dos nativos -, serão os principais responsáveis por registrarem os mais simples aspectos da vida em sociedade no Novo Mundo, e ocasionalmente os que Todorov nos apresenta como as inquietantes relações de alteridade cultural. Os registros deixados por esses religiosos nos permitem pensá-los, ainda dentro das discussões da comunicação, como os construtores ou arquitetos do que em um determinado momento será chamado de América, pois, por meio de seus registros, o Novo Mundo será apresentado em outras partes do globo.

¹⁰ ESTEVE-BARBA, F. **Historiografia Indiana**. Madrid. Editorial Gredos, 1964

¹¹ ELLIOT, L. H. A conquista espanhola e a colonização da América. In: BETHELL, L. (org.). *História da América Latina*. V1. América Latina Colonial. São Paulo: Edusp, 2004. pp. 135 - 194

BIBLIOGRAFIA:

ESTEVE-BARBA, Francisco. *Historiografia Indiana*. Madrid. Editorial Gredos, 1964

ELLIOT, L. H. A conquista espanhola e a colonização da América. In: BETHELL, L. (org.). *História da América Latina*. V1. América Latina Colonial. São Paulo: Edusp, 2004. pp. 135 - 194

LEÓN-PORTILLA, Miguel *A Visão dos Vencidos. A tragédia da conquista narrada pelos astecas*. Rio Grande do Sul. L&PM. 1985

SAHLINS, Marshall D. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003

THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum. Estudos Sobre A Cultura Popular Tradicional*. São Paulo. Companhia das Letras. 1991

TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América: A Questão do Outro*. São Paulo. Martim Fontes, 2004

WACHTEL, Nathan. Os Índios e A Conquista Espanhola. In: BETHELL, L. (org.). *História da América Latina*. São Paulo: Edusp, 2004, V1. América Latina Colonial. pp: 241- 281

ABSTRACT:

This paper proposes considerations and points to some key questions in the book *The Conquest of America: the question of the other*, by Tzevan Todorov, published in 1980. After three decades of book publishing, the issues detached by this intellectual as well as the concepts introduced and developed by him- Meeting of Cultures and Otherness- still have significant conceptual and theoretical relevance for considering the contours and obstacles in the process of Spanish conquest and colonization in central Mexico and the New World as a whole.

Keywords: Otherness, Meeting of Cultures, Conquest

RESUMEN:

Este trabajo, propone consideraciones, y señala algunas cuestiones claves de la obra *La Conquista de América: El problema del otro* de Tzevan Todorov, publicada en 1980. Las cuestiones apuntadas por este intelectual, así como los conceptos presentados y desarrollados en base al – Encuentro de Culturas y la Alteridad – pasadas tres décadas de la publicación del libro, siguen teniendo significativa relevancia teórica y conceptual para que se pueda pensar en los entornos y las dificultades del proceso de conquista y colonización española en la región central de México y en el Nuevo Mundo como un todo.

Palabras – Claves: Aletridad, Encuentro de Culturas, Conquista.



La dinámica internacional del turismo desde un enfoque de cadenas globales de mercancías

Phd. Alvaro Martín Parada Gómez, MSc Manuel Chaves Núñez, MSc Jorge Andrey Valenciano Salazar, MSc Luisiana Porras Alvarado, UNA – Facultad de Economía

RESUMEN

La actividad turística internacional es analizada mediante el enfoque de Cadenas Globales de Mercancías (CGM). Las cadenas globales se integran por cuatro dimensiones, estas son: insumo-producto, lo geográfico, la institucionalidad y la fuerza motriz. La cadena global del turismo es una cadena orientada por la demanda donde son los consumidores los que establecen las pautas de desarrollo del servicio turístico. Múltiples son los actores que intervienen en esta cadena, entre los que se pueden mencionar microempresarios hoteleros, cadenas hoteleras, tour operadores, hacedores de política pública, entre otros. Adicionalmente, persisten factores que afectan el posicionamiento de las empresas en esta cadena como lo son la tecnología y el recurso humano. El propósito del artículo es explicar la dinámica del turismo desde la perspectiva de la cadena global de valor. Esencialmente, se reflexiona para sugerir lineamientos de política concernientes al sector turismo.

Palabras clave: Turismo, cadena global de valor, competitividad, desarrollo económico.

1. INTRODUCCIÓN

El turismo se ha convertido en una de los servicios más importantes de la economía en los países en desarrollo debido a su gran dinamismo y efecto multiplicador del gasto. Normalmente, los análisis de la actividad turística destacan la generación de divisas, la inversión y empleo en la economía. No obstante, el turismo tiene afectaciones mucho más complejas en el tejido productivo de la economía como lo es el efecto en la cultura, el cambio en los patrones de consumo, la transformación de la oferta productiva local, entre otros.

La actividad del turismo como actividad socioeconómica es integral y compleja con carácter multidisciplinar que engloba una gran variedad de sectores económicos y disciplinas como el arte, la música y la cultura en general. Conceptualmente, hay ausencia de definiciones que delimiten la actividad turística y la distinguen de otros sectores (OMT 2008, Acuña et.al 2000). El amplio debate académico sobre que es turismo, los elementos que

lo componen, así como quien debe ser considerado turista, ha originado multitud de definiciones cada una de ellas subrayando aspectos distintos de la misma actividad. En este sentido, cabe afirmar que no existe definición correcta o incorrecta, ya que todas contribuyen de alguna manera a profundizar en el entendimiento del turismo (OMT, 2008).

La conceptualización del turismo y unificación del término en uno solo, es fundamental para la elaboración de información estadística compatible a nivel internacional. La ausencia de un marco conceptual de referencia de calidad y disponibilidad de estadísticas necesarias para hacer análisis prospectivo es una limitación. Asumiendo esto, en la investigación se presentan los diferentes tipos y tendencias de turismo que han surgido con el tiempo medidos según lo detalla la Organización Mundial del Turismo. Asimismo, se muestra la evolución de la actividad turística a través de los años, los principales lugares de destino y el gasto que se realizan los turistas en esta cadena.

El artículo muestra la siguiente estructura: en el primer apartado, se hace una breve introducción. El segundo apartado, presenta una tipificación y las tendencias del turismo entre los años 2000 y 2010. El apartado cuatro, muestra la metodología de cadenas globales de valor referida para el análisis de la dinámica del turismo internacional. El apartado cinco, se realiza un análisis institucional de la cadena incorporando leyes, normas y certificaciones internacionales que afectan a los diferentes agentes en la cadena. Finalmente, se exponen algunas conclusiones.

2. EVOLUCIÓN DEL SECTOR TURISMO A NIVEL GLOBAL

El turismo es un fenómeno social, cultural y económico relacionado con el movimiento de las personas a lugares que se encuentran fuera de su lugar de residencia habitual por motivos personales o de negocios/profesionales. Estas personas se denominan visitantes que pueden ser turistas o excursionistas; residentes o no residentes. También, el turismo está relacionado con múltiples actividades que implican un gasto desde el turismo hacia otros sectores o actividades de la economía comparativamente con otros sectores como el textil o la producción agrícola (Parada 2011).

Desde la perspectiva de la Organización Mundial de Turismo se afirma que *“El turismo comprende las actividades de alojamiento, restauración, transporte, entretenimiento, comercio al por menor, entre otro, que realizan las personas durante sus viajes y estancias en lugares distintos a su entorno habitual, por un período de tiempo consecutivo inferior a un año, por motivos de ocio o negocio o por otras razones. La*

utilización de este concepto permite identificar tanto el turismo entre países como el turismo dentro del país” (OMT 2008).

La naturaleza de la actividad turística es un resultado complejo de interrelaciones entre diferentes factores relacionados con la dinámica de los mercados y el funcionamiento institucional del Estado (North 2003). Según la OMT se distingue cuatro elementos básicos en el concepto de la actividad turística: la demanda, la oferta, el espacio geográfico y los operadores del mercado. Algunos de estos factores son también considerados en otras actividades económicas como lo son la industria de lácteos, el café, los tubérculos, alberja china, entre otros (Diaz 2003)

2.1 LA DEMANDA

Turistas, viajeros¹ y visitantes forman parte de la demanda turística donde un grupo agregado de personalidades e intereses con diferentes características socio demográficas, motivaciones y experiencias muestran sus gustos y preferencias y con base en la capacidad de ingresos toman la decisión de consumo o selección del servicio turístico adquirir. Son las condiciones de la demanda como el precio y los gustos y preferencias los que determinan en parte la selección del destino turístico por parte de los demandantes (Varian 1994, Mankiw 2007). Adicionalmente, distintos estudios parciales han evidenciado que el motivo principal de un viaje, es uno de los criterios utilizados para determinar si el viaje se considera de turismo o si el viajero se considera un visitante. Sobre la base de su motivo principal, los viajes realizados por los turistas y visitantes pueden clasificarse según motivaciones personales donde se pueden mencionar ocio y educación o capacitación así como negocios y motivos profesionales (Naciones Unidas 2008, Blanke y Chiesa 2001).

Esta clasificación de los motivos del viaje por categorías permite medir algunos elementos de la demanda turística, que a su vez aporta a la cuantificación de las actividades turísticas según producción, empleo, ingresos, entre otras. Asimismo, la clasificación resulta imprescindible para establecer políticas comerciales, promocionales y de programación adecuadas en materia turística (De la Torre 1992)

Los visitantes también podrían agruparse de conformidad con sus características personales, la utilización de un paquete turístico, el principal tipo de alojamiento, el principal medio de transporte utilizado, entre otros. La posibilidad de utilizar estos criterios depende evidentemente de que se disponga de información detallada y fiable.

Una clasificación general bastante utilizada es la que parte del origen y destino del turista, de la cual se desprende las denominaciones de turismo nacional y turismo extranjero. Por lo tanto, se indica que el turismo nacional es aquel que ocurre “cuando lo practican los habitantes de un país, dentro de los límites de su mismo territorio” y el turismo extranjero ocurre “cuando se designa a las corrientes de viajeros que traspasan los límites de su país, para no internarse en otro (OMT, 2002).

2.2 OFERTA TURÍSTICA

La oferta turística se define como “*el conjunto de productos turísticos y servicios puestos a disposición del usuario turístico en un destino determinado para su disfrute y su consumo*” (OMT, 2008). Esta oferta es variada y se determina en parte por los distintos atractivos turísticos que tiene cada país, región y localidad. Los productos se articulan alrededor de este atractivo, por tanto, es normal localizar hoteles, hospedajes, restaurantes, entre otros. La OMT (1996) se apoya en el concepto de gastos turísticos para identificar diferentes categorías de oferta turística donde se realiza el gasto. Por lo tanto, el gasto se traduce en consumo por parte de un visitante durante la estadía que realiza en un espacio geográfico determinado en un tiempo predeterminado que se constituye en la estancia según el destino visitado. El gasto turístico hace referencia a la suma pagada por la adquisición de bienes y servicios de consumo y productos que son adquiridos para cumplir deseos propios o de otros (Naciones Unidas, 2008).

El espacio geográfico origina para de la oferta turística. En este espacio se realiza la experiencia turística. Este espacio alberga la oferta turística donde los turistas actuando como demandantes están dispuestos a realizar gastos por adquirir distintos servicios que mejoran el bienestar individual y colectivo. Por lo tanto, el destino turístico es el lugar hacia donde tiene que desplazarse la demanda para consumir el producto turístico. El desplazamiento es uno de los elementos determinantes de la experiencia turística, el cual es facilitado por tour operadores o individuos que viabilizan el turismo. Los operadores en turismo son agentes que participan en la actividad turística, generalmente en calidad de intermediarios entre el consumidor final (el turista, la demanda turística) y el producto turístico (bien o servicio, destino turístico). También, puede extender su acción intermediadora al resto de la oferta complementaria (restaurantes, hotel, conjunto de la oferta de alojamiento entre otros.

En el marco de la oferta turística se integra el análisis del perfil del usuario y se comprueba si se encuadra en uno u otro tipo de turismo o turista. La OMT ha distinguido distintos tipos; el turismo convencional o tipo vacacional relacionado con el placer, la educación, el descanso y la recreación; el turismo especializado el cual responde a motivaciones ligadas a la emoción y aventura y con el interés científico; y el turismo de afinidad o de interés común el cual se encuentra ligado a motivaciones de índole profesional, religiosa o filosófica. Por otra parte una de las principales características del turismo se refiere a la multiplicidad de actividades que se derivan de este fenómeno. En su mayoría, dichas actividades se encuentran relacionadas y ubicadas en el campo de la economía.

3. LA ACTIVIDAD TURÍSTICA INTERNACIONAL

La dinámica de la actividad turística a nivel internacional se enmarca a partir de los años 50 (del siglo XX), esto se debió a varios factores tales como: a) la aparición del avión de pasaje a reacción al término de la Segunda Guerra Mundial, b) el bajo precio del petróleo, c) el incremento del ingreso disponible de las familias, d) la aparición de las vacaciones pagadas, e) el incremento del tiempo libre disponible de la población en los países desarrollados, f) el desarrollo de las comunicaciones y los medios de transporte y g) el crecimiento de las relaciones comerciales entre los distintos mercados mundiales. Todos estos factores, permitieron que las personas (ya sea por ocio, negocios o estudios) tuvieran una mayor accesibilidad a la hora de trasladarse a distintas partes del mundo (OMT, 1998).

Según la Organización Mundial del Turismo (1998), el dinamismo de la actividad turística internacional ha presentado un crecimiento prácticamente interrumpido, incrementándose en periodo de auge económico, moderando su crecimiento en periodos recesivos y recuperándose rápidamente después de haber pasado una crisis económica. A continuación se pueden distinguir ciertas etapas de la evolución del turismo internacional:

Durante décadas, el turismo ha experimentado un continuo crecimiento y una profunda diversificación, hasta convertirse en uno de los sectores económicos que crecen con mayor rapidez en el mundo. El turismo mundial guarda una estrecha relación con el desarrollo y se inscriben en él un número creciente de nuevos destinos. Esta dinámica ha convertido al turismo en un motor clave del progreso socioeconómico.

La industria turística se caracteriza por su complejidad, no solo por la gran cantidad de elementos que la componen, sino también por los distintos

sectores económicos que se ven involucrados en su desarrollo. En este sentido, el turismo es considerado generalmente como una exportación de una región o una nación hacia el lugar de destino (país receptor, lugar de acogida) en el que se genera renta, se favorece la creación de empleo, se aportan divisas que ayudan a equilibrar la balanza de pagos, se aumenta los ingresos públicos y se fomenta la actividad empresarial (OMT, 2008).

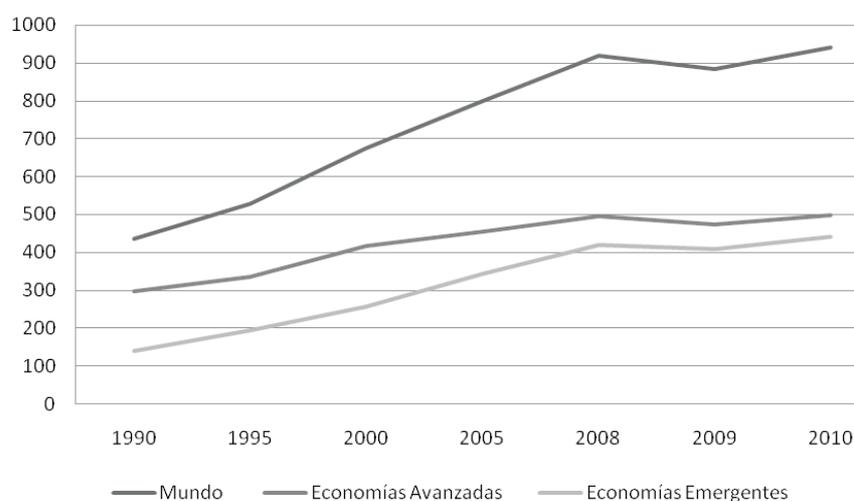
Actualmente, se estima la contribución del turismo en cerca del 5% del producto interior bruto (PIB) mundial y entre el 6% y el 7% del número global de puestos de trabajo (directos e indirectos) en todo el mundo (OMT, 2011). Solamente para el caso de los Estados Unidos, los ingresos mundiales de exportación generados por el turismo receptor, incluido el transporte de pasajeros superaban el billón de dólares en el 2010, es decir, cerca de \$3000 millones al día. Por otra parte, las exportaciones de turismo suponen hasta el 30% de las exportaciones mundiales de servicios comerciales y el 6% de las exportaciones globales de bienes y servicios. A escala mundial, como categoría de exportación, el turismo se sitúa en cuarto lugar detrás de los combustibles, los productos químicos y los de automoción. Para muchos países en desarrollo se trata de una de las principales fuentes de ingresos por divisas y de la principal categoría de exportación para la tan necesaria creación de empleo y de oportunidades para el desarrollo (OMT, 2011: 2).

El turismo ha presentado, considerando las llegadas de los turistas internacionales a los lugares de destino, un fuerte crecimiento. En el gráfico 1 se puede observar como la actividad turística ha tenido un fuerte crecimiento a partir de los años 50. Sin embargo, su dinamismo, ha sido interrumpido por las crisis de 1982, 2001, 2003 y 2008-2009 donde reportó tasas de crecimiento negativas. A pesar de las perturbaciones que han sufrido la economía global y el turismo internacional, la llegada de turistas ha mostrado un crecimiento casi sin interrupciones desde 1950; de 1990 al 2000 la cantidad de visitantes paso 435 millones a 675 millones, hasta los 940 millones registrados en el 2010.

La fuerte desaceleración internacional en las llegadas de los turistas a nivel mundial para los años 2008 y 2009 ha sido compensada con el aumento del 6,6% del año 2010, según la OMT (2011:3) en ese año la llegada de turistas a nivel mundial fue de 940 millones de visitantes. Este aumento compensó visiblemente la caída producida por la crisis económica de 2008– 2009, en 23 millones de llegadas más que en el anterior año “record

negativo” de 2008. En las economías emergentes dicha recuperación del 2010 fue característicamente más pronunciada, esto se puede observar con un crecimiento del 8% en las llegadas, mientras que las economías avanzadas tuvieron un crecimiento del 5%.

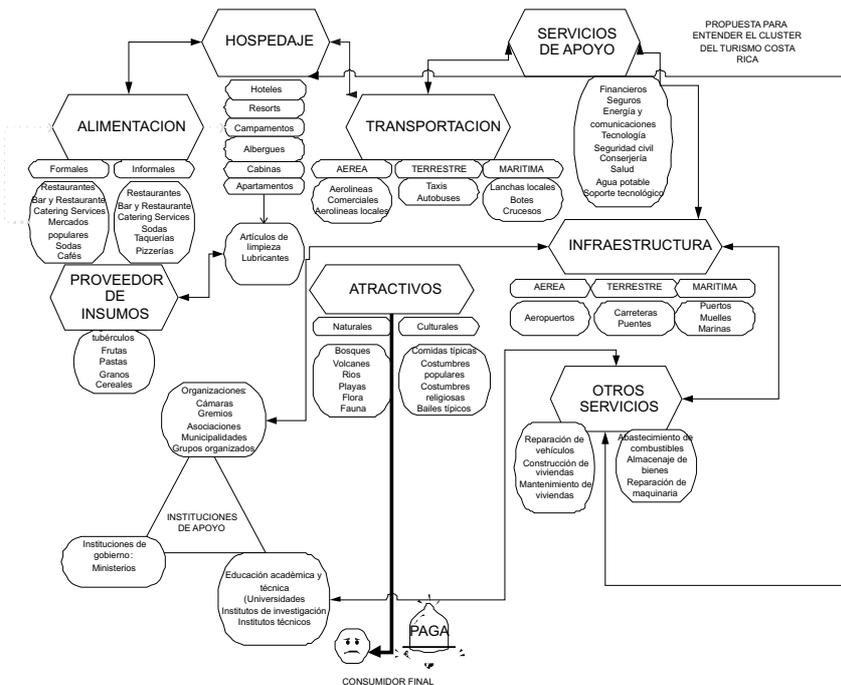
GRÁFICO 1: LLEGADA DE TURISTAS INTERNACIONALES (MILLONES)



Fuente: Elaborado con base en estadísticas de la OMT, 2011.

El turismo genera directa e indirectamente un aumento de la actividad económica en los lugares visitados, fundamentalmente, debido a la demanda de bienes y servicios que se generan. Cabe señalar que el turismo representa una inyección de dinero en la economía de destino y esta inyección genera impactos directos, indirectos e inducidos. Los impactos directos se centran en los aumentos del ingreso de las empresas que prestan servicios turísticos y los cuales se deben a bonanzas en las ventas que realizan, esto se evidencia en la siguiente figura.

FIGURA 1. CADENA GLOBAL DE VALOR DEL TURISMO. UNA FORMA GENERAL. 2011



Fuente: Proyecto cadena global de turismo de Costa Rica 2012. Escuela de Economía. UNA.

Es importante mencionar que dichas empresas pueden realizar compras de bienes y servicios a los proveedores internos o externos, provocando de esta manera los llamados encadenamientos productivos. Dentro de esta misma línea, los impactos indirectos se derivan de las compras de insumos por parte de los proveedores directos a las empresas de la región; las cuales, a su vez, compran insumos a otras empresas y así sucesivamente. En cuanto a los impactos inducidos, éstos se presentan cuando los propietarios de las empresas y los empleados gastan sus ingresos; puesto que esto desencadena compras de empresas intermediarias y posteriores consumos que se agregan al producto interno bruto y al empleo de los países.

De este modo, lo anterior adquiere un nivel mayor de complejidad al verificar que la experiencia turística no solo se genera desde las interacciones con los servicios turísticos, lo cual puede ser, en alguna medida, controlable por la empresa proveedora del servicio, sino que depende también, y muy crucialmente de factores tales como el clima, la conducta de la población

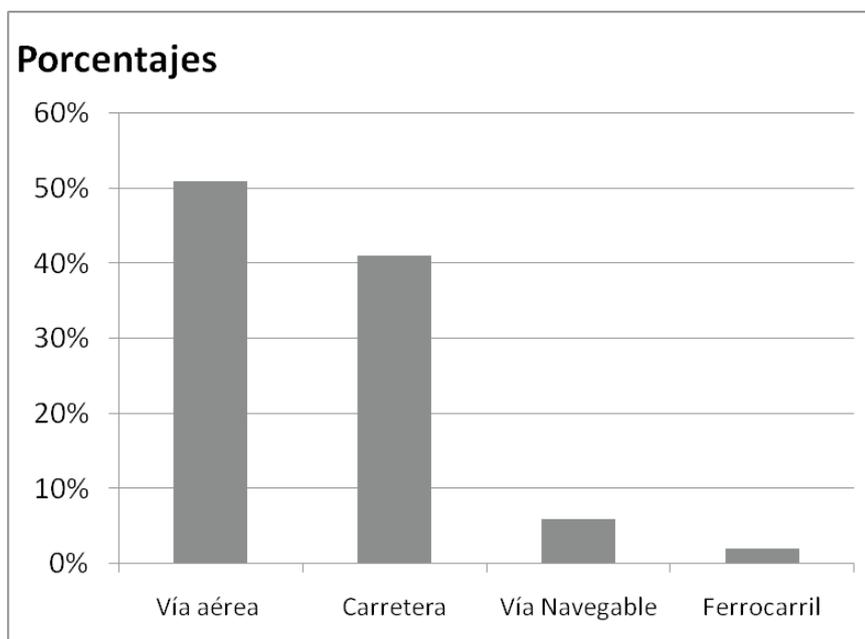
local y las características de los establecimientos. Además, debe mencionarse que los beneficios económicos que el sector turismo origine dependen de las condiciones de infraestructura, sistemas legales y niveles económicos y/o socioculturales que tengan los países para atraer y responder a las exigencias de los viajeros. De esta manera, el turismo se convierte en uno de los principales promotores del desarrollo socioeconómico de las regiones que cuentan con los atractivos para dichos fines.

La dinámica desigual de las regiones continentales en el turismo global se evidencia en el reposicionamiento de regiones en la atracción de turistas y en el crecimiento que han tenido en los últimos años. La llegada de turistas internacionales por región muestra tasas de crecimiento elevadas Oriente Medio y Asia y el Pacífico en la última década, mientras que a América muestra un crecimiento menor, con un incremento del 6,42% de las llegadas en el 2010. Esto ha generado que América se da a Asia y el Pacífico la segunda posición en cuanto a llegadas de turistas desde el año 2005. Europa es el principal destino de los turistas y ha ostentado esta posición desde hace años.

Los individuos y las familias dedican parte de su tiempo durante el año a vacacionar. Más del 51% de los viajes se debieron a motivos de ocio, recreo y vacaciones, lo que representó 480 millones de llegadas a distintos puntos del mundo. Por su parte, 27% de los turistas internacionales viajaron para visitar familiares y amigos, por motivos religiosos o tratamientos de salud y el 15% de los turistas indicaron que viajaban por negocios.

El principal medio para llegar a los lugares de destino fue el transporte aéreo. Aproximadamente el 51% de los arribos se dieron por este medio, los otros turistas accedieron a su lugar de destino mediante carretera (41%), ferrocarril (2%), y vía navegable (6%). Según la OMT, el transporte aéreo es el medio que ha venido ganando terreno en los últimos años, desplazando a las llegadas por carretera (ver gráfico 3). La preferencia de viajar por aerolíneas se asocia a los tiempos reducidos de desplazamiento en el nivel internacional y local. No obstante, el costo de los boletos aéreos afecta la preferencia por estos al encarecerse por parte de las líneas aéreas.

GRÁFICO 2: TURISMO RECEPTOR POR MEDIO DE TRANSPORTE, 2010.



Fuente: OMT 2011:3.

El posicionamiento de los 10 principales países de destino evidencia la hegemonía europea en el turismo internacional, ya que 6 pertenecen a este continente, y muestra pocos cambios en las preferencias de los turistas. El cambio más significativo fue el acceso de China a la tercera posición, desplazando a España, Reino Unido y a Italia en los últimos años. Este comportamiento está influido por la infraestructura, historia y cultura que han sido bien explotados por los países europeos.

Por su parte, la revista Forbes realizó un estudio en el año 2007 para determinar cuáles eran las atracciones turísticas más visitadas en el mundo, en las que sobresalen: el Times Square en Nueva York, el National Mall and Memorial Parks en Washington, D.C., Walt Disney World's Magic Kingdom en Lake Buena Vista, Trafalgar Square en Londres y Disneylandia en Anaheim California.

Los países de donde salen más turistas están asociados con las economías más ricas del mundo, lo que permite a una mayor parte de la población poseer los recursos necesarios para viajar. A su vez, 6 de estos países también conforman los principales destinos, lo que refuerza la tesis que

para ser competitivo en el sector turístico, los países deben destinar recursos para invertir en infraestructura.

Este crecimiento descrito del sector turismo a nivel internacional ejerce presiones sobre el territorio, los recursos naturales y la población local. De esta manera, es necesario que los gobiernos establezcan estrategias que estén dirigidas hacia la planificación de un desarrollo balanceado (reparto equitativo de los beneficios y la participación de los más pobres) y el mantenimiento de los niveles de competitividad necesarios.

4. CADENAS GLOBALES DE MERCANCÍAS (CGM) Y EL SECTOR TURÍSTICO INTERNACIONAL.

Las Cadenas Globales de Mercancías (CGM) son una construcción social que están localmente integradas y enfatizan en el arraigo social de la organización económica que las dinamiza. De este modo, la CGM enfatiza en procesos y evade el análisis parcial de la organización económica que rodea la producción de un bien. Para distintos autores el enfoque de cadenas es una herramienta valiosa para comprender la dinámica de inserción de firmas, sectores productivos, países y regiones en el sistema de producción mundial (Gereffi, 1994). En términos de conceptos básicos para tener claro la orientación del enfoque, la definición de cadena se orienta desde una visión de secuencia de procesos y acciones, ya que en ella se encuentra constituida una serie de eslabones donde el resultado es un producto final llamada mercancía que es producto del trabajo que la elabora en combinación con insumos o materias primas así como el uso de maquinaria y tecnología.

El análisis de las cadenas globales de mercancías permite estudiar los procesos de creación de valor, considerando los centros de control y sus consecuencias sobre la apropiación de rentas por cada uno de los actores participantes en las cadenas (Díaz et al, 2009).

La estructura analítica de este enfoque se respalda de la explicación, interacción y dependencia de cuatro dimensiones la dimensión insumo producto, ubicación geográfica; dimensión o contexto institucional y dimensión de control o fuerza.

Cuatro elementos claves determinan la estructura y dinámica de la Cadena Global de Mercancías (Pelupessy, 2001, Díaz, et al, 2009):

- **Estructura Insumo-Producto:** Se observan verticalmente los procesos de generación de valor que culminan en un producto final. Va desde la extracción de materias primas y el procesamiento, hasta el consumo y el desecho final y su reciclaje, pasando por diferentes fases de elaboración y comercialización.

- **Dimensión Geográfica:** Es el espacio de las actividades productivas, puede incluir países desarrollados o en desarrollo, regiones y localidades.
- **Contexto Institucional:** La estructura y la dinámica de las CGM son afectadas por políticas estatales y por los arreglos institucionales, estos últimos pueden ser de carácter interno, pueden estar relacionados con el ámbito internacional de las Cadenas Globales de Mercancías.
- **Fuerza Motriz:** Se trata de un actor (compañía) o grupo de compañías que coordinadamente dominan la extensión, la naturaleza y el flujo de los recursos dentro de la cadena. Las empresas, líderes, normalmente operan dentro de la sección o parte de la cadena con las barreras de entrada más alta, la menor competencia o la mayor rentabilidad. Esta dimensión refleja el poder que tienen agentes claves para organizarla y consecuentemente afectan al proceso de creación y distribución del valor.

Este enfoque no es puro en su composición debido a la relación que guarda con otros enfoques que integran sustancialmente elementos y componentes que tienden a ser homogéneos. Esto es así en el caso del enfoque de competitividad sistémica que integra cuatro niveles de análisis donde el nivel meso y meta integra elementos de la política institucional y marco institucional público en la orientación de la dinámica sectorial y productiva en países en desarrollo tanto en la industria como en la agricultura y los servicios (Esser 1994, Parada 2011)

El motivo principal para analizar el sector turismo desde el enfoque de Cadenas Globales de Mercancías es que los servicios han tomado gran importancia tanto para las economías industrializadas como para los países del tercer mundo. El fenómeno de la globalización ha impactado significativamente la producción, la propiedad y el comercio de las actividades de servicios. La globalidad dispersa que caracteriza al turismo, la secuencia de mercados imperfectos y el control ejercido por parte de empresas líderes, justifican la aplicación del enfoque de Cadenas Globales de Mercancías (Pelupessy 2000).

El enfoque de Cadenas Global de Mercancías es útil para analizar la estructura de organización de la industria del turismo. Mediante el enfoque se puede identificar las instituciones, actores, modos de producción, materiales necesarios para la producción, la distribución de los productos, la comercialización y la dinámica de consumo (Judd, 2006). El turismo puede ser entendido como la cadena de producción de una experiencia turística

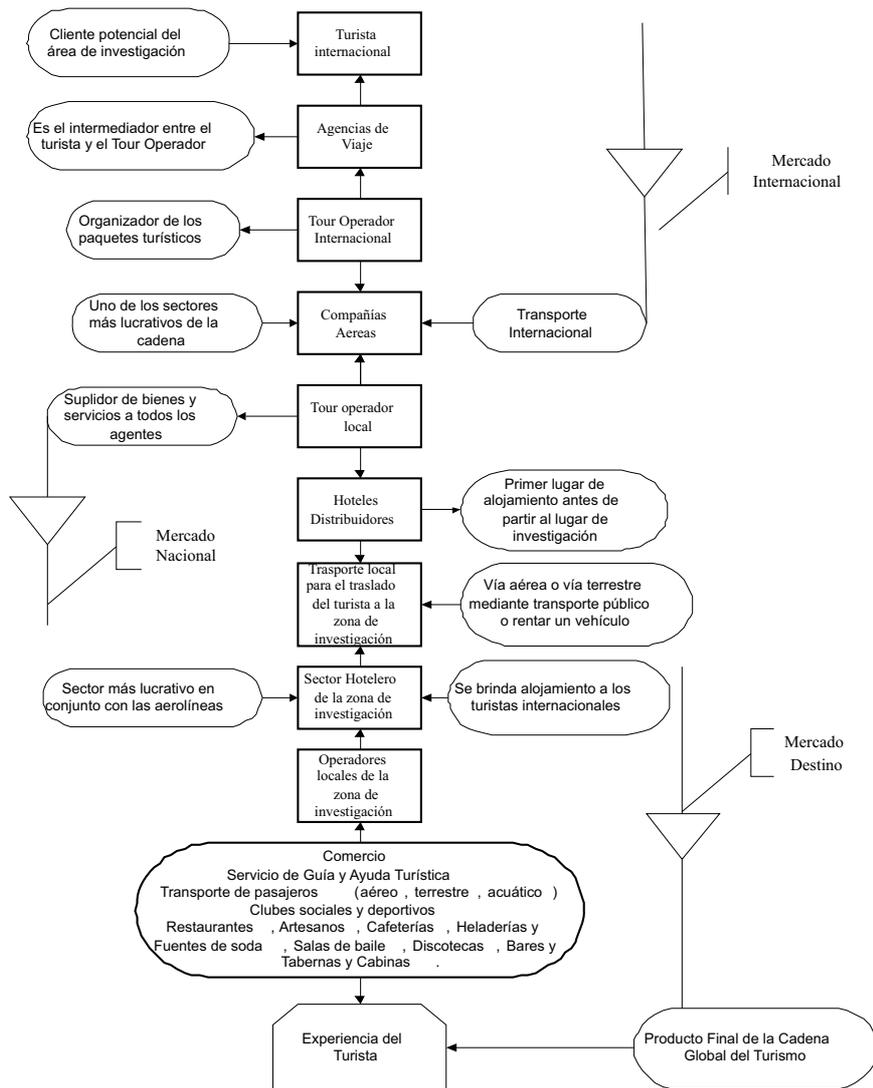
en lugar de una específica de producto físico final (Gollub et al, 2006). Cada agente de la cadena realiza una función en la que se invierten tiempo y dinero agregando valor a este producto (Pelupessy y Ochoa, 2009).

La cadena del turismo se organiza de acuerdo a la información proporcionada por los agentes y el producto final sólo se completa cuando se recibe en el lugar de destino. Esto implica por un lado, que el servicio no se consume en el momento del pago y por otro lado, su calidad no puede ser apreciado hasta después de consumir la experiencia.

La operacionalización del enfoque de Cadena Global de Mercancías a la actividad turística es a través de acercarse al estudio de la estructura organizacional a un nivel global con el fin de subrayar relaciones de poder e intercambio. Tal enfoque tiene la ventaja de enfatizar las oportunidades y restricciones de desarrollo asociadas con la actividad a través de la identificación de divisiones de trabajo globales prevalecientes dentro de estos sub-sectores. El mayor gasto turístico global se dirige hacia el transporte y el alojamiento. Las estructuras organizacionales de los dos sub-sectores en cuestión varían y no conforman puramente cadenas de productos de compradores o productores (Clancy, 1998). El autor aplicó el concepto CGM a dos actores importantes del turismo, que son las de la hotelería y las líneas aéreas. Estudios anteriores han demostrado que los agentes más importantes del turismo mundial son las agencias de viajes en el país de origen del viajero y los lugares intermedios, la comunidad internacional, los tour operadores, las líneas aéreas, los hoteles y operadores turísticos en el país anfitrión (Ascher, 1985; Higgins, 1996; Clancy, 1998; Cid 2002; Monreal, 2002; Pelupessy y Ochoa 2009).

5. LA ESTRUCTURA DE LA CADENA GLOBAL DEL VALOR DEL TURISMO

FIGURA 2: ESTRUCTURA DE LA CADENA GLOBAL DEL TURISMO DE COSTA RICA.



Fuente: Contreras y Porras (2012), tesis dirigida en el marco del proyecto de investigación de la Escuela de Economía titulado “La cadena global del turismo en Costa Rica”. 2011-2012

La estructura de la cadena global del turismo en Costa Rica evidencia una serie de articulaciones donde distintos actores sociales intervienen activamente para generar valor agregado. El turismo inicia con un turista internacional que es atendido por agencias de viajes que informan sobre las distintas ofertas turísticas alrededor del mundo. Particularmente, Costa Rica es ofertada en la economía mundial a través de un concepto de país verde y democrático. Entre el cliente o turista y la agencia de viaje intermedia el tour operador quien articula la fase internacional con la fase nacional para que un conjunto de requerimientos exigidos por el turista sean satisfechos a cabalidad. El tour operador contacta compañías aéreas para adquirir boletos de transportación, selecciona hoteles para el hospedaje, sugiere la visita a destinos de disfrute así como los precios de los servicios a adquirir. Al final de la cadena, la experiencia de turismo la realiza el turista según las preferencias que este tenga en algún país en un tiempo pre determinado. En los siguientes apartados se explica la dinámica de la industria hotelera, los tour operadores y las agencias de viajes.

5.1 INDUSTRIA HOTELERA

Hoy en día, los hoteles de clase turística están dominados por empresas transnacionales manejadas por cadenas hoteleras. A partir de 1995, diecinueve de las veinte empresas más grandes, medidas por número de habitaciones, tenían su base de operaciones en los países centrales o desarrollados (EIU, 1988 citado por Clancy, M; 1998: 131). Crear una reputación de servicios de calidad está entre los activos más importantes que busca las cadenas hoteleras. Si bien esto no es exclusivo para los hoteles, por supuesto, su reputación o la confianza que puedan generar en el cliente es fundamental en el negocio de la hospitalidad: la confianza emerge de la naturaleza del producto “hospitalidad” (Clancy, M; 1998: 132).

Una estancia en una habitación de hotel es una “buena experiencia”, lo que significa que a diferencia de la mayoría de los productos básicos, no pueden ser inspeccionados antes de ser consumidos (Clancy 1998). Los clientes potenciales asumen un riesgo adicional en la compra del producto y, a menudo buscan maneras de contener el riesgo. Una de esas estrategias es confiar en la reputación de la empresa. En otras palabras, la confianza puede ser realizada por medio del nombre de la marca, y que el nombre hace una diferencia en particular en el caso de los hoteles. Este factor inicialmente creó incentivos para la formación de cadenas, y también animó a las cadenas a expandirse en el extranjero. La confianza es especialmente

poderosa, donde los clientes toman decisiones en un ambiente desconocido, como por ejemplo, viajar a un país extranjero. En resumen, la mayoría de los turistas escogerán un nombre que ya conocen (Clancy 1998).

La industria trabaja a través de una serie de acuerdos contractuales. Estos se asemejan a los modelos impulsados por el comprador, pero contienen diferencias importantes. Lo más importante, las cadenas hoteleras venden principalmente en vez de comprar. En cadenas orientadas por la demanda (compradores), en donde las empresas ubicadas en el centro subcontratan la producción y se concentran en actividades de alto valor agregado como el diseño y la comercialización. Sin embargo, el producto se compra a un proveedor. Cadenas hoteleras también tienden a operar con el brazo extendido, pero por lo general entran en la “producción” a través de acuerdos de venta o el alquiler de su nombre a los propietarios de hoteles. Se trata de los propietarios, que proporcionan la mayor parte del producto de la hospitalidad a los clientes a través de salas, camas y otros servicios (Clancy 1998).

5.2 AEROLÍNEAS

El transporte aéreo se asemeja a otros sectores intensivos en tecnología sofisticada y capital. El capital y los requerimientos tecnológicos crean altas barreras de entrada. Los gastos iniciales son altos debido a la necesidad de equipos costosos y una mano de obra calificada. Además, la producción es bastante inflexible en el corto plazo, aunque puede ser ajustada en el mediano y largo plazo. Como resultado, el exceso de capacidad es frecuentemente un problema. Existen economías de escala, pero los costos fijos son también altos y tienden a contener un repunte cíclico que refleja el costo de renovación de equipos (O'Connor 1989; Morrison and Winston 1995; Petzinger 1995). Por último, la naturaleza de la producción significa que toda la aviación comercial de pasajeros está regulada de alguna manera, aunque sea sólo por la programación, control de tráfico aéreo, el mantenimiento de franjas horarias de despegue y aterrizaje, puertas en los aeropuertos o seguridad en general. Todos estos factores sugieren que la industria estará operando bajo competencia monopolística, y lo más importante, es que se parecen a otras cadenas de mercancías orientadas por los compradores u orientadas por la demanda (Clancy 1998, Gereffi 1994).

De hecho, la mayoría de los mercados —que son rutas individuales— se limitan a unos pocos productores, pero la división social del trabajo dentro del servicio aéreo comercial es más el producto de la gobernanza internacional y

de la regulación que de las características de la industria. Debido a los altos costos, combinados con la naturaleza singular y estratégica del transporte aéreo, las empresas han sido objeto de estrictos controles nacionales e internacionales que han producido cantidades importantes de propiedad estatal, simultáneamente oligopolios nacionales y una competencia internacional controlada (Clancy 1998).

5.3 TOUR OPERADORES

Los grandes tour operadores turísticos internacionales son al mismo tiempo compradores y vendedores de servicios turísticos y operan en un segmento importante de la Cadena Global del Turismo con altas barreras de entrada. La ventaja principal que tienen los tours operadores turísticos internacionales es la posición estratégica que ejerce (comprador y vendedor de servicios turísticos), en un momento ellos son los proveedores de los componentes turísticos y por el otro lado el tour operador se encuentra localizado de manera estratégica entre estos y los clientes (Pelupessy y Ochoa, 2009).

El poder de los tours operadores turísticos internacionales también está reflejado en los grandes volúmenes de demanda (turistas internacionales) que son capaces de administrar debido a la capacidad de administrar flujos turísticos directos a destinos diferentes y de cambiar de proveedor. También se obtiene ventajas desde el diseño de productos estandarizados y la generación de economías de escala en los acuerdos con sus proveedores (Pelupessy y Ochoa 2009).

En la ilustración 1 se presenta la estructura metodológica de la Cadena Global del Turismo en el mercado internacional se donde inicia con el turista, por su parte el tour operador es el que se encarga de organizar los paquetes turísticos mientras las agencias son el intermediador entre estos dos actores. Los hoteles y las líneas aéreas son los sectores más lucrativos en esta cadena. Por su parte a nivel nacional el turista recae en primer lugar en el tour operador local el cual es el suplidor de bienes y servicios de la zona donde el turista ingrese seguido de los hoteles y el transporte, posterior a ello el turista disfrutará del hotel, transporte, operadores locales y comercio de la zona de destino, donde finalmente logrará la experiencia turística la cual es el producto final de la cadena global de turismo.

6. INSTITUCIONALIDAD DEL TURISMO A NIVEL MUNDIAL

El turismo a nivel mundial cuenta con una institucionalidad pública y privada que facilita y promueve el desarrollo de la actividad turística mundial. Las entidades más importantes son:

- 1) **Organización Mundial de Turismo (OMT):** Es el organismo de las Naciones Unidas encargado de la promoción de un turismo responsable, sostenible y accesible para todos. Conformado por 155 estados miembros, es el organismo internacional encargado de emanar las recomendaciones de política de desarrollo, capacitación y concientización en temas relacionados al desarrollo del turismo en el mundo.²
- 2) **Organización Mundial del Comercio (OMC):** el número de miembros de la OMC que han contraído compromisos en el sector del turismo supera los 125, más que en cualquier otro sector de servicios. Los servicios de turismo están incluidos en las nuevas negociaciones sobre los servicios, iniciadas en enero del año 2000. Los principios aplicables al comercio de servicios de turismo figuran, al igual que para todos los servicios, en el Acuerdo General sobre el Comercio de Servicios (AGCS).³
- 3) **Consejo Mundial de Viajes y Turismo (WTTC):** conformado aproximadamente por 120 empresas más importantes del sector a nivel mundial, incluyendo empresas de transporte aéreo, cadenas hoteleras, empresas operadoras de turismo internacional y empresas de tecnología de la información aplicada al sector de los viajes y turismo⁴.
- 4) **Otras instituciones y organismos internacionales que trabajan en distintas esferas de la actividad turística son:** la Organización de Estados Americanos (OEA) y Asian Pacific Economic Council (APEC), que han constituido grupos de trabajo especializados en turismo que promueven la cooperación técnica en el sector, “The Ecotourism Society”, “The Explorers Club”, “The Mountain Institute”, etc.

6.1 LA FUNCIÓN DE LA ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO (OMT).

La Organización Mundial del Turismo (OMT) fue creado en el año 1925, forma parte de la Organización de Naciones Unidas (ONU), es una organización intergubernamental procedente de la Transformación de la Unión Internacional de Organizaciones Oficiales de Turismo (UIOOT). Es la principal organización internacional en el campo de los viajes y el turismo y constituye un foro mundial en materia de política turística. (OMT, 2002)

De acuerdo a los Estatutos de la Organización Mundial del Turismo (2009), entre los principales objetivos de esta organización intergubernamental

están: 1) promover y desarrollar el turismo con vistas a contribuir al desarrollo económico, la comprensión internacional, la paz, la prosperidad y el respeto universal y la observancia de los derechos humanos y las libertades fundamentales para todos, sin distinción de raza, sexo, lengua o religión, 2) prestar particular atención a los intereses de los países en vías de desarrollo en el campo del turismo y 3) establecer y mantener una colaboración efectiva con los órganos adecuados de las Naciones Unidas y sus organismos especializados. Buscando una relación de cooperación y de participación en las actividades del Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, como organismo participante y encargado de la ejecución del Programa.

La Organización Mundial del Turismo (OMT) para el año 2011 estaba conformada por 155 Estados Miembros (Costa Rica, fue miembro de 1975 a 1988 y luego volvió a formar parte de la OMT en 1995 hasta la actualidad) y alrededor de 400 Miembros Afiliados que representan al sector privado, instituciones de enseñanza, asociaciones de turismo y a autoridades turísticas locales. La OMT tiene como responsabilidad la aplicación de la Agenda veintiuno el cual es un programa de las Naciones Unidas que consiste incorporar la sostenibilidad al desarrollo de la actividad turística, esta agenda es un plan detallado de acciones que deben ser acometidas a nivel mundial, nacional y local por entidades de la ONU, los gobiernos de sus estados miembros y por grupos principales particulares en todas las áreas en las que ocurren impactos humanos sobre el medio ambiente.

Debido a la acelerada expansión del sector turístico a nivel mundial, esto ha generado una presión bastante importante sobre el entorno natural, cultural y socioeconómico de cada uno de los destinos turísticos. Es por ello que la OMT está promoviendo el cumplimiento del Código Ético Mundial para el Turismo, el cual tiene como fin minimizar los impactos negativos del turismo sobre el medio ambiente y el patrimonio cultural al tiempo que maximiza los beneficios para los residentes de los destinos turísticos. (Johannesburgo, 2002)

La OMT ha reconocido que la actividad turística ha logrado un crecimiento incontrolable y desde 1988 había propuesto el principio del turismo sostenible, entendido como: *“Actividad orientada a la gestión de todos los recursos de manera que se satisfagan las necesidades económicas, sociales y estéticas, respetando al mismo tiempo la integridad cultural, los procesos ecológicos esenciales, la diversidad biológica y los mecanismos de apoyo a la vida”* (OMT, 2002: 7). En 1988 la OMT con el objetivo de lograr el desarrollo sostenible creó en su

Secretaría una Sección de Desarrollo Sostenible del Turismo, así como un comité político de Estados Miembros en el que todas las regiones están representadas, la presidencia es ocupada actualmente por Costa Rica.

Asimismo la OMT ha adoptado una serie de medidas para promover el turismo sostenible a nivel mundial, entre estas están:

- 1) **Agenda 21 para la Industria de Viajes y Turismo:** la cual se basa en los principios definidos en la Cumbre de Río en 1992, este documento fue publicado en 1995 y define las áreas prioritarias para el sector público y privado en el desarrollo sostenible del turismo.
- 2) **Código Ético Mundial para el Turismo:** el cual es un instrumento esencial para ayudar a reducir los efectos negativos del turismo en el medio ambiente y en el patrimonio cultural, maximizando al mismo tiempo los beneficios para quienes residen en los destinos turísticos.
- 3) **Planificación para el desarrollo sostenible del turismo:** consiste en cooperación técnica para formar planes estratégicos de turismo a nivel nacional y provincial en Estados Miembros, realizar publicaciones sobre planificación turística a nivel nacional, regional, local y para establecimientos turísticos y dar talleres y seminarios nacionales en la base de estos documentos.
- 4) **Indicadores de turismo sostenible:** desde 1993 la OMT ha realizado estudios pilotos, publicó una guía práctica y organizó una serie de talleres regionales sobre este tema. El propósito de los indicadores es utilizarlos como una herramienta básica de la planeación y monitoreo del desarrollo turístico.
- 5) **Compilaciones de buenas prácticas:** Una serie de publicaciones que recopilan sistemáticamente proyectos y operaciones turísticos ejemplares en el turismo sostenible, con el fin de compartir experiencias exitosas que se pueden adaptar en otros destinos.
- 6) **Certificaciones y otras iniciativas voluntarias para la regulación del turismo sostenible:** Con el principal objetivo de consolidar las diversas medidas existentes, la OMT realizó un estudio mundial en este tema. Los resultados fueron publicados en 2002 titulado “Iniciativas voluntarias para la sostenibilidad del turismo: inventario mundial y análisis comparativo de 104 eco etiquetas, premios y compromisos voluntarios”. Con base en este estudio, actualmente la OMT esta apoyando un estudio de factibilidad para la creación de una Agencia de Acreditación Global con el propósito de establecer marcos e estándares internacionales para sistemas de certificación para el turismo sostenible.

Dado el compromiso de la OMT de promover el turismo sostenible, dos acontecimientos principales se han dado a inicios del siglo XXI: El Año Internacional del Ecoturismo (AIE) en el año 2002: el cual, bajo el auspicio del Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente (PNUMA) y la OMT. Ha venido a fortalecer los trabajos de la Sección de Desarrollo Sostenible de Turismo (OMT), en el análisis de las implicaciones positivas y negativas del ecoturismo y con ello promover prácticas sostenibles mediante: asistencia a los Estados Miembros, reuniones y conferencias, publicaciones técnicas y ferias de turismo internacional (Yunis 2003).

La Cumbre Mundial sobre el Desarrollo Sostenible (Johannesburgo, Sudáfrica), la cual fue la culminación de las diversas actividades emprendidas del gran número de organizaciones involucradas a nivel mundial y representó el mayor evento del AIE con la participación de 1200 personas provenientes de 130 países. Este documento fue creado por medio de una amplia consultación durante la Cumbre y contiene recomendaciones precisas para las autoridades gubernamentales, el sector privado, las ONG, las instituciones académicas, las organizaciones intergubernamentales, las comunidades locales e indígenas, agencias financieras y de asistencia para el desarrollo (OMT 2002).

Con respecto a la Cumbre Mundial sobre el Desarrollo Sostenible, en el Plan de Acción acordado en Johannesburgo se incluye un artículo completo sobre Turismo, el cual enfatiza la necesidad de la preservación del patrimonio natural y cultural como base de la actividad turística, la participación de las comunidades receptoras en el proceso de planeación y operación, la cooperación internacional e intersectorial, la asistencia técnica a los países en desarrollo y en transición, el apoyo a las pequeñas empresas por medio de capacitación, acceso a mercados y a la información, promover la diversificación de las actividades económicas con el desarrollo del turismo, etc. (OMT 2002).

Actualmente la Organización Mundial de Turismo en su programa de trabajo está enfocada en fomentar la implementación de las recomendaciones contenidas en el Plan de Aplicación de Johannesburgo y en la Declaración de Québec del año 2002, donde las diferentes formas de turismo, en especial el ecoturismo, si se gestionan de manera sostenible, pueden representar una valiosa oportunidad económica para las poblaciones locales e indígenas y sus culturas, así como para la conservación y la utilización sostenible de la naturaleza para las generaciones futuras.⁵

Por su parte el Consejo Mundial de Viajes y Turismo (WTTC) fue parte en conjunto con al OMT y el Consejo de la Tierra, en la creación de la Agenda 21, con el propósito de promover el turismo sostenible a nivel mundial. La WTTC ha tratado de elevar la conciencia sobre el impacto económico y social que la industria turística ha generado, incluso a inicios de los años 90 propuso un programa denominado Green Globe cuyo objetivo era crear una conciencia ambiental.

En el caso de la Organización Mundial de Comercio (OMC) los servicios representan la actividad económica más importante en muchos países cuando se miden como proporción de la producción total, y constituyen la principal fuente de empleo. El Acuerdo General sobre el Comercio de Servicios (AGCS) exige a los Miembros de la OMC que liberalicen cada vez más el comercio de servicios a través de rondas sucesivas de negociaciones. En la Conferencia Ministerial de Doha celebrada en noviembre de 2001, las negociaciones sobre los servicios pasaron a formar parte del «todo único» previsto en el Programa de Doha para el Desarrollo. El Consejo del Comercio de Servicios en Sesión Extraordinaria y sus órganos subsidiarios se encarga de supervisar esas negociaciones. Los resultados en este ámbito se verán hasta que concluya la negociación del Programa de Doha para el Desarrollo ⁶ (Informe anual 2010 OMT).

7. CONCLUSIONES

El sector turismo es uno de los más dinamizadores de la economía. El flujo de bienes y servicios se incrementa con forme los ciudadanos se comportan como turistas. La demanda de servicios y bienes se incrementa, empujando el efecto multiplicador del gasto esto ocurre en la alimentación, el hospedaje, el vestido, los servicios, entre muchos más. Adicionalmente, la demanda exigente en materia de calidad presiona por la calidad y hace que se incentiven los cambios tecnológicos, sociales, culturales y financieros en la sociedad en su conjunto.

El análisis de la actividad turística desde las cadenas globales evidencia como los diferentes actores participan en forma heterogénea, donde existen agentes que tienen un mayor grado de poder y control en la cadena lo que les genera rentas diferenciadas. En este caso las cadenas hoteleras transaccionales, las aerolíneas y es uno de los agentes con mayor poder en la cadena lo que le permite apropiarse de mayor valor agregado.

Las cadenas hoteleras crean una reputación ligada a la calidad. Para el turista la reputación o confianza se constituye un factor crítico en lo que

respecta al negocio del hospedaje, la alimentación y estadía en un destino turístico en general. Las formas más comunes de expansión no equitativa para hoteles dentro de nuevos mercados son a través de contratos de gerencia y franquicias. Durante los últimos veinte años estos contratos gerenciales se han vuelto más comunes y estandarizados. Los acuerdos de franquicias están basados, usualmente, en ubicaciones geográficas e incluyen el derecho de usar una marca, un sistema de reservaciones y apoyo técnico. Generalmente, estos acuerdos son similares entre las distintas cadenas hoteleras. Desde el punto de vista de las cadenas hoteleras, los términos de los acuerdos gerenciales y de franquicias son, por lo general, muy lucrativos.

El transporte aéreo representa otro sector tecnológicamente sofisticado y de capital intensivo en la cadena del turismo. Los requerimientos de capital y tecnología crean altas barreras de entrada. Los costos de inicio son altos debido a la necesidad de equipo especializado y fuerza laboral especializada. Los transportes aéreos han estado entre las industrias más protegidas del mundo. Pero, al mismo tiempo que ha sido fuertemente protegida, se la puede considerar parte del proceso de acumulación internacional de capitales dirigido hacia la maximización de la ganancia tal y como sucede con cualquier tipo de negocio capitalista.

Los tour operadores internacionales tienen un gran poder en la cadena ligado a los grandes volúmenes de demanda (turistas internacionales) que son capaces de administrar lo que les permite escoger a los agentes locales que ofrecerán los servicios turísticos y en muchos casos obtener márgenes altos de intermediación entre los precios cobrados a los turistas y los pagados a los agentes locales.

A nivel internacional un agente esencial en el nivel institucional es la Organización Mundial del Turismo (OMT). Este busca generar un marco conceptual claro con respecto al turismo que le permita obtener estadísticas confiables que reflejen el crecimiento del sector. Además en los últimos años se ha venido preocupando por incorporar normas sostenibles ambientalmente que disminuyan los impactos ambientales y sociales en los territorios receptores del turismo.

8. BIBLIOGRAFÍA

CEPAL, 2006. Cuadernos estadísticos N° 34. Indicadores Económicos del Turismo. En electrónico <http://www.eumed.net/rev/turydes/01/cepal-ieturismo.pdf>

CEPAL, 2001. Encadenamientos generados por el sector turismo. En electrónico <http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/3/9563/r815.pdf>

Consejo Mundial de Viajes y Turismo (WTTC) <http://www.wttc.org/our-mission/>. <http://ethics.unwto.org/en/content/global-code-ethics-tourism>.

Contreras, M y Porras, L (2012). Participación de la micro, pequeña y mediana empresa costarricense en la generación y apropiación de valor en la Cadena Turística del distrito Bahía Ballena. Tesis de Licenciatura en Economía. Escuela de Economía. Universidad Nacional

Clancy, M(1998). Commodity Chains, Services and Development: Theory and Preliminary Evidence from the Tourism Industry. En *Review of International Political Economy* vol.5 N° 1, primavera de 1988, Reino Unido, pp. 122-148.

Contribuciones de la Organización Mundial del Turismo a la Cumbre Mundial sobre el Desarrollo Sostenible (Johannesburgo, 2002). En electrónico <http://www.antropologiasocial.org/contenidos/tutoriales/patrimonio/textos/wto-contributions-esp.pdf>

Cuenta satélite de turismo: Recomendaciones sobre el marco conceptual, 2008 Naciones Unidas http://unstats.un.org/unsd/publication/Seriesf/SeriesF_80rev1s.pdf

Declaración de Quebec sobre el ecoturismo, 2002. En electrónico <http://www.jmarcano.com/turisos/nature/ecotour/cumbre.html>

Díaz R., Pelupessy, W., & Saénz F. (2009): *Cadenas Globales: Enfoques y Aplicaciones para Agroindustrias de países en desarrollo*. Universidad Nacional Heredia, Campus Omar Dengo, Costa Rica.

Estatutos de la Organización Mundial del Turismo junio, 2009. En electrónico <http://dtxqtq4w60xqpw.cloudfront.net/sites/all/files/docpdf/unwtoestatutesesp.pdf>

Fundación por la Socialdemocracia de las Américas. Revista El Turismo en electrónico <http://www.fusda.org/Revista%2014/Revista14-1ELTURISMO.pdf>

Gereffi, G. (1994). The organization of buyer-driven global commodity chains: how U.S. retailers shape overseas production networks. En "Commodity Chains and Global Capitalism", editado por Gary Gereffi y Miguel Korzeniewicz, Praeger Publishers, ISBN 0-275-94573-1, United States of America

Judd, D. (2006). Commentary: Tracing the Commodity Chain of Global Tourism. *Tourism Geographies*, Vol.8, N° 4, 323-336. Department of Political Science, University of Illinois at Chicago, Chicago, USA.

Ochoa, G. y Pelupesy, W (2009). The sustainability of the tourism chain in the Amazon: A conceptual framework.

- Organización Mundial del Comercio (OMC). En electrónico http://www.wto.org/spanish/tratop_s/serv_s/tourism_s/tourism_s.htm
- Organización Mundial de Turismo, Glosario Básico. En electrónico <http://media.unwto.org/es/content/entender-el-turismo-glosario-basico#Motivo>
- Organización Mundial de Turismo (OMT), 1998. Implications of the UN/OMT Tourism Definitions for de U.S Tourism Statistical System.
- Organización Mundial de Turismo (OMT), 1995. Concepts, Definitions for Tourism Statistics.
- Blanke y Chiesa (2009). Travel and competitiveness. Foro Económico Mundial.
- Organización Mundial del Turismo (2002): Contribuciones de la OMT a la Cumbre Mundial sobre el Desarrollo Sostenible. Johannesburgo, Sudáfrica.
- Mankiw, G.(2007). Principios de Economía. Cuarta edición. Editorial Thomson.
- Organización Mundial de Turismo (OMT), 2008. Introducción al Turismo. En electrónico http://snap3.uas.mx/RECURSO1/LibrosElectronicos/turismo/Introduccion_al_turismo.pdf
- Organización Mundial de Turismo (OMT). 2008 Barómetro OMT del Turismo Mundial. En electrónico http://www.observatur.edu.ar/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=371
- Organización Mundial de Turismo (OMT). 2010 Barómetro OMT del Turismo Mundial. En electrónico http://pub.unwto.org/WebRoot/Store/Shops/Infoshop/Products/1324/UNWTO_Barom10_2_sp_HR_excerpt.pdf
- Organización Mundial de Turismo (OMT), 2011. Panorama OMT del Turismo Internacional, edición 2011.
- Acuña M, Villalobos D y Donoso A (2001). Ecoturismo en Costa Rica: Competitividad y sostenibilidad. Revista Ambientico No.28. Universidad Nacional de Costa Rica.
- Pelupessy, W (2001). Market Failures in Global Coffee Chains. Conference: The Future of Perennial Crops. Yamoussouko, Ivory Coast, November 4-9.
- Pelupessy, W (2000). Research meeting. The global commodity chain approach as an analytical tool in development economics. Development Research Institute (IVO), Tilburg University, 1-16.
- Varián (1999). Microeconomía Intermedia. Quinta edición. Antoni Bosh. Barcelona, España.
- North, D. (2001). Instituciones, cambio institucional y desempeño económico. Fondo de Cultura Económica. México.

Naciones Unidas, 2008. Recomendaciones Internacionales para Estadísticas de Turismo. En electrónico: http://unstats.un.org/unsd/publication/SeriesM/Seriesm_83rev1s.pdf

Yunis, E (2003). I Fórum de Ecoturismo y Espacios Naturales. Sección de Desarrollo Sostenible del Turismo, Organización Mundial del Turismo (OMT)

Parada M. (2009). La fuerza motriz en el desarrollo económico de las Micros, pequeñas y medianas empresas en la cadena global de Ropa. Revista Redivec. Vol.10. pp. 15-28

De la Torre, O. El turismo. Fenómeno social. Revista Turismo Sustentable octubre-diciembre 2008. 7 re impresión, Fondo de Cultura Económica. México. DF

Contreras M. y Porras L. (2012). Participación de las micro, pequeña y mediana empresa costarricense en la generación y apropiación de valor en la cadena turística del distrito de Bahía Ballena, Costa Rica. Tesis de licenciatura. Escuela de Economía. UNA. 2012.

ABSTRACT:

The international tourism is analyzed through the global commodity chain approach. The commodity chain integrates four dimensions such as: input-output analysis, geography location, institutional framework and the governance structure. This chain has been oriented by the demand or consumers whose establish a set of requirements for the international suppliers. Several actor are part of the development into the chain such as small hotels, international hotel chains, tour operators, public institutions, among others. Additionally, there are many factors like technology and the quality of human resources that affects the position of small and medium size enterprises in the final market. This articles explain the dynamic of tourism value chain to suggest government policies to improve the tourism competitiveness.

Keywords: Tourism, global value chain, competitiveness, economic development.

Pornografia: construção simbólica ou desejos implícitos

Basilon Azevedo de Carvalho - Universidade Federal da Bahia – UFBA

RESUMO

A pornografia é uma construção simbólica, ela por si só enquanto objetos simbólicos não têm uma característica peculiar do proibido, pode ser condenada por julgamentos cristãos / neo-cristãos / valores morais estabelecidos pela estrutura social, no entanto, junto às nossas fantasias imaginárias criadas pelo desejo de avançar sobre os preceitos estabelecidos e convencionais, no que diz respeito à simbologia pornográfica que está para além das nossas práticas na sociedade composta de normas e regras e também é possível estabelecer um paralelo com? A corrupção tem origem na palavra ruptura, que pode significar o rompimento ou desvio de um código de conduta moral ou social? Esta seria uma nova categoria pornográfica.

Palavras Chave: Pornografia, Valores Morais, Corrupção.

A pornografia é uma construção simbólica. Ela, por si só, enquanto objeto simbólico, não tem uma característica peculiar do proibido, no entanto, junto às nossas fantasias imaginárias criadas pelo desejo de avançar sobre os preceitos estabelecidos e convencionais, no que diz respeito à simbologia pornográfica que está além das nossas práticas na sociedade composta de normas e regras.

Deparamos então com atitudes que convêm distingui os nossos desejos mais íntimos expressos na pornografia que sempre é “o outro que prática”, o eu (indivíduo) da relação, não há prático.

Segundo Regina Navarro:

Durante muitos séculos o sexo foi considerado abominável. Afinal, controlar o prazer das pessoas é controlar as pessoas. Encontramos ainda muita gente com inibições, censuras e tabus. As pessoas sofrem com seus desejos, fantasias, culpas, medos, vergonha... Quantos desejos são reprimidos por fugirem do padrão estabelecido? Mas as mentalidades estão mudando. Desde a pílula, o sexo se dissociou da procriação e se aliou ao prazer. E as pessoas passaram a desenvolver cada vez mais o prazer sexual.

<http://mulher.uol.com.br/comportamento/noticias/redacao/2010/11/23/ter-parceiro-unico-pode-se-tornar-coisa-do-passado-diz-psicanalista.htm> (acessado em 18/07/2012).

No campo imaginário, os atos pornográficos são atitudes vis, que são conotadas a outras pessoas, quem geralmente fala sobre a pornografia, distancia-se como se não a praticasse, logo, o outro é quem a pratica, e quem a condena por meros julgamentos cristão / neo-cristão / valores morais estabelecidos pela estrutura social, esboçam o quanto são também pornográficos conotar a outrem, o ser pornográfico.

Com a pornografia, a libido que está no subconsciente é apresentada aos indivíduos apreciadores um afloramento de desejos mais íntimos, a lógica desses anseios para o bel-prazer, se deve a conotação dada ao termo “pornografia”, que esconde a cobiça do instinto humano em realizar possivelmente todos os atos de libidinagem escondidos do nosso interior.

Uma faceta da pornografia que não se pode ser velada é a diversão que ela provoca, sua esfera de emoções provocadas pelo que é posto como proibido, versus o desejo/anseio da realização sexual e/ou depravação que a terminologia “pornografia” sugestiona, provoca uma necessidade tal em satisfazer os desejos mais tenros que o homem/mulher em sua totalidade esconde/camufla.

Segundo Moraes e Lapeiz (1984) o joguinho está condicionado ao aperto da tecla ON e OFF, que delimita as emoções, entre a ordem imediata do mundo real e o imaginário, que ao apertamos a tecla ON, nos deparamos com o satisfazer nossas necessidades de heroísmo na ficção, sem a intervenção do certo e errado, apenas nos debruçamos num espaço de mostrar a virilidade versus sensualidade no tocante da não existência das regras.

Os nossos desejos segundo a opinião dos literários devem ser respeitados e expostos sem julgamentos, para os empresários tidos como libertinos é uma miscelânea para fabricar dinheiro, com a indústria pornográfica. Já os moralistas, que carregam o slogan dos “bons costumes”, criticam toda a esfera que circunda a pornografia, com o discurso: do aliciamento da moral das famílias; reproduzindo um texto bíblico (Sodoma e Gomorra), como se estas famílias, estivessem aquém da intimidade entre quatro paredes; dos desejos reprimidos (por imposição da sociedade); e das pornografias encontradas no mais íntimo ser, daqueles que tanto a condenam.

O questionamento é saber se? Quem expressa uma indignação e posiciona-se contra a não prática do sexo, como divertimento, prazer,

exemplificadas nas histórias em quadrinhos, está aquém da necessidade humana de expressar sua libido, pela mesma prática, tal qual se condena. Segundo Regina Navarro “O *sexo é natural, mais para o prazer é aprendido. Pode ser praticado para a reprodução, como os puritanos, ou atingir altos níveis de prazer*”.

O termo moral surge do latim “mores” que quer dizer “costumes”. A este termo “moral” a sociedade criou uma espécie de cúpula vitral, onde quaisquer eventualidades que fujam dos costumes ou transgrida o que está posto como valor moral, é questionável, assim não seria diferente com o termo pornografia, conceituada como libertinagem, uma criação demoníaca que provoca uma série de desordem no estabelecido valor moral e padrão convencional. Podemos verificar ao longo dos séculos como as sociedades podava a sexualidade dos indivíduos, com discursos inclusive pós morte.

Absurdos da repressão, Século IV – O pavor da sexualidade era tanto que os mortos não eram considerados sexualmente impotentes. Um edito da igreja ordenou que um cadáver masculino não devia ser sepultado ao lado de um cadáver feminino até que este ultimo se achasse totalmente decomposto. A tentativa de reprimir o sexo, na verdade, levava à reprodução constante com ele. Se a vitória significava vigilância eterna, para alcançá-la era necessário pagar um alto preço. O ascetismo conduziu, sem duvida, à intolerância, ao obscurantismo e à agressividade aberta, isto porque o asceta não se contentava em apenas controlar a si mesmo; inevitavelmente tentava controlar a carne e alma dos outros. (LINS, 2012).

Esta “colisão moralista” que a palavra e/ou ato pornográfico provoca, chama atenção para situação de caráter ambíguo, por conta de que a mesma pornografia que o outro exerce como uma irregularidade moral é a mesma praticada intrinsecamente por todos, já que a libido que é inerente ao ser humano, identifica como desejos latentes entre homens e mulheres, mulheres e mulheres, homens e homens, possam realizar seus desejos uns para com os outros, tal necessidade é latente por que compartilha da sua própria natureza/instinto enquanto ser humano. Os contextos sobre sexualidade “cambiam” a todo o momento, ao analisamos algumas quebras de paradigmas podemos perceber o emergir os novos anseios da sociedade moderna no que se refere à sexualidade.

Marjorie Garber, professora da universidade de Harvard, que elaborou um profundo estudo sobre a temática bissexualidade, compara a afirmação de que os seres humanos são heterossexuais ou homossexuais às crenças de antigamente, como: o mundo é plano, o sol gira ao redor da terra. E pergunta: será que a bissexualidade é um terceiro tipo de identidade sexual, entre a homossexualidade e a heterossexualidade – ou além dessas duas categorias? Acreditando que a bissexualidade tem algo fundamental a nos ensinar sobre a natureza do erotismo humano, ela sugere que em vez de hetero, homo, auto, pan e bissexualidade, digamos simplesmente sexualidade. (LINS *apud* GARBER, 2010. <http://delas.ig.com.br/colunistas/questoesdoamor/bissexualidade+o+sexo+futuro/c1237758066542>) acessado em 28/04/2012.

As muitas formas de fazer-se mulher ou homem, as varias possibilidades de viver prazeres e desejos corporais são sempre sugeridas, anunciadas, promovidas socialmente (e hoje possivelmente de formas mais explicitas do que antes). Elas são também, renovadamente reguladas, condenadas ou negadas. Na verdade, desde os anos sessenta, o debate sobre as identidades e as praticas sexuais e de gênero vem se tornando cada vez mais acalorado, especialmente provocado pelo movimento feminista, pelos movimentos de gays e de lésbicas, e sustentado, também por aqueles e aquelas que se sentem ameaçados por essas manifestações novas divisões sociais e o nascimento do que passou a ser concebido como política de identidades (LOURO, 2000 *apud* STUART HALL, 1997).

A pornografia indica muitas vezes a expressão introjeção do desejo mais pessoal e intimo do ser, para uma esbórnica das apresentações imaginarias muitas vezes heróicas, avassaladoras, grotescas com um humor sádico, em outras ilustrações um masoquismo que inspira o desejo de dominar e ser dominado.

O poder da dominação está atrelado ao contexto lógico estipulado da sociedade machista e implementado pela “boa moral e o bom costume”, implica que é literalmente normal exercer o papel de virilidade e de submissão, ou seja, o homem tem o papel voraz e a mulher está condicionada/condenada à bonança servil, percebemos isso como em décadas anteriores era explicito o que se esperava da mulher, que deveria casar-se virgem,

cuidar dos filhos, constituir família, bem como ser a fiel e boa esposa. Segundo a psicanalista e escritora Regina Navarro Lins, em entrevista cedida ao Observatório Feminino:

“...a história das mentalidades nos permite perceber como as mudanças ocorrem. Se você afirmasse na década de 50 ou 60 que dentro de algum tempo as moças não se casariam virgens, diriam que você estava louca. Diriam que a sociedade não estava preparada para isso. Perder a virgindade era uma coisa terrível. Se você dissesse que dentro de algumas décadas, a separação seria comum. Mulher separada era discriminada. Os filhos também eram. Havia escolas que não permitiam a matrícula de filhos de pais separados. Hoje é a mesma coisa. Muita gente pode resistir a isso, sempre há os conservadores e as mentalidades não mudam ao mesmo tempo...” (LINS, <http://www.observatoriofeminino.com.br> acessado em 28/04/2012).

Com a evolução tecnológica, a emancipação dos povos, troca de experiências culturais, podemos perceber que a mulher tem um papel importante, neste ínterim, nasce a evidência do desejo sexual das mulheres serem convencidos igualmente aos desejos dos homens. Os desejos que anteriormente eram velados, subjugados, reprimidos, etc., esta cobiça a muito freada pela sociedade machista, toma um rumo de insurreição que expressa os mais intensos e apoteóticos desejos das mulheres que a muito foram tolhidas dos seus anseios, estas, ao longo das décadas mostram a todo vapor suas nuances e curvas, bem como topless e algumas o adotar do não uso de roupas íntimas.

Esta insurreição feminina provoca uma revolução na sociedade como um todo a exemplo: da Moça, ao mercado próprio para mulheres no que diz respeito a peças íntimas, às vendas de sex shop, etc. Neste contexto é necessário aproveitar o momento e as curvas que as mulheres, sua exposição passa a ser o prato principal da pornografia, pois através das mulheres e de todos os seus mitos, o homem continua desejando intensamente sua personificação, a mulher que realiza toda a volúpia masculina fundamentada na exploração dos mais brandos corpos femininos, que servem ao bel-prazer do homem.

A pornografia é para muitos a válvula de escape de angústia contido em meio a frustrações familiares, mas expressa os desejos mais intensos e íntimos pornograficamente furtivos do imaginário de cada indivíduo. O que poderíamos conceituar como expressão suprimida da libido. Freud (1978) discorreu em sua época, como ocorre o conflito entre id e superego,

e suas conseqüências para o ego, Segundo Freud, entre as pulsões que compõem o id, destacam-se as energias de natureza sexual. É contra elas que se erguem às barreiras morais estabelecidas pela sociedade e são internalizadas pelo indivíduo, assim se constitui o superego.

O próprio Sigmund Freud conviveu numa sociedade que praticava forte controle sobre o comportamento sexual dos indivíduos, em especial das mulheres, que se sentiam culpadas, pecaminosas e sujas ao verem brotar os desejos dentro de si, os mesmos não poderiam ser expressos, pois denunciava desvio de conduta moral.

O contexto contemporâneo e seus conceitos incorporados a uma postura ética e moral estabelecida, não expressa muita valia quando se trata dos acordos políticos, para melhor explicitar podemos relembrar o caso da violação do painel eletrônico no Senado e em seguida fora instalada uma investigação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Em tempos atuais são liberadas diversas liminares que concede o direito de silêncio a indiciados na Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI. Observamos então que os valores morais não parecem ser tão questionáveis na trajetória política brasileira, destarte, é latente à postura moral estabelecida no que tange aos desejos do inconsciente, desejos e recalque propõem tendências eróticas e agressivas escondidas da sociedade que preza por uma postura ética, a mesma sociedade apresenta uma indiferença aos acontecimentos políticos mais é provida pré-julgamentos aos comportamentos que fogem da convenção estabelecida pela sociedade civil.

Voltemos ao ser pornográfico, o mesmo não tem limite delimitado territorial, assim podemos adentrar na terra da magia, do carnaval, da sacanagem sem fronteiras, das corrupções impensáveis que inspira o turismo sexual, da invasão portuguesa e sua devassidão sobre as índias brasileiras, onde os colonizadores consideravam as populações indígenas verdadeiros animais ignorantes, porém, não o bastante para a volúpia do bel-prazer e ou o genocídio de milhares de índios, ou ainda, o processo da escravização brasileira, onde as negras além de servis na casa branca da cozinha ao deleite da cama do barão.

Ao consideramos a pornografia como um ato que não pode ser exposto, porque fere a convenção estabelecida da moral e dos bons costumes, observamos diversos problemas no cenário político, assim vivemos muitas atrocidades neste Brasil. País este, onde a Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI virou moda; o roubar na política tornou-se um ato politicamente correto; casar hoje separar amanhã virou tradição; pousar nua ou nu por

centenas de cifras é corroborar com a arte do “nu artístico”, fraudar a previdência social e estabelecer moradia numa ilha dos paraísos fiscais é zelar pela nação. Seria anormal, amoral, imoral transar na praia com seu namorado, assim como fez uma apresentadora da televisão brasileira?

Estes apelos às falcatuas, da quebra dos paradigmas sociais/políticos, bem como econômicos, num país laico, mas que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE / 2010, há uma grande contingência de cristãos católicos com cerca de 73,57%. Reflete uma noção religiosa sobre a população, a mesma população moralista, que elege políticos (velhos conhecidos de praticas ilícitas) na expectativa de um avanço do país e os mesmos políticos elegeridos, exerce seu papel com desdém para com seus eleitores. A etimologia da palavra corrupção: “*A corrupção tem origem na palavra ruptura, que pode significar o rompimento ou desvio de um código de conduta moral ou social*” esta seria uma nova categoria pornográfica? Diante dos acontecimentos e ou incidentes nas sessões do congresso nacional ou nas telenovelas apresentadas ao publico na sessão da tarde, apresentamos o Brasil terra de todos nós!

CARLOS ZEFIRO ICONE DA PORNOGRAFIA BRASILEIRA.

Um ícone da pornografia brasileira de pseudônimo Carlos Zéfiro é a grande representatividade desta categoria de informação velada. As revistinhas chamadas de catecismos eram criadas, reinventadas, projetadas com a disseminação das figuras pornográficas.

Carlos Zéfiro é o pseudônimo do funcionário público brasileiro Alcides Aguiar Caminha (Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1921 – Rio de Janeiro, 5 de julho de 1992) com o qual ilustrou e publicou, durante as décadas de 50 a 70, histórias em quadrinho de cunho erótico que ficaram conhecidas por “catecismo”

Alcides Aguiar Caminha, carioca boêmio, ilustrou e vendeu cerca de 500 trabalhos desenhados em preto e branco com tamanho ¼ de folha ofício e de 24 a 23 páginas que eram vendidos dissimuladamente em bancas de jornal, devido ao seu conteúdo pornô - erótico, ficando conhecidos como “catecismos” e chegaram a tiragens de 30.000 exemplares.

Casado desde os 25 anos, com dona Serat Caminha, teve 5 filhos e sempre escondeu de toda a família sua atividade paralela de desenhista

e aposentou-se como funcionário público do setor de Imigração do Ministério do Trabalho. Sua identidade somente se tornou pública em uma reportagem da revista Playboy que foi publicada em 1991, um ano antes de sua morte. Autodidata no desenho e concluinte do curso de segundo grau somente quando tinha 58 anos, manteve o anonimato sobre sua verdadeira identidade por temer ter seu nome envolvido em escândalo o que lhe traria problemas por se tratar de funcionário público submetido a Lei 1.711 de 1952 que poderia punir com demissão o funcionário público por “incontinência pública escandalosa” e retirar os proventos com os quais mantinha a família. (http://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos_Z%C3%A9firo).

Coleções de historinhas eróticas, que despertavam toda a curiosidade de todos os meninos jovens daquelas décadas dos anos 50, 60 a 70. Dezenas de edições com teor pornográfico vendiam nas escusas das bancas de revistas, estas vendas eram secretas, pois não se tinha a permissão para tal comércio, mesmo assim este empório gerou muitas compras, vendas trocas, etc.

Nestas décadas a democracia estava bem aquém do imaginário da sociedade brasileira, portanto edições de revistas pornográficas, não eram bem vistas e nem bem vindas aos olhos dos governantes do país.

Falando de democracia, veio 1964. A redentora não poupou ninguém neste país e até o sexo foi considerado coisa subversiva e corrupta. As revistinhas sumiram das bancas junto com jornais de esquerda, e os consumidores foram para a clandestinidade, temerosos de uma busca por parte da polícia ou do Exército. (MARINHO, 1983; p.10)

As versões de revistinhas pornôas eram o apogeu da afirmação do homem, sobretudo os catecismos do Zéfiro, todos os jovens teriam que possuir para aprender como se articular durante o episódio do sexo, que até então era um ato não muito comentada na sociedade identificada como religiosa pela a boa maneira da família repressora e também por conta da coibição à temática considerada subversiva instalada no país.

A pornografia Zafiriana é composta por homens ricos, sempre bem dotados, másculos, fortes, sábios, calmos, espertos, convencidos, capazes; enquanto as mulheres encontram nas suas histórias, verdadeiras servas do prazer, fracas, prontas para o deleito do varão, submissas e insaciáveis, confusas, pobres, passivas. Este mundo ilustrado por Zéfiro é quem provoca toda a aceitação dos rapazolas das décadas de 60 a 70, pelo teor pornográfico

de melhor aquisição para os leitores assíduos.

É importante salientar que este mercado pornográfico: das revistinhas em quadrinhos, dos sites, dos filmes, dentre outros meios, geram uma fortuna para seus empresários da indústria pornográfica. Ao contrário do que aconteceu com Zéfiro que não conseguiu enriquecer ao longo da sua colaboração com esta modalidade de expressão social velada, mais muito rentável.

O que está posto talvez fosse a interrogação da pornografia versus erotismo, ou como a pornografia por si só fundamentou gerações, nos seus desejos mais íntimos e possibilitou para aquela sociedade uma nova descoberta através das revistinhas do Carlos Zéfiro, como outras determinando assim um novo comportamento na sociedade através dessa literatura esdrúxula de aspiração dos desejos mais implícitos no âmago da construção do ser humano.

REFERENCIAS:

BARROS, Otacílio d' Assunção. **O quadrinho erótico de Carlos Zéfiro**. Rio de Janeiro, Record. 1984;

FREUD, S. **Cinco lições de psicanálise; A história do movimento psicanalítico; O futuro de uma ilusão; O mal-estar na civilização; Esboço de psicanálise**. São Paulo, Abril Cultural. 1978;

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito Antropológico**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. 2001;

LAWRENCE, D.H; MILLER, Henry. **Pornografia y Obscenidad**. Buenos Aires, Nueva Vision. 1967;

LINS, Regina Navarro. **O Livro do Amor: do iluminismo a realidade**. Rio de Janeiro, Best Seller, 2012;

MARINHO, Joaquim. (Org.). **A Arte sacana de Carlos Zéfiro**. São Paulo, Marco Zero. 1983;

MORAES, Eliane Robert; LAPEIZ, Sandra Maria. **O que é pornografia?** São Paulo, Brasiliense. 1984;

LOURO, Guacira Lopes. (Org.). **O Corpo Educado: Pedagogia da sexualidade**. 2 Edição, Belo Horizonte, Autentica. 2000.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos_Z%C3%A9firo

http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S01213628200700020012&lng=es&nrm=iso

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u53269.shtml>

ABSTRACT

The pornography is a symbolic construction and its symbolics objects itself don't have the means of forbidden, but it may be criticized by Christians/ Neo Christians judgments and his moral values demanded by the society and its structure. In the face of our desire to broke the defined and established rules and beliefs, in terms of pornography symbologies – beyond of our social practices defined by rules and norms – it's possible to compare it with corruption?. Corruption has its origin in the word rupture, which could mean the broke up or misuse of moral or social code. This is the new category of pornography?.

Keywords: Pornography, Moral values, Corruption.

A Descolonização no Continente Africano

Edna Maria dos Santos - Vice-Diretora do ICH - Coordenadora do LPPE e PROEPER/UERJ

RESUMO:

O continente africano e as guerras mundiais. A descolonização africana, seu processo histórico. Nacionalismos e movimentos libertários. Igrejas, Pan-africanismo, Negritude, Intelectuais e Movimentos Não-alinhados. A descolonização e suas conseqüências.

Palavras-chaves: Descolonização. África. Nacionalismo.

Gostaria de, inicialmente, dividir minha conferência sobre o assunto em 3 partes: na primeira, falarei sobre a rediscussão historiográfica sobre o assunto explicitando como se pensava no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX; na segunda parte, explicaremos o processo histórico que irá desembocar nas independências africanas entre as décadas de 50 a 70; e, por último, a partir da década de 80, os conflitos internos e suas contradições, pelo menos os mais importantes, que ajudaram a destruir grande parte dos sonhos e das utopias revolucionárias, além de falar das tramas da inteligência e do combate nos grandes intelectuais das revoluções como Agostinho Neto, por exemplo.

HISTORIOGRAFIA: UM RETRATO COM MOLDURA EUROPEIA

Escrever a historiografia no final do século XIX e primeiras décadas do XX era, antes de mais nada, buscar certezas, à régua e compasso, onde a atividade de conhecer passa a ser entendida como privilégio dos que são retratados como os mais inteligentes, mais capazes e são eles que formulam visões de mundo que se apresentam universalistas. Desta maneira, um conjunto de teorias, de sistemas de pensamento é que ganham o estatuto do que é verdade para ser reconhecida como hegemônica a nível mundial. Já desde o século XVIII, que sistemas classificatórios eram construídos na Europa para afirmarem o poder do binômio Capitalismo/Liberalismo. Esta rede de relação irá se aperfeiçoar no final do século XIX com a Revolução Industrial inglesa e a necessidade de controles e expansões de mercados. Charles Linné, em 1778, em seu livro “Sistema Natural”, apresenta os seres humanos em cinco variedades tais como:

- a) homem selvagem – peludo, mudo, quadrúpede;
- b) americano – ereto, cor de cobre, pinta-se de vermelho, está ligado à seus costumes;
- c) europeu – claro, cabelos louros, castanhos, olhos azuis, inventivo, governado por leis;
- d) asiático – melancólico, escuro ou pele amarelada, coberto por vestimentas soltas;
- e) africano – negro, relaxado, indolente, unta-se com gordura, nariz achatado.

Em sua “Filosofia da História”, Hegel também apresenta a História como um discurso próprio da Europa, com forte participação da inteligência como sendo produto europeu, restando ao continente africano ser visto como sem propriedade para construir sua própria história. Mais ainda, como o Mar Mediterrâneo é o centro cultural, econômico, político desde a Antiguidade e o Egito, por exemplo, tem sua história também ligada a ele, uma concepção geográfica e histórica é construída para mostrar que o norte do continente é branco e só África subsaariana é negra. A historiografia sobre o continente africano até a primeira metade do século XX enfatizou, portanto, idéias tais como:

- 1 – o continente africano é homogêneo, não é plural;
- 2 – o continente africano não tem história, não tem diversidade cultural, não tem racionalidade, vive em estado de natureza;
- 3 – a historiografia classificou uma África branca, desenvolvida ao Norte e uma África negra, ao sul do Saara, explicitada como primitiva, indiferenciada, exótica, selvagem.

Em meados do século XX, uma nova escrita da História começa a ser construída, principalmente após as guerras mundiais, através da arqueologia, do papel das universidades e de revistas especializadas e de pesquisas no campo das tradições orais, além das lutas pela descolonização das várias áreas coloniais exploradas pelos europeus no contexto do Imperialismo, entre as décadas de 50 e 70.

O PROCESSO HISTÓRICO DAS LUTAS PELA LIBERTAÇÃO

Antes das guerras mundiais, o continente africano foi dividido sem que fossem respeitadas etnias, línguas, culturas, hierarquias. Sua partilha entre Inglaterra, França, Portugal, Alemanha (já unificada ao final do século XIX), Espanha, estão dentro dos interesses do Capitalismo Industrial em busca de grandes mercados. A Conferência de Berlim de 1884/85 rói por dentro

povos e imaginários sociais, políticos, religiosos que já vinham sendo fragmentados desde o início do século XV com os interesses portugueses nesse continente. Viajantes e exploradores serviam como os “fotógrafos” que passavam para as realezas européias as grandes riquezas minerais e vegetais, além da mão-de-obra que poderia ser cativa. Gomes Eanes Zurara, ao ultrapassar o Cabo Bojador, deixou registros em sua “Crônica da Guiné” (1434). Missionários anglicanos, metodistas, batistas à serviço da Inglaterra desenvolveram ações em Serra Leoa, Nigéria, Costa do Ouro, a partir de 1830, entre outros. Missionários católicos também se expandiram no continente sob o argumento de “salvar os gentios” e, através principalmente da educação, se instalaram. No entanto, é a Conferência de Berlim que efetivamente faz a “grande partilha da África”, cujos principais objetivos era assegurar aos países europeus o livre comércio, livre navegação e exploração das riquezas do continente africano, de produtos e de sua gente.

Se o interesse das metrópoles européias pelo tráfico atlântico de escravos ainda foi importante até meados do século XIX, crescia, no entanto, o interesse pelo imperialismo e exploração do continente africano, principalmente pelo domínio dos acessos ao interior, o controle dos rios como o Níger, Zaire, Zambeze etc. Empresários ingleses, holandeses, belgas de um lado, organizam a “Confederação de Repúblicas Livres”, embrião do futuro Estado Livre do Congo, área de grandes riquezas. Portugal se expande para Angola/Moçambique num projeto de domínio do Atlântico até o Índico. A política francesa se estabelece na Tunísia, em Madagascar, no Egito junto com Grã-Bretanha, Senegal e outras regiões. Vários tratados servem para a consolidação destes projetos. Em nome do que estabeleceram ser a lei e a ordem, usando instrumentos administrativos e jurídicos, as potências européias formularam e mantiveram fronteiras impostas até o momento das lutas pela descolonização. Mesmo as elites políticas à frente destes movimentos poucas vezes colocaram em discussão a desintegração destas fronteiras coloniais.

Em grande parte, a questão étnica, apontada como uma das causas das guerras internas depois das independências, é na verdade fruto da manipulação política de alguns setores africanos aliados à interesses europeus e, hoje, também americanos. Expansionismo territorial e Imperialismo são, no final do século XIX e primeira metade do século XX, indissociáveis. Hobsbawm nos mostra que, de 1890 a 1914, a dimensão econômica está ligada à importância do poder político e ideológico. Uma rede cada vez maior de transações comerciais-industriais e de comunicações, além da circulação de

bens, pessoas e dinheiro, ligam os países desenvolvidos entre si, como estes ao então chamado mundo não desenvolvido, especialmente o africano, como a bacia do rio Congo à região do Cabo na África do Sul.

Já no final da primeira metade do século XX, muitos teóricos e estudiosos africanos, através de suas pesquisas e de suas ações políticas começam a questionar esta idéia de uma “África homogênea, inferior, sem cultura”. Os africanos da diáspora terão um papel importante a começar pelos movimentos das antigas colônias britânicas como Serra Leoa, Gâmbia, Costa do Ouro, onde a escolarização era bem grande. O antilhano Edward Blyden influencia o pensamento de várias lideranças que irão lutar por um pan-africanismo. Além dele, Nkrumah, DuBois, Garvey fazem parte de uma elite que adquiriu conhecimentos na Europa e nos Estados Unidos e difundem idéias que mostravam a inadequação do conceito biológico de raça e contestavam a superioridade européia e a inferioridade africana. Este pan-africanismo se apresentava de diferentes formas como discursos, congressos, textos em jornais e revistas etc. Todos eles buscavam construir elementos para clarificar uma identidade africana.

Sem dúvida, dois grandes nomes marcaram os debates sobre Pan-Africanismo: Senghor e Aimée Césaire. Senghor dizia que o negro vivia uma tripla opressão: como negro, como colonizado e como trabalhador. Pregava sua independência através da construção de uma consciência negra. Romper com o imperialismo era a condição básica para se construir a liberdade. Tinha-se que tomar como exemplo a independência do Haiti em princípios do século XIX e sua história posterior, quando em 1936 já era um protetorado americano. Por isso, a idéia de se construir uma consciência política de identidade nacional foi traduzida pela noção da “Negritude”.

Em 1939, Aimée Césaire da Martinica cunha o termo “negritude”. Este tentava apreender a totalidade do mundo negro fundada na esperança de solidariedade racial. Em 1955, é publicado o livro de Anta Diop, “Nações negras e culturas”, através do qual ele ressalta a importância do Egito como a grande civilização negra da Antiguidade e mostra como as línguas africanas foram importantes para a construção da modernidade.

Portanto, o pan-africanismo foi, em meio a sua diversidade, um processo de tomada de consciência das elites culturais africanas. Muitas idéias presentes neste movimento irão fazer parte do processo de descolonização pós-guerras mundiais principalmente das décadas de 50 a 70, quando as antigas colônias de Portugal se tornam independentes, as últimas do continente. Podemos enumerar algumas delas, tais como:

- 1 – a África para os africanos;
- 2 – elevar a África como a pátria comum de todos os africanos, mesmo os da diáspora;
- 3 – construção de uma consciência nacional em meio a diversidade étnica, lingüística;
- 4 – articulação de interesses e solidariedades;
- 5 – organização de conferências como a dos Povos Africanos de 1961, a Conferência de Bandung que se transformou num marco de luta pela independência dos países africanos e asiáticos em face de um mundo polarizado pós Segunda Guerra Mundial. Essa conferência influenciou, inclusive, a primeira Conferência dos Países Não-alinhados realizada em Belgrado.

As colônias, ao se libertarem, farão parte do bloco dos países do “Terceiro Mundo”, unindo-se aos interesses, de um lado, do bloco capitalista dominado pelos Estados Unidos e, do outro, do bloco da União Soviética comunista, embora o não alinhamento como ideologia do princípio de coexistência e de cooperação entre Estados com sistemas sóciopolíticos diferentes, estivesse presente nos debates da época. Estas lutas pela independência que se ampliam nas décadas de 60 e 70 serão feitas através de liberdade de ação, o que incluía políticas de gradualismo, formas revolucionárias e até mesmo guerra de guerrilhas. Partidos políticos, igrejas de diferentes expressões, intelectuais, ainda que de modos diversos, participam da luta contra o colonialismo e contribuem para a formação de um imaginário político antiimperialista.

AS LUTAS DE DESCOLONIZAÇÃO/ TEATRO DE OPERAÇÕES E CONTRADIÇÕES INTERNAS PÓS-INDEPENDÊNCIAS

Várias foram as formas que tomaram as ações pelas lutas de descolonização, dependentes muito das especificidades das áreas coloniais. No entanto, o contexto da Guerra Fria e, por conseguinte, o crescimento do sistema capitalista pós Segunda Guerra Mundial e do sistema comunista, além da fundação da ONU e da criação do Estado de Israel, serviram como elementos importantes para a independência das colônias dominadas por europeus no continente africano. Seja através de formas mais graduais como Gana, Nigéria, Zâmbia; ou através de nacionalistas expansionistas complementados por religiosidades como Egito, Sudão; lutas renhidas com contradições internas como Ruanda, Uganda ou áreas de grandes racismos e intolerâncias como África do Sul, Zanzibar, Namíbia, onde segregações

e guetos entre brancos e negros se perpetuaram, mesmo após a independência; formas revolucionárias de guerrilhas onde, em alguns países, se construiu o socialismo, como Angola, Moçambique; ou de grandes guerras como a da Argélia e até formas territoriais de tutela como Togo, Burundi, enfim, as lutas contra o colonialismo que tornaram as colônias países independentes, entre as décadas de 50 a 70, construíram libertações e revoluções possíveis.

Muitos países após a independência tiveram contradições tão profundas que fomentaram guerras civis só terminadas, entre as décadas de 90 e o terceiro milênio, por exemplo, Angola e Moçambique. Em grande parte dos países independentes, não cessou a luta armada, seja pela interferência americana e soviética, seja por governos racistas dando suporte aos brancos, seja por fundamentalistas religiosos. Tudo isso agravou as carências alimentares, as endemias, as desigualdades, o inchamento das cidades e o despovoamento das áreas rurais, as mutilações, e muitos destes problemas permanecem até hoje. É preciso compreender que grande parte da economia africana caracteriza-se por um grande endividamento externo, taxas de inflação, desvalorização da moeda, concentração de renda, fraco mecanismo de distribuição da riqueza, políticas agrárias ainda frágeis (é bom lembrar que o trabalho de desminagem têm poucos anos).

O Estado, pela própria prevalência da revolução nacional sobre a social, teve como uma de suas principais metas não levar em conta as identidades etnoculturais, priorizando um projeto de unidade nacional cuja origem encontra-se em estratégias adotadas pelos próprios movimentos de libertação. Podemos dizer que, no continente africano, face a diversidade étnica-cultural, o Estado deveria representar este pluralismo em formas de governo, com representatividades específicas, ao mesmo tempo que partilhem objetivos comuns próprios para caracterizar uma identidade nacional. Não há cópias a se fazer relativas à democracia americana ou a formas gestoras européias.

Muitos foram os escritores, no mundo e no continente africano, que combateram através das palavras e, também, através das armas. Contudo, poucos souberam articular com maestria o ardil inteligente da escrita e fazer dela um instrumento de luta na sua contemporaneidade, de modo a torná-la história, construindo um pacto com a memória, para não esquecê-la. Segundo Harald Weinrich, as guerras também podem ser “orgias de esquecimento”.¹ Elas flutuam entre a arte do lembrar e do esquecer, mas como memória de objetos concretos, de dor, de mutilações, elas se tornam memória de palavras e se transformam em representações no imaginário

de poetas e artista. Memória e esquecimento fazem parte de uma mesma face, quando, principalmente, se é obrigado a viver em regimes políticos que dispõem sobre as existências individuais. Os cânones sejam políticos, econômicos, sociais, culturais norteiam, creditam, dão certificado de valor ao que deve ser conhecido, lembrado, esquecido. De uma forma geral, em todas as revoluções, os antigos regimes devem ser banidos! Ao mesmo tempo, em rápida seqüência, devem ser introduzidos os sinais de uma nova memória que deve aliviar o esquecimento das coisas antigas.

Atualmente a crítica histórica/literária se enche de clamor por categorias que apresenta como sendo da pós-modernidade, do pós-industrial, do neoliberalismo. Sem fronteiras, sem estado, sem sujeito, sem referências. O novo se apresenta na arte de esquecer, de viver o efêmero, de se desvencilhar do passado e, portanto, da história. Mas esse, para mim, não deve ser o novo que se queira construir. A escrita é uma memória em sua mais brilhante materialização. O narrar e deixar-se narrar, como nos diz Benjamim, é uma estratégica bem sucedida da memória. É através dessa trama da memória/esquecimento da inteligência e do combate que percorro os textos guerrilheiros de Agostinho Neto. Sua arte de sedução política me fez selecionar poemas que datam de 1945, a maior parte dos escritos de 1950 e alguns na prisão durante o ano de 1960. Escolhi, também, alguns de seus discursos políticos. Sua memória faca-lâmina, como diria João Cabral de Melo, corta por dentro a realidade angolana sem perder a universalidade, nem tampouco a esperança de paz. Quero, exatamente, recuperar esta “memória guerrilheira”, este tempo onde o sim era sim e o não era não, onde nação, pátria, não era, simplesmente, “um retrato preso na parede”.

A guerra na poesia de Agostinho Neto é objeto concreto e representação, é pedra corpórea, mas também metáfora por onde “caminha com Mussunda amigo para o sonho, onde os corações batem ritmos de noites fogueirentas, os pés dançam sobre palcos de místicas tropicais e os sons não se apagam dos ouvidos” (“Mussunda Amigo”).² Viver em “terras escuras de África” era conviver, antes da libertação, com o colonialismo-fascista e todas as suas estratégias concretas e simbólicas de dominação. Grande parte dos escritos de Neto explicitam este domínio: “um comboio subindo de difícil vale africano, chia que chia, gritei que gritei... muitas vidas ensoparam a terra onde assentaram os *rails* e se esmagaram sob o peso da máquina, e no barulho da terceira classe” (“Comboio Africano”, SE, p. 63).

Em meio à exploração, a guerrilha se transforma em exército de libertação e a poesia cria com “olhos secos, cria amor com olhos secos”,

pois liberdade é exercício de firmeza nos pés, no fuzil e nas palavras. As tramas da inteligência e do combate, numa abordagem exata de memória e de esquecimento, tecem metáforas com o dom de lembranças poéticas. As línguas são essas zonas de restos de memória que o poeta canta, traz à tona e faz tecido para panos revolucionários. Poemas de guerra escritos por um homem que proclama o humanismo. Agostinho Neto tem a devida clareza de que, além da guerra, só através da cultura, pelo combate à alienação colonial, seria possível libertar Angola. Assim, literatura e MPLA caminham juntos como sinais evidentes de uma memória-pacto para construção da nacionalidade, impossível de se apagar, bloco-lousa, sempre passível de novas narrações e interpretações. É com os “olhos secos” que o sujeito poético alerta para o estar no mundo, e sendo África em si mesmo, o poeta universaliza seus sonhos em outros continentes: “a África viva, sinto-a nas mãos esculturais dos fortes que são povo e rosas, pão e futuro” (“Mãos Esculturais”, SE, p. 105). Tramar, confabular, tecer, religar – semas recorrentes na poesia de Agostinho Neto que se constrói na relação dupla da memória e do esquecimento.

Segundo Jorge Luis Borges, o esquecimento é “uma das funções da memória, seu vago sótão é o secreto verso da moeda”.³ No esquecimento concretiza-se o tempo que escorre e a memória passa a ter relevância histórica, política e cultural. Na tensão entre memória e esquecimento, os poemas políticos, de combate, transcendem o eu-individual e se apresentam como parte da humana, universal afirmação de vida, principalmente como expressão de “um ser que compartilha”. Para Agostinho Neto, a partir da libertação de Angola, poder-se dar a libertação de outras regiões do mundo, daí a dialogia estabelecida por ele com outras vozes guerrilheiras. Mesmo que impregnada por messianismos, esta arte da libertação exorcizava concretamente opressões e a poesia se tornava uma arte necessária, não importando que utilizasse signos bélicos: “Ó negro de África, negros de todo o mundo, eu junto ao nosso canto, a minha pobre voz, os seus humildes ritmos...” (“Voz de Sangue”, SE, p. 152). Inteligência e combate – signos de racionalidade, de práxis, se misturam aos outros sentidos líricos, existenciais, estelares; memória e esquecimento se entrecruzam no “verde negro das palmeiras e no verde das palmeiras que têm beleza”, forjando a criação de uma escrita de combate que sabe, também, oferecer um “*bouquet* de rosas pela alegria da amizade”.

De 1945 a 1960, os poemas de Agostinho Neto vibram como vozes guerrilheiras, ecoando como almas encarceradas, cujas memórias se

pretendem universais, embora Mnemosyne e Lete sejam águas de um mesmo rio profundo.

No poema “Voz do Sangue”, ao conclamar a união dos negros de todo o mundo, Neto dá voz ao discurso político pan-africanista que propunha uma tomada de consciência mais ampla de todos os negros em diáspora. Através da cultura, Agostinho Neto sintetizava em si a união entre o poeta e o político. Em vários de seus discursos políticos, proferidos não só na União dos Escritores Angolanos, como no Relatório do Comitê Central ao 1º Congresso do MPLA, algumas idéias são centrais no pensamento político de Agostinho Neto. Apresentando-se como adepto da ideologia do marxismo-leninismo, a idéia do universalismo, da irradiação do movimento libertário de Angola para outras regiões do mundo, esta visão internacionalista está presente em sua fala, quando de sua presença no 1º Congresso: “Foram os povos dos países progressistas da África, dos países socialistas, as forças progressistas de todos os continentes, quem ajudou a conquista, a liberdade, a independência e o entusiasmo pela nova vida”.⁴ Esta idéia de internacionalismo também está presente em alguns de seus poemas: “No homens ferve o desejo de fazer o esforço supremo para que o Homem renasça em cada homem e a esperança não mais se torne em lamentos da multidão” (“Sábados nos Musseques”, SE, p. 152).

Outro signo importante presente em seus escritos políticos e poéticos é a relação entre luta, poder, classe e Estado. Confirmando palavras de Lênin, Neto diz que: “A questão fundamental de cada revolução é, sem dúvida, a do poder do Estado, porque constitui a questão basilar que decide tudo no desenrolar da Revolução, na sua política interna e externa”.⁵

Este poder do Estado se faz representar na atuação do Partido, na importância dada ao MPLA como condutor e aglutinador de todas as forças sociais. Mas, para Neto, as tramas tecidas entre o poder do discurso político e também do lírico, do poético, fazem da cultura um dos pilares mais importantes para a libertação angolana. Segundo Gramsci, “a função da hegemonia se exerce, essencialmente, ao nível da cultura ou da ideologia. É a função pela qual uma classe obtém o consentimento, a adesão e o apoio das classes subalternas”.⁶

Poder das armas, poder da palavra, poesia e revolução se combinam como instrumentos possíveis de construção de uma hegemonia e até as dissensões, quando se apresentam, estão inscritas dentro do próprio grupo dos intelectuais e da classe dominante. A idéia da implantação de um poder popular está presente também em muitas de suas poesias

Nos nossos dedos crescem rosas com perfumes da indomabilidade
do Zaire
com a grandiosidade dos troncos do Maiombe
Nos espíritos a caminhada da amizade pela África, pelo mundo
Os nossos olhos, sangue e vida
voltados para as mãos, acenos de amor em todo mundo
mãos em futuro sorriso inspiradoras de fé na vitalidade da África
terra África humana
da África imensa
germinantes sob o solo da esperança
criando laços fraternos na liberdade do querer
da ânsia, da concordância
sangrantes e germinantes. (SE, p. 98)

Outra idéia importante presente nos escritos de Agostinho Neto, seja em suas poesias ou em seus discursos políticos, é a de que reforma cultural e moral e formação de uma vontade coletiva se encontram intrinsecamente unidas, uma não pode realizar-se sem a outra. Falando sobre cultura nacional, ele diz: “A cultura do povo angolano é hoje constituída por pedaços que vão das áreas urbanas assimiladas às áreas rurais apenas levemente tocadas pela assimilação cultural européia. Se os estimados camaradas e colegas me permitirem, direi que não podemos cair em esquemas ou estereótipos como os teóricos do realismo socialista. A par da nossa capacidade nacionalista, teremos de intervir de modo a inscrever-nos no mundo à medida que formos assumindo a realidade nacional”.⁷ No poema “Na Pele do Tambor”, o eu-lírico se disseca e vai-se construindo entre a memória do passado, misturando terras, tradições, opressões, sensações e sentidos que buscam esquecimentos, ao mesmo tempo em que esta memória traz à tona a vontade de construir o futuro coletivamente. Diz o poeta,

Vibro no couro pelado do tambor festivo em europas sorridentes
de fartura e turismos
sobre a fertilização do suor negro
nas áfricas envelhecidas pela vergonha de serem áfricas
(...)
Vibro em áfricas humanas de sons festivos e confusos
(que línguas pronunciais em mim, irmãos que não vos entendo
neste ritmo?)

Ó impureza criminosa de séculos coloniais
As mãos entrelaçadas sobe mim
dão-me o tom da minha África
dos povos negros do continente que nasce
sobe a pele envelhecida do tambor
dentro do qual vivo e vibro e clamo: avante. (SE, p. 99)

As tramas da inteligência e do combate na atuação política e literária de Agostinho Neto e de Amílcar Cabral, Senghor e outros alinhavaram exercícios concretos de transformação social, onde tanto o pesquisador da cultura, o construtor de uma teoria revolucionária, quanto o poeta comprometido com as tradições populares que reinventava em seus versos, fizeram com que Agostinho Neto fosse uma expectativa esperançosa de futuro para Angola, na época em que ele viveu. Revisito seus textos literários e políticos no século XXI, em meio às flutuações da arte de lembrar e de esquecer. Uma época de pressas, de descentramentos, de idéias reducionistas da atuação do Estado, de perdas de identidades nacionais, onde, no entanto, grassa o paradoxo dos internacionalismos protecionistas sob a égide das velhas políticas imperialistas. Revisito Agostinho Neto, e esta memória que não se quer esquecida me faz acreditar que sempre a História será a arte do possível.

NOTAS

- ¹ WEINRICH, Harald. *Lete: arte e crítica do esquecimento*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, p. 222.
- ² AGOSTINHO NETO, António. **Sagrada esperança**. Luanda, União dos Escritores Angolanos, s.d., p. 91. As demais citações referentes a *Sagrada esperança* serão indicadas com a sigla **SE** seguida da respectiva página do poema.
- ³ BORGES *apud* WEINRICH, Harald, op. cit., p. 288.
- ⁴ AGOSTINHO NETO, António. **Relatório do Comitê Central do MPLA**. Lisboa, Ed. Avante, 1978, p. 9.
- ⁵ AGOSTINHO NETO, António. **Relatório do Comitê Central do MPLA**, op. cit., p. 37.
- ⁶ GRAMSCI, Antonio. *Educação Popular no Brasil*. São P
- ⁷ AGOSTINHO NETO, António. *Ainda o meu sonho...* Lisboa, Edições 70, 1980, p. 45.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AGOSTINHO NETO, António. **Sagrada esperança**. Luanda, União dos Escritores Angolanos, s.d.

_____. **Poemas de Angola**. Apresentação de Jorge Amado. Rio de Janeiro, Editora Codecri, 1976.

_____. **Relatório do Comitê Central do MPLA.** Lisboa, Ed. Avante, 1978.

_____. **Ainda o meu sonho... (Discursos sobre a cultura nacional).** Lisboa, Edições 70, 1980.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues et. al. **A questão política da educação popular.** São Paulo, Ed. Brasiliense, 1980.

DAVIDSON, Basil. **A política da luta armada. Libertação nacional nas colônias africanas de Portugal.** Lisboa, Editorial Caminho, 1979.

GRAMSCI, Antonio. **Educação popular no Brasil.** São Paulo, Brasiliense, 1980.

HERNANDEZ, Leila Leite, **A África na sala de aula,** São Paulo, Ed. Selo Negro, 2005.

HOBBSBAWM, Eric. **A Era do capital.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

KI-ZERBO, **História Geral da África,** UNESCO; Rio de Janeiro, Editora Ática, 2000.

MAGNOLI, Demétrio, **História das Guerras,** São Paulo, Editora Contexto, Ed. Pinsky, 2006.

WEINRICH, Harald. **Lete: arte e crítica do esquecimento.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

ABSTRACT:

Africa and the world wars. African descolonization: it causes and the engine groups. Nationalism and liberation fighting. Pan-africanism and the intellectuals. International aspects of the descolonization.

KEY WORDS: Descolonization. Africa. Nationalism.

Comunicação da sensibilidade: estilos de vida e sociabilidade em meio ao fragmento cultural¹

Eduardo Bianchi ² - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

RESUMO:

Conceitos que foram trabalhados em suas épocas distintas são relacionais e complementares para problematizarmos tanto o que elas apresentam em comum quanto o que as diferenciam. Buscamos em Georg Simmel e sua “metrópole de vida mental” o que a faz moderna e ultrapassa seu tempo histórico. Já na contemporaneidade recorreremos a Michel Maffesoli para problematizar a cidade da experiência sensível. Nesse trabalho, buscamos problematizar a cidade e as relações sociais das quais ela é palco e como o homem moderno racional se reconfigura em uma racionalidade sensível.

Palavras-chave: Comunicação; Cidade; Sociabilidade.

INTRODUÇÃO:

Neste trabalho, conceitos como: comunicação, cultura, sociabilidade e fragmento nos nortearão a pensar a cidade contemporânea mediante a “presença” de dois importantes sociólogos de épocas distintas, um alemão e um francês, um clássico e o outro contemporâneo, nossos pensadores serão Georg Simmel³ e Michel Maffesoli⁴. Desde já, permitimos fazer uma observação, que parece óbvia, todavia importante a ser ressaltada: Outros autores, que trabalham diretamente com Simmel e Maffesoli, serão citados, assim como, autores que julgamos serem importantes para discutir a temática proposta.

Buscaremos em Simmel e Maffesoli problemáticas que relacionem o homem, suas relações sociais e os espaços urbanos. Em Simmel, notamos uma grande sensibilidade no tocante ao homem moderno e sua cidade. A metrópole moderna, para Simmel, é o melhor lugar para se pensar o homem de seu tempo. O autor segmenta ainda mais a cidade moderna para estudar as minúcias das relações entre indivíduos e deles com os espaços urbanos.

Vários autores da sociologia contemporânea trabalham junto aos textos de Simmel entre eles Maffesoli, e é através dele que questionaremos a “socialidade” contemporânea a partir das experiências sensíveis, fundamentais

na vida cotidiana dos diferentes grupos sociais, que, para Maffesoli, não podem mais ser compreendidos apenas por questões do campo econômico e profissional como foi na modernidade racionalista. “A noção de ‘afinidade eletiva’ tal como Goethe a emprega, que mostra bem que podem existir relações muito estreitas entre pessoas, sem que haja uma determinação causal direta...” (Maffesoli, 1998, p.73). Trata-se de um “movimento de convergência” que alia o inteligível ao sensível.

Destaco, logo de início, o sujeito urbano, o homem comum, que ocupa a cidade e faz uso dos espaços urbanos para comungar as ações sociais do cotidiano. São essas relações que possibilitam as sociabilidades cotidianas e, assim, narram às histórias da cidade em meio seus espaços de compartilhamento.

... a sociabilidade não tem propósito objetivos, nem conteúdo, nem resultados exteriores, ela depende inteiramente das personalidades entre as quais ocorre. [...] Quando os interesses específicos (em cooperação ou conflito) determinam a forma social, são estes interesses que impedem o indivíduo de exibir sua peculiaridade e singularidade de modo tão ilimitado e independente. [...] O *tato* é aqui, portanto, de peculiar importância: onde nenhum interesse egoísta imediato ou externo dirige a auto-regulação do indivíduo em suas relações pessoais com outros, é o *tato* que preenche essa função reguladora (Simmel, 1983, p. 170).

Para Simmel, a sociabilidade se dá pelas relações que os indivíduos tem por interesse e por necessidade. Segundo o autor, “o ‘impulso de sociabilidade’ extrai das realidades da vida social o puro processo da sociação como valor apreciado, e através disso constitui a sociabilidade no sentido estrito da palavra” (1983, p. 168). A sociabilidade se dá pelo agrupamento dos indivíduos que apresentam interesses em comum, formando assim um sistema de sociação. Simmel acredita que são as sociações as responsáveis por dar corpo a sociedade.

Os instintos eróticos, os interesses objetivos, os impulsos religiosos e propósitos de defesa ou ataque, de ganha ou jogo, de auxílio ou instrução, e incontáveis outros, fazem com quem o homem viva com outros homens, aja por eles, com eles, contra eles, organizando desse modo, reciprocamente, as suas condições – em resumo,

para influenciar os outros e para ser influenciado por eles. A importância dessas interações está no fato de obrigar os indivíduos, que possuem aqueles instintos, interesses, etc., a formarem uma unidade – precisamente uma sociedade (Simmel, 1983, p. 166).

As sociações, os grupos, as tribos, que se formam na cidade são contadoras de histórias, produzem as narrativas que dão vivacidade e ambiência. Não negamos à cidade as fontes documentais, mas a ela atribuímos histórias, de um tempo não oficial. Narramos, no oficioso, as histórias das gerações passadas, contamos os mitos, os boatos, suas lendas. Os rumores são parte fundamental para a construção das representações, que se compartilham e dão ambiência e imagem aos espaços urbanos.

As representações são também portadoras do simbólico, ou seja, dizem mais do que aquilo que mostram ou anunciam, carregam sentimentos, que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, dispensando reflexão. [...] a representação tem a capacidade de se substituir à realidade que representa, construindo um mundo paralelo de sinais no qual as pessoas vivem. (Pesavento, 2003 p.41)

Em pesquisas de imersão de campo, o “real” está no mito, na história narrada, nas experiências que os sujeitos fazem nos usos do espaço em seu tempo. É através de suas narrativas, que os sujeitos constroem e reconstroem cotidianamente seus imaginários de cidade.

...o passado jamais morre completamente para o homem. O homem pode muito bem o esquecer, mas continua trazendo-o consigo. Pois, tal como é em cada época, ele é o produto e o resumo de todas as épocas anteriores. Se descer ao fundo de sua alma, pode reencontrar e distinguir essas diferentes épocas pelo que cada uma delas nela deixou. (Coulanges, 2009, p. 18)

Nossa cidade se transforma, mas as marcas de sua história persistem nas memórias de seus habitantes. São eles os responsáveis pelas transformações materiais e imateriais. Os indivíduos, conjuntamente, transformam seus espaços e recriam suas narrativas dando pulsação às cidades.

UMA METRÓPOLE EM TRANSFORMAÇÃO: O INDIVÍDUO QUE NÃO SE QUER ATORDOADO

A cidade de Simmel, Berlim em virada de século, cresce vertiginosamente, a população “entre 1867 e 1913, período em que a cidade passa de 700

mil a 4 milhões de habitante” (Freitas, 2007, p 42), é um caldeirão que se enche e tende a um transbordamento, as transformações da metrópole moderna são a base das reflexões de seus estudos.

“O tipo metropolitano de homem – que, naturalmente, existe em mil variantes individuais – [...] reage com a cabeça, ao invés de com o coração” (Simmel, 1987, p 12 - 13). Para Simmel, esse homem metropolitano é a encarnação do conceito da racionalidade moderna. “A vida metropolitana, assim, implica uma consciência elevada e uma predominância da inteligência no homem metropolitano” (idem, *ibidem*). Segundo o autor, as identidades desse homem metropolitano são descritas na “[...] precisão, uma certeza na definição de identidades e diferenças, uma ausência da ambiguidade nos acordos e combinações surgiram nas relações de elementos vitais” (idem, 14). Ainda segundo Simmel, essas identidades, que se inserem nas relações sociais, são integradoras da complexa vida metropolitana. A vida metropolitana, para o autor, tem em sua base as negociações dos interesses diferenciados e, por assim dizer, comunitários, das relações de poder com o espaço urbano.

Simmel dizia que o indivíduo, por necessidade de proteção da cidade pulsante e efervescente, cria certa atitude *blasé*, um ar “defensivo” em meio a essa cidade teatralizada com seus indivíduos mascarados. Tal comportamento ocorreria quando o indivíduo não reagia de forma enérgica aos estímulos que saltavam a sua frente. O autor utiliza da comparação dos indivíduos que vivem nas metrópoles com os que vivem em pequenas cidades ou mesmo no campo. Segundo ele as reações a estímulos são bem distintas se compararmos o homem metropolitano e o do campo, o homem metropolitano criou mecanismo para não sofrer abrupções a todo instante, ou seja, um ar *blasé*.

A CIDADE SENSÍVEL: UMA CARTOGRAFIA SIMBÓLICA

A cidade, como espaço de compartilhamento, é dinâmica e fluida no que tange suas territorialidades. Seus espaços são negociados por seus ocupantes, atores sociais que constroem significações através das apropriações e das formas que fazem uso desses espaços, divididos em quinhões territoriais. São essas “parcelas” urbanas, que propiciam aos sujeitos construir e reconstruir as imagens de forma compartilhada das experiências cotidianas. “Adesão aos outros, em função dos gostos, das origens, dos sonhos e das histórias ou mitos comuns. Adesão a um território, a uma natureza, a uma

paisagem compartilhada” (Maffesoli, 2007, p. 27). O homem que vive na cidade de Maffesoli se relaciona com ela através de sua sensibilidade, das experiências que lhe possibilitam escolhas. São os sentimentos que ele cria para com os espaços que lhe dão ambiência e pertencimento e, assim, ele se relaciona em meio à cidade.

Os espaços urbanos falam, gritam na necessidade de se comunicar, em cada canto, cada esquina, do alto dos edifícios ou em baixo, nas ruas, a cidade invade nossos sentidos. Ela se comunica através de seus cheiros, na totalidade dos calores e dos suores, explode com nossos sentidos, ela narra à visualidade de suas paisagens, em eterna construção, e nos conta suas histórias com seus ronrones acalentadores e com seus grunhidos desesperados.

A vida em uma metrópole depende de “toda a organização interior de uma vida comunicativa tão extensiva repousa sobre uma hierarquia extremamente variada de simpatias, indiferenças e aversões de natureza tanto a mais breve quanto a mais permanente.” (Simmel, 1987, p. 18). A sedução constante em que o indivíduo é posto à prova, em um espaço urbano, faz com que ele recaia e se depare com suas “simpatias, indiferenças e aversões”. A cidade comunicativa, ou como Canevacci denomina polifônica, apresenta em sua fragmentação cultural a necessidade de um indivíduo coletor (2004, p. 35). Imaginemos um homem que acaba de chegar a um campo coberto de flores e sua função é colhê-las. Seu trabalho partirá do princípio que as flores mais belas é que devem ser colidas. As demais serão ignoradas ou por não serem tão belas ou mesmo por serem, segundo ele, feias, deverão ser deixadas para trás. Viver em uma cidade na contemporaneidade pode não ser uma experiência de colher flores, mas as experiências vividas nos espaços urbanos nos possibilitam fazer nossas escolhas, traçar nosso caminho e deixar outros para trás.

Caminhar por uma cidade pode parecer uma ação simples, contudo nossos traçados são marcados por nós, por nossas experiências. Por que passar por um caminho e não por outro? Uma resposta racional, moderna, poderia nos levar a um pragmatismo excessivo, que por seguinte seria: traçar o espaço mais curto para se ganhar tempo, uma reta. Entretanto, sabemos que nem sempre nossas cartografias urbanas são feitas dessa forma. Criamos nossos mapas através de nossas sensibilidades, nossos gostos e desgostos, que são fundamentais na composição de tais mapas. Ou seja, criamos nossos mapas, por percepções, nossa cartografia é simbólica e é traçada por nossos sentimentos de pertencer ou não aos espaços que

compõem a cidade. Esse é um mapa que nos induz a pensar em Martín-Barbero.

Um mapa que sirva para questionar as mesmas coisas – dominação, produção e trabalho – mas a partir do outro lado: as brechas, o consumo e o prazer. Um mapa que não sirva para fuga, e sim para o reconhecimento da situação das mediações e dos sujeitos. (Martín-Barbero, 2003, p. 299)

Segundo Maffesoli, nossas escolhas ocorrem por meio de uma racionalidade a partir da sensibilidade, são as “razões sensíveis” que nos levam a socialidade de base (*socialité*), que religa as pessoas ao mundo a partir de um sentimento de pertença a partir das sensações e sensibilidades, tais como a estética, pensada como emoção, a partir de interações que enfatizam o senso comum e o ressurgimento do vínculo comunitário. Para o autor, “O ideal comunitário das tribos pós-modernas baseia-se no retorno de uma sólida e rizomática solidariedade orgânica” (2010, p. 39). Para Maffesoli, essa solidariedade está no campo da sensibilidade, das trocas, a partir das relações de proximidade que os sujeitos adquirem ao fazerem parte das tribos, ou como ele chama, “proxemia”.

A proxemia simbólica e espacial privilegia o cuidado de deixar seus rastros, quer dizer, de testemunhar sua perenidade. Está é a verdadeira dimensão estética de tal ou qual inscrição espacial: servir de memória coletiva, servir à memória da coletividade que a elaborou. A partir daí, é verdade, essas inscrições podem sofrer análises estéticas *stricto sensu*, neste sentido, se tornam obras da cultura. Mas é preciso não esquecer que elas ultrapassam, e de muito, o que, frequentemente, é apenas uma redução abstrata e intelectual (Maffesoli, 2006, p. 190).

A proxemia seria a superação do indivíduo como ser moderno identitário, ou seja, hoje vivemos em uma sociedade que valoriza o sensível, as relações por identificação em um estar junto compartilhado. A nossa modernidade pode ser caracterizada na racionalidade de perceber que não vivemos isoladamente, ou seja, individualmente os processos sociais, mas, sim, em comunhão com outros sujeitos. A cidade trabalhada é resultado de nossas sociabilidades, das nossas histórias, nossos mitos, nossas experiências e gostos.

TRIBOS: UM ESTILO DE VIDA PÓS-MODERNO

Michel Maffesoli, na transição do século XX para o XXI, estuda o declínio do individualismo nas sociedades de massa, sendo fundamental como ponto de partida para ele trabalhar o conceito de tribalismo. Nesse estudo, Maffesoli nos aponta a emergência de pequenos grupos sociais, denominados por ele de “tribos”.

A massa, ou o povo, diferentemente do proletariado ou de outras classes, não se apóiam em sujeitos de uma história em marcha. A metáfora da tribo, por sua vez, permite dar conta do processo de desindividualização, da saturação da função que lhe é inerente, e da valorização do papel que cada pessoa (persona) é chamada a representar dentro dela. Está claro que, como as massas em permanente agitação, as tribos que nelas se cristalizam tampouco são estáveis. As pessoas que compõem essas tribos podem evoluir de uma para a outra. (Maffesoli, 2006, p. 31)

São dessas experiências sociais que percebemos à dimensão hedonista, corporal e sensível do mundo. Nossa mobilidade em meio às tribos é dinâmica, nossas sensibilidades são fluidas, nossos prazeres são momentâneos, nossos corpos são adornos em construção. Circulamos em meio às tribos sem que, necessariamente, criemos raízes muito profundas. Se hoje somos uma coisa amanhã não necessariamente seremos. Segundo o autor, vivemos em um sistema de rede, onde cada entrecruzamento, cada nó da rede, é um micro-grupo, uma tribo. Caminhamos por esse emaranhado de fragmentos cotidianamente e sem que percebamos trocamos nossas mascaras, isso quer dizer que estamos circulando, migrando ente os territórios de outras tribos, uma nova pessoa está a se comunicar.

Se deslocar pela cidade é se permitir experienciar, é estar aberto à vivência através dos sentidos e gozar as possibilidades que ela oferece. Não caminhamos em nosso cotidiano de forma objetiva a todo instante, muitas vezes nos permitimos nos perder para podermos nos encontrar. Encontrar algo novo, ou melhor, uma nova mascara, aquela que nos fará membros de um novo grupo, uma nova tribo, emergindo mais uma identificação, mais um estilo. Existe uma sensibilidade que é partilhada, que é coletiva e que fundamental para a manutenção e existência do grupo. O reconhecimento está no próximo, em uma relação de tátil que se soma aos demais sentidos e ambienta os espaços partilhados, dando-lhe um caráter de lugar de vivência. Há um reconhecimento, um estilo de vida que é determinante para ambientar

o grupo. “Investimento afetivo, passional” (Maffesoli, 2006, p. 175).

A moda, por exemplo, é um determinante para se auto-identificar a uma determinada tribo. A idéia de moda sofreu diversas transformações em um curto período de tempo. É algo do cotidiano, tão corriqueiro que é vetor de sociabilidade, de união, de participação, de ação, rompe possíveis barreiras e exporta de tribo em tribo suas próprias tendências, idéias e conceitos. Assim, afirmamos e associamos o consumo, a circulação e o uso da moda com a cidadania contemporânea. Existe uma acelerada e enorme difusão da importância da diferença na moda, da circulação de estilos entre tribos, das diversas tendências de estilos de vida. Estilo de vida é muito maior do que apenas o hábito, mas uma maneira de se colocar na vida, uma forma de se projetar para o mundo, como se que ser visto, notado e principalmente reconhecido.

Pensemos o estilo de vida como uma verdadeira concepção geral da vida, que não pretende ser eterna, mas fonte de uma agregação coletiva, um sentir compartilhado, experimentado como uma espécie de “língua comum”. Assim, afirma Maffesoli,

...nossas sociedades são animadas, de modo orgânico, pelo jogo das imagens, e que podemos caracterizá-las, de várias maneiras, por um estilo que acentua ao mesmo tempo a estética, o cotidiano e o comunicacional, ou, caso não se aprecie este termo um tanto bárbaro, o simbólico. (1998, p. 79)

O estilo de vida pode estar representado nas vestes, na apropriação e recriação da língua, a forma como a sexualidade é encarada, o comportamento corpóreo a forma como se anda, como se olha, os pequenos e ou exagerados gestos. Tudo faz parte de um processo comunicativo para se dizer de onde se está vindo. Recorrendo mais uma vez a Maffesoli, “o estilo é uma alavanca metodológica privilegiada: ele acentua, aumenta, e desse modo valoriza o que se tem, por hábito moralista, demasiada tendência a negligenciar” (Maffesoli, 1995, p. 37).

Cada membro de uma tribo trás consigo valores e sentidos que se diluem em meios aos demais, o que possibilita nossos questionamentos, nossas problemáticas distingui-los dos demais fragmentos da cultura contemporânea. O estilo de vida deve ser pensado a partir de um lugar, de um tempo, de uma ética de uma estética.

O ethos depende sem dúvida de usos e costumes, originados de um determinado lugar. Portanto é uma ética, às vezes imoral, que

se manifesta nas inúmeras efervescências da vida social. E, aqui, está-se no núcleo de uma estética que convém compreender em seu sentido amplo. Ou seja, aquele do compartilhamento de paixões e emoções coletivas. (Maffesoli, 2010, p. 25).

A cultura mesmo em transformação está diretamente ligada à tradição. A configuração em algo novo faz parte de um processo que liga o passado ao presente, um enraizamento dinâmico, um laço que se estende e se contrai, moldando-se por suas necessidades na temporalidade dos usos que se faz dos espaços. A cultura tende a ocupar novos espaços, buscar novos horizontes, vai se deparar e se chocar com outras formas culturais, mais fortes ou mais frágeis, mais adaptáveis ou menos adaptáveis ao tempo-espaço. Esses espaços, por sua vez, que são fonte de produção cultural e, ao mesmo tempo, tem suas raízes na tradição, resignificam os usos pela apropriação da cultura que está em constante negociação (tradição e inovação). Assim nos percebemos na cidade contemporânea, com seus fragmentos culturais, suas múltiplas possibilidades, suas formas que se deformam e reformam, se reconstroem por novos usos e apropriações. Somos sujeitos que transformam a cidade através das nossas sociabilidades, gostos e nossas experiências sensíveis. Não temos definidos nossos papéis de atores, mas sabemos que a cidade é nosso palco a ocupar.

UMA BREVE CONSIDERAÇÃO

Vivemos em um período histórico de transição, a contemporaneidade não é nem pós-moderna, tão pouco ela é moderna. Todavia, em vários momentos da contemporaneidade nos depararemos com a modernidade e com características que em nada ela nos remete, ou seja, o que alguns autores chamam de pós-modernidade.

Não vivemos em uma dicotomia, mas no pluralismo do fragmento. Transitamos em meio aos espaços urbanos, procurando as representações de nós mesmos. Estamos embebidos em subjetividades materiais e imateriais de um tempo histórico que explode seus signos.

Simmel questionou uma vez: Como a sociedade é possível? Arrisco-me dizer que ela é possível porque ela é relacional, as sociabilidades cotidianas nos permitem negociar os espaços urbanos. São os indivíduos e suas relações de interação que compõem o cenário da teatralidade que tem a cidade como palco.

NOTAS

- ¹ Trabalho de final de curso da disciplina: Comunicação e representações – Corpo, juventude e sociabilidade nos espaços urbanos. Ministrada pela Dr^a Denise da Costa Oliveira Siqueira.
- ² Eduardo Bianchi é mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM-UERJ) e membro do grupo de pesquisa Comunicação, Arte e Cidade - CAC.
- ³ Georg Simmel nasceu em Berlim, em março de 1858, e morreu em Estrasburgo, em setembro de 1918. Trabalhou quase trinta anos na Universidade de Berlim como conferencista e professor convidado. Sua filosofia se aproximou mais da sociologia, campo ao qual dedicou boa parte de seus escritos.
- ⁴ Michel Maffesoli nasceu no sul da França, Graissessac, em novembro de 1944, hoje é professor da Universidade de Paris-Descartes, Sorbonne, e ocupa a cadeira que já foi de Émile Durkheim. É um dos fundadores da sociologia do cotidiano e é considerado um dos grandes sociólogos da contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

- CANEVACCI, Massimo. Cidades Polifônicas: Ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. São Paulo: Studio Nobel, 2004.
- COULANGES, Fustel de. A Cidade Antiga: estudo sobre o culto, o direito e as instituições da Grécia e de Roma. São Paulo: Martins Claret, 2009.
- FREITAS, Ricardo. Simmel e a cidade moderna: uma contribuição aos estudos da comunicação e do consumo. Comunicação, Mídia e Consumo, São Paulo: ESPM, v. 4, n. 10, p. 41 – 53, julho, 2007. Disponível em: <<http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/112/110>> Acesso em: 03/11/2011.
- MAFFESOLI, Michel. A Contemplação do Mundo. Porto Alegre: Oficinas, 1995.
- _____. Elogio da Razão Sensível. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. O ritmo da vida: variações sobre o imaginário pós-moderno. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- _____. O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- _____. Saturação. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2010.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. Dos meios as mediações: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e história cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org). O fenômeno urbano Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- _____. Sociologia. São Paulo: Editora Ática, 1983.

Impactos Adversos da Política Econômica no Desenvolvimento da Agricultura Brasileira

Gervásio Castro de Rezende*, Léo da Rocha Ferreira**, Ana Cecília Kreter***

RESUMO

O principal objetivo deste artigo é discutir o padrão concentrador do desenvolvimento agrícola brasileiro recente, expresso no predomínio da produção em grande escala, no elevado índice de mecanização e na baixa absorção de mão-de-obra não-qualificada. Propõe-se, inicialmente, a existência de duas posições antagônicas que procuram explicar esse fato: uma, que culpa a herança latifundiária de nossa agricultura, com a implicação de que a solução requereria uma reforma agrária radical; e a outra, que vê nisso um determinismo tecnológico, não havendo, assim, possibilidade de atuar sobre esse problema sem incorrer em uma perda em termos de eficiência econômica. Discordando radicalmente dessas duas posições, este artigo atribui às políticas trabalhista agrícola, fundiária e de crédito agrícola, instituídas na década de 1960, a maior responsabilidade por esse problema. Conforme a análise apresentada, essas políticas inviabilizaram o mercado de trabalho agrícola temporário e a agricultura familiar, ao mesmo tempo em que fomentaram a mecanização agrícola e o predomínio da produção em grande escala. Conclui-se propondo, de modo consistente com a análise apresentada, que a única maneira de iniciar a desconcentração de nosso crescimento agrícola é através de uma desregulamentação radical dos mercados de trabalho e de aluguel de terra, instituindo, no Brasil, enfim, a livre contratação, a característica maior do capitalismo.

Palavras-chave: mão-de-obra rural, política agrícola e mecanização agrícola.

INTRODUÇÃO

O setor agrícola tem assumido um papel estratégico na atual fase da economia brasileira, em função de sua capacidade de contribuir para uma adequada oferta interna de alimentos e matérias-primas agrícolas e para o aumento das exportações. Entretanto, a produção agrícola se tem caracterizado, crescentemente, pela adoção de tecnologia intensiva em capital e em mão-de-obra qualificada, assim como por um progressivo aumento na escala de produção em vários setores. Em face da magnitude do problema atual de pobreza e desigualdade no Brasil, seria o caso de se considerar a possibilidade de que o setor agrícola passasse a adotar um modelo de

crescimento mais consistente com a melhoria dos padrões distributivos da nossa economia. Isso requereria uma mudança tecnológica visando absorver mais de um tipo de mão-de-obra hoje considerada pouco qualificada no conjunto da economia, mas que poderia adquirir, com custo relativamente pequeno, a qualificação requerida para esse novo padrão de tecnologia agrícola. Note-se que, como mostrado em Alves, Mantovani & Oliveira (2005), o padrão tecnológico agrícola atual tem levado à absorção de um volume expressivo de mão-de-obra, tanto no meio rural quanto no meio urbano, mas trata-se de uma mão-de-obra qualificada, que é escassa no Brasil. Essa absorção maior de pessoal qualificado no setor agrícola, sobretudo nas regiões mais dinâmicas, foi também mostrada por Ferreira Filho (2005). A mudança tecnológica pretendida neste trabalho, entretanto, visaria aumentar a absorção de mão-de-obra não-qualificada, que é a que existe em abundância em nossa economia. Essa nova contribuição da agricultura parece viável, em princípio, dada a maior flexibilidade na escolha de tecnologia no setor, comparado com o industrial, por exemplo, tendo em vista a diversidade de padrões tecnológicos agrícolas que existem no mundo. Essa diversidade mundial deu lugar, aliás, à teoria do desenvolvimento agrícola conhecida como o “modelo de inovação tecnológica induzida” de Hayami & Ruttan, segundo a qual a tecnologia adotada nos vários países é de fato muito variada porque também são muito distintos os preços relativos dos fatores de produção nos vários países. Em sua análise, esses dois autores focalizaram, em especial, os casos dos Estados Unidos e do Japão, que adotaram tecnologias agrícolas muito diferentes, em resposta à grande diferença existente nas respectivas dotações de fatores.

Por outro lado, a qualificação requerida para essa agricultura mais trabalho-intensivo – que chamaremos aqui de qualificação específica agrícola –, é mais simples, capaz de ser formada a um custo muito mais baixo do que a qualificação exigida atualmente no setor industrial e, também, no próprio setor agrícola moderno. Além do mais, como um eventual crescimento do emprego agrícola favoreceria o crescimento das zonas rurais e das pequenas e médias cidades, isso contribuiria para um desafogo dos problemas das atuais regiões metropolitanas, que são, hoje, o principal destino dos trabalhadores. O artigo é composto por sete outros capítulos.

A mão-de-obra que se transfere da agropecuária para os demais setores da economia, em geral no meio urbano, acaba perdendo sua condição de mão-de-obra qualificada (no sentido restrito aqui adotado), tornando-se,

subitamente, mão-de-obra não-qualificada *tout court*, sendo muito provável que isso contribua de forma desproporcional, para o crescimento da pobreza e da desigualdade no Brasil. Caberia, portanto, entender melhor as razões que têm levado o setor agrícola no Brasil a adotar o atual padrão tecnológico, já que esse conhecimento é necessário para que se possam propor medidas que permitam que esse setor continue crescendo, como atualmente, mas se torne capaz de absorver mais trabalhadores, especialmente os mais abundantes no Brasil, que são de baixa qualificação. A esse respeito, cabe notar que existe uma intensa controvérsia em torno dos fatores que respondem pelo atual padrão distributivo do crescimento agrícola. A primeira corrente atribui a culpa à nossa formação histórica, e em particular à concentração da propriedade da terra, cujo papel determinante teria sido reforçado, no período recente, pela política de crédito agrícola subsidiado, criada no final da década de 1960.

A segunda corrente, em franco contraste com o modelo de Hayami & Ruttan, vê nosso padrão de desenvolvimento agrícola como decorrência de um imperativo tecnológico, já que a produção em pequena escala não seria viável na agricultura, e nem existiria tecnologia agrícola absorvedora de mão-de-obra. Assim, esse padrão tecnológico e o predomínio da produção em grande escala na agricultura seriam de certa forma “naturais”, e qualquer tentativa de interferir nisso implicaria um custo de eficiência para a economia.

Este artigo pretende não só criticar essas duas correntes de pensamento, como também propor uma explicação alternativa. Ao contrário dos autores que vão buscar no passado remoto a explicação das nossas mazelas atuais, este artigo vai argumentar que a situação atual foi fruto de um processo de transformação que se iniciou na década de 1960, e que foi muito condicionado pelas políticas trabalhista agrícola, fundiária e de crédito agrícola, todas elas instituídas, não por acaso, naquela década. Procurar-se-á argumentar que essas políticas públicas, e em particular as políticas trabalhista e fundiária, embora tendo sido adotadas com o objetivo explícito de beneficiar os mais pobres, na realidade acabaram por atingir resultados opostos, contribuindo, então, para o aumento da pobreza e da desigualdade no Brasil.

Por sua vez, a crítica aos autores que postulam um determinismo tecnológico vai se basear na própria teoria econômica mainstream, que supostamente serve de base para sua argumentação. Argumentar-se-á, com base no modelo de Hayami & Ruttan, que o padrão tecnológico hoje prevalecente na agricultura brasileira foi resultado de escolhas que tiveram

por base preços relativos dos fatores, mas preços que, em vez de refletirem a dotação “natural” dos fatores, foram “distorcidos” como resultado da operação das políticas públicas mencionadas anteriormente. Ou seja, essas políticas fizeram com que os preços relativos dos fatores ficassem “distorcidos”, o custo privado da mão-de-obra (o custo da mão-de-obra do ponto de vista do empregador) tendo não só sofrido um grande aumento, mas também tendo ficado muito superior ao seu custo social (o salário efetivamente recebido pelo trabalhador), enquanto o custo privado do capital (o custo do capital do ponto de vista do agricultor) tendo ficado inferior ao seu verdadeiro custo social. A escolha da tecnologia atual foi, portanto, condicionada – para não dizer determinada – por esses preços relativos distorcidos dos fatores de produção. Além disso, nova tecnologia foi também criada ou “induzida”, conforme o modelo de Hayami & Ruttan, por essa elevação do preço relativo da mão-de-obra vis-à-vis o capital.

Ora, ao se aceitar que o padrão tecnológico atual resulta de uma escolha técnica condicionada pelos preços relativos dos fatores, infere-se, então, que uma eventual mudança desses preços relativos poderá dar lugar a um novo padrão de desenvolvimento agrícola, com o uso de tecnologia menos intensiva em capital e mais intensiva em mão-de-obra mais barata, dotada (ou passível de ser dotada) da qualificação específica agrícola. O setor agrícola adicionaria às suas atuais contribuições outra, talvez mais importante ainda, que é a geração de empregos para os segmentos da população mais pobre.

Além da introdução este artigo contém oito seções adicionais.

A seção 2 trata da propriedade da terra e do acesso ao crédito pela agricultura familiar, enquanto, a seção 3 discute a relação entre mercado financeiro e mercado de aluguel de terra no Brasil, e sugere que a nossa política fundiária impediu que a “especulação” com terras pudesse acabar beneficiando a pequena agricultura no país.

A seção 4, por sua vez, propõe a hipótese de que a adoção dessas políticas trabalhista e fundiária contribuiu para a aglutinação de forças políticas que acabaram levando o Congresso a aprovar, em 1965 a lei que instituiu o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR).

A seção 4, baseando-se na teoria econômica e também no uso, por Hayami & Ruttan, da teoria das inovações induzidas de Hicks, propõe que essas políticas trabalhista e fundiária, atuando em conjunto com a política de crédito agrícola subsidiado, foram responsáveis pela mecanização

“excessiva” da agricultura brasileira, ao elevarem o custo da mão-de-obra para o empregador (embora mantendo baixo ou mesmo reduzindo o salário do trabalhador), ao mesmo tempo em que reduziam o custo do capital para a produção agrícola.

A seção 6 apresenta a tese de que esse processo que levou à mecanização excessiva da agricultura brasileira levou, também, ao crescente predomínio da produção em grande escala na agricultura brasileira. A seção 7 argumenta que a mecanização excessiva tem contribuído, mais recentemente, para dificultar a convivência do setor agrícola com a volatilidade dos mercados, que aumentou após a mudança da política cambial, em janeiro de 1999.

Em vista dos resultados perversos que resultaram das políticas públicas agrícolas adotadas na década de 1960, a seção 8 considera políticas alternativas, baseadas no mercado livre, que deveriam ter sido adotadas nessa mesma época, e que teriam dado lugar a um desenvolvimento agrícola muito mais absorvedor de mão-de-obra e capaz de contribuir para a redução da pobreza e da desigualdade no Brasil. O importante é que algumas dessas medidas continuam sendo necessárias para que esses objetivos sejam atingidos.

Finalmente, a seção 9 apresenta um sumário e as principais conclusões do trabalho.

PROPRIEDADE DA TERRA E ACESSO AO CRÉDITO PELA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Esse não-acesso ao mercado de aluguel de terra por parte dos pequenos produtores pode estar relacionado, também, com a dificuldade de acesso ao mercado de crédito por parte desses produtores, uma restrição que incidiria em menor grau sobre os agricultores médios e grandes. Esse problema atingiria especialmente agricultores com pequena dotação de terra, que, caso pudessem usar sua pequena propriedade como colateral no mercado de crédito, seriam capazes de arrendar terra adicional e, assim, atingir uma escala de produção mais adequada.

Com toda a certeza, essa restrição de acesso ao crédito aumentou após o Estatuto da Terra, em face das restrições que impõe sobre relações comerciais entre o arrendatário e o proprietário da terra. Ora, sabe-se que essas relações comerciais eram muito freqüentes, antes do Estatuto, já que o proprietário não só cedia a terra, mas financiava o arrendatário (ou então avalizava o empréstimo concedido por um banco). Contudo, o arrendatário dava como garantia o produto colhido, que ficava, assim, penhorado – o que, aliás, existe hoje, formalmente, na relação comercial de empréstimo

bancário, na figura do “penhor mercantil”, pelo qual o agricultor endividado não pode vender seu produto sem a anuência do credor.

O tipo de arranjo que existia no Brasil antes do Estatuto da Terra é muito comum internacionalmente, e foi objeto de uma importante literatura sobre *interlinked contracts*. Com o Estatuto da Terra, esse tipo de arranjo desapareceu completamente, o que deve ter dificultado muito o arrendamento de terra para pequenos produtores.

Cabe notar, ainda, que a dificuldade de acesso aos serviços financeiros, por parte da agricultura familiar, se explica não apenas – como se costuma enfatizar no Brasil – por problemas de titulação de suas terras, mas também pela restrição que a própria Constituição impõe ao uso dos bens desses agricultores (incluindo sua propriedade) como colateral no mercado financeiro. De fato, segundo o inciso XXVI do artigo 4º do Título II (Dos Direitos e Garantias Fundamentais) da Constituição de 1988, “A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar seu desenvolvimento.” É interessante notar, ainda, que os problemas decorrentes de titulação precária de terra no Brasil atingem inclusive aqueles agricultores que, supostamente, já teriam resolvido esse problema, ou seja, os beneficiários da reforma agrária. De fato, conforme reza o artigo 189 da Constituição Federal de 1988, “Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos.” Essa contradição é realçada por Graziano (2004, p. 126), que destaca, também, o fato de que, mesmo depois de passados os dez anos requeridos, nem o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) nem os próprios assentados se interessam pela emancipação dos assentamentos – condição requerida para a titulação dos assentados –, pois isso implicaria o pagamento pela terra recebida e também pelos créditos obtidos, como o de instalação; além disso, o assentado não pode mais ter acesso ao sistema de crédito favorecido da reforma agrária, como no caso do antigo Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA) e do atual Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Barretto (2003, p. 37) também notou o fato de os assentados receberem, quando muito, uma “precária concessão de uso”. Entretanto, em suas entrevistas a Barretto, os assentados sempre reclamavam desse fato, pois não se sentiam realmente estimulados a dedicar esforços sem a garantia de

se beneficiarem no futuro, especialmente através de transmissão da propriedade aos seus filhos.

Essa ausência, no programa de reforma agrária brasileiro, de um sistema adequado de incentivos foi também objeto de análise recente de Abramovay (2004). Rezende (2001) também notou isso, ao analisar o antigo PROCERA, em que todos os sinais transmitidos aos assentados eram no sentido da inadimplência, com o que a política de crédito agrícola deixava de atender seus objetivos. De qualquer maneira, mesmo que o programa de reforma agrária concedesse título de propriedade para os assentados, isso não lhes abriria as portas do sistema financeiro, pois, como se viu antes, essa sua propriedade não poderia servir de colateral em operações de empréstimo. Isso reduz o próprio interesse desse grupo de agricultores em se tornarem proprietários da terra, o que ajuda a explicar por que não faz muita diferença, para eles, receber ou não o título de propriedade da terra nos assentamentos, já que ficarão dependentes do governo para tudo. É interessante notar que essa mesma visão crítica da reforma agrária no Brasil consta de vários trabalhos do Banco Mundial, que propôs um modelo alternativo, que fosse muito mais apoiado nas forças do mercado, e que, por isso mesmo, passou a ser chamado de market-driven agrarian reform. De maneira consistente com essa crítica do programa adotado no Brasil (assim como nos demais países da América Latina), o Banco passou a financiar o projeto “Cédula da Terra”, em que beneficiários não recebe a terra de graça, mas contraem um empréstimo para a sua aquisição, eles mesmos escolhendo a terra. Outro programa financiado pelo Banco Mundial, dentro dessa mesma estratégia alternativa de reforma agrária, é o Crédito Fundiário, através do qual se financia a aquisição de terra por pequenos produtores.

Não obstante o fato de que esses novos projetos sejam superiores ao modelo dos assentamentos, eles têm poucas defesas contra a inadimplência por parte do beneficiário, uma vez que o financiamento é concedido pelo governo, e não pelo “mercado”. De qualquer maneira, esse “mercado” nunca faria empréstimo de longo prazo a esses beneficiários da reforma agrária sem poder contar com garantia real.

Finalmente, esse fraco acesso ao crédito por parte da agricultura familiar no Brasil parece não se ter estendido à agricultura familiar do Sul do Brasil. Isso transparece não só no fato de que esses agricultores conseguiram adotar a mecanização – escapando, assim, dos problemas criados pela política trabalhista agrícola –, mas também no papel importante que esses

agricultores cumpriram na “marcha para o Oeste”, ou seja, na ocupação do cerrado. É possível que esse acesso ao crédito se deva à melhor definição dos direitos de propriedade das terras nessas “colônias” de imigrantes europeus; mas é possível, também, que sejam outras as “instituições” nessas regiões de forte influência italiana e alemã e, assim, outro o padrão de intervenção do Estado, incluindo, aqui, a ação do próprio Judiciário. Esse é, sem dúvida, um tema interessante para pesquisa futura.

MERCADO FINANCEIRO E MERCADOS DE TERRA NO BRASIL

Devido ao elevado risco associado às aplicações financeiras no Brasil, especialmente na época de inflação alta, sempre foi muito forte a demanda por terra como investimento, uma vez que os retornos associados ao investimento em terra têm mostrado uma forte correlação inversa com os retornos associados ao investimento no mercado financeiro. Nessas condições, o investimento em terra passou a ser visto como atraente não tanto por seu retorno em si, mas por minimizar o risco da carteira de investimentos em seu conjunto. Esse investimento em terra, como ativo financeiro, costuma ser explicado de maneira diferente na literatura. O investimento em terra (a “especulação com terra”) parte do pressuposto de que a terra tem uma capacidade inerente de se “valorizar” continuamente. Entretanto, conforme Rezende (2003a, p. 236-240) mostrou, tomando como base as três últimas décadas no Brasil, não é verdade que o valor da terra sempre se tem “valorizado” continuamente; na realidade, o preço da terra tem apresentado alta volatilidade, mas sempre em contraponto aos demais retornos do mercado financeiro. Ainda segundo essa literatura, a especulação com terra implicaria a sua ociosidade ou subutilização, um problema supostamente muito presente no Brasil e que conflitaria com a “função social” da terra. Reydon (2000, p. 176), por exemplo, afirma que: “As características de alta ociosidade da terra associada ao elevado grau de concentração da propriedade da terra são, no caso brasileiro, fatos unânimes, que não precisam ser discutidos (...)”

Esse foi o diagnóstico do problema agrário brasileiro adotado pelo Estatuto da Terra em 1964, o que, inclusive, levou à crença de que, via tributação progressiva (ITR), haveria desestímulo a essa retenção “especulativa”, levando à queda do preço da terra e facilitando, assim, a realização da reforma agrária e o acesso à terra por parte dos pequenos agricultores. É bastante provável que, naquela época, fosse de fato muito importante a demanda de terra como “ativo real”, devido à virtual inexistência

de um mercado financeiro. Aliás, não à toa, uma das primeiras medidas econômicas tomadas pelo governo militar foi a concessão de uma série de estímulos à formação do mercado financeiro, como a instituição da correção monetária.

Entretanto, como apontou Sayad (1982), a retenção de terra como ativo financeiro não necessariamente deve implicar sua ociosidade. Com efeito, segundo Sayad, não faz sentido o especulador manter a terra ociosa, deixando de apropriar um retorno extra, dado pela renda da terra. Mesmo o investidor inapto para o exercício da atividade agrícola poderia auferir esse retorno extra, via aluguel da terra. Se supusermos que, entre esses especuladores, tendam a predominar agentes econômicos sem capacitação para o exercício da atividade agrícola, então poderemos concluir, adotando a perspectiva de análise de Sayad, que a especulação com terras deveria levar a um aumento da oferta de terra nos mercados de aluguel no Brasil, beneficiando, em particular, os pequenos agricultores. Nesse sentido, a especulação não faria a terra deixar de cumprir sua função social, bem ao contrário.

Na realidade, contudo, a conclusão de Sayad não leva em conta a política fundiária existente no Brasil, já que, como foi visto, ela desestimula o aluguel de terras agrícolas envolvendo pequenos agricultores e grandes proprietários. Mesmo na hipótese de se decidir pela utilização da sua terra, via cessão em arrendamento, o especulador continua a correr o risco de ser atingido pela reforma agrária, devido à possibilidade de sua terra ser considerada ociosa em casos de descontinuidades entre contratos sucessivos.

MUDANÇAS INSTITUCIONAIS INTRODUZIDAS A PARTIR DA DÉCADA DE 1960: A POLÍTICA DE CRÉDITO AGRÍCOLA

A política de crédito agrícola subsidiado foi instituída pela Lei 4.829, de 05/11/1965, e resultou de um longo processo de idas e vindas, como mostrado em detalhe em Nóbrega (1985). Como se viu antes, somente um contexto de grave crise política, como a que existia no Brasil na primeira metade da década de 1960, assim como a solução de força que prevaleceu a partir de 1964, podem explicar a manutenção da política trabalhista agrícola, instituída em 1963, e a instituição de uma nova política ainda mais antagonista com a ordem latifundiária preexistente, como foi o Estatuto da Terra, de 1964. Considerando que essas decisões políticas foram adotadas com o beneplácito do Congresso, cabe perguntar como isso foi possível, sobretudo após as facções de esquerda ter sido alijada, seja porque tiveram de sair do país, foram presas ou tiveram seus direitos políticos cassados.

A esse respeito, Silva (1971, p. 116-123) mostrou que a aprovação, pelo Congresso, do Estatuto da Terra, se deveu ao empenho especial do então presidente Castelo Branco e do seu ministro do Planejamento, Roberto Campos. Faltou, contudo, a Silva o mesmo interesse em mostrar como se deu a aprovação, pelo Congresso, menos de um ano depois, do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), já que, como se verá a seguir, essa política de crédito agrícola acabou inviabilizando o próprio Estatuto da Terra, além de ter permitido ao setor agrícola adaptar-se à nova realidade do mercado de trabalho na agricultura, enquadrado, agora, dentro da CLT. Não obstante esse desinteresse de Silva (1971), assim como de todos os demais estudiosos da política agrícola, não há dúvida de que essa política cumpriu um papel decisivo para que o setor pudesse se adaptar às novas condições institucionais, sem que ingressasse em uma profunda crise. Com efeito, antes de tudo, essa nova política de crédito permitiu uma mudança não-traumática no sentido de formação de um novo mercado de trabalho, agora plenamente monetizado.

Em segundo lugar, essa nova política de crédito agrícola permitiu que vários setores latifundiários abandonassem a parceria e o arrendamento como formas de utilização da terra, passando a adotar a exploração direta, através da contratação de mão-de-obra assalariada. Isso possibilitou que o setor agrícola se adaptasse à nova política fundiária, que, como se viu, discriminava contra a parceria e o arrendamento e ameaçava a propriedade da terra.

Em terceiro lugar, nesse novo mercado de trabalho, tornou-se maior a dependência da mão-de-obra temporária, com todos os problemas decorrentes disso. O resultado, como será mostrado no próximo capítulo, foi adoção de maior mecanização, tanto no preparo do solo quanto na colheita, e isso só foi viável graças à nova política de crédito agrícola. Por outro lado, esse papel da política de crédito agrícola, de permitir uma adaptação do setor ao novo ambiente institucional, marcado por uma ingerência muito maior do Estado nos mercados de trabalho e de aluguel de terras, é completamente ignorado, ao se restringir esse papel à “compensação” da agricultura pela discriminação embutida no modelo de industrialização substitutiva de importações. Embora essa política de industrialização tenha, de fato, discriminado contra a agricultura, o crédito agrícola cumpriu também um papel de essência muito mais diretamente política, que foi exatamente o de permitir que o setor se adaptasse às novas leis trabalhista e fundiária. Esse foi, de fato, o conteúdo

político-econômico da “modernização” da agricultura, que a política de crédito agrícola viabilizou.

Em face de seu papel decisivo, cabe admitir a hipótese de que essa política tenha sido, na verdade, fruto de uma mobilização política no Congresso, a partir de pressões dos próprios deputados e senadores. Essas pressões devem ter incluído não apenas os representantes do setor agrícola como os demais congressistas, tendo em vista a crise econômica geral que poderia se instalar no país caso não fossem criadas as condições financeiras necessárias para a adaptação da atividade rural às novas exigências trabalhistas e fundiárias.

A propósito, que, conforme Nóbrega (1985, p. 47-53) mostrou a proposta original de criação da política de crédito agrícola, encaminhada pelo presidente Castelo Branco em 20/08/1965, era muito diferente da lei que afinal foi aprovada. A proposta do Executivo, por exemplo, limitava a concessão do subsídio ao “crédito orientado”, a ser praticado “em bases módicas”, com o objetivo de dar “ao agricultor capacidade técnica e econômica capaz de fazê-lo dispensar o subsídio dentro de pouco tempo e de suportar as condições do crédito corrente (grifos nossos)” [Nóbrega (1985, p. 48)]. Além do mais, essa proposta original previa, em seu artigo 15, que “os débitos resultantes de operações de crédito rural poderão ter o seu valor monetário corrigido (...)”; o parágrafo único desse artigo rezava explicitamente que “A correção monetária de que trata este artigo não constituirá rendimento tributável dos seus benefícios” (nossos os grifos). Essa proposta original do Executivo, entretanto, foi totalmente alterada no Congresso, dando lugar à versão que afinal se tornou lei. O governo ainda tentou vetar todos os novos dispositivos introduzidos no Congresso, mas esses vetos foram derrubados.

O comportamento do Congresso é consistente com nossa hipótese anterior, de que a política de crédito agrícola adotada a partir de 1965 foi uma reação do Congresso à instituição dos dois estatutos – o do Trabalhador Rural, em 1963, e o da Terra, em 1964 – que, se deixados a atuar nas condições então existentes, de completa ausência de um sistema financeiro agrícola, dariam origem a uma crise no meio rural que se estenderia ao meio urbano, com conseqüências imprevisíveis no terreno econômico e político.

A nova política de crédito, instituída em 1965, acabava atendendo também às preocupações dos próprios militares com a radicalização política no campo, já que viabilizava a liquidação das velhas relações de trabalho e o

esvaziamento do campo, com a mão-de-obra passando a se empregar no meio urbano. Nessa ótica, aliás, esse esvaziamento do campo seria necessário até mesmo para viabilizar o dinamismo que se projetava para a economia nacional, e que se iniciou já em 1968, com o “milagre brasileiro”.

Não se deve deixar de lado, tampouco, o fato de que a instituição e depois a operacionalização da política de crédito agrícola contou, certamente, com o apoio dos mandarins da política econômica, já que o crescimento do setor era considerado muito importante para o controle da inflação e para o equilíbrio das contas externas, e aquela política de crédito agrícola era vista como necessária para que esses objetivos fossem atingidos. Tal postura era, certamente, encampada por Delfim Netto, um conhecido adversário das novas políticas trabalhista agrícola e fundiária adotadas no biênio 1963-1964. Aliás, não foi à toa que, já em 1967, através da famosa Resolução 69 do Conselho Monetário Nacional (CMN), foi regulamentado o principal instrumento da política de crédito agrícola: a “compulsoriedade bancária”, já prevista na Lei de 1965 e segundo a qual os bancos tinham de aplicar na agricultura, a taxas de juros definidas pelo Banco Central (BACEN), o equivalente a 10% de seus depósitos à vista. Esse “contra-ataque” tomou a forma, também, de uma bateria de estímulos à produção doméstica de tratores e máquinas agrícolas, dentro da estratégia do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). É interessante notar, também, a completa ausência, no Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek, de uma política agrícola específica e muito menos de uma nova política de crédito agrícola. Isso provavelmente se explica pelo fato de que, ao longo de todo o Governo JK, o “pacto populista” manteve-se incólume, com a manutenção da aliança PSD/PTB, Juscelino sendo do PSD e João Goulart, vice-presidente, do PTB.

Nossa hipótese é, portanto, de que a política de crédito agrícola, de um lado, e as políticas trabalhista e fundiária, de outro, fizeram parte de uma estratégia única, que tinha por objetivo político o esvaziamento rápido das tensões no campo e por objetivo econômico o fomento à urbanização e à expansão econômica do “Brasil Grande”. Esse é, sem dúvida, um tema polêmico, tão interessante quanto totalmente virgem na literatura.

A HIPÓTESE DE MECANIZAÇÃO EXCESSIVA NA AGRICULTURA BRASILEIRA

Como se viu, quase ao mesmo tempo em que adotava as políticas trabalhista e fundiária, o governo instituiu a política de crédito agrícola, cuja principal conseqüência foi viabilizar uma oferta de recursos destinada a

baratear o custo do capital para o setor. Assim, a combinação desses dois conjuntos de políticas públicas – trabalhista e fundiária de um lado, e de crédito agrícola subsidiado de outro – acabou produzindo uma divergência não só entre os custos sociais e privados da mão-de-obra, mas também entre os custos sociais e privados do capital. Em outras palavras, embora o Brasil seja uma economia com abundância de mão-de-obra e escassez de capital – o que significa que, em termos sociais, a mão-de-obra é barata e o capital, caro –, em termos privados, devido à atuação dessas políticas públicas, os custos desses fatores são “distorcidos”, tornando-se a mão-de-obra agrícola cara e o capital barato para a agricultura.

Ora, como são os custos privados que governa a tomada de decisão privada, a consequência de tal distorção nos preços dos fatores acabou sendo uma rápida mudança na tecnologia agrícola no sentido da mecanização, tendo em vista poupar a mão-de-obra e usar intensivamente o capital.

Guanziroli et alii (2001, p. 27) notaram que, no Brasil, “a disponibilidade de mão-de-obra abundante e barata não impediu (...) que a modernização assumisse um caráter marcadamente poupador de mão-de-obra”. Embora esses autores chamem a atenção para fatores relevantes – como os problemas associados ao uso da mão-de-obra assalariada temporária, no caso da grande propriedade, e o papel do crédito rural subsidiado –, escapou a eles proporem a distinção conceitual, feita aqui, entre o salário recebido pelo trabalhador e o custo da mão-de-obra arcado pelo empregador, este último sendo o relevante para a escolha de tecnologia. Escapou a Guanziroli et alii (2001), também, apontarem o papel que as próprias políticas trabalhista e fundiária vêm cumprindo, na criação dessa “cunha”.

Rezende (1985, p. 60) destacou a piora da qualidade da mão-de-obra que permaneceu no campo, fruto da política trabalhista adotada; essa piora foi também destacada por Cunha (1995, p. 40). Segundo Rezende (1985, p. 60), isso estimulou a mecanização, pois: “ao alijar a mão-de-obra mais qualificada, deve dificultar a adoção de tecnologia intensiva nesse fator de produção. (...) De maneira completamente contraditória com a dotação relativa de fatores no conjunto da economia, deve ter-se verificado, então, uma tendência à adoção de tecnologia poupadora de mão-de-obra – ou seja, a mecanização –, o que certamente foi viabilizado pela política de crédito subsidiado. Alguns autores atribuíram ao aumento da mecanização a expansão do contingente de mão-de-obra volante, mas (...) a mecanização pode muito bem ter sido um resultado das transformações ocorridas nas relações sociais de produção.”

Vale notar, a propósito, que Staduto, Shikida & Bacha (2004, p. 59), por exemplo, invertem a relação de causalidade entre a mudança tecnológica e a mudança no mercado de trabalho, quando propõem que: “As alterações ocorridas na agropecuária no plano tecnológico, principalmente a partir de meados dos anos 60s, podem ser compreendidas como um ciclo de inovação tecnológica para o setor no Brasil, as quais geraram transformações nas relações de trabalho, que se manifestam por meio do surgimento e generalização do trabalhador assalariado temporário. (...)”

A maioria dos estudos que se ocuparam desse problema nas décadas de 1970 e 1980 apelou às noções de “acumulação capitalista” ou “desenvolvimento capitalista”, como processos autônomos, para explicar as mudanças que ocorreram no mercado de trabalho a partir da década de 1960, fazendo questão de ignorar ou menosprezar o papel determinante das políticas trabalhista e fundiária. Ao discordar desse tipo de análise, Saint (1980, p. 516) assinalou que “(...) nos estudos iniciais da mão-de-obra assalariada temporária na agricultura havia a tendência de explicar (e quase supor) o surgimento desse novo quadro social como resultado da penetração capitalista no campo”. Destaque entre esse tipo de estudos cabe, naturalmente, ao trabalho de D’Incao e Mello (1976), que ganhou enorme popularidade na época e cuja fragilidade analítica foi apontada por Goodman & Redclift (1977). Por outro lado, pode-se supor que essa mudança de preços relativos dos fatores tenha também induzido a geração de novas tecnologias com as mesmas características, ou seja, poupadoras de mão-de-obra de qualificação específica agrícola e intensivas de capital. Esse teria sido o caso, principalmente, das colheitadeiras de cana-de-açúcar e café, por exemplo, que, como se viu, foram frutos da pesquisa e dos investimentos feitos no Brasil, já que essa tecnologia não existia no exterior.

Essa última hipótese, de que as mudanças dos preços relativos dos fatores tenham induzido a geração de novas tecnologias, faz parte de uma literatura que teve início com o modelo de Hayami & Ruttan (1985). Esses autores propuseram um “modelo de inovações induzidas” na agricultura, partindo da teoria das inovações induzidas de Hicks. Note-se que, através de seu modelo, Hayami & Ruttan visavam não só mostrar de que maneira se dá essa conexão entre mudanças de preços relativos dos fatores e inovação tecnológica na agricultura, mas apontar a racionalidade desse processo, na medida em que os preços relativos dos fatores refletiriam as dotações relativas dos fatores. É bem conhecida a comparação que esses autores fizeram entre o desenvolvimento agrícola americano e o japonês,

no caso americano viabilizado por tecnologias poupadoras de mão-de-obra e intensivas em terra, e, no caso japonês, viabilizado por tecnologias intensivas em mão-de-obra e poupadoras de terra.

No caso brasileiro, entretanto, embora se admita neste trabalho que tenha funcionado o mecanismo de “inovações induzidas” proposto por Hayami & Ruttan, não é possível atribuir a esse mecanismo a mesma racionalidade econômica identificada por esses autores nos casos americanos e japoneses. Com efeito, a peculiaridade do caso brasileiro é que os preços relativos dos fatores, nesse período que se seguiu à década de 1960, passaram a não refletir a real dotação de fatores da economia, ficando, ao contrário, “distorcidos”. É interessante notar que Rezende (1980) fez a mesma crítica à aplicação do modelo de Hayami & Ruttan para a análise histórica brasileira, assinalando que a escravidão e, posteriormente, a concentração da propriedade da terra fizeram com que os preços relativos dos fatores ficassem “distorcidos” no país, ou seja, não refletissem a dotação relativa dos fatores, dada pela relação homem/terra, similar à dos Estados Unidos. Na realidade, essa particularidade do caso brasileiro revela uma limitação da análise de Hayami & Ruttan, que é a de supor, implicitamente, o contexto institucional subjacente ao modelo neoclássico de equilíbrio geral, em que os mercados de fatores são “perfeitos”, o que significa, entre outras coisas, a ausência de interferência governamental. Só nessa hipótese de ausência completa de interferência governamental os preços dos fatores passam a refletir as suas dotações relativas, como implícito no modelo de Hayami & Ruttan. Note-se que essa política de crédito subsidiado também foi acompanhada por uma política industrial que subsidiou a implantação, no Brasil, da indústria de tratores e máquinas agrícolas, o que facilitou a sua aquisição pelos agricultores. Essas considerações teóricas permitem explicar porque passou a ser adotada, na agricultura brasileira, uma tecnologia baseada na mecanização, que é poupadora de mão-de-obra não-qualificada e intensiva em capital e em mão-de-obra qualificada. Com efeito, a mecanização elimina ou reduz muito a demanda de mão-de-obra de qualificação específica agrícola, em favor da mão-de-obra qualificada, a exemplo do tratorista, além de usar mais intensivamente o fator relativamente mais barato, o capital. A adoção dessa tecnologia foi facilitada, inicialmente, pela sua disponibilidade no plano internacional (colheitadeiras de grãos, por exemplo) e, posteriormente, pela criação de máquinas especificamente desenhadas para a agricultura brasileira, como as colheitadeiras de cana-de-açúcar, café e laranja, entre outras. Tratou-

se, então, tanto da “adoção” de tecnologias já existentes, com base na microeconomia convencional, como da “indução” de novas técnicas, à Hicks e como elaborado por Hayami & Ruttan.

Deve-se insistir no fato de que, como foi mostrado em Rezende, 2006 (ver Seção 5, p.10), o mesmo mecanismo que eleva o preço da mão-de-obra para o empregador agrícola abre uma cunha entre esse preço para o empregador e o salário recebido pelo empregado. Não é adequado, assim, usar-se o salário de mercado (que é o salário recebido pelo trabalhador) em análises de rentabilidade do uso das máquinas na agricultura, já que, para definir o custo de produção, tem-se de usar o custo da mão-de-obra do ponto de vista do empregador.

Sanders & Ruttan (1978) atribuíram o elevado ritmo de mecanização agrícola no Brasil na década de 1960 ao subsídio à taxa de juros do crédito agrícola. Esses autores também chegaram a propor [Sanders & Ruttan (1978, p. 281)] que: “there is also evidence that labor services were biased upward by minimum-wage policies”, mas aqui eles subestimaram grosseiramente o papel das políticas trabalhista agrícola e fundiária como indutoras da mecanização agrícola. Em defesa desses dois autores, cabe, contudo, observar que o período por eles analisado se cingiu à década de 1960, enquanto os efeitos dos mecanismos de elevação do custo da mão-de-obra, assim como as mudanças radicais ocorridas no mercado de trabalho agrícola, atingiram seu apogeu somente na década de 1970.

A atratividade da mecanização, em certas situações, tornou-se mesmo imperativa, em função das greves dos trabalhadores, que, como já se viu, passaram a eclodir especialmente na época da colheita. Entretanto, no caso de outras culturas, como o algodão em São Paulo e no Paraná, que muito dependia de mão-de-obra para a colheita e não podia contar com uma inovação tecnológica que economizasse mão-de-obra – o que acabou acontecendo, mas limitado ao Centro- Oeste –, a solução foi a substituição de atividades.

O processo de ajustamento do setor agrícola a esse quadro institucional adverso se expressou também através de mudanças no crop mix que ocorreram nesse período, o caso típico tendo sido o da soja substituindo o café no Paraná. Isso certamente teve relação com a facilidade de mecanização da soja, graças à disponibilidade da tecnologia externa, ao financiamento subsidiado e aos incentivos do governo para a indústria de máquinas agrícolas se instalarem no Brasil. A conversão de atividades agrícolas em pecuária bovina também deve ter sido estimulada por essa súbita

mudança no mercado de trabalho agrícola que ocorreu durante a década de 1960. Observe-se, também, que a aptidão dos solos de cerrado à mecanização agrícola, graças ao relevo plano e à adequação das características físicas, permitiu às regiões do cerrado escapar desse problema de mercado de trabalho que as demais regiões tiveram de enfrentar, podendo-se até mesmo admitir que a própria pesquisa agrônômica tenha sido estimulada pelas condições naturais tão favoráveis a uma agricultura mecanizada. A esse respeito, a disponibilidade de tecnologia mecânica no exterior e as políticas de incentivo à mecanização por parte do governo foram fundamentais.

Segundo Rezende (2003b, p. 182), o fato de a ocupação histórica do cerrado se ter dado à base da grande propriedade territorial facilitou a rápida adoção, pela agricultura regional, do novo padrão tecnológico, caracterizado pela produção em grande escala. Aliás, esse papel “facilitador” da mecanização, exercido pela estrutura agrária concentrada preexistente, estendeu-se ao conjunto da agricultura brasileira.

MECANIZAÇÃO E PRODUÇÃO EM GRANDE ESCALA NA AGRICULTURA BRASILEIRA

É interessante desfazer um equívoco muito comum, que é o de culpar a mecanização, como tal, pelo aumento da importância relativa da produção em grande escala na agricultura brasileira. Na realidade, mecanização e escala são dois fenômenos teoricamente distintos, não havendo uma relação necessária entre um e o outro. Com efeito, mecanização, em si mesma, significa simplesmente a adoção de técnicas mais intensivas em capital, ou seja, técnicas em que o coeficiente serviços de capital/serviços de trabalho aumenta. A presença ou não de economias de escala, por sua vez, refere-se à existência ou não de proporcionalidade entre as taxas de variação da produção e das quantidades utilizadas dos fatores.

Entretanto, é verdade que os dois fenômenos – mecanização e aumento da escala da produção – vêm estando associados no Brasil. A hipótese deste trabalho, contudo, é que isso se deveu ao fato de a mecanização não vir se estendendo aos pequenos agricultores, pelos seguintes motivos: a) falta de acesso ao crédito e, portanto, impossibilidade de demandar máquinas adaptadas a esses produtores; e b) conseqüente inviabilização da oferta de máquinas adaptadas à agricultura em pequena escala.

Em tal contexto, a indústria brasileira passou a fabricar apenas máquinas apropriadas à produção em grande escala, e onde surgiu o fenômeno de “indivisibilidade” das máquinas, ou seja, ausência de máquinas adequadas ao

pequeno produtor. Isso, juntamente com as dificuldades de operação do mercado de aluguel de tratores e máquinas agrícolas – o que forçou a aquisição dos tratores e máquinas agrícolas pelo próprio agricultor –, fez com que o custo unitário de produção se reduzisse com o aumento da escala de produção (devido à queda do custo fixo unitário), tornando, assim, a produção em grande escala mais rentável na agricultura brasileira. Assim, a predominância da produção em grande escala na agricultura brasileira não deve ser tomada como evidência da presença de economias de escala na agricultura, como se costuma pensar. Ora, na medida em que a pequena agricultura não pode adotar a mecanização, nem valer-se da contratação de mão-de-obra assalariada nos “picos” da demanda de mão-de-obra, o resultado é que sua escala de produção acaba ficando limitada, nos períodos de “picos”, ao tamanho da família, com a geração de subemprego nos períodos de “vales” da atividade agrícola.

A dissociação teórica entre decisões concernentes à mecanização e decisões concernentes à escala permitiria que uma região como o Centro-Oeste, onde a mecanização é uma técnica altamente recomendável, continuasse utilizando a máquina, mas reduzindo, drasticamente, a escala de sua produção. Para isso ocorrer, entretanto, seria preciso viabilizar o acesso da agricultura familiar ao mercado de crédito, pois só com a existência de uma demanda efetiva por parte da agricultura familiar poderia haver oferta das máquinas apropriadas; esse maior acesso da agricultura familiar poderia ser facilitado, também, pela criação de um mercado de aluguel de máquinas. A esse respeito, é interessante notar que Sanders & Bein (1976) registraram o uso regular de máquinas, via aluguel, por parte de agricultores familiares em Terenos (uma região de cerrado). Isso confirma nossa hipótese de que não é a mecanização em si mesma, mas o contexto institucional que, ao restringir o acesso ao crédito por parte da agricultura familiar e desestimular a criação de um mercado de aluguel de máquinas, tem levado ao predomínio da produção em grande escala na agricultura brasileira.

MECANIZAÇÃO E VOLATILIDADE NA AGRICULTURA BRASILEIRA

Até aqui, este trabalho considerou “excessiva” a mecanização agrícola no Brasil, não só do ponto de vista social, mas também do ponto de vista estritamente econômico, uma vez que esse padrão tecnológico é resultado da existência de preços distorcidos dos fatores de produção trabalho e capital na agricultura.

Entretanto, essa mecanização pode ser considerada excessiva ainda de um terceiro ponto de vista. Com efeito, como se notou antes, o padrão de desenvolvimento agrícola brasileiro tem-se caracterizado pelo crescente predomínio de grandes unidades de produção agrícola, formadas com capital de empréstimo proveniente do setor público, a taxas de juros subsidiadas. Ora, essa excessiva dependência de capital de empréstimo (mesmo que a juros subsidiados), juntamente com o grande peso do custo fixo no custo unitário total, aumenta as dificuldades do setor agrícola em uma conjuntura adversa (como a que o atingiu a partir do segundo semestre de 2004), decorrente do comportamento desfavorável dos preços internacionais, taxa de câmbio ou clima. Como a ocorrência de conjuntura adversa é um evento muito freqüente no setor agrícola, cabe indagar, conforme fizeram Ferreira Filho, Alves & Gameiro (2004, p. 27), se “esse modelo pode ser considerado ótimo”.

Note-se que esse padrão tecnológico e financeiro, que tinha entrado em crise na segunda metade da década de 1980, passou a ser grandemente estimulado, a partir do início da década de 1990, pelo fato de o Sistema Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ter estendido sua atuação ao crédito de investimento rural e agroindustrial. Além disso, o acesso aos recursos do BNDES estimulou os bancos privados a também participarem desse financiamento ao investimento agrícola, coisa que antes não acontecia. Isso levou até mesmo à criação dos “bancos das montadoras” pelas indústrias de máquinas e equipamentos agrícolas, que passaram a ter acesso aos recursos repassados pelo BNDES. Além desse Sistema BNDES, os Fundos Constitucionais de Financiamento passaram também a conceder crédito de investimento, beneficiando a agricultura nas três regiões de sua atuação (Norte, Nordeste e Centro-Oeste).

Conforme mostrado em IPEA (2005, p. 82), o montante anual desse crédito de investimento subiu de R\$ 5 bilhões, no ano agrícola 2000-2001, para nada menos de R\$ 10 bilhões em cada um dos anos agrícolas 2003-2004 e 2004-2005. Somente nesses dois anos agrícolas, portanto, a agricultura aumentou sua dívida de longo prazo em R\$ 20 bilhões, um montante equivalente ao total do crédito de custeio contratado no ano agrícola 2003-2004. Como decorrência desse rápido crescimento do crédito de investimento no período recente, o saldo do crédito de investimento rural passou de cerca de R\$ 20 bilhões para cerca de R\$ 34 bilhões entre janeiro de 2003 e outubro de 2005, conforme dados obtidos junto ao

BACEN. Enquanto isso, o saldo de custeio passou de R\$ 17 bilhões para R\$ 24 bilhões no mesmo período, um crescimento muito menor, portanto. Conforme ainda mostrado em IPEA (2005, p. 82), o crédito de investimento veio, na sua quase totalidade, dos Fundos Constitucionais e do BNDES/FINAME.

A consequência desse aumento da disponibilidade de crédito para a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas foi a retomada das compras desses bens, como mostraram Brandão, Rezende & Marques (2005), em grande parte graças à atuação do sistema BNDES/FINAME. Os autores também sugerem que essa expansão de crédito teria viabilizado o grande aumento de área cultivada que ocorreu entre os anos agrícolas 2000-2001 e 2003-2004, e que rompeu com o padrão de crescimento anterior (que durou da segunda metade da década de 1980 até a primeira metade da década de 1990), em que a área permanecia constante e se adotavam tecnologias que visavam ao aumento da produtividade da terra. Segundo Ferreira Filho & Costa (1999), a restrição à mecanização que vigorava naquele período anterior pode até mesmo ter contribuído para a rápida adoção do plantio direto na agricultura brasileira, já que essa técnica reduz a necessidade tanto de uso de tratores como de mão-de-obra, contornando, assim, o problema da restrição de capital que havia então. Na realidade, o que aconteceu à época é que a técnica do plantio direto não só reduziu, na margem, a necessidade de novos tratores, mas, ao se estender a áreas agrícolas preexistentes, tornou o estoque existente de tratores compatível com a nova demanda, relaxando uma restrição que, com toda a certeza, ter-se-ia abatido sobre a agricultura brasileira.

POLÍTICAS ALTERNATIVAS EM FAVOR DA AGRICULTURA FAMILIAR, COM BASE NO MERCADO LIVRE

Segundo a análise apresentada em Rezende (2006), a agricultura familiar é mais compatível com o objetivo, defendido neste trabalho, de que a agricultura brasileira mude o seu atual padrão tecnológico, altamente capital-intensivo, em favor de tecnologia mais trabalho-intensivo e, assim, mais capaz de contribuir para a redução da pobreza e da desigualdade no Brasil. A razão disso se deve ao fato de que, devido à sazonalidade da atividade agrícola, a agricultura capitalista tende a adotar tecnologia mais capital intensiva – expressa pela mecanização – do que a agricultura familiar. Outro motivo para que surja essa diferenciação entre a agricultura capitalista e a agricultura familiar é o problema da supervisão do trabalho, que é muito

mais sério na agricultura do que na indústria e muito mais difícil de ser enfrentado pela agricultura capitalista do que pela agricultura familiar, a não ser via mecanização e redução do emprego de mão-de-obra. Em face dessa diferenciação que existe entre a agricultura familiar e a capitalista, uma eventual desregulamentação do mercado de trabalho agrícola, mas mantida a atual preponderância da grande propriedade capitalista, não seria capaz de gerar uma melhoria no mercado de trabalho da mesma dimensão que se poderia obter caso prevalecesse a agricultura familiar.

Entretanto, conforme se procurou argumentar neste trabalho, as políticas públicas agrícolas adotadas no Brasil a partir da década de 1960 impediram que essa natural vantagem sobre a agricultura capitalista levasse a um maior desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil. Foram decisivos dois fatores: a) a agricultura familiar, em função da política trabalhista agrícola, passou a se defrontar com um custo maior da mão-de-obra contratada; e b) devido a seu menor acesso ao crédito, a agricultura familiar não pôde reagir a esse maior custo adotando a mecanização, que ficou restrita à agricultura capitalista.

É interessante conjecturar como essa situação relativa da agricultura familiar vis-à-vis a agricultura capitalista poderia ter evoluído no país caso as políticas públicas tivessem sido diferentes. Como é fato conhecido, o Brasil detinha, por volta da década de 1960, uma estrutura agrária baseada no sistema latifundiário, no interior do qual vicejava um mercado de trabalho em que o trabalhador residia nas propriedades e produzia parte de sua subsistência. Além disso, era grande a importância da parceria e do arrendamento de terra nas regiões em que era menor a exploração direta da terra pelo proprietário. Era também muito significativa a presença de pequenos produtores independentes, cuja atividade, contudo, ficava limitada em face da concentração da propriedade da terra.

Pode-se conjecturar que, em função da grande importância que a estrutura agrária reservava à agricultura familiar, embora subordinada – como no caso do colonato –, ficaria facilitada uma política de fortalecimento desse tipo de agricultura, como era o objetivo expresso do regime que tomou o poder em 1964. Para isso, contudo, seria necessário adotar as políticas corretas, e não as que de fato acabaram sendo sancionadas.

Em defesa das políticas realmente adotadas, seria possível argumentar que a extensão da CLT ao setor rural e a instituição da nova política fundiária, através do Estatuto da Terra, teriam sido necessárias para acabar com as relações “atrasadas” preexistentes no campo, onde o Estado

não penetrava, e que tinham inclusive um desdobramento político, já que se restringia o alcance da democracia no país.

A nova política fundiária, em particular, partia do pressuposto implícito de que a curva de oferta de terra por parte do latifundiário, para arrendamento ou parceria, seria totalmente inelástica, ou seja, não haveria redução da oferta de terra, mesmo com toda a (nova) intervenção do Estado nesse mercado. Esse resultado seria obtido, inclusive, graças à implantação do ITR, que puniria a ociosidade da terra, assim como através da desapropriação com pagamento com títulos da dívida pública, o que teria aumentado a eficácia da reforma agrária.

Entretanto, à luz das conseqüências adversas dessas medidas, mostradas neste trabalho, melhor teria sido que o país tivesse adotado outro tipo de medidas, visando criar alternativas para essa mão-de-obra e, assim, estrangular o latifúndio. Aliás, o mero crescimento da economia, ao viabilizar alternativas de emprego urbano, forçaria uma mudança das relações de trabalho no campo, com melhoria do salário rural e do acesso à terra por parte da agricultura familiar.

Antes de tudo, é mais do que claro que não deveriam ter sido instituídos nem o ETR nem o Estatuto da Terra, já que eles acabaram sendo responsáveis pela inviabilização da agricultura familiar no Brasil. Por outro lado, uma estratégia que intensificaria esse processo de maior desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil teria sido a adoção de políticas de crédito fundiário que facilitassem a aquisição de terra pelos trabalhadores agrícolas, lado a lado com políticas de assistência técnica, de comercialização e de pesquisa direcionadas para a pequena agricultura.

Esse objetivo de melhorar o acesso ao crédito por parte dos agricultores familiares requereria, contudo, uma mudança radical no nosso sistema de formação e titulação da propriedade da terra, assim como a instituição de um sistema hipotecário mais crível do que o que sempre prevaleceu no Brasil, especialmente quando o pequeno proprietário agrícola estava envolvido.

No que se refere à titulação da terra, teria sido imperativo acabar com a posse (origem da figura do posseiro), um instituto que, na aparência, facilita o acesso à terra por parte do pequeno produtor, – já que permite a gratuidade na formação da propriedade da terra –, mas, na realidade, fomenta a violência no campo e o predomínio da grande propriedade, como, aliás, ocorreu em nossa história. Além disso, estimula o desmatamento – inclusive e em especial na Amazônia –

, uma vez que a comprovação de “posse” requer evidência de efetiva “utilização” da terra. Esse estímulo ao desmatamento e ao uso predatório dos recursos, que marcou toda a nossa história e persiste atualmente, impede que se estenda ao Brasil a recomendação, vinda da Economia do Bem-Estar, de que se estimule a formação da propriedade privada da terra em situação de “recursos comuns” (open resources), já que, assim, seriam maiores os incentivos à conservação desses recursos. Para que essa recomendação fosse estendida ao Brasil, seria necessário eliminar o instituto da “posse”, junto com toda e qualquer exigência de comprovação de que a terra venha sendo utilizada, antes de se conceder o título definitivo de propriedade.

O incentivo ao desmatamento como meio de provar que a terra está efetivamente sendo “utilizada” cria a aparência de que são as atividades agrícolas propriamente ditas – e não esse mecanismo perverso de formação da propriedade privada da terra – os verdadeiros responsáveis pela devastação. Ainda no que se refere a essa questão da conversão à propriedade privada de terras públicas (cunhadas de “devolutas” no Brasil), é imperativo que isso se torne uma matéria exclusivamente federal – como sempre foi, aliás, nos Estados Unidos [Guedes (2005)] –, para evitar que isso se torne moeda de troca política regional, com favorecimento óbvio do latifúndio. Aliás, essa passagem da questão fundiária do âmbito estadual para o federal deveria ter sido a primeira medida tomada pelos militares em 1964 – melhor ainda, pelo próprio Getúlio Vargas, já em 1930. É uma questão muito interessante saber por que Getúlio Vargas não fez isso, já que ele, especialmente após 1937, centralizou tudo o mais.

A própria gratuidade na concessão da propriedade da terra deveria ser eliminada, em favor da cobrança de um preço pelo governo, via leilão público. Isso reduziria o “ganho de fundador” – dado pela diferença entre o valor que a terra adquire no mercado, uma vez que se tenha tornado passível de utilização agrícola, e o custo de conversão da terra bruta. Com a cobrança de um preço para a concessão da propriedade da terra virgem, o governo reduziria esse “ganho do fundador”, o que desestimularia o desmatamento e os atuais conflitos de terra. Se o governo quiser, ele pode dar um “desconto” para o pequeno proprietário, passando-lhe o título de propriedade da terra virgem a um preço inferior ao que seria pago pelo grande proprietário. Isso pressuporia, contudo, a utilização efetiva dessa terra por esse pequeno proprietário, por um tempo mínimo determinado.

Note-se que o pequeno agricultor também participa, e muito intensamente, desse processo de desmatamento com apropriação do “ganho do fundador”. Essa foi, aliás, uma das conclusões principais de Almeida (1992), em seu magnífico trabalho sobre a política de colonização na Amazônia. Segundo Almeida (1992, p. 317-351), o móvel principal desse pequeno produtor, ao se tornar um “assentado” em projeto do INCRA, era fazer o desmatamento, completar as demais tarefas para tornar a terra agricultável, e então vender essa terra a outro agricultor ou pecuarista (em geral, de grande porte), após o que aquele assentado entrava em outro projeto do INCRA, em que essa “itinerância” era retomada. Bruno & Medeiros (2001) mostraram também, em seu estudo sobre as causas das evasões nos assentamentos do INCRA, que, nas regiões de fronteira (no Centro-Oeste e no Norte), essas evasões chegaram a atingir, em um assentamento, quase 90%, sendo que, na média desses assentamentos, a evasão atingiu nada menos do que 43% dos assentados.

Uma definição clara dos direitos de propriedade para os agricultores familiares é uma condição necessária, mas não suficiente, para que esses agricultores passem a ter acesso ao crédito. Isso se deve às mazelas de nosso sistema hipotecário, ainda mais dramáticas no caso do pequeno proprietário agrícola, em virtude do dispositivo constitucional que, como se viu na seção 2, exclui a possibilidade de que a terra desse pequeno proprietário seja hipotecada.

Kumar (2004, p. 370) notou que, além dessas “provisões para isenção de propriedade”, que “impedem que pequenos proprietários rurais utilizem suas posses como garantias”, existem também “leis de usura que impedem pequenos empréstimos dos intermediários financeiros formais”. Kumar (2004, p. 370-378) aponta, além disso, outras barreiras que se interpõem à concessão de empréstimos aos pequenos produtores agrícolas no Brasil. De qualquer maneira, independentemente do que reza a lei, o nosso Judiciário, em seu afã de fazer “justiça social”, sempre busca proteger esse pequeno proprietário, especialmente quando o outro lado é uma entidade do sistema financeiro; trata-se, segundo Kumar (2004, p. 393), do “ativismo social judicial”, já apontado aqui antes. Nessas condições, não se deve estranhar que as instituições financeiras evitem conceder crédito a esses pequenos agricultores. O padrão tecnológico que marcou a agricultura brasileira historicamente, ou seja, a agricultura itinerante, com fronteira móvel, deve também ter reduzido o interesse do pequeno produtor na aquisição do título de propriedade da terra, limitando-se à mera posse.

O problema do pequeno produtor agrícola no Brasil não se resolve, assim, por uma melhor definição dos direitos de propriedade, mas por uma mudança radical na atual postura do Estado vis-à-vis esse pequeno produtor agrícola, no sentido de permitir sua integração plena à economia capitalista, o que requer, entre outras coisas, a possibilidade de penhora ou hipoteca de sua terra. É interessante mencionar, a propósito, que as avaliações iniciais do Pronaf destacaram o fato de que o crédito concedido dentro desse programa se concentrou na agricultura familiar do Sul do Brasil, o que foi atribuído ao fato de que, por serem agricultores “integrados” à agroindústria (como no caso dos avicultores), ofereciam menor risco para os bancos. Isso mostra que, quando o agricultor está integrado a uma agroindústria, fica menor a necessidade de colateral, por parte dele mesmo, nos empréstimos agrícolas.

A situação dos pequenos agricultores brasileiros contrasta com o quadro descrito por De Soto (2000) e discutido por Pinheiro (2004, p. 53), em que o problema de pobreza no terceiro mundo seria resolvido caso os ativos possuídos pelos pobres fossem regularizados em títulos de propriedade, o que lhes permitiria ter acesso aos serviços financeiros formais, com conseqüente aumento na escala de sua produção. No caso dos pequenos agricultores brasileiros, entretanto, a regularização formal de seus ativos não lhes consegue abrir acesso ao sistema financeiro formal, pelas razões já expostas.

Finalmente, cabe considerar que o acesso, por parte da agricultura familiar, a um sistema de crédito oficial que, além de não requerer colateral, concede elevados subsídios e é muito mais leniente nos procedimentos de cobrança da dívida, não tem o mesmo efeito, em termos de estímulo ao desenvolvimento da agricultura familiar, que tem o acesso ao crédito agrícola através do livre jogo das forças do mercado, ou seja, sem ingerência política. A razão é que, como o agricultor sabe que poderá ser inadimplente, ou pagar somente uma parcela pequena da dívida, a obtenção desse recurso não se torna um “aríete” que o force a buscar maiores possibilidades de produção e de ganho de renda, que é o que aconteceria se ele tivesse contraído um crédito no mercado financeiro livre. Assim, e concluindo, um programa oficial de financiamento direcionado à agricultura familiar, como ocorre no Brasil, não substitui a necessidade de se fomentar o acesso livre dos agricultores familiares ao sistema financeiro privado, pois esse é o ambiente institucional mais favorável ao seu próprio desenvolvimento.

SUMÁRIO E CONCLUSÕES

Este artigo procurou mostrar de que maneira a política econômica têm sido responsável pelo atual predomínio, no setor agrícola brasileiro, de um padrão tecnológico concentrador, caracterizado pela produção em grande escala e pela mecanização.

Ao fazer isso, este artigo teve por objetivo oferecer uma crítica a explicações correntes desse fenômeno: a primeira, que atribui todas as nossas mazelas ao latifúndio, herdado de nosso passado, e cuja desarticulação, através da reforma agrária, seria indispensável para a solução do problema; e a segunda, que postula um determinismo tecnológico, excluindo, assim, qualquer possibilidade de mudança da situação atual. Note-se que atribuir ao passado a origem de nossos atuais problemas bloqueia a percepção dos fatores que estão atuando hoje, enquanto o determinismo tecnológico também ofusca as verdadeiras causas dos nossos atuais problemas, pois tende a considerar o fenômeno como “natural” ou “inelutável”.

Discordando frontalmente dessas duas linhas de análise, este trabalho propôs que não estão no passado, mas no presente, as causas de nossos atuais problemas, e que são exatamente políticas públicas supostamente desenhadas para proteger o pobre e fazer “justiça social” as criadoras desse padrão concentrador de crescimento agrícola. Por sua vez, a tese do determinismo tecnológico desconsidera a mudança drástica de preços relativos dos fatores, que ocorreu a partir da década de 1960, e bem assim a concessão de vultosos subsídios pelo governo. E foi justamente esses fatores que estimularam a adoção de técnicas intensivas em capital e poupadoras de mão-de-obra, o que se deu tanto através da seleção de técnicas já existentes, como também através de indução, à Hayami & Ruttan, à criação de novas tecnologias (“enviesadas”) com essas características. Como se viu, essa concessão de pesados subsídios pelo governo brasileiro assumiu recentemente novas formas, que de certa maneira ocultam que o Tesouro, afinal, é que está por trás delas. Mas, tendo em vista a difícil situação fiscal do setor público no Brasil, pode-se afirmar que esse padrão tecnológico é, na realidade, insustentável no longo prazo. Além disso, e como apontado neste trabalho, esse padrão tecnológico aumenta o custo fixo e o endividamento agrícola, dificultando o ajuste a situações conjunturais adversas, como esta que a agricultura brasileira vem enfrentando desde o final de 2004.

Quanto ao latifúndio, procurou-se mostrar que, de fato, ocorreu o predomínio da grande propriedade da terra e, após a abolição da escravidão, isso cumpria o papel, indispensável então, do ponto de vista das classes

dominantes, de se restringirem as alternativas de emprego e renda dos trabalhadores agrícolas. Entretanto, as mudanças que ocorreram na década de 1960 – extensão da CLT ao campo e instituição de nova política fundiária, através do Estatuto da Terra – atingiram em cheio a *raison d'être* e a viabilidade econômica desse sistema latifundiário. Esse latifúndio foi atingido em cheio, também, pelo rápido processo de industrialização e urbanização que se seguiu à década de 1960, já que a mão-de-obra, antes cativa, passou, então, a ter a alternativa de migrar para o meio urbano.

Contudo, se hoje ainda se constata a presença da grande propriedade na nossa agricultura, isso não é mais uma herança do nosso passado, mas produto de nosso presente. A grande propriedade, hoje, é não só uma grande extensão territorial, mas também uma produção agrícola centralizada, em grande escala, à base do trabalho assalariado e com alto grau de mecanização, o que é continuamente fomentado pelas políticas trabalhista, fundiária e de crédito agrícola instituídas na década de 1960. Só marginalmente, como foi explicado – ou seja, só em função do papel que a grande propriedade cumpre na provisão de colateral no acesso ao crédito e na viabilização da mecanização, devido à presença de indivisibilidade das máquinas –, ela guarda relação com o velho latifúndio. Como se mostrou, foram as políticas trabalhista e fundiária que, pensando estar agindo ainda sobre o velho sistema latifundiário, acabaram fomentando, juntamente com a política de crédito agrícola, um processo de concentração ainda maior do que o que ocorreu no nosso passado.

Em suma, este artigo propôs que o latifúndio *stricto sensu* morreu com a extensão da CLT ao campo e com o Estatuto da Terra, mas junto com ele morreram também as chances do *homestead* e do emprego da mão-de-obra na agricultura, tudo em favor de um novo latifúndio, completamente diferente do anterior e que só a liberalização dos mercados – de mão-de-obra e de terra –, juntamente com a viabilização do acesso ao crédito por parte da agricultura familiar, poderá combater.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Hucitec, 1992.

_____. “Assentamentos: desarmar a lógica destrutiva”. Folha de S. Paulo, Caderno Dinheiro, p. 2, 20 de outubro de 2004.

ABRAMOVAY, R. & VEIGA, J. E. Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Brasília: IPEA, 1998 (Texto para Discussão, 641).

ALMEIDA, A. L. O. Colonização dirigida na Amazônia. Rio de Janeiro: IPEA, 1992.

ALMEIDA, A. L. O. & CAMPARI, J. S. Sustainable Settlement. In: Brazilian Amazon. World Bank: Education and Social Policy Department, Julho de 1994 (mimeo).

ALVES, E.; MANTOVANI, E. C. & OLIVEIRA, A. J. “Benefícios da Mecanização na Agricultura”. *Agroanalysis*, 25(10): 38-42, Outubro de 2005.

BARRETTO, N. R. Reforma agrária: o mito e a realidade – história dos assentados, contada por eles mesmos. Brasília: Artpress Indústria Gráfica e Editora Ltda., 2003.

BINSWANGER, H. P. & ELGIN, M. “Quais são as perspectivas para a reforma agrária?”. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, 19(1): 1-18, abr. 1989.

BRAVERMAN, A. & STIGLITZ, J. E. “Sharecropping and the interlinking of agrarian markets”. *American Economic Review*, 72(4): 695-715, 1982.

BRUNO, R. & MEDEIROS, L. Percentuais e causas das evasões nos assentamentos rurais. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário/INCR, Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, v. 9, 2001.

BUAINAIN, A. M., SILVEIRA, J. M. & TEÓFILO, E. O Programa Cédula da Terra no contexto das novas políticas de reforma agrária, desenvolvimento e participação: uma discussão das transformações necessárias e possíveis. In: Reforma agrária e desenvolvimento sustentável. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, p. 157-174, 2000.

BUENO, V. C. O movimento dos preços da terra e a área comercializada: o caso dos municípios de promessa, Cafelândia e Pirajuí. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense (UFF), 2005 (Dissertação de Mestrado).

CUNHA, A. S. Diretrizes para a política agrícola. Brasília: Câmara dos Deputados, Julho de 1995 (Texto para Discussão).

DE SOTO, H. The mystery of capital: why capitalism triumphs in the West and fails everywhere else. New York: Basic Books, 2000.

D’INCAO E MELLO, M. C. O “bóia-fria”: acumulação e miséria. Petrópolis: Vozes, 1976.

FERREIRA, L. R. “Um modelo de programação com risco para a agricultura do Nordeste”. *Revista Brasileira de Economia*, 34(3): 333-363, jul./set. 1980.

FERREIRA FILHO, J. B. S. Mudança tecnológica, crescimento da agricultura e pobreza no Brasil. 2º Relatório Parcial do Projeto “Tecnologia na Agricultura – Subprojeto Tecnologia e Distribuição de Renda”. Brasília, IPEA, Jan. 2005.

- GOODMAN, D. & REDCLIFT, M. "The bóias-frias": rural proletarianization and urban marginality in Brazil". *International Journal of Urban and Regional Research*, 1(2): 348-64, 1977.
- GRAZIANO, X. O carma da terra no Brasil. São Paulo: A Girafa, 2004.
- _____. "Insegurança fundiária". *O Globo*, 1/3/2005.
- GRAZIANO DA SILVA, J. F. O "bóia-fria": entre aspas e com os pingos nos is. In: DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL/UNESP (org.). *Mão-de-obra volante na agricultura*. São Paulo: Polis., p. 137-177, 1982.
- GUANZIROLI, C. et alii. *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- GUEDES, S. N. R. "Políticas de terra e instituições: análise do processo de transferência de terras públicas para o domínio privado no Brasil e EUA". Trabalho apresentado no XLII Congresso da SOBER, Ribeirão Preto, Julho de 2005. Acessível em: <www.sober.org.br>.
- HAYAMI, Y. & RUTTAN, V. W. *Agricultural development an international perspective*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1985.
- KUMAR, A. (coord.). *Brasil: acesso a serviços financeiros*. Rio de Janeiro: IPEA, 2004.
- NÓBREGA, M. F. *Desafios da Política Agrícola*. São Paulo: Gazeta Mercantil S.A., em co-edição com o CNPq, 1985.
- PASTORE, A. C., ALVES, E. R. A. & RIZZIERI, J. A. B. *A Inovação induzida e os limites à modernização da agricultura brasileira*. São Paulo, FIPE/USP, 1974 (Trabalho para Discussão Interna, 25).
- PINHEIRO, A. C. Por que o Brasil cresce pouco? In: GIAMBIAGI, F., REIS, J. G., URANI, A. (orgs.). *Reformas no Brasil: balanço e agenda*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: p. 26-78, 2004.
- REZENDE, G. C. "Trabalho assalariado e agricultura de subsistência no Brasil: uma análise histórica". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, 10(1): 179-216, Abril de 1980.
- _____. "Procerca: institucionalidade, subsídio e eficácia". *Revista de Economia Política*, 21(3): 112-129, jul./set. 2001.
- _____. *Estado, macroeconomia e agricultura no Brasil*. Porto Alegre e Rio de Janeiro: Editora da UFRGS/IPEA, 2003a.
- _____. *Ocupação agrícola, estrutura agrária e mercado de trabalho rural no cerrado: o papel do preço da terra, dos recursos naturais e das políticas públicas*. In: HELFAND, S., REZENDE, G. C. *Região e espaço no desenvolvimento agrícola brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA, p. 173-212, 2003b.

_____. Políticas trabalhista e fundiária e seus efeitos adversos sobre o emprego agrícola, a estrutura agrária e o desenvolvimento territorial rural no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, ago. 2005 (Texto para Discussão, 1.108).

_____. Políticas trabalhistas, fundiária e de crédito agrícola e seus impactos adversos sobre a pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, abril de 2006 (Texto para Discussão, 1180).

REZENDE, G. C., NONNENBERG, M. J. B. & MARQUES, M. C. Financiamento externo e crescimento das importações brasileiras, com destaque para o caso do algodão. In: A Economia Brasileira em Perspectiva. Rio de Janeiro: IPEA, p. 315-333, 1998.

REZENDE, G. C., FERREIRA, L. R. & KRETER, A. C. Labor legislation and its adverse impacts on transaction costs in Brazilian agriculture. New York: IFAS / Columbia University, Working Paper Series, 2009, Acessível em: <www.ilas.columbia.edu/resourcepublications/working_papers_series>.

REYDON, B. P. Intervenções nos Mercados de terras: uma proposta para a redução do uso especulativo da terra. In: Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, p. 175-186, 2000.

ROMEIRO, A. & REYDON, B. P. (coords.). O mercado de terras. Brasília: IPEA, 1994, Estudos de Política Agrícola (Documentos de Trabalho, 13).

_____. Desenvolvimento da agricultura familiar e reabilitação de terras alteradas na Amazônia. In: Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, p. 311-316, 2000.

SAINT, W. S. “Mão-de-obra volante na agricultura: uma revisão bibliográfica”. Pesquisa e Planejamento Econômico, 10(2): 503-26, Agosto de 1980.

SANDERS, J. H. & RUTTAN, V. S. Biased choice of technology in Brazilian agriculture. In: BINSWANGER, H. P., RUTTAN, V. W. Induced innovation – technology institutions and development. Baltimore e Londres: The John Hopkins University Press, p. 276-296, 1978.

SANDERS, J. H. & BEIN, F. L. “Agricultural development on the Brazilian frontier: southern Mato Grosso”. Economic Development and Cultural Change, 24(3): 593-610, Abril de 1976. Uma versão em português desse artigo foi publicada em Estudos Econômicos, 6(2): 85-112, maio/ago. 1976.

SANTOS, R. F. “Análise crítica da interpretação neoclássica do processo de modernização da agricultura brasileira”. Revista de Economia Política, 8(3): 131-148, jul./set. 1988.

SAYAD, J. “Especulação com terras rurais, efeitos sobre a produção agrícola e o novo ITR”. Pesquisa e Planejamento Econômico, 12(1): 87-108, Abril de 1982.

SILVA, J. G. A reforma agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

SIMONSEN, M. H. Teoria Microeconômica. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.

SOUZA FILHO, H. M., BUAINAIN, A. M. & SILVEIRA, J. M. “Does community-based self- selection of land reform beneficiaries work - An assessment of the Brazilian cédula da terra pilot program”. *Economia*, Niterói, 2(1): 3-45, jan./jun. 2001.

STADUTO, J. A. R., SHIKIDA, P. F. A & BACHA, C. J. C. “Alteração na composição da mão-de-obra assalariada na agropecuária brasileira”. *Agricultura em São Paulo*, 51(2): 57-70, jul./dez. 2004.

VEIGA, J. E. O desenvolvimento agrícola – uma visão histórica. São Paulo: Hucitec, 1991.

ABSTRACT

This paper discusses the concentrated pattern of agricultural development in Brazil, as expressed in the predominance of large-scale production, high level of mechanization and low absorption of non-qualified labor. It is proposed, initially, the existence of two conflicting explanations for this fact the first, that blames our historical heritage, characterized by the predominance of the latifúndio, with the implication that the solution requires a radical agrarian reform; and the second, that sees in this concentrated pattern of agricultural growth in Brazil a technological determinism, with the implication that lesser concentration in agriculture would imply a loss in economic efficiency. Diverging radically from these two lines of arguments, this paper attributes to the agricultural labor and to the land policies that were instituted in the 1960s, and to the agricultural credit policy, instituted by the same time, the major responsibility for this problem. As argued in the paper, these policies turned unviable in Brazil not only the agricultural temporary labor market, but also family farm, at the same time that stimulated agricultural mechanization and the predominance of large-scale production. The paper ends up proposing in a manner consistent with the analysis presented, that the only way to initiate the de-concentration of our agricultural growth would be through a radical de-regulation both of agricultural labor and land markets, instituting in Brazil, at last, free contracting, and the most basic capitalistic institution. Key-words: rural labor, agricultural policy, agricultural mechanization.

RESUMEN

El objetivo principal de este artículo es discutir el desarrollo agrícola Centro brasileiro, expresado en la prevalencia de la producción a gran escala, el alto nivel de mecanización y baja absorción de mano de obra no calificada. Inicialmente propuso la existencia de dos posiciones antagónicas que intentan explicar este hecho: una, que culpa al propietario del patrimonio de la agricultura, con la implicación de que la solución requeriría una reforma agraria radical; y el otro, que ve en ella un determinismo tecnológico y por lo tanto ninguna posibilidad de actuar sobre este tema sin incurrir en una pérdida en términos de eficiencia económica. Discrepan radicalmente con estas dos posiciones, este artículo asigna políticas laborales agrícolas, tenencia de la tierra y el crédito agrícola, introducido en finales de 1960, la mayor responsabilidad para este problema. Según el análisis presentado, estas políticas significó el mercado laboral agrícola temporal y agricultura familiar, mientras alimentando la mecanización agrícola y el predominio de la producción a gran escala. Concluye proponiendo, consistentemente con el análisis presentado, que la única forma de iniciar la devolución de nuestro crecimiento agrícola es a través de la desregulación radical de los mercados laborales y Alquiler de terrenos, instituir, en Brasil, finalmente, la enciclopedia de contratación, el más característico del capitalismo.

Palabras clave: fuerza de trabajo rural, política agrícola, mecanización agrícola.

Transformações das cidades, a cultura como motor: memórias de um Projeto

Idemburgo Frazão¹ - Unigranrio

RESUMO:

Este Trabalho parte de reflexões realizadas em uma Pesquisa apoiada pela FAPERJ (Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro), que tem como eixo o estudo da relação das representações sociais das manifestações musicais com o cotidiano de Ipiabas e Conservatória. Intenta-se refletir acerca da maneira como a cultura funciona como propulsora do desenvolvimento social da região.

Palavras-chave: Cultura, manifestações musicais, desenvolvimento.

INTRODUÇÃO:

Em um momento marcado por drásticas mudanças no cotidiano, quando a aceleração dos acontecimentos torna a existência fragmentada e “líquida”- para lembrar os conhecidos estudos do sociólogo Zygmunt Bauman sobre a vida contemporânea -, torna-se importantes refletir sobre questões que, de certa maneira, se insere no que Geoge Yudice denomina como “a conveniência da cultura”.

Em recente encontro internacional de especialistas em política cultural, uma funcionária da UNESCO lamentou o fato de que a cultura é invocada para resolver problemas que anteriormente eram da competência das áreas econômica e política. No entanto, ela prosseguia, o único meio de se convencer os líderes governamentais e empresariais de que vale à pena apoiar a atividade cultural é argumentando que ela reduz os conflitos sociais e promove o desenvolvimento econômico. (YUDICE, 2004, p. 13)

O trabalho aqui apresentado intenta refletir, a partir dos estudos e das ações implementadas na realização do Projeto de pesquisa e extensão, **Estudo das relações das representações sociais das manifestações musicais com o cotidiano de Conservatória, Ipiabas e Região**, sobre a maneira como a cultura vem se tornando uma espécie de motor de desenvolvimento ou, dito de outra forma, pensada enquanto recurso. Esse projeto apoiado

pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (FAPERJ) visa a trabalhar com questões relativas às identidades e à memória nas duas localidades: Ipiabas, distrito do Município de Barra do Piraí e Conservatória, integrante do Município de Valença.

A cultura que, no Projeto com o qual esse artigo dialoga, pode ser entendida enquanto “recurso” - remetendo a discussões como as frequentemente mantidas por Geoge Yudice - , possibilitou que um Projeto de perspectivas amplas como o que aqui se apresenta, pudesse ser desenvolvido. Como afirma o autor:

A noção de cultura como recurso pressupõe seu gerenciamento, uma perspectiva que não era característica nem da alta cultura nem da cultura cotidiana no sentido antropológico. E para explicar ainda mais a questão, a cultura como recurso circula globalmente, numa velocidade crescente. (YUDICE, 2004, p. 17)

“INVENÇÃO” E RECURSO

São várias as possibilidades de frentes de trabalho que o projeto em questão aponta. No caso de Conservatória, a problemática da serenata, já entendida pelos atores sociais de Conservatória como principal elemento definidor das identidades (MAGNO, 2005 e 2011), a cultura, enquanto “recurso” pode auxiliar, não apenas na manutenção de uma tradição, mas em uma possível “invenção”. Utiliza-se aqui o termo invenção, cunhado pelo historiador Eric Hobsbawn, de maneira peculiar, em referência à responsabilidade que determinados grupos podem assumir, de projetar e desenvolver projetos culturais com o intuito de criar alternativas culturais “tradições que, a longo prazo, possam ser assumidas por uma comunidade como seu patrimônio, seja ele material ou imaterial.

O termo “tradição inventada” é utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as “tradições” realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo – às vezes coisa de poucos anos apenas se estabelecem com enorme rapidez. (HOBSBAWN, 1984, p. 9)

Seguindo essa advertência do autor, chama-se a atenção para a apropriação que aqui se faz desse termo bastante conhecido de Hobsbawn, pois ao

invés de estudar como ocorrem tais invenções, “alerta-se”, propositadamente um ou vários grupos de atores sociais para a possibilidade existente de “inventar” “tradições” culturais. Essas “invenções” como aqui se delineiam, em verdade, podem entendidas enquanto resultado de planejamentos de ações culturais criativas, a longo e médio prazos.

Entende-se, aqui, a partir do prisma explicitado, que os irmãos Borges e seus companheiros de seresta e serenata de Conservatória são ótimos exemplos de “inventores”. Esses irmãos, juntamente com outros importantes seresteiros, transformaram a serenata, que em princípio era apenas um agradável entretenimento de amigos, em atração turística. Como informam os estudiosos (Magno, 2005) e “griots” locais, não foram José Borges e Joubert Courtines os criadores, em sentido restrito, das serestas e serenatas. As mesmas já ocorriam antes da chegada de ambos. Torna-se importante, aqui, afirmar que os estudiosos locais entendem que o termo serenata se refere, mais especificamente à caminhada musical noturna pelas ruas de Conservatória, enquanto o termo seresta se relaciona à reunião musical em espaços fechados. (Marluce, 2005)

É fundamental que se explique também, de imediato, a utilização do termo “griot” realizada acima. A impropriedade de tal utilização adviria do fato de esse termo estar sendo usado aleatoriamente, fora do circuito cultural africano. Melhor explicando, o termo “griot” se refere àqueles atores sociais que, funcionando como uma espécie de historiador e/ou contador de histórias, nas culturas ágrafas passam oralmente conhecimento a determinados grupos. Aqui, o termo foi utilizado na referência aos idosos que contaram à equipe do Projeto suas histórias e registraram passagens sobre as localidades estudadas que se perderiam, caso não o fizessem.

Então, aqui o uso do termo “griot” deve mais propriamente ser entendido como uma homenagem àqueles “narradores” (ver: Bosi, 2003) que se prontificaram, gentilmente, a passar seus conhecimentos à equipe do projeto e tornaram-se amigos. Como afirma Eclea Bosi: “A entrevista ideal é aquela que permite a formação de laços de amizade; tenhamos sempre na lembrança que a relação não deveria ser efêmera”. (Bosi, 2003, p. 60)

Em relação à problemática do entendimento da cultura enquanto motor, pensando mais efetivamente no caso de Ipiabas, entende-se, a partir dos estudos empreendidos, que o jongo, a capoeira, dentre outras manifestações culturais, juntamente com o artesanato, podem impulsionar o desenvolvimento social e cultural da região. Ou seja, é possível projetar e realizar eventos, incentivar a criatividade dos artesãos locais e “provocar”

o trabalho conjunto. No capítulo I de sua obra *A conveniência da cultura*, George Yudice faz uma

revisão das maneiras de se investir na cultura, distribuída nas mais diversas formas, utilizada como uma atração para o desenvolvimento econômico e turístico, como mola propulsora das indústrias culturais e como uma fonte inesgotável para as novas indústrias que dependem da propriedade intelectual. (YUDICE, 2004, p. 16)

Entendendo que se deve ter em mente que as questões dos “usos” e da “conveniência da cultura” não podem ser dissociadas da reflexão sobre outros problemas complexos inerentes a esses debates, o Projeto aqui comentado também tem como uma de suas frentes de reflexão e ação a intenção de auxiliar os atores sociais locais a pensar na importância de sua atuação enquanto atores culturais. Mas sabe-se que atores sociais em geral, interessados na problemática da cultura, enfrentam problemas muitas vezes difíceis de superar, principalmente do que diz respeito a aspectos sociais e econômicos. “Nem sempre é fácil fazer com que ambos os aspectos – sócio-políticos e econômicos – de gerenciamento cultural cheguem a um acordo sem problemas ou contradições” (YUDICE, 2004)

A “CULTURA INVISÍVEL” E SEUS RECURSOS

A maior dificuldade para se encontrar a trilha dos “tesouros” de Ipiabas, está provavelmente no fato de que não se costuma entender que as tradições também são construídas. Como afirma “Hobsbawn, “muitas vezes as ‘tradições’ que parecem ou são consideradas antigas, são bastante recentes, quando não são inventadas.”. (HOBSBAWN, 1984, p. 9)

O termo “tesouro”, mencionado, há pouco, foi usado em uma das conversas que a equipe teve com Marluce Magno, uma das responsáveis - juntamente com a professora Elenice Lessa -, pelo “Projeto Conservatória meu amor” (ver: MAGNO, 2005). Há casos interessantes, apreendidos pela equipe de pesquisadores nas conversas entre os moradores, professores e alunos das instituições escolares da localidade que permitem um melhor entendimento do que parece ser apenas descaso do poder público em relação à produção e ao desenvolvimento cultural local.

Um bom exemplo da dificuldade que a cultura encontra de se tornar motor de desenvolvimento² está na ignorância de muitos dos atores sociais no que diz respeito à importância da herança cultural africana. Os tesouros

do ainda pouco desenvolvido distrito de Ipiabas são pouco perceptíveis e se ocultam principalmente na pouca importância que tem sido dada aos elementos herdados da cultura dos povos da África que foram forçados a viver na região e, depois, abandonados pelos senhores com o fim da escravidão, que nessas terras construíram suas vidas, montaram suas famílias e partilharam suas heranças

Tanto Valença quanto Barra do Piraí, respectivamente municípios-sede de Conservatória e Ipiabas têm em seu entorno resquício das heranças culturais dos escravos africanos, contando inclusive com a existência de quilombos (LIFCHITZS, 2011), entretanto ambas desenvolvem pouco as atividades herdadas dos negros da África. As dificuldades de desenvolver atividades relacionadas à cultura africana passam tanto pelos preconceitos raciais e sociais enraizados quanto também pela visão negativa de alguns religiosos em relação às práticas culturais, não apenas na região estudada, como em outras partes do país

“O conflito de religiões afro-brasileiras e neopentecostais alcançou, em algumas regiões do país, tal grau de intensidade que alguns autores chegam a falar em “batalha espiritual”, “guerra religiosa popular urbana” ou ofensiva pentecostal, assumindo diferentes variantes que iriam da recusa ritual até ataque contra terreiro”. (LIFCHITZS, 2011, 152)

Com exceção de alguns professores e religiosos, poucos atores sociais da região estudada efetivamente entendem ser tal herança um bom ponto elemento para ser transformado efetivamente em objeto de apreciação dos visitantes, mesmo sabendo que há grupos que levam suas tradições para outras localidades, que se apresentam fora de suas cidades, muitas vezes como profissionais. Um mestre de capoeira, que ministra, com muita dificuldade, aulas em Ipiabas conta sobre os sérios problemas que enfrenta para desenvolver seu trabalho, principalmente por essa interferência de inclinação religiosa. Na comunidade do Imbé, estudada por Lifchitzs (2011), uma “moradora relata que quando houve uma apresentação de capoeira num dos eventos da fundação Palmares, alguns moradores que frequentam a Assembleia de Deus foram embora”. (LIFCHITZS, 2011, p. 155)

O problema aqui apontado precisa tornar-se um ponto de reflexão prioritário, pois tem se tornado um forte entrave ao desenvolvimento pleno das atividades culturais, impedindo, inclusive que se perceba as dimensões e as complexidades das diversas instâncias da cultura no mundo

contemporâneo. Tratando de questões relacionadas à relação da cultura com a preservação da biodiversidade, o autor de *A conveniência da cultura* entende que

A cultura, para a maioria das pessoas, não evoca a mesma urgência no combate à ameaça de morte, embora seja verdade que muitos lamentam a devastação que o turismo “fast food” [comida rápida] e as indústrias de entretenimento global provocam nos estilos de vida tradicionais (YUDICE, 2004, p. 14)

O PROJETO E SUAS MEMÓRIAS

Coletando informações e trabalhando com oficinas nas instituições de ensino de Ipiabas e Conservatória, foram estudados aspectos das memórias individual e coletiva (HABWACHS, 2006), a partir dos focos temáticos da seresta e da serenata, justificando tal atitude por ser Conservatória considerada a “Capital da seresta e da serenata”. Partiu-se, assim, da hipótese de que as atividades ligadas à serenata, fundamental para o desenvolvimento da região, estender-se-iam ou poderiam se estender a Ipiabas, por ser uma localidade vizinha e caminho dos inúmeros turistas que frequentam a chamada “Capital da seresta”.

O Projeto de pesquisa e extensão citado permitiu que se percebesse, além da utilização da memória enquanto ação, a profundidade e a importância das discussões sobre a interdisciplinaridade, pois as pesquisas e as atividades realizadas mostraram como o diálogo interdisciplinar permite que haja uma maior abrangência nas ações que visam ao desenvolvimento de importantes regiões do Brasil. A interdisciplinaridade, por sua própria natureza, transforma-se em um potente instrumento na busca de auxiliar atores sociais e grupos a atingir suas metas, sejam elas culturais, econômicas, educacionais, artísticas, turísticas, dentre muitas outras.

No caso dessa pesquisa, o diálogo entre as áreas e disciplinas era de fundamental importância, caso contrário, as ações implementadas encontrariam dificuldades para serem realizadas, ou não se realizariam. As manifestações culturais e musicais, o jongo, a capoeira, a serenata, a poesia, as histórias guardadas na memória dos idosos, os anseios dos jovens, dos comerciantes, dos moradores, a educação escolar, as perspectivas econômicas e políticas, dentre outras fazem parte de uma mesma questão: o desenvolvimento cultural das regiões em questão.

A serenata de Conservatória implica inúmeras espécies de atividades e buscas de recursos. Da apresentação em procissão das músicas românticas do passado, que caracteriza a serenata passando pelo abastecimento dos bares locais, pela logística das pousadas, pela manutenção das atividades culturais, que têm como importante atrativo, o artesanato, é fundamental que se tenha em mente as problemáticas da preservação da memória, fundamentalmente a da continuação das atividades seresteiras. A história, a música, a poesia e a religião estão presentes de maneira definitiva nas discussões sobre a tradição e a modernidade nesse lugarejo com “status” de cidade (nos finais de semana) e vida rural nos outros dias. Em Conservatória, o Projeto aqui apresentado também auxilia no alerta e na ratificação da necessidade da busca efetiva e emergencial do convívio intergeracional, preocupação frequente dos projetos culturais, musicais e comunitários desse distrito de Valença.

Fundamentalmente o desenvolvimento cultural foi a mola mestra do Projeto. Independente das conclusões e/ou resultados das pesquisas e oficinas, a própria dinâmica de trabalho que envolvia a utilização de diversos métodos e teorias, demonstrou a importância de um elemento que, aos poucos, vem superando as antigas concepções do fazer acadêmico centradas na ciência aos moldes positivistas: a afetividade. Tal afetividade, como ensina Eclea Bosi (2003), não enfraquece a profundidade e a seriedade das pesquisas, ainda mais quando a cultura surge como elemento central. E a cultura, durante o decorrer do trabalho pôde-se perceber, é agregadora e inclusiva.

Tanto os estudos relativos à religião, quanto da história, da literatura e da música tinham os aspectos culturais como mediadores. Ao promover atividades com alunos, visando à reflexão sobre as identidades locais, o elemento unificador foi efetivamente o cultural. Principalmente em um momento em que a inclinação aos cultos Pentecostais ou Neopentecostais proliferam, é através da visada cultural que muitos dos diálogos conciliadores tornam-se possíveis. Lifschitz (2011), ao conta que em uma certa comunidade, um pastor, contrário à realização de manifestações da cultura africana em sua comunidade,

passou a permitir tal realização depois das explicações dadas por representantes da Fundação Zumbi acerca do fato de que as manifestações da cultura negra não ferem as práticas religiosas dos moradores. O pastor teria dito que qualquer projeto “bom” para a comunidade seria apoiado pela igreja ‘afinal esta comunidade é muito carente. (LIFSCHITZS, 2011),

Percebeu-se, nas entrevistas e atividades em Ipiabas e Conservatória a profundidade do problema do estudo da herança africana nessas localidades, como se disse, há pouco.

O que ocorre com a capoeira, pode servir de exemplo para demonstrar a importância de projetos de extensão como o que aqui se descreve e da abrangência propiciada pela vigência da interdisciplinaridade. As reflexões realizadas, embora ainda parciais, a partir dos dados coletados e dos contatos com os atores sociais de Ipiabas e Conservatória, apontaram para uma profunda diferença nas aspirações das comunidades destacadas. Enquanto os conservatorienses misticamente assumem a serenata como principal aspecto identitário, os ipiabenses não conseguem visualizar nenhum tipo de vocação, mesmo sob as tentativas do poder público de atrair turistas com o turismo ecológico (mais recentemente, o gastronômico), com a realização de atividades artísticas e culturais, como o Festival de Seresta Chiquinha Gonzaga, dentre outras.

Para reutilizar um termo importante, ratifica-se, a partir das conversas e entrevistas com moradores, professores, comerciantes e gestores desse distrito de Barra do Pirai, que os “tesouros” de Ipiabas ainda estão por ser encontrados. O olhar interdisciplinar da equipe desse Projeto tem como uma das hipóteses principais que a principal vocação cultural também de Ipiabas - e não apenas de Barra do Pirai, sede do município a quem Ipiabas pertence -, está na herança deixada pelos escravos africanos. E a capoeira, que encontra dificuldades para se manter em território distante do centro de Barra do Pirai, é uma das forças de resistência mais importantes. Com ela vem o jongo e outras manifestações que, como a cor da pele de uma grande parcela da população local, os ipiabenses ainda não conseguiram enxergar e/ou, aceitar como elemento identitário presente e promissor. A partir das manifestações musicais de tradição africana, é possível implementar inúmeras atividades que colaborarão para o desenvolvimento cultural, turístico, e, por extensão, econômico.

CONCLUSÃO:

Os estudos propiciados pelo Projeto levaram os pesquisadores a confirmar algumas de suas hipóteses iniciais sobre aspectos que imbricam arte, cultura e economia nas localidades pesquisadas e a refutar outras. Mas o mais importante, em sentido geral, é que se atentou para a necessidade de se refletir sobre os benefícios e as consequências de se pensar a cultura enquanto recurso e vê-la como instrumento de ação, de transformação social e econômica. Há por traz dessas discussões, inúmeras implicações. Deve-se, portanto, antes de tomar qualquer iniciativa,

aprofundar reflexões sobre a “conveniência da cultura”. É preciso aperfeiçoar o olhar. Observar a cultura sob seus inúmeros aspectos, para, depois disso, poder trabalhar com a ideia de que a cultura pode funcionar como motor de desenvolvimento.

O caso de Conservatória pode ser tomado como exemplo lapidar de como a cultura, como motor, como recurso, pode auxiliar no desenvolvimento de uma região. A valorização por parte da comunidade local de seus eventos, no caso relativos à serenata e à seresta, fizeram com que, a longo prazo, não sem muito esforço dos seresteiros, simpatizantes e atores sociais do lugar, Conservatória se tornasse um lugar conhecido, inclusive fora do país.

Foi a cultura, em sua aproximação e utilização saudável da memória quem, funcionando como uma espécie de motor turístico, levou e tem levado para a região do Vale do Café visitantes que querem usufruir dos benefícios de uma região que concentra um vasto teor histórico que ao juntar-se com as belezas naturais, tornam-se um lugar propício para serenatas e cantoria diversas e de versos.

NOTAS

- ¹ Doutor em Literatura Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Mestre em Literatura Brasileira pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor da graduação e do Mestrado em Letras e Ciências Humanas da UNIGRANRIO.
- ² O conceito de desenvolvimento trabalhado nesse artigo extrapola o campo econômico, diz respeito ao desenvolvimento social e humano, que tem em seu interior a questão econômica, mas não se restringe a ela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005
- _____, Zygmunt. *Vida líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BENJAMIN, Walter. A imagem de Proust. **Walter Benjamin. Obras essenciais**. Magia e técnica, arte e política. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BOSI, Alfredo, Plural, mas não caótico. In: _____. **Cultura Brasileira -Temas e situações**. São Paulo: Ática, 1992.
- BOSI, Eclea, **O tempo vivo da memória**. São Paulo: Ateliê Editorial,, 1996.
- HALL, Stuart. **Da Diáspora**. Identidades e mediações culturais. Liv Sovic (Org.) Trad. Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: UFMG/ Brasília: Representação da UNESCO.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

LIFSCHITZ, Javier Alejandro. **Comunidades tradicionais e neocomunidades**. Rio de Janeiro: Contra capa, 2011.

MAGNO, Marluce. **Projeto Conservatória meu amor**. Jovem também gosta de serenata. Valença: Ed. Marluce Magno, 2005.

_____. . **Projeto Conservatória meu amor**. Jovem também gosta de serenata. Vol. 2. Valença: Ed. Marluce magno, 2011.

YUDICE, George. **A conveniência da cultura**: usos da cultura na era global. Tradução de Marie-Ane Kremer. Belo Horizonte: Editora UFMG; 2004.

As Representações da Fé e da Religião no Contexto Hospitalar. Saúde - Fé e Religião

Luiza Pereira Sardenberg¹, Helenice Pereira Sardenberg²

RESUMO:

O presente trabalho busca refletir sobre as representações circunscritas no universo hospitalar, onde fé e ciência coabitam de forma, aparentemente, harmônica. Portanto, a grande questão que se impõe, é: a fé cura ou ela é apenas um paliativo forjado pelo imaginário social? Não sem razão, este texto, resultado de pesquisa realizada, cumpre a tarefa de averiguar a força da fé e da religião a partir destas representações, bem como os desdobramentos de tudo que envolve tal circunstância.

Palavras-chave: Fé; Religião; Contexto Hospitalar.

Neste sentido, procura-se aprofundar e clarificar as representações da fé e da religião, verificando se estas podem ou não servir como um possível recurso terapêutico, visto que, no ambiente hospitalar atravessado por sofrimentos e perdas, grande parte dos pacientes vivencia expectativas em relação ao tratamento e a cura com base em suas crenças. Tem-se como suposição, em função de experiência vivida, que a fé, a crença ou mesmo qualquer religião são suportes fundamentais para o conforto e conformação dos doentes acamados; entendendo, outrossim, que as representações sociais possuem, também, uma força preponderante no ser, no estar e no agir de todo e qualquer sujeito

Pressupondo que o homem é um ser social mediado pela cultura e linguagem, que permite o intercâmbio com o mundo que o cerca, torna-se relevante ressaltar o significado e importância das representações sociais, sendo estas teorias do senso comum, os saberes populares. Entendendo, portanto, que tais representações são produtos do tempo e da história, sendo impostas e transmitidas aos homens sem que haja, ao menos, uma reflexão.

Serge Moscovici (2003), psicólogo social renomado no território europeu, foi quem delineou e deu origem a teoria das representações sociais, a partir da reelaboração dos estudos sobre as representações coletivas de Émile Durkheim (1987). Moscovici ampliou o conceito sociológico anteriormente

trabalhado, substituindo o termo coletivo por social, concretizando sua análise ao publicar a obra intitulada *Psychoanalyse*, em que discutiu as representações sociais a partir do olhar psicanalítico.

Moscovici (idem) enaltece a Psicologia Social como uma manifestação do pensamento moderno científico, sendo, a partir desta concepção, o pensamento uma reação à realidade, na qual o indivíduo percebe o mundo tal como ele é de fato, tendo o conjunto de suas percepções, ideias e atribuições, como resultado do ambiente que o cerca. Não desconsidera, todavia, a indubitável existência das distorções subjetivas, vieses cognitivos e tendências afetivas quando pautadas em um modelo, regras e normas pré-estabelecidas.

Não se pode negar, entretanto, que, muitas vezes, o indivíduo não está ciente de questões aparentes, diante de uma invisibilidade pautada numa fragmentação da realidade. Além disso, aspectos até então indiscutíveis passam, de um momento para o outro, à meras ilusões e, ainda, algumas reações a determinados eventos estão condicionadas à padrões preestabelecidos no meio social ao qual o indivíduo está inserido. Percebe-se, assim, “a intervenção de representações que tanto nos orientam em direção ao que é visível, como àquilo a que nós temos que responder; ou que relacionam a aparência à realidade; ou àquilo que de novo define essa realidade” (MOSCOVICI, 2003, p. 31). As representações são, de certo modo, um ajustamento dos sistemas perceptivos e cognitivos.

Moscovici (idem) ressalta, então, que sendo o mundo um meio social, os indivíduos, sem os instrumentos científicos, tendem a analisá-lo de maneira semelhante,

Isso significa que nós nunca conseguimos nenhuma informação que não tenha sido distorcida por interpretações “superimpostas” aos objetos e às pessoas que lhes dão certa vaguidade e as fazem parcialmente inacessíveis. Quando contemplamos esses indivíduos e objetos, nossa predisposição genética herdada, as imagens e hábitos que nós já aprendemos, as suas recordações que nós preservamos e nossas categorias culturais, tudo isso se junta para fazê-las tais como as vemos. Assim, em última análise, elas são apenas um elemento de uma cadeia de reação de percepções, opiniões, noções e mesmo vidas, organizadas em uma determinada sequência (MOSCOVICI, 2003, p. 33).

As representações, em primeira instância, convencionam os objetos, pessoas e acontecimentos. Atribuem uma forma específica, categorizando e estipulando um modelo que será partilhado pelo grupo. Todos os elementos encontram espaço dentro desses modelos e são neles sintetizados. Cada nova experiência é, assim, vinculada a uma realidade estabelecida pelas convenções. Como aponta este mesmo autor:

Nenhuma mente está livre dos efeitos de condicionamentos anteriores que lhes são impostos por suas representações, linguagem ou cultura. Nós pensamos através de uma linguagem; nós organizamos nossos pensamentos, de acordo com um sistema que está condicionado, tanto por nossas representações, como por nossa cultura. Nós vemos apenas o que as convenções subjacentes nos permitem ver e nós permanecemos inconscientes dessas convenções (MOSCOVICI, 2003, p. 35).

Em segundo lugar, Moscovici (2003, p. 36) afirma o caráter prescritivo das representações, “isto é, elas se impõem sobre nós como uma força irresistível. Essa força é uma combinação de uma estrutura que está presente antes mesmo que comecemos a pensar e de uma tradição que decreta o que deve ser pensado”.

Para ele, ainda, representações sociais são saberes populares pautados em crenças e ideias culturalmente construídas na cotidianidade em que a memória coletiva é exercitada. Configura-se, então, um modelo cristalizado, uma forma definitiva, categorizada e compartilhada por um grupo de pessoas que irá constituir um tipo de realidade. Para ele, “as representações sociais são os saberes populares, as teorias construídas pelo senso comum, livres de embasamentos teóricos que extrapolem o plano da aparência” (MOSCOVICI, 2003, p. 30).

Não obstante, segundo este autor, uma vez tais conceitos internalizados, passam a fazer parte da constituição própria do sujeito, influenciando o seu modo de pensar, agir e se relacionar com o outro. As representações são objetos relacionais, englobando aspectos culturais, cognitivos e valorativos. Tornam-se, de certa forma, padrões inquestionáveis, quase como uma verdade absoluta. A força das representações sociais é capaz de modular o comportamento das pessoas em meio à coletividade, assumindo assim, um caráter individual.

Horochovski (2004) cita Denise Jodelet, psicóloga social e discípula de Moscovici, quando ela confirma e destaca a complexidade que circunda

as representações, atribuindo-lhes um princípio ativo nas relações intergrupais que impulsionam à ação, quando há a presença de uma dicotomia entre os grupos na forma com as quais vislumbram a realidade. Ela aponta um caráter duplo das representações sociais ao passo que influenciam o comportamento humano e as formas de ser e estar no mundo, ao mesmo tempo em que interferem e diversificam o campo individual e coletivo produzindo novos conhecimentos.

Oliveira e Werba (2000), a partir das ideias de Moscovici, destacam as representações sociais como:

[...] teorias sobre saberes populares e do senso comum, elaboradas e partilhadas coletivamente, com a finalidade de construir e interpretar o real. Por serem dinâmicas, levam os indivíduos a produzirem comportamentos e interações com o meio, ações que, sem dúvida, modificam os dois (OLIVEIRA; WERBA, 2000, p. 105).

Oliveira e Werba (idem) ressaltam De Rosa ao mencionar três níveis de concepções referentes às representações sociais. No nível fenomenológico, busca-se uma investigação das representações sociais enquanto objeto, sendo este parte do meio social e que, oriundo do senso comum, se confirma na conversação entre os indivíduos, almejando entender e controlar a realidade. O nível teórico engloba os conceitos, definições e ideias gerais relacionadas às representações sociais. Por fim, o nível metateórico concerne em uma discussão sobre a questão teórica, com debates e implicações críticas no que se refere a ela, além de uma comparação com outros modelos.

Moscovici (2003, p. 54) ressalta que “a finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não-familiar, ou a própria não-familiaridade”. Entende-se, assim, que o grande objetivo é trazer para o seio do senso comum, as crenças e informações já adquiridas, numa tentativa de fortalecer e manter uma “zona de conforto”, ao passo que o desconhecido é, ao mesmo tempo, intrigante e aterrorizante. No intuito de se livrar de um mal-estar e de uma possível sensação de incompletude, as representações configuram um exímio esforço em tornar comum o que parece incomum, ajustando e incorporando o *não-familiar*.

Da mesma maneira, Oliveira e Werba (2000) apontam este como o principal intuito das representações sociais em suas origens. Um processo interno que ocorre na tentativa de promover conforto e segurança, visto que a tendência é sempre negar o desconhecido. No processo de assimilação do *não familiar* existem dois fatores primordiais para a sua ocorrência: ancoragem e objetivação.

Moscovici (2003) destaca esses dois mecanismos fundamentais que irão caracterizar uma feição familiar e encontram seus alicerces na memória e em experiências passadas. A ancoragem tem como objetivo classificar e nomear e, assim, reduzir às categorias e imagens comuns, o “suposto” desconhecido. Dessa forma, a sua inscrição em uma categoria e a comparação a um paradigma, aparentemente apropriado, é capaz de transformá-lo em algo familiar, configurando um sentido no mundo consensual: “Ao nomear algo, nós o libertamos de um anonimato perturbador, para dotá-lo de uma genealogia e para incluí-lo em um complexo de palavras específicas, para localizá-lo, de fato, na matriz de identidade de nossa cultura” (MOSCOVICI, 2003, p. 66).

Este autor também destaca que “classificar algo significa que nós o confinamos a um conjunto de comportamentos e regras que estipulam o que é, ou não é, permitido, em relação a todos os indivíduos pertencentes a essa classe” (p. 63). Presume, também, um caráter de alteridade, uma familiaridade com as coisas do meio, ao mesmo tempo em que o desconhecido é prontamente excluído.

Para Oliveira e Werba (2000) a ancoragem pode ser definida como:

[...] o processo pelo qual procuramos classificar, encontrar um lugar para encaixar o não familiar. Pela nossa dificuldade em aceitar o estranho e o diferente, este é muitas vezes percebido como “ameaçador”. A ancoragem nos ajuda em tais circunstâncias. É um movimento que implica, na maioria das vezes, em juízo de valor, pois, ao ancorarmos, classificamos uma pessoa, ideia ou objeto e com isso já o situamos dentro de alguma categoria que historicamente comporta essa dimensão valorativa (OLIVEIRA; WERBA, 2000, p. 109).

Por sua vez, o mecanismo da objetivação traz para o real o que está no plano das ideias, transformando representações em realidade. Neste processo, são emitidos significados, delineando uma concretude na integração de conceitos e imagens no mundo exterior. As autoras apontam este processo como:

[...] processo pelo qual procuramos tornar concreto, visível, uma realidade. Procuramos aliar um conceito com uma imagem, descobrir a qualidade iônica, material, de uma ideia, ou algo duvidoso. A imagem deixa de ser signo e passa a ser uma copia da realidade (OLIVEIRA; WERBA, 2000, p. 109).

Para Sardenberg (2003), o indivíduo lida com a realidade a partir do fenômeno que se apresenta, sem um questionamento *a priori* ou senso crítico. A cotidianidade, produto do homem para o homem, apresenta-se de forma habitual e mecânica e com ela, o indivíduo sente-se à vontade, vivendo o processo de alienação. O indivíduo, contudo, já nasce mergulhado neste contexto e é dessa forma que ele aprende a interagir com o meio que o cerca, além de legitimar a lógica dominante, com suas regras, crenças e hábitos existentes.

A vida cotidiana na qual estamos imersos se constitui de representações que organizam os nossos modos de pensar, agir e nos posicionar diante da realidade. É nesta cotidianidade que nos apropriamos de diversos tipos de conhecimento que são adquiridos espontaneamente, num ir e vir contínuo, no contexto das relações sociais (SARDENBERG, 2003, p. 79).

Inserido nessa perspectiva, o sujeito se constitui enquanto tal a partir do papel que desempenha na sociedade, sendo mediado pelas representações na cotidianidade. Sendo assim, as construções são dadas aprioristicamente, a partir do reconhecimento do outro e da representação que o classifica, criando identidades engessadas que se formam a partir do plano da aparência e que intitulam o papel social de cada um, aquilo que o sujeito é ou deve ser.

Pode-se dizer, então, que é a ideia do senso comum que prevalece a partir de uma práxis humana, ocultando a essência, em que sujeitos são moldados e classificados a partir de uma generalidade ou generalização, onde a identidade se forma a partir da representação que o outro lhe atribui ou que o sujeito atribui a si mesmo.

Em seu texto, Sardenberg (2003) aponta a sociedade disciplinar de Foucault, como um meio que reproduz e legitima tais ideias:

O “poder disciplinar”, que segundo Foucault é adestramento, evidencia a concepção de homem no contexto da modernidade, cuja identidade já existe antes mesmo do seu próprio nascimento; identidade que não é construída, e sim dada de pronto, conforme a circunstância a qual este homem pertence (SARDENBERG, 2003, p. 83).

Não sem razão, pode-se afirmar que esta característica acaba comprometendo todo e qualquer sujeito no seu modo de estar e ser no mundo haja vista, não se pode esquecer, que a sociedade na qual os indivíduos

estão inseridos ser e se fazer pelo controle, disciplina e vigilância, conforme enuncia Foucault (1998).

Sendo assim, na sociedade de controle, o que se tem é uma intensificação, uma generalização da lógica disciplinar, para além dos muros que circunscrevem seu espaço físico-funcional. Neste sentido:

[...] a tática disciplinar se situa sobre o eixo que liga o singular e o múltiplo. Ela permite ao mesmo tempo a caracterização do indivíduo como indivíduo, e a colocação em ordem de uma multiplicidade dada. Ela é condição primeira para o controle e o uso de um conjunto de elementos distintos: a base para uma microfísica de um poder que poderíamos chamar “celular” (FOUCAULT, 1998, p. 127).

Desta forma, abordar o significado das representações sociais, segundo Moscovici (2003) presume que:

[...] o que se requer é que examinemos o aspecto simbólico dos nossos relacionamentos e dos universos consensuais em que nós habitamos. Porque toda “cognição”, toda “motivação” e todo “comportamento” somente existem e têm repercussões uma vez que eles signifiquem algo e significar implica, por definição, que pelo menos duas pessoas compartilhem uma linguagem comum, valores comuns e memórias comuns (MOSCOVICI, 2003, p. 105).

Oliveira e Werba (2000) enfatizam a importância da teoria, no que se refere ao fenômeno do qual muitas vezes não se dá conta, mas que possui grande poder ao descrever e abordar a realidade.

Estudar RS é buscar conhecer o modo de como um grupo humano constrói um conjunto de saberes que expressam a identidade de um grupo social, as representações que ele forma sobre uma diversidade de objetos, tanto próximos como remotos, e principalmente o conjunto dos códigos culturais que definem, em cada momento histórico, as regras de uma comunidade (OLIVEIRA; WERBA, 2000, p. 107).

Estudar, portanto, as representações sociais é, também, buscar entender o comportamento das pessoas, as ações rotineiras que são praticadas não por razões lógicas, mas por intuítos simbólicos, afetivos, entre outros, que estão para além dos aspectos cognitivos. Seu conceito abrange toda uma

gama de opiniões, atitudes e imagens, sendo capaz de agregar outros conceitos e tendo o elemento social como algo constitutivo. Seu dinamismo corrobora o entendimento de inúmeras dimensões da realidade, de forma clara ou subjetiva.

Falar sobre representações sociais é considerar em sua essência a história da evolução humana e tudo aquilo que a circunscreve. É na produção histórica que aspectos referentes à moral, crenças e costumes se fortalecem e se cristalizam como diretrizes que fundamentam este imaginário coletivo. As representações como construções da esfera consensual, envolvem tudo aquilo que permeia a vida humana e as relações estabelecidas na cotidianidade.

As representações da saúde e da doença engendram a necessidade de um discurso, posto que simbolizam, respectivamente, um bem e um mal coletivo, abarcando a complexidade de uma sociedade inteira. Ao falar sobre elas, muito mais que historicizar o seu processo de construção, é importante considerar, para além de leigos e eruditos, a relação dialética que se estabelece na coletividade, pois que, é no intercâmbio cultural e na reciprocidade das classes que se firmam as ideias que produzem as representações. Sendo assim, tais ideias e pensamentos não se restringem unicamente à visão do médico ou do paciente, mas da sociedade em geral.

Não se pode negar, entretanto, uma configuração de algumas representações sociais específicas vinculadas à história da medicina, mas que não impedem o consenso no seio do senso comum, haja vista ser a doença um fenômeno que ultrapassa os limites desta disciplina. Sendo assim, é estabelecida uma relação que permite transitar nos dois sentidos, sem uma dependência unilateral entre saberes. Mesmo diante da cientificidade da medicina ligada à tecnologia moderna e a consequente hegemonia do discurso médico, ainda assim, não é de todo possível falar de um “modelamento absoluto da memória coletiva pela cultura médica” (SEVALHO, 1993, p. 351).

De acordo com Sevalho (1993), as representações sociais da saúde e da doença apontam, ao longo da história, para patologias pertinentes a cada época, com todos os seus aspectos ideológicos e substanciais. Portanto, transformações nas representações das doenças e da saúde são reflexos não só do progresso científico e tecnológico através dos tempos, mas também de toda organização da estrutura social e da própria mentalidade humana.

Outrossim, é no retroceder do tempo e da história que melhor se contextualiza o fenômeno das transformações dessas representações, elucidando de que maneira puderam chegar aos moldes atuais. Não cabe aqui, entretanto, explorar minuciosamente o seu processo, mas entender o

quanto elas se consubstanciam e se modificam dinamicamente a partir do contexto social.

Para Sevalho (1993), as primeiras representações da saúde e da doença possuíam conotações mágicas, a partir da influência de elementos sobrenaturais, cuja vítima nada podia fazer. Possessões demoníacas provocavam as doenças e, assim, precisavam ser exorcizadas. Posteriormente, o adoecimento assume um caráter religioso, a partir do humor divino e, inicialmente, é visto como uma maldição independente do comportamento humano. Em seguida, em uma perspectiva mais elaborada, a doença torna-se sinônimo de punição, uma consequência provocada pelo próprio indivíduo e sentenciada pelos deuses.

Desde tempos pretéritos, a saúde e a doença estiveram, de alguma forma, vinculadas ao poder de entidades naturais e sobrenaturais. Pensar na doença e em suas diferentes formas de expressão presumia uma crença nas forças naturais capazes de disseminar a dor e o sofrimento, além da deterioração do corpo saudável e da anunciação da morte. Neste contexto, se faz notar o viés naturalista dos egípcios, influenciados pela ideia da mumificação, e a concepção humoral grega, em que a saúde passa a ser vista como o equilíbrio dos humores corporais e a doença o seu desequilíbrio, suscitando uma correlação entre elementos do corpo e da natureza. Conforme enuncia Sevalho (1993):

Desde tempos imemoriais, as perspectivas da infecção, do impuro que ameaça se introduzir nos corpos, através dos alimentos e dos ares corrompidos pelas putrefações, revestiram as representações de saúde e doença. Os egípcios admitiam um princípio infeccioso aderido às fezes, os romanos drenavam os pântanos e os gregos zelavam pelos corpos e acendiam fogueiras para purificar o ar (SEVALHO, 1993, p. 353).

A Idade Média representa o retorno de um caráter predominantemente religioso, a partir de uma visão teocêntrica, fortalecendo a Igreja Católica, apontando-a como uma das instituições de maior poder e influência na sociedade medieval que disseminava os valores da doutrina cristã. Em uma relação particular com o Estado, seu poder se estendia aos diferentes extratos da esfera social, exercendo domínio na área política, econômica, e jurídica. O cuidado aos doentes, nos grandes hospitais da época, era sinônimo de caridade e, ao mesmo tempo, salvação da alma. Hospitais estes que serviam para abrigar pobres, viajantes, além dos doentes que eram, assim, excluídos do

meio social. “Enquanto representação terapêutica, estes hospitais são a analogia social das sangrias individuais que lhes foram contemporâneas, expulsando o mau e purificando o corpo social” (SEVALHO, 1993, p. 354).

Muitas mudanças se apresentam, contudo, a partir do declínio da Idade Média e uma nova configuração vinculada ao novo modelo social se apresenta. A grande questão gira em torno da ascensão de uma burguesia mercantilista, em detrimento dos modelos feudais, com desenvolvimento do comércio, florescimento das artes e da ciência, além da constituição dos Estados Nacionais. Surge, portanto, a modernidade trazendo novas formas de ver e estar no mundo. O viés racionalista que se impôs sobre a decadente soberania religiosa faz emergir um novo contexto científico sedimentando o desacordo entre o homem e a natureza. Em meio ao surgimento da ciência moderna, o homem passa a dominar e desbravar a natureza e seus elementos, não sendo mais um mero expectador. “Uma racionalidade humanista de cunho profundamente individualista foi se impondo sobre o anonimato e o cerceamento da crítica e da criatividade que o catolicismo havia imposto” (SEVALHO, 1993, p. 354).

Sevalho (*idem*) aponta que a cada fervor cultural em meio ao nascedouro da modernidade, novos conceitos surgiam e, por conseguinte, novas maneiras de conceber a saúde e a doença. Com o desenvolvimento da astrologia, explicações cósmicas passam a dar sentido ao aparecimento das epidemias e enfermidades, sendo o homem zodiacal diretamente influenciado por astros e signos. Nos séculos XVII e XVIII, teorias colocavam os processos químicos, físicos e mecânicos em foco para justificar o complexo funcionamento do corpo humano. Na visão dos Animistas, o ânima, alma como princípio vital, era o que propiciava o tônus muscular indispensável à manutenção da vida.

O que se via, por um lado, nos primeiros períodos da advinda modernidade era uma nova leitura do corpo humano, buscando nas explicações fisiológicas a base para o seu funcionamento saudável. Estudos apontavam para a importância das fibras sólidas, num processo de contração e distensão, influenciadas por estímulos externos.

Com uma leitura do corpo humano, onde a atenção central não era colocada mais nos humores, líquidos, os elementos sólidos passaram a participar mais das representações de saúde e doença, alvos de forças físicas, donos de movimentos que dão forma e expressão à vida (SEVALHO, 1993, p. 356).

De acordo com este mesmo autor, entender a doença a partir de uma disfunção orgânica serviu de base para a medicina fisiológica, adversária da clínica, que não se limitava a identificar o conjunto de sinais e sintomas por uma concepção ontológica, como propunha a nosografia de Pinel. Para a medicina fisiológica, “a doença não era algo que se instalava no corpo, mas o próprio movimento dos tecidos devido aos estímulos irritantes” (SEVALHO, 1993, p. 356).

Ao mesmo tempo em que a clínica moderna se desenvolvia e após uma medicina classificatória de inspiração botânica, outro movimento marca profundamente a história da medicina frente à nova conjuntura socioeconômica. Inspirada na medicina fisiológica e em outros importantes movimentos dos séculos XVIII e XIX, atrelada às mudanças impostas pelo avanço da Revolução Industrial, a medicina social imprimiu um caráter político onde se destacava a majoração da produtividade. Uma medicina do capitalismo, caracterizada pelo biopoder, conforme denomina Foucault (1979), cujo intuito era criar um corpo social cada vez mais saudável e, ao mesmo tempo, produtivo. Desta forma:

[...] o capitalismo, desenvolvendo-se em fins do século XVIII e início do século XIX, socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto força de produção, de trabalho. O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política (FOUCAULT, 1979, p. 80).

Sendo assim, viu-se prosperar uma normalização e normatização da práxis médica, um refinamento na estrutura urbana, além de medicina orientada para a força de trabalho. A influência de estímulos externos, a ideia de doenças transmissíveis pelo ar e pela água, a possibilidade de contágio ou todo e qualquer fator capaz de tornar o corpo de trabalho improdutivo, passou a ser visto com o grande vilão a ser combatido.

Para Sevalho (1993), a tecnologia moderna, as inúmeras pesquisas e descobertas acerca do sistema funcional orgânico, revolucionaram a maneira de encarar e definir a doença. O caráter explanatório que permanece até os dias atuais, propiciou uma penetração cada vez maior no corpo humano, elucidando a anatomia e a fisiologia, na tentativa de compreender a vida e

dominar a morte. O que se vê no início do século XX, amparado pelo avanço científico, é a exaltação da microbiologia, diagnósticos lapidados, intervenções cirúrgicas, tratamentos aprimorados, desenvolvimento da farmacologia, além de outras grandes descobertas que modificaram significativamente a prática médica e que perduram até hoje.

Oliveira e Egry (2000) mencionam que, na atualidade, a saúde é pensada a partir de uma ótica mais generalista e não mais como uma simples ausência de doença. A Organização Mundial da Saúde a define como o completo bem-estar físico e mental, correlacionada às escolhas dos indivíduos frente a hábitos de vida mais saudáveis. Ao mesmo tempo, identifica-se uma prevalência da multicausalidade, explicando o aparecimento da doença a partir de diferentes fatores articulados. Entretanto, este modelo esbarra em algumas limitações, posto que é quase impossível delimitar precisamente a influência respectiva de cada uma dessas múltiplas causas.

Paradoxalmente, a tentativa de explicitar a origem do fenômeno a partir da concepção multicausal, reduz-se a unicausalidade enfatizando condicionantes individuais, já que os estudos empíricos contemporâneos pesquisam cada fator separadamente. Outra questão se refere a sua aplicação prática imprecisa em políticas de saúde ao pensar as prioridades que devem ser estabelecidas quando se há tantos aspectos causais.

É sobretudo na prática que a multicausalidade se vê frequentemente reduzida à unicausalidade, quer por insuficiência dos instrumentos de intervenção, quer porque as ações implementáveis são consideradas suficientes na abordagem rotineira dos problemas (OLIVEIRA; EGRY, 2000, p. 13).

Estas mesmas autoras, afirmam que analisando a unicausalidade que se confirma na prática, algumas teorias fortificam as representações sociais da saúde e da doença nos dias de hoje. O estilo de vida junto ao comportamento de risco aos quais os indivíduos se submetem, a teoria do germe a partir da bacteriologia, o meio ambiente prejudicado pelo processo de industrialização e a genética são alguns dos vieses que fundamentam essas representações. Apesar do dinamismo característico das representações sociais, algumas teorias do senso comum, desde tempos imemoriais, se mantêm como permanências culturais sendo vivenciadas na cotidianidade. A crença em maldições e punições divinas, por exemplo, ainda revestem as representações na contemporaneidade, confirmando os vestígios culturais que se cronificam ao longo o tempo, resistindo à força da ciência.

O medo e a culpabilidade sempre participaram da relação do ser humano com a doença, conformando permanências culturais. Estes aspectos resistem entre crenças ainda existentes que cultuam a pureza como uma ligação rigorosa e permanente ao primitivo e um isolamento dos costumes atuais, ou mesclados na cultura geral de nosso tempo (SEVALHO, 1993, p. 352).

Sendo assim, pode-se afirmar que em meio a inúmeros movimentos sociais pertinentes a história humana, a religião esteve, de alguma forma, presente como mola propulsora de transformações significativas sendo, indubitavelmente, um fenômeno inerente à cultura humana. Não sem razão, as crenças religiosas fazem parte do vasto campo de conhecimento das representações sociais, imprimindo uma marca no imaginário coletivo como forma de ser e estar no mundo.

As crenças religiosas ainda atuam como força de ligação entre os membros de uma comunidade, influenciando a forma com que a sociedade organiza a sua realidade e fazendo do grupo uma unidade. Gomes (2004) ao aludir Durkheim ressalta que é no grupo e pelo grupo que elas proporcionam um caráter de pertencimento e preenchimento, visto que até mesmo as religiões de caráter, aparentemente, particular nada mais refletem do que formas de expressão que estão na memória coletiva da sociedade. Dessa forma, a religião em seu processo histórico se encontra vinculada diretamente a Igreja, instrumento de expressão coletiva da vida religiosa. “Uma religião é um sistema solidário de crenças e de práticas relativas a coisas sagradas, isto é, separadas, interditas crenças e práticas que unem, numa mesma comunidade moral, chamada Igreja, todos os que se lhes aderem”. (DURKHEIM, 1912 apud GOMES, 2004, p. 39)

A contemporaneidade se caracteriza, segundo Nunes (2008), fundamentalmente, por uma grande ebulição tecnológica e exaltação do discurso científico como propulsor de uma verdade inquestionável. Contudo, paradoxalmente, se faz notar o fortalecimento dos movimentos religiosos, marcados por um retorno ao divino em ascensão no contexto sociopolítico, justamente quando a cientificidade, *a priori* engajada a produzir melhorias, sujeita o homem a graves crises e problemas. Mesmo o racionalismo científico característico da era moderna, não foi capaz de desconstruir os alicerces do discurso religioso, neste incessante embate entre a religião e a razão.

[...] o retorno do sagrado ao primeiro plano da dinâmica social e política se realiza no exato momento em que o saber científico,

convocado com a finalidade de produzir homens melhores e sociedades mais justas, começa a expor a humanidade a crises cada vez mais profundas e permanentes, em lugar de solucionar os problemas inerentes à condição humana (NUNES, 2008, p. 548).

Ainda, segundo Nunes (2008), o pensamento freudiano, herdeiro da ideia iluminista, foi uma das correntes que mais se destacou no Ocidente no último século, empenhado em mostrar que a religião estaria sobrepujada pelo saber científico, não admitindo a resistência do sagrado em uma época dominada pela razão. Este autor destaca que Freud, em algumas de suas obras, explicita a sua crença no enfraquecimento religioso que, inevitavelmente, haveria de desaparecer em meio à nova conjuntura moderna. Não se trata apenas, contudo, de uma substituição da figura de Deus pela ciência, mas, sim, o pressuposto de que a ciência é capaz de elucidar verdades sobre o homem e sua natureza, sem o mistério e o obscurantismo do misticismo religioso. A modernidade poderia, assim, suplantar os padrões vistos como instáveis e ineficazes por outros mais sólidos e consistentes.

A concepção freudiana, ressalta Nunes (2008), acredita em um homem moderno capaz de transgredir a ilusão religiosa, não mais se afeiçoando a questões sagradas, porém tendo a ciência como base para lidar com a realidade e dela extrair uma verdade absoluta. Sendo assim, o homem cada vez mais engajado no progresso social, abandona de vez a dependência religiosa, encontrando na razão o suporte para superá-la. “O afastamento da religião está fadado a ocorrer com a fatal inevitabilidade de um processo de crescimento, e nos encontramos exatamente nessa junção, no meio dessa fase de desenvolvimento” (FREUD, 1927/1974d apud NUNES, 2008, p. 549).

Para Freud, segundo Nunes (2008), o que aproxima o homem da religião é a sensação de desamparo alimentada pelo sentimento de onipotência. Dessa forma, frente à promessa de um saber científico solidificado capaz de fornecer os instrumentos necessários para que o ser humano domine a natureza e supere as dúvidas acerca do seu destino, não é mais imprescindível o suporte ilusório da religiosidade. Como destaca Nunes (2008, p. 550), “os pressupostos religiosos criam ilusões que impedem que os fenômenos humanos e naturais sejam conhecidos tais como eles realmente são”.

Ao mesmo tempo, Nunes (2008) também aponta que Freud busca desmistificar a importância concedida à religião para a humanidade,

mostrando os vazios aos quais ela não conseguira responder, isso porque, para ele, a mesma não acrescenta nenhuma compreensão à complexidade humana, da mesma forma que não consegue impedir o homem de conter seus impulsos destrutivos.

Segundo, ainda, este mesmo autor, Freud, para ratificar seus argumentos, faz uso do caráter experimental da ciência, para demonstrar a sua legitimidade ao respaldar o homem frente à natureza e ao seu destino, concluindo que a luminosidade inerente ao saber científico, e não a religião é capaz de amenizar as incertezas e angústias. É fundamentado neste conceito que Freud tenta elevar a Psicanálise ao patamar científico para trazer à tona a verdade do inconsciente, instância mais profunda da alma humana.

Paradoxalmente, Nunes (2008) explicita que nem todas as obras freudianas compartilharam dessa mesma opinião, demonstrando que Freud nem sempre se manteve otimista em relação à plenitude da razão, desconfiando até mesmo da legitimidade da Psicanálise. Seu pessimismo se faz notório a partir de algumas conclusões clínicas e estudos aprofundados, principalmente após teorizar sobre a pulsão de morte e atestar a força e predomínio dos impulsos destrutivos no homem. Assim, o que se apresenta é um caráter ilusório e artificial da razão, que o faz abdicar de um modelo capaz de justificar e encontrar a verdade do mundo e do homem.

Para Brunneto (2004), o homem, na concepção de Freud, busca incansavelmente alcançar a felicidade, tarefa árdua frente ao sofrimento inerente à condição de vida. Esta tarefa difícil, ao qual Freud se refere, aponta para um caráter individual em que cada um cria maneiras particulares de lidar com essa realidade. Pela busca da felicidade subentende-se a busca pelo prazer, dado *a priori* do aparelho psíquico, que encontra limites impostos pela civilização cujo princípio é frear a satisfação pulsional, tendo como consequência a hostilidade humana. A ilusão religiosa é um dos mecanismos que para Freud, aponta Brunneto (2004), busca amenizar o desamparo humano, porém esbarra na castração na medida em que, na presença do real, cria a figura do onipotente, do pai primevo, capaz de dar sentido à morte, ao sexo e a vida.

Segundo Gontijo (2004), Freud, em uma de suas múltiplas obras, aponta para o mal estar existente pelo antagonismo entre a pulsão e a civilização, pois para que o homem viva em sociedade ele precisa abdicar dos seus desejos e satisfação pulsional em prol da coletividade. Para frear a natureza agressiva do homem, a civilização faz uso da religião para domar as suas tendências destrutivas e amenizar a angústia produzida pela

certeza da morte. Sendo assim, apesar do caráter ilusório que atribui à religião, Freud reconhece o seu poder sobre a humanidade ao tamponar o real, pois mesmo que ela não existisse, o homem criaria outro recurso para não ter que lidar com o seu desamparo.

Em oposição ao que inicialmente previa Freud, conforme Nunes (2008), o ideal racionalista apresenta, na atualidade, permanentes sinais de fracasso. Uma estrutura sólida, capaz de expor o ser humano aos sinais evidentes da verdade, se abala mediante ao caos e aos males sociais. Contrariamente aos princípios da segurança e do conforto tão anunciados, o que se percebe é uma proposta que nem de longe é capaz de diminuir a angústia e a tormenta, pois que “nosso século dominado pela velocidade vertiginosa das transformações técnicas e tecnológicas, nos confirma que o desamparo do homem não desapareceu, mas se revelou ainda mais irremediável do que sequer ousamos imaginar algum dia” (NUNES, 2008, p. 554). Existe, então, algo que escapa as possíveis explicações e investigações racionais, no nível do imprevisível, corroborando para a fragilidade e o mal-estar na contemporaneidade.

É neste processo que se faz notar, enaltece Nunes (2008), contraditoriamente aquilo que propunham os pensadores herdeiros do iluminismo, a intensificação do apelo religioso e apego fervoroso ao sagrado, na tentativa de estabelecer a ordem e suportar a fragmentação da organicidade, ainda que somente no plano da aparência. Segundo este mesmo autor, Lacan, diferentemente de Freud, aposta no triunfo inevitável da religião, sendo Deus a possibilidade de uma verdade imutável e que se pereniza, superando até mesmo a Psicanálise. É através da figura do Onipotente, aquele que tudo *pode*, que o indivíduo busca conforto e estabilidade, um ideal utópico de unicidade estruturada.

Em uma época sem identidade, o engajamento nos movimentos religiosos produz, pela negação do caráter irremediavelmente fragmentado da cena contemporânea, uma identidade reacionária e disposta a todo tipo de combate para garantir a ilusão de homogeneidade entre os seus **fiéis** (NUNES, 2008, p. 556).

O indivíduo frente ao pânico que se fortifica na contemporaneidade, constrói na religião um subterfúgio, uma possível estratégia de alívio. Só assim é capaz de encarar a realidade, ao passo que nega a sua fragmentação.

Lacan, de acordo com Brunneto (2004), ao apontar para um possível triunfo da religião, sinaliza o fracasso da Psicanálise, ao passo que esta é da

ordem do impossível. Além disso, ressalta a respeitabilidade universal conquistada pela religião no século XX, sendo capaz de dar sentido a inúmeras coisas que antes aparentavam ser apenas naturais. Lacan, opondo-se a ideia da finitude do sagrado, acredita que a função do pai encontra-se no cerne da experiência religiosa “e é pelo assassinato de Um pai que se erige um totem, se funda o simbólico e, conseqüentemente, a civilização” (BRUNETTO, 2004, p. 12).

Para Gontijo (2004), Lacan indica para uma falta de sentido do real, o qual pode ser preenchido pela Religião. O discurso religioso encobre a angústia da escolha humana, na medida em que se conforta pela vontade de Deus, não precisando lidar com o seu próprio desejo ao entregá-lo ao divino. Nem por isso, Lacan, aponta a autora, deixa de atribuir críticas a este discurso religioso que produz respostas generalistas para além da existência humana, ao passo que a Psicanálise luta para que o indivíduo mantenha a sua singularidade, condições incrivelmente opostas das duas vertentes.

A visão Psicanalítica a respeito do paradigma entre ciência e religião compõe apenas parte do cenário multiteórico que busca tecer respostas, ou ao menos uma reflexão, sobre o seu papel e interferência na vida humana. A multiplicidade teórica que circunscreve esta discussão faz emergir diferentes pontos de vista, propondo, assim, um vasto e rico campo de estudo. A Psicologia busca, prioritariamente, emitir uma análise a partir do indivíduo em sua singularidade. A sociologia, por sua vez, apresenta uma base teórico-metodológica direcionada aos fenômenos sociais, concebendo o homem em uma relação de interdependência. Cabe, então, agora, ressaltar tal paradigma a partir de Aron, Quintaneiro e outros, com base no pensamento de Durkheim.

A partir de discussões referentes à moral, conforme enunciado por Quintaneiro (2009), Durkheim dedica grande importância ao estudo da religião. Para isso, concentra-se, inicialmente, em aspectos inerentes às religiões primitivas, pois, segundo ele, o caráter simplório característicos delas é capaz de fazer emergir a essência desse fenômeno social. Ao mesmo tempo, quanto menores as discrepâncias e o individualismo, nelas presentes, mais visível são os fragmentos originários das religiões e a percepção dos fatos similares em todas as sociedades. Para ele, a partir da análise de uma experiência particular é possível extrair a essência do campo religioso, remetendo àquilo que é primordial em todos os demais fenômenos desta mesma natureza. Sendo assim, a investigação a partir das formas elementares da vida religiosa constitui o melhor canal para tal explanação.

De acordo com Aron (2008), o estudo do totemismo, como forma de religião mais simples, sendo o totemismo clânico a sua forma mais primitiva, configura papel fundamental na obra de Durkheim, extraindo significações importantes para embasá-la, além de admitir, a partir dela, uma origem que levaria a um processo evolucionista da religião até a compreensão das formas mais complexas.

Para Durkheim, ainda segundo Aron (2008), a ciência detém o poder intelectual e moral vigente na sociedade, contudo, não nega a permanente necessidade do apego a determinadas crenças, mesmo em meio ao forte racionalismo e individualismo social. Ao mesmo tempo, afirma que a ciência, assim como a moral, nasceu da própria religião, pois a religião antecede a ciência como forma de conhecimento do mundo. No entanto, tais crenças não podem ser proporcionadas pela religião tradicionalmente conhecida, pois a mesma não seria capaz de responder a forte demanda científica, já que foi condenada pelo crescente racionalismo.

À luz da ciência, torna-se claro para Durkheim, segundo Aron (2008, p. 498), que a religião, ao longo do tempo que se propõe a história humana, não passou de uma “realidade coletiva transfigurada pela fé”, sob a forma de inúmeras formas divinas. Dessa maneira, pensar na ciência da religião é conceber a capacidade de reemergir as crenças que, no consenso, se fazem necessárias, aludindo a possibilidade de produção de novos deuses pelas sociedades futuras. Mergulhar no cerne das religiões possibilita à ciência facilitar e encorajar as sociedades a criarem os deuses dos quais necessitam, capazes de responder aos interesses sociais e morais de cada época.

A religião, segundo Durkheim, conforme explicita Quintaneiro (2009), pode ser compreendida a partir de uma divisão dicotômica e excludente entre dois mundos paralelos, marcados pelo sagrado e o profano. Por sagrado entende-se um universo constituído por coisas, crenças e ritos compartilhados e expressos no que ele denomina “comunidade moral”, isto é a Igreja, instituição símbolo dessa manifestação. Um conjunto interligado, sinônimo de unicidade estruturada, criando um sistema em que os ritos derivam das crenças que, por sua vez, remetem ao sagrado. (DURKHEIM, 1912 apud ARON, 2008, p. 500)

Aron (2008) diz que a religião, na concepção de Durkheim, é uma criação proposta pela coletividade, transfiguração da sociedade, capaz de expressar a própria vida social. Sendo assim, corresponde a uma realidade autêntica que, não sendo Deus, há de ser a própria sociedade, uma sociedade sagrada causa desse fenômeno e, ao mesmo tempo, capaz de responder à

divisão entre o sagrado e o profano. A ciência da religião só poderia, como toda e qualquer ciência, se ater aos fenômenos naturais e não ao que é da ordem do sobrenatural ou transcendental, refutando, assim, os estudos que postulam o caráter ilusório ou fantasmagórico da mesma.

É inadmissível que sistemas de ideias como a religião que tem tido um papel tão importante na história, em que em todos os tempos os povos vieram colher a energia de que precisavam viver, não passem de tecidos de ilusões. [...] De que modo uma fantasmagoria vã poderia ter modelado tão fortemente, de modo tão durável, as consciências humanas? Certamente deve ser considerado como um princípio pelas ciências das religiões que a religião não exprime nada que não exista na natureza, pois todas as ciências se preocupam com os fenômenos naturais (DURKHEIM, 1912 apud ARON, 2008, p. 503).

Ainda segundo Aron (2008), o estudo do totemismo, empreendido por Durkheim, se deu a partir da análise de tribos australianas, compartilhando as ideias de clã e totem. Na maioria dos clãs encontra-se a figura do totem (plantas ou animais) e os objetos totêmicos que os representam, configurando o seu caráter de sagrado em meio à coletividade e induzindo comportamentos concebidos como tipicamente religiosos. A articulação da realidade estaria, então, dividida entre coisas sagradas e profanas.

Esta tese é essencial, pois demonstra a prioridade ou anterioridade do culto que os indivíduos dirigem a própria sociedade. A origem primordial do totemismo é o reconhecimento do sagrado. E o sagrado é uma força derivada da coletividade e superior a todos os indivíduos (ARON, 2008, p. 506).

O totemismo apresenta o símbolo de uma força impessoal, superior a qualquer indivíduo, mas que nele se faz presente, precedendo e transcendendo às gerações e sobrevivendo ao próprio tempo, um deus anônimo encarnado em uma multiplicidade de coisas, que atrai fortemente para a crença e o culto. Sua essência pode ser comparada, assim, a qualquer outra forma de crença ou religião.

[...] para que haja o sagrado é preciso que os homens façam a diferença entre o que é profano e cotidiano de uma parte, e o que é diferente por natureza (e portanto sagrado) de outra. Esta distinção aflora à consciência dos primitivos porque eles têm,

enquanto participantes de uma coletividade, o sentimento difuso de que alguma coisa é superior à sua própria individualidade, e de que esta coisa é a força da sociedade anterior a cada um dos indivíduos, que sobrevive a eles e à qual, sem saber, eles rendem um culto (ARON, 2008, p. 508).

A origem da religião pode ser compreendida, então, a partir desta divisão entre o profano e o sagrado, sendo a força superior o objeto cultuado. Se a divindade é aquela que se faz superior ao homem fazendo-o acreditar que dela depende, a sociedade possui o necessário para atingir este patamar, a partir da dependência e poder que impõe sobre o homem, se tornando o objeto de crenças e cultos. Ela é capaz de fazer como que o homem abdique de seus interesses pessoais e sirva às suas regras e normas a fim de manter o seu bom funcionamento. Ao passo que induz à devoção e adoração, a sociedade se torna um legítimo objeto de verdadeiro respeito.

De modo geral, não há dúvida de que a sociedade tem tudo o que é preciso para despertar nos espíritos a sensação de divino, exclusivamente pela ação que exerce sobre eles; ela é, para seus membros, o que é uma divindade para os fiéis. De fato, uma divindade é, antes de mais nada, um ser representado pelo homem sob certos aspectos como superior a si mesmo, e do qual ele crê depender. [...] Ora a sociedade provoca também em nós a sensação de uma perpétua dependência (DURKHEIM, 1912 apud ARON, 2008, p. 509).

Durkheim, de acordo com Quintaneiro (2009), destaca a incumbência social da cerimônia religiosa, pois a sua realização exercita a coletividade, congregando os indivíduos e ratificando o sentimento de pertença a um grupo. Os indivíduos se aproximam pelo objetivo de uma prática em comum, sentindo-se moralmente obrigados a compadecer de sentimentos “coletivos”, comum ao grupo ou comunidade ao qual pertencem. “Esses fenômenos de efervescência são um bom exemplo do processo psicossocial graças ao qual nascem as religiões” (ARON, 2008, p. 512).

É neste contexto que Durkheim, explicita Aron (2008), faz alusão à Revolução Francesa, processo emaranhado de ebulição valorosa ao sagrado, expresso em seu lema. Um apego fervoroso à pátria que tornou visível a transformação em divindade de coisas naturalmente laicas, em meio ao entusiasmo brevemente presente. Durkheim emite, assim, duas formas de

se interpretar o fenômeno religioso: uma adoração à sociedade pelo totemismo e a criação da divindade pela sociedade face ao entusiasmo social, pela intensificação do coletivismo.

A partir dessas conclusões, conforme menciona Aron (2008), Durkheim busca elaborar formas de conceber as religiões mais complexas. Anuncia a importância dos símbolos e ritos enquanto fenômenos sociais, presumindo que, muitas vezes, os comportamentos se referem aos símbolos que representam determinadas coisas e não à coisa propriamente dita, de modo que as condutas sociais contemporâneas também se orientam desta forma. O mesmo empreende uma análise dos diferentes tipos de ritos e o papel social que assume ao intensificar e incitar a coesão social. “Uma religião só vive através das práticas, símbolos de suas crenças e formas de renová-las” (ARON, 2008, p. 515).

Aron (2008) irá dizer que a teoria sociológica do comportamento, apontada por Durkheim, vislumbra uma melhor compreensão dos pensamentos que estão, de alguma forma, relacionados às crenças religiosas. Para Durkheim, a religião é a base de origem de todas as regras morais e religiosas, como, também, da própria ciência.

Seguindo o pensamento de Aron (*idem*), tal teoria pode apresentar três proposições. Primeiro, a sociedade faz da sua própria organização social um espelho ao empreender a classificação em grupos dotados de hierarquização entre dominantes e subordinados. Sendo assim, “as formas primitivas de classificação estão ligadas às imagens religiosas do universo, retiradas das representações que as sociedades fazem de si mesmas, e da dualidade do mundo profano e religioso ou sagrado” (ARON, 2008, p. 515). Em segundo lugar, a ideia de causalidade advém da própria sociedade, é ela em si, mediante a vida coletiva, que faz emergir a apreensão de uma força superior ao homem. Em terceiro, essa teoria busca combater a antítese filosófica entre empirismo e apriorismo.

Para Durkheim, as religiões vinculam-se a um ideal de sociedade capaz de apontar para o bem e para o mal, englobando todos os demais aspectos vigentes à vida social. Caracterizam-se, assim, como os primeiros “sistemas coletivos de representação do mundo” (QUINTANEIRO, 2009, p. 97). Pensar na religião é uma forma de empreender um melhor entendimento das categorias essenciais como, por exemplo, tempo e espaço, bases da condição humana. Essas categorias originam-se a partir do pensamento religioso e são traduzidas por intermédio de símbolos e conceitos, configurando um caráter de relação entre as coisas.

Ao invés de se ater as ideias de empirismo e apriorismo para compreender o fenômeno do conhecimento e da racionalidade, Durkheim defende que, antes de tudo, deve-se considerar a “origem social das categorias” (QUINTANEIRO, 2009, p. 97), como expressão da coletividade e resultado da cooperação. Tais categorias simbolizam as representações coletivas, tendo na religião a sua forma de expressão, produzindo tudo que há de fundamental na vida social, incluindo a ciência e a moral. Os conceitos impõem-se aos indivíduos por serem representações coletivas e, portanto, impessoais, configurando um caráter de generalidade.

De acordo com Aron (2008), ao discutir a questão da ciência, Durkheim acredita que sua valorização social e autoridade pela qual é revestida, estão baseadas na própria sociedade. Para que sejam aceitos, os conceitos não devem se limitar a serem verdadeiros, mas sim coerentes com as demais representações coletivas. A fé na ciência não difere, a seu ver, da fé religiosa, pois o seu valor se dá pela ideia coletiva de sua função social, exprimindo uma forma de opinião como tudo aquilo que perpassa a vida social.

Ainda conforme Aron (2008), a religião, para Durkheim, tem por finalidade explicar o abstrato, as razões que a ciência não conseguiu ainda explicar. A ciência contraditoriamente explica o concreto, o real. Sendo a religião uma instituição humana e, portanto real, esta passa a ser objeto de estudo da ciência. Desta forma não há como a ciência negar a existência da religião.

De acordo com o explicitado até aqui, pode-se dizer que a ciência e a religião são dois paradigmas que se confrontam, contudo, não se pode negar que ainda assim dialogam. Vê-se então, desde tempos pretéritos, um infundável combate entre essas duas realidades, mas que, ao mesmo tempo, interagem a fim de suprimir tensões postuladas pela própria história.

Os hospitais gerais, na maneira como se configuram atualmente, nem de longe se parecem com os antigos hospitais, como por exemplo, aos concernentes ao período da Idade Média, os quais se caracterizavam, majoritariamente, pela hospitalidade e caráter religioso, assentados nos princípios cristãos. Tal comparativa se faz importante no intuito de enfatizar a grande transformação presente na nova modulação hospitalar, visto que a prerrogativa religiosa cedeu espaço para uma forte tecnologia e instrumentalização precisa. Não cabe aqui, no entanto, explanar minimamente de que forma ou por quais processos se deu essa nova conformação, mas apenas salientar a brusca reconfiguração na qual, aparentemente, faz com que a religiosidade perca espaço ou talvez função.

Como aponta Foucault (1979), o Hospital, como forma de instrumento terapêutico, destinado à cura e intervenção, surge no final do século XVIII. Até este período, o que se via era um espaço de segregação e exclusão, marcado pelo assistencialismo. O trabalho caritativo realizado por religiosos ou leigos e direcionado, principalmente, aos pobres inseridos nesse contexto, objetivava, acima de tudo, a salvação espiritual. Sendo assim, não estava conexo à práxis médica, visto que esta era exercitada longe do âmbito hospitalar e de cunho individualista, numa relação direta entre o médico e o doente.

Ainda segundo Foucault (1979, p.103), “o primeiro fator da transformação foi não a busca de uma ação positiva do hospital sobre o doente ou a doença, mas simplesmente a anulação dos efeitos negativos do Hospital”. A medicalização do hospital ocorre, primeiramente, com o intuito de eliminar a desordem e a partir da introdução da disciplina como técnica de poder coadunado às mudanças da prática médica é que ela de fato ocorre. “As razões econômicas, o preço atribuído ao indivíduo, o desejo de evitar que as epidemias se propaguem explicam o esquadramento disciplinar a que estão submetidos os hospitais” (FOUCAULT, 1979, p.107).

A partir do século XVIII, então, uma nova conjuntura se estabelece, em que as modificações se apresentam desde a localização do hospital à sua própria distribuição interna, além de uma nova perspectiva sobre a figura do doente. Um espaço voltado para a cura e para a intervenção terapêutica, em que a figura do médico detentor do poder emerge dentro dessa nova organização institucional. “A partir de então, a forma do claustro, da comunidade religiosa, que tinha servido para organizar o hospital é banida em proveito de um espaço que deve ser organizado medicamente” (FOUCAULT, 1979, p. 109).

É a partir deste clímax somado às posteriores descobertas no campo científico e biomédico e a permanente alusão à figura do médico, que se pode chegar ao cenário que hoje se apresenta na rede hospitalar. A estrutura, comumente, é revestida de alta tecnologia que se estende a todas as etapas do atendimento ao doente. Sendo assim, em um espaço dominado, visivelmente, pela ciência, se torna relevante elucidar se há ou não a presença, mesmo que ínfima, da religiosidade ou se esta foi relegada apenas ao esquecimento e sobrepujada por essa nova dinâmica. Não sem razão, tal discussão a respeito das mudanças condizentes a configuração hospitalar pode trazer à tona, em um cenário real, o embate tão evidente entre estes dois campos de conhecimento aparentemente distintos.

Cabe, então, agora, após análise teórica, entender como na prática a religiosidade pode se fazer presente, principalmente quando o local escolhido é, justamente, o hospital que, por sua vez, pode ser compreendido como um dos inúmeros símbolos da ciência na atualidade. Mais do que isso, é evidenciar se os verdadeiros protagonistas inseridos neste processo, isto é, os pacientes, concebem ou utilizam de suas crenças e da própria fé quando enfrentam as peculiaridades características desse contexto.

Após breve conceituação teórica a respeito do fenômeno das representações sociais com base, prioritariamente, nas contribuições de Serge Moscovici (2003), seguido do delineamento das concepções acerca das representações da saúde e da doença decorrentes das profundas mudanças provocadas pelas transformações sócio-históricas e, ainda, aprofundando um maior entendimento no que tange ao permanente embate entre ciência e religião, inclusive no que se refere a mais recente modulação hospitalar, torna-se relevante, agora, ressaltar como se configuram as percepções no campo da fé mediante o processo de hospitalização.

Dessa maneira, a fim de entender e clarificar como tais representações se perfazem a partir da internação e, conseqüentemente, do adoecimento, foi realizada uma pesquisa qualitativa, composta por entrevista semiestruturada e questões abertas em sua maior parte. Os participantes desta pesquisa correspondem a pacientes internados no Hospital de Clínicas de Niterói. A seleção dos mesmos foi feita a partir da heterogeneidade, sem prévia distinção de raça, sexo, cor, crédulo, diagnóstico ou qualquer outro tipo de discriminação. Apenas o critério de lucidez e orientação teve que ser, obrigatoriamente, utilizado para que os mesmos pudessem responder as questões coerentes com suas próprias convicções, pois que grande parte dos enfermos encontra-se, muitas vezes, desorientado ou sedado em virtude do próprio processo de hospitalização ou quadro clínico.

Foram entrevistados, ao todo, dez pacientes, cujos nomes foram preservados, sendo, então, identificados, ao longo da pesquisa, apenas por suas iniciais. Todas as entrevistas foram realizadas no mês de maio, na Instituição supracitada. As idades dos participantes variaram entre 16 e 79 anos e no processo de escolha randomizada, acabaram participando da entrevista dois homens e oito mulheres. Deste total, é uníssona a crença em Deus e 100% deles também diz possuir religião, sendo que 9 se autodenominam católicos e apenas 1 evangélico. Apenas 1 dos entrevistados disse não ser “praticante” da religião da qual compartilha.

Quando questionados a respeito do que Deus significa para cada um, 7 dos entrevistados responderam “*tudo*”. Apenas 1 não emitiu nenhuma resposta objetiva à pergunta feita, dizendo: “*Eu acredito em Deus. Eu não sou aquela católica religiosa, mas acredito. Graças a Deus que tudo que eu peço eu ganho, eu tenho.*” A fim de obter uma resposta mais precisa, uma nova pergunta foi feita a (D), de maneira que houvesse, então, uma definição mais clara sobre Deus. A entrevistada, mais uma vez, pareceu não emitir resposta concreta, se resumindo apenas a dizer que: “*Quando vem evangélico aqui e fala, eu também aceito. Aceito qualquer religião. É, eu peço a Deus, tudo o que eu peço eu consigo, não tenho do que me queixar.*”

O sentido amplo, inicialmente empregado ao significado de Deus, se torna mais evidente na medida em que a entrevista transcorre. As representações aparecem cada vez mais delineadas, principalmente, no que tange a forma como os pacientes compreendem o momento específico da internação hospitalar, o que esperam acontecer e o papel da religião ou da crença em Deus nesta situação em particular. Tais representações parecem apontar a onipotência de Deus, garantindo maior segurança e conforto frente às incertezas do adoecimento. As falas a seguir aclaram de que maneira se configuram tais representações.

“*O hospital tem sido maravilhoso, todos! Não tenho queixa de ninguém. No meu momento, assim, você se apega a tudo! Você tá numa situação tão difícil que você tem que se apegar a alguma coisa. Deus acima de tudo! A pessoa que não tem fé não tem nada. A pessoa que tem fé é outra coisa. As coisas acontecem com maior facilidade. Por exemplo, eu às vezes tô assim com dor e aí me apego a ele... e daqui a pouco aquela coisa vai, vai indo e melhora. Em todas as horas. Eu enfartei e tudo. É diferente, né? Mas eu sempre me apegando a Deus. Sem ele eu não sou ninguém.*” (N)

“*Espero me recuperar. Deus vai providenciar isso. Através de varias formas.*” (V.H)

“*Primeiro lugar se não tiver religião não tem nada. Eu vivi de novo. Tive dois tumores do cérebro. Se a gente não tiver uma fé, não tem nada. Isso tudo vai passar, pois tive trombose, mas já tá passando porque Deus tá me ajudando. Ele tá me curando. Pode uma pessoa viver sem religião? Eu não acredito! A gente vai operar confiante, que ele tá ali atuando! Minha mãe ensinou a gente a ter muita fé e eu tenho. Quando eu peço pra um amigo, eu não tenho dúvida que ele vai curar. Você não pode ter dúvida que ele vai curar. Hoje tá curando.*” (I)

“*É a fé que eu tenho. Sempre em primeiro lugar é a fé, tô aqui, tô sempre pela fé, acreditando sempre. Tenho fé que vai dar tudo certo, acredito que vai dar tudo certo.*” (J)

“*Vou explicar pra você. Eu entendo o seguinte, tudo que a gente passa na vida tem um propósito. Eu tô aqui não porque eu quero, eu acho que é porque Deus escolheu um*

caminho e eu tenho que seguir esse caminho. Eu tô aqui, eu tô sendo olhado.” (W)

“Em todos os momentos, se eu não tiver fé... entendeu? A religião me dá força, a minha fé em Deus é que me mantém viva. Eu vejo, ontem, por exemplo, eu fiquei mais acanhadinha porque tava com febre, mas eu tento segurar o máximo na mão dele pra que ele não me deixe perder a serenidade. Eu espero tudo dele. Muita fé, muita força”.
(R.C)

“Eu acho que facilita, porque Deus não gosta de ver um filho sofrer. A gente passa por determinadas coisas da vida porque tem que passar, se a gente for pará pra pensar o que eu tô passando aqui não é nada diante do que Deus quer. Mas só que Deus, ele ajuda, mas eu tenho as minhas próprias pernas, eu tenho que caminhar com as minhas pernas, eu caminhando com as minhas pernas ele me dá um suporte. Agora, ele não pode fazer tudo por mim se eu não quiser acertar.” (M)

“Eu tive um mês muito difícil, passei por várias etapas muito difíceis, parei no CTI, parada respiratória, problema de veia, tive muitos momentos difíceis, mas eu sempre pensava assim: poxa, se eu resisti, se eu tava passando aquele dia a dia, é que Deus ainda tem alguma coisa pra mim nessa terra. Porque se ele não tivesse algum plano pra mim, se ele não tivesse alguma coisa pra fazer, eu não teria resistido aquilo tudo. Então, eu acho que Deus interfere assim, nessa fé. Eu acho que ele tá aqui comigo e que ele me ajuda a passar por esses momentos difíceis. Porque se não fosse isso, eu acho que eu não aguentaria. E eu acho mesmo que Deus, ele não manda doença, não manda coisas ruins pra você, ele às vezes permite que aconteça e cabe a você ter sua fé, esperança e lutar. Eu acho que é isso que ele espera de você. Pode não dar certo? Pode, pode não dar certo. Todo mundo tem um período aqui também, né? A gente não sabe... claro que eu não quero ir embora, tô lutando pra sobreviver. Eu acho que você tem que ter fé e crença e acreditar que realmente existe um Deus te amparando pra você passar todas as fases ruins na sua vida. Então é isso, você tem que ter fé, esperança e achar mesmo que Deus tá ali, é ele que te dá isso tudo. Ele te dá momentos bons que você tem que agradecer também, e os momentos ruins também não ficar bravejando, tentar aceitar da melhor maneira possível.” (C)

A partir das falas supracitadas, torna-se relevante fazer menção a Serge Moscovici (2003) e ao significado das representações sociais. Conforme já discutido anteriormente, em síntese, as representações podem ser definidas como oriundas do senso comum, consubstanciadas na cotidianidade, a partir da interrelação entre indivíduos. Representações estas, tomadas como verdades inquestionáveis sem, muitas vezes, uma reflexão *a priori*. Tal referência é interessante, na tentativa de compreender de que forma são introjetados os conceitos expostos no imaginário social, haja vista o que foi apresentado.

Torna-se interessante ressaltar, ainda, que se identifica justamente o oposto

daquilo que previa Freud em seus manuscritos iniciais, conforme aponta Nunes (2008), elucidado em outro momento deste texto. A certeza de que a ciência poderia providenciar o amparo necessário diante das incertezas do destino é depositada aqui, mediante estas narrativas, na figura suprema de Deus.

Pressupondo essa crença no poder soberano de Deus, é de extrema valia a análise em particular do caso de (D), internada há cinco meses em virtude de um pré-operatório, com colocação de cateter Teckhoof, para fazer diálise peritoneal. Assim como os outros, (D) parece relacionar suas expectativas e a forma como concebe a sua situação, na figura do divino. Contudo, a representação que a mesma possui do caso, parece estar arraigada por considerável pessimismo. Enquanto os demais entrevistados indicam depositar esperança e perspectiva de melhora ou facilitação do processo em Deus, (D) parece culpabilizá-lo pelo que tem vivido. O que se pretende ressaltar mediante esta análise é que, apesar do evidente antagonismo, ambas as interpretações se resumem convergindo na figura de Deus.

“Ah, minha filha, eu falo que Deus esqueceu de mim. Não me vê, fiquei doente. Ah, não olhou mesmo. Deixou eu ficar doente. Eu ajudo tanta gente e fiquei aqui assim. Cinco meses assim. Ah, não olhou não, esqueceu de mim. Eu fui passada assim, de lado. Esqueceu.”(D)

Assim como (D), outro caso parece demandar atenção específica, pela singularidade com a qual se apresenta. (D⁶), evangélica, 28 anos, é enfermeira e “cuidadora” de idosos, internada devido à retirada de um tumor de 1,600Kg no pâncreas, parte do baço e do estômago. Em seu discurso é importante destacar, inicialmente, as seguintes falas:

“Significa muito, porque passa muita fé, muita crença em Deus, pra crer no milagre, crer no impossível, principalmente nesses momentos. Assim, estar internada, pra crer em Deus, confiar no sobrenatural, no impossível além do que os olhos podem ver da nossa situação. Então, o evangelho, a religião evangélica passa muito isso, então eu gosto.” (D⁶)

“Eu, nesse momento até que eu tenho vivido e em outros momentos, também tenho buscado descobrir mais dentro de mim essa fé. Eu acredito, assim, que não consegui essa fé do deixar, assim, porque na religião evangélica prega muito deixar na mão de Deus, uma causa impossível e ele vai agir por você. Eu me emociono muito pelas coisas, então, eu não consegui ainda essa estabilidade de deixar na mão de Deus e Deus vai agir, Deus vai fazer, creia, confie, espera. Então, isso daí eu ainda tenho que conseguir conquistar isso dentro de mim, tô sendo sincera eu não tô mentindo. Eu tô numa busca disso daí, pra minha vida mesmo.” (D⁶)

“Eu vejo, às vezes, realmente penso assim... você fica meio confusa. Poxa, tô no evangelho, tô na casa de Deus e não tô conseguindo... às vezes você se sente meio impotente,

porque você fica: será que não tô buscando direito, o erro tá aonde? Tá em mim, tá em Deus, tá em quem? A gente tenta buscar respostas pra tudo, então eu, assim, às vezes eu penso que Deus ele tem olhado pra tudo isso e às vezes ele olha pra mim e fala assim: por que você se desespera ou por que você não consegue confiar em mim do jeito que tem que confiar? Demonstra tanta sensibilidade ou às vezes até imaturidade? Então eu acho que eu fico meio frustrada com isso. Dentro de mim eu acho que falta uma parte, é como se faltasse uma parte.” (D’)

Nestas três primeiras transcrições, é possível perceber a tentativa, ou até mesmo necessidade de (D’), em alcançar aquilo que, segundo ela, é enfaticamente pregado pela religião a qual esta vinculada. Contudo, ao passo em que (D’) vai respondendo, é possível perceber indícios de um aparente conflito entre a sua subjetividade e aquilo que compõe o imaginário social, isto é, aquilo que é legitimado pelas representações sociais e que se torna consenso na cotidianidade.

“No evangelho, fala muito sobre a fúria do inimigo quando Deus tem uma obra, um milagre, uma vitória muito grande pra dar pra uma pessoa. Então, eu às vezes penso que é porque Deus tem coisa muito grande pra fazer através disso. Às vezes, eu penso que é pra própria maturidade da minha fé, pra eu conseguir exercitar aquilo que eu não to conseguindo dentro de mim, tirar esse medo, essa insegurança dentro de mim. Eu penso que é pra isso e, às vezes, eu penso que pode ser uma causa natural. Causa natural porque a doença é inexplicável, por exemplo, no meu caso foi tumor de pâncreas e quando, há sete anos atrás, eu tive aqui com pancreatite aguda muito mal, o doutor viu no laudo dois pseudos cistos. Uma coisa, assim, muito grande, uma coisa, assim, meio que avançada. Não tanto igual agora, um aumento e tal. Só que ele falou pra mim, que vem estudando meu caso e ele acha que eu já tinha isso antes e que é uma coisa que eu já sentia dores desde os 15 anos, que eu já tinha. Ai eu fico falando pra mim mãe: ah, mãe... eu acho que é coisa da vida, tinha que acontecer e passar. Eu acho que nem tudo a gente pode colocar na cabeça que não vai passar por isso, que Deus tá comigo, que Deus vai me curar, isso vai acabar, eu vou ficar bem. Não, às vezes não... Às vezes você precisa dos médicos, às vezes é aquilo que você vai passar e pronto acabou. Não adianta relutar contra aquilo, ficar revoltado e não querer, não aceitar. Então, quando o doutor Marcos falou assim pra mim, eu falei: deve ser alguma coisa que eu tinha dentro de mim a doença e agora é aceitar os tratamentos e ir lutando até onde eu puder.” (D’)

“Não, assim, só falei sobre mim mesmo. Só sobre isso e, assim, o medo também... Assim, eu não sei se existem pessoas tão medrosas iguais a mim, a tal ponto de se assustarem com as coisas. O medo também, às vezes, faz as pessoas também deixar de buscar uma ajuda médica porque, também, por um tempo... Eu sou de Cabo Frio, não sou daqui, eu quando descobri que eu tinha pseudo cisto, tava 3,5 por 4,5, eu já sabia

que seria uma cirurgia grande e tal e fiquei com medo de passar pela cirurgia, por tudo. Eu me ausentei do médico e quando se trata de um pseudo cisto, de um tumor, no meu caso, eu não senti dor. Cresceu e tudo, mas eu não senti dor. Sentia, às vezes, algumas coisas, aí eu botei na cabeça que Deus tava comigo, que eu tava curada e que nada ia acontecer comigo. Botei aquilo na cabeça, mas no fundo, dentro de mim, eu vejo que, na verdade, não era uma convicção, era medo que eu tinha de passar pela cirurgia, por tudo, por essa situação. Então aí, eu retardei o tratamento que é onde evoluiu mais. Quando a radiologista viu que tava grande, sei que foi 1,600kg mais 500g do baço, aí tá grande, você tem que passar por uma cirurgia e eu ficava assim. Mas era mais por medo, medo atrapalha muito.” (D´)

O possível conflito vivenciado por (D´) é ratificado pelas contradições presentes em seu discurso. Em um primeiro momento, ela demonstra vincular sua percepção acerca do que tem vivido àquilo que é imposto por sua religião para, em seguida, imprimir uma explicação causal atribuída ao acaso. Contudo tal incongruência se torna explícita quando é indagado à paciente se ela encararia o processo de hospitalização e adoecimento da mesma maneira caso não fosse adepta da religião evangélica ou não possuísse fé em Deus. (D´) respondeu:

“Eu não sei... eu acho que seria diferente. Eu não sei, porque eu acho que se eu não fosse evangélica, aí eu ia aceitar Jesus e ia entrar pra igreja. De repente sim, eu acho que sim. Mas como eu sou evangélica, eu não tenho pra onde correr. Eu já aceitei Jesus, tô na igreja, então, permanecer e buscar aquilo que eu falei anteriormente. Crer, confiar mais, buscar esse impossível de Deus, o milagre de Deus, um pensamento positivo, não deixar se abater muito.” (D´)

Por fim, ressalta-se, ainda, a última fala de (D´) reproduzindo, mais uma vez, a incoerência presente, quando questionada se o pensamento anteriormente mencionado, que Deus estaria com ela e que nada iria lhe acontecer, de alguma forma permanecia.

“Acho, com certeza acho. Às vezes, eu cobro de mim uma postura mais madura em relação a isso, entendeu? Deus está comigo, convicta e pronto acabou. Não deixar nenhum outro tipo de pensamento tentar vir ao contrário na minha mente, na minha vida. Eu acho que eu tenho que acreditar e ficar em paz nisso. Eu não tenho dúvida não, que Deus olha pela gente e que tá com a gente em todos os momentos. Eu não tenho dúvida da existência de Deus.” (D´)

A análise mais aprofundada dos casos de (D) e (D´), assim como, os demais pacientes que parecem crer na figura de Deus e no fenômeno da Religião como fonte de salvação ou dispositivo para um melhor enfrentamento do processo vivido, evidenciam de que maneira as

representações sociais da fé e da religião assumem papel de grande proporção mediante a fragilidade inerente à internação e a debilitação do corpo saudável. Ainda que divergentes em alguns aspectos, as interpretações culminam naquilo que está imposto pela coletividade através de tais representações, ou seja, na figura última e poder imensurável do sagrado.

Partindo desta suposição, pode-se levantar a seguinte questão: qual seria, então, a real importância ou contribuição da ciência, simbolizada pela figura do médico e do próprio tratamento, diante da valorização empregada ao divino? Haveria alguma relação entre eles ou seriam duas instâncias distintas e bem delimitadas na visão dos entrevistados? As seguintes falas ilustram o que está sendo interrogado:

“Quando operei falei para o médico: vou chamar outro médico. O médico disse assim: mulher maluca! Eu e mais um! Eu falei: vou pedir a presença de Jesus pra operar com você. Os médicos pra mim são os enviados de Deus” (I)

“Eu acho que tem relação. Porque, por exemplo, quando uma pessoa, um enfermeiro acredita, às vezes não é nem ele que tá fazendo as coisas. Vamos botar assim, eu tenho uma amiga que é ginecologista obstetrícia. Ela tem uma fé na Nossa Senhora da Conceição. Ela fala assim: olha, toda vez que eu tô fazendo uma cirurgia, eu acredito que eu não tô fazendo sozinha, ela tá comigo. Tem uma força por trás disso.” (W)

“Existe, forma um todo. Eu aqui, pra mim, é um todo! Os meus médicos eu tendo confiança neles... acho que é um todo, um complementa o outro, meus médicos eu gosto, tenho confiança neles, cada técnico que vem aqui, agradeço a Deus por me tratar bem, que não ocorra nada de errado. Até um sangue quando vem tirar, que consegue tirar direitinho, eu agradeço a Deus também. Uma atuação em conjunto, forma um todo.” (R.C)

“Eu acho que sim, porque graças a Deus eu tenho bons médicos, eles me tratam como filha. Meu cirurgião ficou ausente cinco dias, mas me ligava todo dia. Quando eu tô doente eu ligo pra ele, ele me manda ir lá. Ele pode ter trinta pessoas pra atender, ele me coloca na frente. Deus abre portas.” (M)

“Eu acredito que Deus, ele deu sabedoria suficiente para os médicos pra poder ajudar no nosso tratamento. Mas aquilo que tiver que acontecer, acredito que esteja determinado por Deus, aqueles que botam Deus a frente de tudo, esteja determinado por Deus. Deus que guia a mão do médico, do enfermeiro, pra tá acertando, pro médico olhar o exame com toda a inteligência. Acho que Deus também ajuda, direciona.” (D’)

“Muita coisa. Eu tenho uma boa assistência tanto dos médicos como do hospital, como da minha família. Então isso ajuda muito! Eu conheço gente que tinha menos e sobreviveu, teve uma fé grande e sobreviveu. Mas muito pouco. Inclusive, já trabalhei em hospital, trabalhei sete anos na área, então você vê. Essa tecnologia ajuda. Claro que se você não

tiver, querer ficar boa só da fé não é possível. Tem que ter uma tecnologia, tem que ter um atendimento, tem os remédios que você necessita. Não que eu mereça mais que alguém, mas ele me deu isso, ele me deu... ele nunca te dá mais do que você pode carregar, isso diz muito na religião e eu acredito. Ele não te dá uma cruz, uma fardo maior do que você pode carregar não. Então eu tive essa doença, mas ele me amparou com tudo isso, com toda essa tecnologia, com médicos, com toda a família compreendendo, dando assistência.”
(C)

Pautando-se no que foi revelado, destaca-se aquilo que já foi discorrido ao longo deste texto sobre a questão ciência/religião. Paradoxalmente, por intermédio das representações sociais, ao invés de uma suposta cisão e confronto entre esses dois fenômenos, o que se apresenta, através destas narrativas, é um diálogo, uma complementaridade. Posto que, por mais reconhecido que seja o aparato científico, ainda assim o mesmo faz menção à força empregada pela fé.

É a partir desta afirmativa, que se pode retomar a Aron (2008) ao aludir à teoria de Durkheim. Segundo este autor, na visão durkheimiana, a ciência detém o poder intelectual e moral vigente na sociedade, contudo, não nega a permanente necessidade do apego a determinadas crenças, mesmo em meio ao forte racionalismo e individualismo social. Ainda que, para Durkheim, tais crenças não possam ser proporcionadas pela religião tradicionalmente conhecida.

Não sem razão, neste contexto, pode-se evidenciar, apesar dos confrontos intrínsecos ao binômio ciência/religião, uma relação caracterizada pela cooperação, desmistificando a impossibilidade do diálogo entre estas duas vertentes tão presentes na cotidianidade e que, por muitas vezes, ilustram importantes discussões teóricas.

Esta pesquisa teve como problema central entender de que maneira as representações sociais da fé e da religião se configuram a partir do processo de hospitalização e, conseqüentemente, do adoecimento. Não sem razão, a questão levantada no início deste trabalho parece ser, no entanto, inconclusiva. Responder enfaticamente se a fé é capaz de curar ou se é apenas um paliativo forjado pelo imaginário social, demanda certa cautela, visto que não há como provar empiricamente a sua real função. Entretanto, pode-se afirmar que muito mais que delimitar uma resposta objetiva concernente ao papel tanto da fé quanto da religião, mediante a dificuldade que ilustra o contexto hospitalar, é perceber que ambas, incontestavelmente, se fazem presentes.

Na ida ao hospital pôde-se constatar, em virtude das entrevistas realizadas, que independente de qualquer diagnóstico, idade, classe social e, acima de

tudo, mesmo a partir de diferentes sujeitos, a fé e a religião são, muitas vezes, fortes artifícios no enfrentamento de todas as peculiaridades intrínsecas à internação.

Este trabalho busca, assim, despontar o interesse para uma reflexão e arguição mais aprimorada sobre o assunto em pauta. Isso porque, o que se vê ao longo da formação em Psicologia é um exímio esforço em mantê-la no patamar de disciplina enquanto ciência. Assuntos como religião e fé são, ainda, pouco debatidos, e nas vezes que ascendem ao foco da discussão, parece ser apenas para fortalecer ainda mais a dicotomia existente. Dessa maneira, o fundamental é despertar a atenção para aquilo que, muitas vezes, é pouco visto e pouco falado ao longo dos anos de graduação, na tentativa de impedir que este tema se relegue ao obscurantismo. Reflexão essa que pode e deve cair sobre a própria atuação do psicólogo.

A grande problemática gira em torno do paradoxo que se faz entre teoria e prática. Se na teoria, a religiosidade não se discute, no entanto, na prática ela se faz presente. O psicólogo inserido no contexto hospitalar, enquanto parte integrante da equipe multidisciplinar, se depara, cotidianamente, com questões da ordem do “sobrenatural”. Sendo assim, o profissional deve estar consciente da importância em abordar tal fenômeno na medida em que ele se configura como um dos aspectos da subjetividade de todo e qualquer sujeito, pois que construído e produzido no imaginário social e legitimado pelas representações sociais.

Entretanto, ressalta-se novamente que, infelizmente, o assunto em questão não é discutido no meio acadêmico com a relevância necessária e mais do que isso, pouca é a bibliografia encontrada que aborda os temas apontados neste trabalho.

Desta forma, entende-se que apresentar a problemática já é um primeiro passo para que as dificuldades encontradas no contexto hospitalar sejam relativizadas e quiçá devidamente trabalhadas pelos profissionais da área da psicologia e áreas afins.

NOTAS

¹ Psicóloga - CRP

² Pedagoga e Especialista em Educação UFF; Mestre em Memória Social UNIRIO e Doutora em Serviço Social UERJ; Pesquisadora do NUCLEAS//UERJ

REFERÊNCIAS

- ARON, Raymond. **As etapas do Pensamento Sociológico**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- BRUNETTO, A.; FREIRE, G. G.; GONTIJO, J. (Org.). Psicanálise e Religião. **Boletim Diálogo**, Mato Grosso do Sul: Ágora Instituto Lacaniano; [s.n], v.3, n. 1, jul. 2010. Disponível em: http://agorainsti.dominiotemporario.com/doc/boletim_03_ano_2010%5B1%5D.pdf#page=17. Acesso em: 04 abr. 2012.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. **Vigiar e Punir**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GOMES, Antônio Máspoli de Araújo. As representações sociais e o estudo do fenômeno do campo religioso. **Rev. Ciências da Religião: História e Sociedade**, São Paulo, v. 2, n. 2, 2004. Disponível em: <http://www3.mackenzie.br/editora/index.php/cr/article/view/2315/2164>. Acesso em: 15 mar. 2012.
- HOROCHOVSKI, Marisete Teresinha Hoffmann. Representações Sociais: Delineamentos de uma Categoria Analítica. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Santa Catarina, v. 2, n. 1 (2), jan-jun. 2004. Disponível em: <http://www.journal.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/13629/12494>. Acesso em: 05 fev. 2012
- MOURA, Maria Lucia Seidl de; FERREIRA, Maria Cristina. **Projetos de pesquisa: elaboração, redação e apresentação**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.
- MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: Investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- NUNES, Tiago Ribeiro. O retorno do religioso na contemporaneidade. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 19, n. 4, dez. 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51772008000400011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27 mar. 2012
- OLIVEIRA, F. O. de; WERBA, G. C. Representações Sociais. In: STREY, M. N. et al. (Org.). **Psicologia social contemporânea**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 104-117.
- OLIVEIRA, Maria Amélia de Campos; EGRY, Emiko Yoshikawa. A historicidade das teorias interpretativas do processo saúde-doença. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 34, n. 1, mar. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342000000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 mar. 2012.
- QUINTANEIRO, T. Émile Durkheim. In: QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L.; OLIVEIRA, M. **Um Toque de Clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2009. p. 67-105.

ROGERS, Carl R. **Tornar-se Pessoa**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1961.

SARDENBERG, H. P. Cotidianidade, Memória e Representações Sociais. In: LEMOS, M. T. T. B. (Org.). **América Plural: caminhos da latinidade**. Rio de Janeiro: ABE Graph, 2003. p. 77 – 87.

SEVALHO, Gil. Uma abordagem histórica das representações sociais de saúde e doença. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, set. 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1993000300022&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 mar. 2012.

Bolivian Immigration in Rio de Janeiro and São Paulo

Maria Teresa Toríbio Brittes Lemos^{*1}, Alexis Toríbio Dantas^{**2}

1. INITIAL REMARKS: MIGRATORY FLOWS TO RIO DE JANEIRO.

The entry of Bolivian immigrants in Rio de Janeiro could be seen from three different flows in time. The first one begun in the 50's, when the revolutionary movement of MNR started, culminating in the People's Revolution of 1952. The revolutionaries persecute members and admirers of the *Falange Socialista Boliviana* (FSB), a conservative group (considered the political right), and so they sought asylum in other countries. In this first migratory flow to Rio de Janeiro, most of the people were students and other members of the ruling classes, privileged group with sufficient resources for their livelihood.

The second flow started in the 60's, including basically students for cultural interchange programs intending to start college courses in Rio, mainly Medical School, Odontology and Engineering.

The third and more recent flow, which continues nowadays, evolves artists, musicians and other liberal carriers, looking for better life conditions. Most of them use to work in Refineries, Oil Companies and some of them in Post-Graduation Programs.

2. MIGRATORY FLOWS TO SÃO PAULO

These characteristics are very different from those found in other regions, especially in São Paulo, state of the largest contingent of Bolivian immigrants in Brazil. These immigrants used to be in general, groups from the Bolivian high plains and some rural areas.

A large number of illegal immigrants started working in textile industries, owned by Koreans. In those factories, they were explored and lived in very bad life conditions (some researchers compare their situations as the life at *senzalas* – places where the slaves in Brazil used to live at the plantations before the liberation of slavery in the end of the 19th Century). They used to work 16 hours per day and live at the factories and they were forbidden to go out without permission. Besides, they had a quota of diary individual

production (70 pieces of textile) – the salary was approximately the minimum wage. Even in these conditions, they avoided to claim for the authorities because they were afraid to be deported – they used to say that their situation was better than their lives in Bolivia before, especially because of the wage.

In this context, according to Heloisa Mazzocante (2008)¹, Brazil adopted in the 70's many discriminatory acts which increased the restriction of entry of immigrants, especially those without special or specific professional skills, and of course the poorer share of the immigrants. Difficulties to obtain legal documentation and economic and social disadvantages were included in these conditions².

3. RECENT CHANGES – NEW AGREEMENTS

From 1992, the Brazilian government was notice about the bad conditions those immigrants were living and working in Brazil, especially in those cases they treated as slaves in the factories in São Paulo (Brazilian press had a great importance on it).

After that, in the recent years, the National Council for Immigration (Conselho Nacional de Imigração) created many resolutions in order to stimulate specialized workers to come to Brazil to various sectors of the economy (like scientists, high level technicians, investors and others). The selection criteria became a regulatory model for all other immigrants from other nations.

In 1998 the Brazilian government regularized most of the foreigners living in the country allowing them to become legal workers. Thus, the government tried to stop the use of labour in illegal situation like in the textile industries. From that moment, all of them were able to work legally and have all the regular benefits of the labour legislation of Brazil. However, new waves of illegal immigration continued coming to the country, even considering that the Bolivians have the same social protection rights previewed in our Constitution.

In 2005, a bilateral Agreement was signed by Brazil and Bolivia in order to guarantee, after the process of regularization of the immigrants, a permanent visa to those who were already living in Brazil (and vice-versa). After that, in 2009, another Agreement was signed by the Mercosur countries plus Bolivia and Paraguai (*Acordo de Livre Residência para os Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL plus Bolívia e Chile*) allowing fixing residence and working permission to all citizens with no other requirement but their

own nationality. This Agreement observes enormous advances in labour (equality in terms of labour legislations to the citizens of those countries) and educational (equality in the access conditions to the educational institutions in those countries) fields.

Those advances, however, were not enough to change the situation of most of the immigrants in Brazil, especially in São Paulo. There are still around 150.000 illegal Bolivian immigrants in São Paulo (and only approximately 50.000 legal Bolivians in our whole country). The reasons for that situation have to be better clarified but one thing is already well known: most of them simply don't know about the legislation and, more than that, are always afraid to be hired from the factors they use to work.

4. FINAL REMARKS

(a) Immigration flows to Rio de Janeiro and São Paulo are very different in terms of historical and characteristics of the immigrants. In Rio de Janeiro the process is clearly associated to political events in Bolivia that led to the expulsion of citizens – most of them part of the elite sectors of the country. In São Paulo, the main factor of attraction of the immigration was the supply of jobs and, in this case, to the poorer share of that population;

(b) Even considering the recent advances of the immigration legislation in Brazil and, broadly speaking, in Mercosur, most of the immigrations still remain in a precarious situation and working and living illegally in Brazil.

5. NOTAS

* Professor of the History Department of the Institute of Philosophy and Human Sciences of the State University of Rio de Janeiro (IFCH/UERJ). Coordinator of NUCLEAS (Núcleo de Estudos das Américas) in the same University.

** Associate Professor of the Department of Economic Evolution of the Economic Science Faculty of State University of Rio de Janeiro (DEE/FCE/UERJ). Coordinator of NUCLEAS (Núcleo de Estudos das Américas) in the same University.

¹ Mazzocante, Heloisa - Estado Nacional e Migração Bolívia - Brasil: categorização e recategorização da população migrante. Vol. 2, Nº 2, Jul-Dez 2008.

² These changes were due to the rapid increase of immigration to Brazil as a result of the impressive economic growth of the Country in these years.

5. BIBLIOGRAPHY

ARZE, René (1986) - Guerra y Conflictos Sociales. El caso rural de Bolivia en la Campaña del Chaco. Lima, IEP.

CARDOSO, Eliana e Helwege, Ann (1993) - A Economia da América Latina. Rio de Janeiro, Editora Ática.

CHARAUDEAU, P; MAINGUENEAU, D. Dicionário de Análise do Discurso. São Paulo: Contexto, 2004.

DELER, J.P. e Saint-Geours, Y. (1986) - Estados y Naciones en los Andes. Lima, IEP.

FARRAGUT, Castro (1963) - La reforma agraria boliviana. OEA.

GARCIA, Antonio (1965) - La reforma agraria y el desarrollo social. Mexico, FCE.

FUSCO, Wilson ; Souchaud, Sylvain (2009) « Uniões exogâmicas dos imigrantes bolivianos na fronteira do Brasil », *Travessia* (22), São Paulo, CEM, pp. 32-38.

MEJÍA FERNANDEZ, M. (s/d) - El problema del trabajo forzado en América latina. Mexico, UNAM.

NEISWANGER, W.A. e Nelson, J. (1995) - Problemas económicos de América Latina. Mexico, FCE.

PLA, Alberto (1980) - América Latina - Siglo XX. Caracas, Universidad Central de Venezuela.

SOUCHAUD, Sylvain ; Baeninger, Rosana (2010) « Etudier les liens entre les migrations intérieures et internationales en suivant les trajectoires migratoires des Boliviens au Brésil », *Revue Européenne des Migrations Internationales*, 25 (1), Poitiers, CNRS, pp. 195-213.

SAHLINS, Marshall (2000). *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

SAYAD, Abdelmalek (1998). *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp.

SILVA, Sidney (2005) *A Migração dos símbolos. Diálogo e processos identitários entre os bolivianos em São Paulo*. São Paulo em Perspectiva, jul/set 2005, v.19, n° 3, p. 77-83.

Bolivianos: a presença da cultura andina. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

VELHO, Gilberto e VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo (1981). "O Conceito de Cultura e o estudo de Sociedades Complexas" In: *Espaço cadernos de Cultura USU*. 2(2), 1980.

Individualismo e cultura. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Percepções de Alunos do Curso de Direito sobre os Direitos Humanos

Marta Sorvi dos Santos ¹

Colaboradores: David Mendes dos Santos ²

Carolina Giraldez Pessoa ³

RESUMO:

Através da Metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo, Lefèvre & Lefèvre (2003), analisamos entrevistas de 43 alunos do Direito e suas percepções sobre Direitos Humanos. O primeiro discurso mostra opiniões superficiais sobre o tema; no segundo, ideias sobre o tema mostram que alguns trabalhos feitos em determinadas disciplinas possibilitaram maior consistência nos conhecimentos por eles adquiridos; no terceiro discurso, os alunos alegam não ter tido contato com temas dos Direitos Humanos no curso de Direito ou tê-los obtido fora da instituição.

Palavras – chaves: Direitos humanos; pesquisa em direitos humanos; concepções dos alunos de direito sobre direitos humanos.

INTRODUÇÃO:

Este artigo apresenta o Núcleo de Pesquisas em Cidadania e Direitos Humanos do Centro Universitário UNIABEU (NUPCIDH) localizado na Baixada Fluminense que tem por objetivo aprofundar e divulgar temas dos Direitos Humanos desenvolvendo pesquisas junto aos alunos da UNIABEU, discutindo os resultados da primeira pesquisa realizada pelo Núcleo, na qual investigamos a percepção de alunos do curso de Direito em relação aos Direitos Humanos.

Através da Metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo, Lefèvre e Lefèvre (2003), entrevistamos 43 alunos escolhidos de forma aleatória, em diversos períodos do curso, onde identificamos: num primeiro discurso, opiniões que denotam uma percepção superficial dos Direitos Humanos, sem visão do processo histórico em questão, demonstrando um conhecimento mais voltado para ideias do senso comum do que aquele que deveriam estar adquirindo ao longo de sua formação; porém, num segundo discurso, percebemos ideias e reflexões significativas sobre o tema, as quais revelam alguns trabalhos realizados em sala de aula, envolvendo determinadas

disciplinas, cuja vivência talvez tenha possibilitado maior consistência nos conhecimentos por eles adquiridos; num terceiro e último discurso, encontramos alunos que alegam não ter vivenciado tais conteúdos e outros que afirmam ter obtido conhecimentos sobre os Direitos Humanos no ensino médio ou em palestras fora da instituição. Outras questões também foram levantadas sobre o papel social dos Direitos Humanos e possíveis perspectivas de trabalhar futuramente no setor em questão.

Vivemos um momento, na atualidade, em que surgem novos paradigmas no enfrentamento dos impasses com os quais a humanidade tem se deparado, tais como a fome, a miséria, as guerras, a violência, os problemas ambientais, entre tantos outros. Aumenta assim, a responsabilidade de todos os setores que envolvem a ciência e a pesquisa, como as universidades, em se empenharem num esforço pela busca de uma formação que dê aos estudantes oportunidades de refletirem mais profundamente sobre a realidade social em que vivem. No que tange aos Direitos Humanos, que possam compreendê-los. Como explica Coelho:

A ideia central para a compreensão dos direitos humanos é a da dignidade da pessoa humana, o homem como um fim em si mesmo. O conteúdo do preâmbulo da DUDH refere-se ao reconhecimento da dignidade inerente a todo membro da família humana e de seus direitos iguais como fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo, proclamados como a mais alta aspiração do homem comum e que devem ser respeitados, desenvolvidos, compreendidos e promulgados para que haja paz no mundo. (COELHO, 2008, p. 32)

Ao considerarmos o Brasil, que sofreu com o processo de colonização e escravidão, ainda apresentamos resquícios de ideias preconceituosas em relação ao negro, ao índio, ao trabalho das mulheres, tornando-se imprescindível incentivar uma formação mais voltada para a formação da cidadania. Apesar de se ouvir hoje falar muito em cidadania, conceitos como o de cidadão, de democracia, de política ainda são desconhecidos em sua profundidade pela maioria da população e também pelos estudantes.

Da mesma forma, no que se refere às leis, evoluímos em termos de elaboração destas, pois temos algumas das leis mais bem estruturadas do mundo como é o caso do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e do SUS (Sistema único de saúde). No entanto, há ainda um desconhecimento geral sobre o conteúdo de tais leis por parte da população

em geral, o que facilita o seu próprio descumprimento, pois os cidadãos que não conhecem as leis que os protegem não se encontram em condições de reivindicar sequer este cumprimento.

Desta forma, o NUPCIDH (Núcleo de pesquisas em cidadania e direitos humanos do Centro Universitário UNIABEU) desenvolveu, como sua primeira atividade, uma pesquisa sobre a percepção dos alunos do curso de Direito sobre os Direitos Humanos, com o objetivo de investigar como pensam os alunos a respeito da ideia de Direitos Humanos, bem como observar suas experiências de trabalho com temas na área, ao longo de sua formação. A intenção é encontrar pistas que gerem reflexões entre os próprios alunos, professores e comunidade científica em geral, constituindo-se em mais um modo de pensar a formação dos alunos do curso de Direito.

Com uma metodologia qualitativa e de questões abertas, propiciadas pelo que Lefèvre e Levèvre (2003) denominaram de Discurso do Sujeito Coletivo, partimos de uma fala integral dos alunos, denominada aqui de expressões-chaves, que foi obtida das entrevistas e retiramos destas falas aquele trecho que seria a ideia central da resposta que cada um deu para a pergunta que foi feita. Logo após, foram extraídas aquelas frases que se repetiam, preservando todas as ideias que, em geral, foram apresentadas. Desta forma, chegamos ao DSC (Discurso do Sujeito Coletivo) que se constituem em construções artificiais feitas a partir dos depoimentos dos estudantes. Desta forma, ficamos com a sensação de que é a mesma pessoa falando, como explicam Lefèvre e Lefèvre (2003). Trata-se, portanto, de evidenciar aquilo que se torna evidente sobre os pensamentos do grupo entrevistado. Na primeira pergunta, procuramos perceber o que pensam os estudantes sobre o conceito de Direitos Humanos.

1º DSC: O QUE VOCÊ ENTENDE POR DIREITOS HUMANOS?

São direitos fundamentais de todos e da sociedade através de dispositivos legais constitucionais ou não. Dignidade, respeito às diferenças, liberdade, saúde e educação. Um teto, alimentação, vestimentas; direitos que adquirimos desde o nascimento para salvaguardar necessidades básicas do ser humano. Direitos humanos são as garantias fundamentais para o regimento da sociedade. Eu acho que o nome direitos humanos refere-se a atuação de um determinado grupo de pessoas que juntas formam uma grande associação que visa garantir os direitos humanos de cada ser humano. . Mudar o modo de agir e pensar do próximo igualando maiorias e minorias. Conjunto de leis que procura proteger a integridade física, moral e intelectual de um cidadão. Um assassino que mata

uma jovem de 15 anos de forma brutal tem direitos humanos. Todos precisam de uma oportunidade. Quer dizer também igualdade perante a lei, tem origem nos direitos naturais que seriam atribuídos por Deus, como o direito a vida. Direitos humanos é um acordo que foi criado após a Segunda Guerra Mundial. Este acordo tem como visão regulamentar ação e reação entre estados e pessoas. É aquele direito que todo cidadão tem desde o seu nascimento até o seu falecimento; que é ter uma vida digna, independente do ato cometido. É o recurso que parte da sociedade que é prejudicada de algum modo para soluções de conflitos. É respeitar o ir e vir de cada um com a proteção da Lei Magna, independente de cor, raça, ou situação social. Dentre os direitos estão garantidos os da opção religiosa, política e social, face da nossa democracia que lamentavelmente hoje já não é tão irrestrita assim. Conjunto de regras estabelecidas por meio de tratado internacional da qual convencionou garantias e direitos universais ao indivíduo; São aqueles direitos que só utilizamos quando somos atingidos por atos ou atitudes que mortilizam a nossa condição humana; a negação do direito de defesa é uma infração.

O primeiro discurso mostra um cenário confuso, pois há muitas ideias nas quais predominam mais as opiniões do senso comum do que aquelas oriundas de um processo de pesquisa, provenientes do que seria a formação acadêmica. Os pensamentos revelam dúvidas como no caso do primeiro entrevistado que cogita se os Direitos Humanos são garantidos por dispositivos legais ou não. Nas explicações dos estudantes, não se percebem articulações com o contexto histórico dos Direitos Humanos e apenas um aluno procura fazê-la.

Observando aqui uma **ancoragem**, ideia que revela um pensamento do grupo ou ideologia, como explicam Lefèvre e Lefèvre (2003), os Direitos Humanos são vistos como direitos fundamentais de todos e da sociedade tais como educação, saúde, lazer, etc. e, de alguma forma, remetem à questão da dignidade do indivíduo.

Num segundo momento, procuramos perguntas que nos ajudassem a identificar elementos que fazem parte da formação em curso e que se articulam ao tema tratado. Nesta etapa, uma mesma resposta se divide em duas direções e, para facilitar o entendimento, classificamos em A e B.

2º DSC (A): JÁ TEVE QUE ELABORAR, AO LONGO DO CURSO, ALGUM TRABALHO SOBRE UM TEMA DOS DIREITOS HUMANOS? QUAL?

Sim, os direitos do menor infrator; trabalho sobre a Lei Maria da Penha; criação e revisão de artigos científicos sobre os Direitos humanos, à alimentação adequada referente ao projeto CRDHAA da UNLABEU. Em História do Direito Nacional, em Direito

Constitucional também; Estatuto da Criança e do Adolescente; quando elaborei um trabalho de Filosofia do Direito, com o tema “Mudanças da sociedade no âmbito dos Direitos Humanos”; sobre regime disciplinar diferenciado, dignidade da pessoa humana; o trabalho apresentado sobre Direito no Islã, citei um tópico correspondente sobre o paradigma dos direitos humanos no Islã: um paralelo com o ocidente. Trata-se das discrepâncias sociais e econômicas, do avanço tecnológico minando a criação de empregos, depredação do meio ambiente, entre outros fatores. A questão das mulheres muçulmanas também foi colocada em questão, de como as mesmas se colocam em relação ao regime muçulmano, a questão da opressão às mesmas; Fiz um trabalho sobre o livro da colônia penal de Foulcort; Já assisti a alguns filmes que tratam indiretamente a questão, mas que geram boa discussão como “Um herói do nosso tempo”; sobre intolerância religiosa; li textos e assisti vídeos, mas não me recordo os nomes; lembro de ter participado de palestras que falam sobre os direitos da mulher; , Estatuto do idoso; assisti no ensino médio; já assisti filmes que tratam sobre o tema, um que marcou foi Tropa de Elite 2; conferências, reuniões e eventos em geral sobre a garantia do direito humano à alimentação adequada pela VI Conferência Municipal de Segurança Alimentar do Município de Duque de Caxias; sobre a Declaração dos Direitos do Homem; reportagens diversas; palestras sobre vitimologia; a professora passou um vídeo que falava sobre o assunto; na matéria História do pensamento jurídico, mas foi falado sobre a Revolução Francesa; palestras sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente que, de certa forma bordava indiretamente a questão dos direitos humanos; não; não li, não participei ou assisti palestra ou vídeo sobre este tema; não recordo se Karl Marx ou Durkheim; o acesso ao direito e à justiça de Leonardo Greco; o texto “ (televisão, jornal, etc) Difícil você não falar sobre esse assunto. Acredito que existe uma hipocrisia em nosso país, pois muito se fala, mas pouco se faz; eu assisti um vídeo da professora sobre o infanticídio; em nossa faculdade há uma semana jurídica, onde são abordados temas variados, alguns relacionados aos Direitos Humanos, vi palestras sobre adoção homoparental, onde nos foi dado dois textos: um da Marta Medeiros (defendendo) e o outro de um padre (rebatendo). ; houve um jornal falado sobre um meliante que matou um cidadão. Os direitos humanos estava questionando os direitos do meliante em vez de ajudar a família da vítima; assisti vídeo sobre a passeata das Diretas Já; li sobre o tema em artigos de jornais; vi sobre o direito e liberdade de expressão da pessoa humana; assisti algumas palestras organizadas pela Comissão de Direitos Humanos da ALERJ; o vídeo “ Falcão e os meninos do tráfico”; assisti vários temas; palestras sobre a Lei Maria da Penha e vídeos sobre o preconceito racial.

2º DSC (B)- *Não que me recordo; infelizmente não tive ainda em meu curso a oportunidade de elaborar um trabalho ou seminário sobre os direitos humanos; não, mas tenho vontade de fazer; ao longo do curso nunca elaborei um trabalho sobre este tema; não, mas eu tenho o intuito de um dia fazê-lo; na Faculdade não, mas palestras fora organizadas*

para jovens; não, mas no momento é falado pelos nossos professores; ; não especificamente; não que lembre. 19 alunos responderam simplesmente que não.

No 2º DSC (A), os alunos demonstram ter vivenciado situações de contato com o tema em questão. Percebe-se que alguns trabalhos, realizados por professores de determinadas disciplinas, parecem ter deixado marcas positivas e significativas sobre os Direitos Humanos na formação dos alunos. Contudo, identificamos ideias confusas como o depoimento que afirma ter estudado sobre os Direitos Humanos nas aulas sobre Karl Marx e Durkheim ou no depoimento que considerou os estudos sobre o ECA ligados apenas de forma indireta aos Direitos Humanos.

No 2º DSC(B), 28 alunos afirmam não terem tido oportunidades de trabalhar com o tema. Coelho, que elaborou uma pesquisa com estudantes universitários em sua tese de doutorado (UFNG, 2008), indaga se estamos realmente conseguindo oportunizar aos estudantes, experiências significativas em Direitos Humanos.

Segundo o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, cabe ao Ensino Superior, entre vários compromissos:

- incentivar a elaboração de metodologias pedagógicas de caráter transdisciplinar e interdisciplinar para a educação em direitos humanos nas IES;
- estabelecer políticas e parâmetros para a formação continuada de professores em educação em direitos humanos, nos vários níveis e modalidades de ensino;
- contribuir para a difusão de uma cultura de direitos humanos, com atenção para a educação básica e a educação não-formal nas suas diferentes modalidades, bem como formar agentes públicos nessa perspectiva, envolvendo discentes e docentes da graduação e da pós-graduação;
- apoiar a criação e o fortalecimento de fóruns, núcleos, comissões e centros de pesquisa e extensão destinados à promoção, defesa, proteção e ao estudo dos direitos humanos nas IES;
- promover o intercâmbio entre as IES no plano regional, nacional e internacional para a realização de programas e projetos na área da educação em direitos humanos;

(Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.)

Quando perguntados sobre o que aprenderam a respeito das origens históricas dos Direitos Humanos, uma gama enorme de informações se apresentam; mas, quando parecem seguir um caminho mais consistente acabam se fragmentando, surgem ideias equivocadas e superficiais. Mais uma vez, se percebe que os discursos que revelam maior coerência do ponto de vista da História, surgem como fruto do trabalho de determinadas disciplinas que vão sendo citadas pelos alunos. Contudo, mais da metade dos estudantes afirmam não ter lido nada sobre os aspectos históricos.

3º DSC(A)- Alguma vez você já leu sobre as origens históricas dos Direitos Humanos?

Sim, nas aulas de Pensamento Jurídico; universalismo dos direitos humanos; carta africana de direitos humanos e povos; declaração Universal dos Direitos do Homem(1946); a origem dos direitos humanos, que vem do conceito filosófico de direitos naturais atribuídos por Deus, temas abordados durante a disciplina de Filosofia geral e Filosofia jurídica ministradas no 2º e 3º períodos do curso de Direito; ouvi falar na aula de pensamento jurídico; sim, Conferência da ONU sobre a carta de Direitos Humanos; eu li, mas foi uma leitura superficial; sim, após a revolução industrial na França, foi um tratado dos direitos Humanos, logo após a segunda Guerra Mundial, quando houve o holocausto; pretendo ainda me integrar sobre este conhecimento que é importante ; na matéria de Direito internacional; a Revolução Francesa é considerado o mais importante acontecimento da História contemporânea, onde o tema era “liberdade, igualdade e fraternidade, deu origem a um documento mundialmente famoso “A Declaração dos direitos do homem” que influenciou de forma positiva a nossa Constituição; em Direito Constitucional, a declaração dos Direitos do Homem, sua influência na elaboração das constituições democráticas, o Constitucionalismo e os Direitos Humanos; as origens dos direitos humanos estão no Cristianismo desde a Idade Média; Assim em meus conhecimentos , na França do final do século XVIII, após a histórica Revolução Francesa foi promulgada a Declaração dos Direitos do homem a qual serviu e serve de base para várias constituições no mundo. Baseado nesta declaração e término da 2ª Guerra Mundial em 1943, a ONU , após uma grande assembleia, no ano de 1948 com a declaração Universal dos direitos do homem; muitos direitos garantidos por lei ao homem são fruto de documentos como a declaração dos direitos do homem; já soube sobre o assunto através de TV., jornais e revistas; sim, ao longo dos séculos, filósofos e juristas debateram sobre o assunto; os Direitos Humanos foram ganhando forma e expressão ao longo do tempo , até surgir a declaração Universal dos Direitos Humanos;

3ºDSC(B)- 23 alunos declaram nunca ter lido sobre as origens históricas dos Direitos Humanos ao longo do curso.

Prosseguimos como uma próxima pergunta relativa ao papel dos Direitos Humanos no sentido numa tentativa de evitarmos as respostas prontas.

3º DSC: EM SUA OPINIÃO, QUAL É O PAPEL SOCIAL DOS DIREITOS HUMANOS?

Os direitos humanos nascem para proteger todo o cidadão; garantir a manutenção de uma sociedade mais justa, igualitária, e satisfação dos interesses e necessidades mais comuns aos homens; fazer com que todos os homens tenham acesso aos mesmos direitos; garantir uma sociedade mais justa; dar tratamento digno às pessoas; fazer com que todos os homens sejam iguais perante a lei; teoricamente, fazer com que os homens vivam com dignidade, igualdade e liberdade; mostrar que todos têm direitos, mas principalmente, deveres também; o papel é garantir que cada ser humano tenha seus direitos cumpridos, como os deveres também, lutar pelo bem comum da sociedade; acredito que a defesa da garantia dos Direitos Humanos é de suma importância dentro da sociedade para que esta não sofra de pobreza e exclusão; primordial, pois nos faz ver que o homem deve sempre ser o fim da atuação do Estado e da Sociedade Civil; integralizar pessoas culturalmente e organizacionalmente visando romper barreiras da desigualdade; deve alertar a sociedade sobre seus direitos e deveres, garantindo melhor qualidade de vida para uma sociedade mais coerente; de fundamental importância para a vida em sociedade; proporcionar a ordem, paz, liberdade e dignidade humana; garantir que todos tenham oportunidade de educação e profissionalização; satisfazer as necessidades básicas do homem; na minha opinião os direitos humanos deveriam ser vistos como um direito universal, amplo, irrestrito e acessível a todos e protegido pelo Estado da melhor forma possível. Tais direitos foram fruto de muitas disputas ideológicas ao longo do tempo e deveriam ter um papel maior na sociedade. Saliento que trata de direito e diretrizes com regulamentação que possui como objetivo resguardar a dignidade de um ou mais indivíduos, ou seja, a regulamentação do bem estar comum da coletividade, não só no Estado, mas sim como prática mundial; igualdade, proteção judiciária dos direitos a todos: educação, formação trabalho lícito e direito a esse respeito; o papel social dos direitos humanos é garantir que a lei seja cumprida, ou seja, que todos sejam resguardados da proteção da lei; os direitos humanos nasceram para proteger a sociedade ou seja, eles servem para garantir a cada cidadão uma vida mais digna; regulamentar ações e reações entre Estado e pessoas; garantir a dignidade da pessoa; ajudar pessoas que não tem tantos recursos para a sua defesa

3º DSC (B)- *deveria agir na prática, isto é, os direitos humanos só funcionam na teoria.*

Com os elementos desta última resposta, foi possível reafirmar que os estudantes vivenciaram sim diversos trabalhos e situações acadêmicas que procuraram trabalhar questões dos Direitos Humanos, mais especificamente,

de acordo com o que apontam diversas falas, trabalhos que foram desenvolvidos em determinadas disciplinas ou projetos em curso na Instituição. Observamos que não foi citada por alunos nenhuma disciplina dedicada a discutir especificamente os Direitos Humanos. O tema aparece em geral, nas disciplinas cujo foco é outro, mas, em alguns momentos, as discussões passam necessariamente pelos Direitos Humanos.

Apenas um aluno revelou não acreditar na força de atuação dos Direitos Humanos na sociedade. Neste momento da pesquisa, como vários alunos demonstraram ter vivenciado experiências importantes, procuramos especificar ainda mais nossas últimas perguntas. Com relação aos campos de atuação em Direitos Humanos, por exemplo, procuramos averiguar se houve motivação para que os alunos percebessem oportunidades de realizarem futuros trabalhos nesta área.

4º DSC: QUE AÇÕES VOCÊ JÁ OUVIU FALAR QUE VIERAM DESTA ÁREA DE ATUAÇÃO?

Ongs promovem ações dentro de comunidades. São boas ações que tendem a aumentar; o trabalho de comissões em defesa de setores da sociedade que são colocados à parte. Quanto à faculdade, compreendo faltar mais relações com os setores, mostrando aos discentes, uma realidade diferente da que vivem. Foram criadas leis para respaldar tais ações tais como a Lei do aborto, teoria, mas na prática não acontece; Também por nossa Constituição em defesa da dignidade; a volta dos anistiados pelo Brasil na década de 80; tenho uma opinião positiva do assunto; temos muitos projetos bons, mas precisam de mais apoio; não quero mencionar pois são muitos; a criação da ONU, de grande importância mundial às nações, pois os Estados tomam consciência das atrocidades oriundas do pós-guerra e criam leis que garantam a paz e a dignidade da pessoa humana; Lei Maria da Penha, Estatuto da Criança e do adolescente; são importantes para diminuir as diferenças da sociedade; por exemplo, ações sociais realizadas por instituições governamentais e pela iniciativa privada, buscando se resgatar a dignidade e a cidadania de grande parcela da população; o Estado tem atuado bastante neste setor através das políticas públicas como o bolsa família, porém, muitas coisas precisam ser melhoradas; conheço apenas algumas ações de assistência social realizadas, em sua maioria, por igrejas;

4º DSC (B)- *não lembro de ter ouvido sobre nenhuma dessas ações; faltam muitos investimentos nestas ações que buscam melhoria da sociedade; Não; Fraca, pouca expressão; ainda são ineficientes no combate a arbitrariedade do Estado; Embora muitas ações boas intenções com relação ao ser humano, visam o bem comum; es tenham sido tomadas pelos nossos governantes, ainda há muito o que fazer; a Revolução Francesa, que é citada em nossa Constituição Federal; ainda falta interesse de alguns; muito relativo, na teoria, mas na prática não acontece; Os direitos humanos só funcionam para os presos, deveria*

proteger os cidadãos (sociedade); são poucas que exercem o papel que realmente eles têm que fazer; acredito que houve avanços em muitas áreas dos direitos humanos, mas precisa melhorar ainda mais. Eu acho que é muito pouco; a maioria delas são hipócritas, muitas vezes me pergunto para que serve o artigo 5º e seus incisos; parece estar mais em voga cuidar dos direitos do grupo LGBT. O que na minha opinião é um desperdício; algumas achei exagerado e outras vezes não é feito nada; não ouvi falar; só vejo os direitos humanos atuarem no que diz respeito a maus tratos a presos e não vejo quase nada em relação aos necessitados; não se escuta muito sobre ações desta área.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS:

Percebe-se algo constante nos depoimentos que considera as ações em Direitos Humanos possíveis como “boas ações”. Neste ponto da pesquisa as opiniões novamente se dividem em duas direções: um grupo apresenta uma fala otimista em relação à uma atuação positiva dos Direitos Humanos, apontando várias vertentes de trabalho e méritos por trabalhos realizados, apesar de citarem também aspectos sobre a falta de apoio do Estado às ações em Direitos Humanos; outro grupo representando metade dos estudantes revela seu descrédito em relações às ações em Direitos Humanos e uma espécie de ressentimento em relação às garantias que o setor procura dar aos presos, por exemplo. Observa-se em algumas falas que os criminosos e também aqueles designados como LGBT parecem não fazer parte da categoria de cidadão. Neste momento o discurso traz à tona a discussão sempre presente em torno da cidadania. Veras (2011), ao traçar o percurso histórico dos processos de exclusão social no Brasil, lembra como “alguns dos intelectuais brasileiros assumiram o preconceito contra as “classes perigosas” que viam os pobres como “populações marginais” ou atrasadas que poderiam integrar-se ao novo mundo urbano e moderno.” Num contexto atual em que a diversidade é enfatizada e surgem garantias de direitos às várias categorias humanas em que se subdivide a sociedade a saber: índios, negros, mulheres, idosos, crianças e adolescentes, voltamos às polêmicas em torno de quem deveria ter ou não tais garantias. Lembramos dos estudos de Goffman (1975) que, em meio aos debates dos anos 60, que igualmente clamavam pelos direitos de vários grupos que eram socialmente marginalizados, a discussão pode ampliar-se ainda mais para a direção do próprio estigma que constantemente a sociedade vai construindo em relação a todo que apresentam algo de diferente. Dúvidas recorrentes a quem deve ou não ser considerado cidadão alimentam ainda mais as diversas tensões existentes no campo dos Direitos Humanos.

Segundo Boaventura Santos (1997), após a Segunda Guerra Mundial, os Direitos Humanos fizeram parte das políticas da Guerra Fria. Desta forma, foram considerados não confiáveis pelas esquerdas progressistas por atitudes que denotavam uma espécie de duplo critério nos momentos de avaliar violações de direitos, na complacência com ditadores amigos ou quando se defendiam sacrificar os direitos humanos em nome do desenvolvimento. Tudo isso foi tornando os Direitos Humanos suspeitos como fonte de emancipação. Preferia-se então, segundo Boaventura, utilizar-se o jargão da revolução e do Socialismo.

Mais tarde, no entanto, com as crises que se apresentaram nos projetos socialistas, os Direitos Humanos ressurgem como forma de preencher um vazio na tentativa de reinventar a emancipação. O autor procura, ao longo do trabalho, identificar as condições em que os Direitos Humanos podem ser colocados a serviço de uma política progressista e emancipatória. Boaventura considerou que os Direitos Humanos encontram-se, nos dias atuais, no cerne de algumas tensões. A primeira ocorre entre a regulação social e a emancipação social. Mostra que hoje a crise da regulação social, simbolizada pela crise do Estado regulador e do Estado Providência; e a crise da emancipação social, simbolizada pela crise da revolução social e do Socialismo enquanto paradigma da transformação social radical ocorre de forma simultânea alinhando-se uma a outra. Uma segunda tensão se dá, de acordo com Boaventura, porque enquanto os direitos cívicos e políticos (a primeira geração) foram vistos como luta da sociedade civil contra o Estado, concebido como o principal violador em potencial dos direitos humanos, os direitos econômicos, sociais e culturais (de segunda e terceira gerações) partem da ideia de que o Estado é o principal garantidor dos direitos humanos. Este movimento de tensão na posição do Estado captada por Arendt (apud Lafer, 1988) pode ser percebida nos depoimentos; em alguns momentos o Estado aparece como provedor, em outros como violador ou simplesmente incapaz de apoiar as ações em Direitos Humanos.

Para Boaventura haveria ainda uma terceira tensão que ocorre entre o Estado – nação e o que designamos hoje por globalização. Em virtude de uma erosão seletiva do Estado-nação, fruto do intenso processo de globalização, seria necessário observar se igualmente serão deslocadas para o nível global a regulação e a emancipação social. Se, por um lado, há um reconhecimento mundial dos Direitos Humanos, há uma tensão que consiste no fato de que enquanto as violações dos direitos e as lutas em defesa deles possuem uma dimensão nacional, as atitudes perante os direitos humanos partem de pressupostos especificamente culturais.

O autor conclui com a ideia de que, da forma com que os direitos humanos são entendidos hoje, assemelha-se a uma espécie de esperanto que tem algo em comum em todo lugar do mundo, mas que dificilmente passará a se transformar em algo que expresse realmente a linguagem cotidiana da dignidade humana em diferentes regiões do Globo Terrestre. Talvez, no entanto, esta ideia em comum possa significar algo que precede a uma utopia.

A ideia principal do Discurso do Sujeito Coletivo, representada pela ancoragem demonstra que, em meio a uma série de ideias fragmentadas que vão sendo apresentadas pelos alunos, parece haver um fio condutor naquilo que os alunos concebem como Direitos Humanos, como explica Boaventura, quanto ao caráter a uma certa crença no caráter emancipatório. Algo que está na Lei Magna e que deve garantir vida digna a todos, sem distinção.

Celso Lafer, analisando o pensamento de Hannah Arendt, sobre os direitos humanos reflete sobre o que a pensadora captou como ruptura levada às últimas consequências pela modernidade pelas experiências do totalitarismo que comportaram no Capitalismo o Nazismo e no Socialismo o Stalinismo (Lafer, 1988). Tal conjuntura acarretou um esfacelamento dos padrões e categorias que formam a tradição que colocou o homem como valor- fonte da experiência ético-jurídica criando um hiato entre o passado e o presente. Tal hiato vai gerando perplexidades no presente em virtude de que o repertório da tradição, incluindo o jurídico não oferece critérios para ações futuras e nem conceitos para compreender e explicar o passado.

Através da interlocução com o pensamento de Hannah Arendt, Lafer vai captando a proposta da pensadora de reconstrução dos direitos humanos num processo de retomada crítica do pensamento ocidental, numa análise das condições políticas e jurídicas que possam assegurar um mundo comum que pautado na pluralidade, na diversidade, com exercício de liberdade capaz de impedir um retorno a “um outro estado totalitário de natureza”.

CONCLUSÕES:

Foi possível perceber uma imensa fragilidade nas respostas dadas pelos alunos a respeito dos direitos humanos. Uma proposta pedagógica que valorize a formação dos alunos nas questões de cidadania e Direitos Humanos precisa, antes de tudo levar em conta aspectos como a interdisciplinaridade, o respeito integral aos direitos humanos no próprio ambiente educacional (Benevides apud Vieira 2005); é preciso ainda levar em conta o contexto

social, econômico e cultural em que está inserida a instituição em questão. De acordo com Vieira (2005), deve se considerar o individualismo dos Direitos Humanos, em seu caráter histórico, público e reclamável. Precisa partir de uma premissa de superação da antiga visão liberal e neoliberal. É imprescindível que os cursos de Direito possam trazer à tona discussões, reflexões e estudos de conceitos diversos para que a formação dos alunos se torne mais ampliada, formando alunos capazes de atuar num presente repleto de novos paradigmas, num mundo que ainda vive intensas crises, dilemas e precisa de profissionais cada vez mais competentes que saibam enfrentar novos desafios e propor soluções levando em conta o mundo diverso ao seu redor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

COELHO, Sonia Vieira. *Representações sociais de Direitos Humanos: um estudo sobre a relação entre a formação da consciência ética e as práticas educativas na escola universitária*. TESE, UFMG, 2008.

GOFFMAN, Erving. *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Zahar, 1975.

HUMANA GLOBAL. *Direitos Humanos no Ensino Superior. Projecto Educar para os Direitos Humanos no Ensino Superior*. Coimbra, 2005/2006.

LAFER, Celso. *A reconstrução dos Direitos Humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. SP: Companhia das Letras, 1988.

LEFÈVRE, F; Lefèvre, A. M. C. *Discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos)*. RS: EDUCS, 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; Ministério da Justiça; UNESCO. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Brasília, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. *Cidadania e Identidade Social: uma aproximação teórica para o entendimento das representações e práticas políticas*. *Revista de Humanidades*. UFRGS, vol 2, n.3 Fev/Mar, 2001.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Uma concepção multicultural dos Direitos Humanos*. *REV. Lua Nova*, n. 39, 1997.

VIEIRA, José Carlos. *Democracia e Direitos Humanos no Brasil*. Ed. Loyola: SP, 2005.

ABSTRACT:

Using the method of Collective Subject Discourse (DSC), we presented open questions in order to identify the students' main ideas about Human Rights. The first group (DSC) showed ideas based in common sense and superficial. A second group showed a great performance answering the questions correctly which can reveal that some works done in classroom had good results. Finally, a last group affirms had not learned about the subject during the course or learned outside the university.

Keywords: Human Rights, research in Human Rights, students conceptions of Human Rights.

El desarrollo sostenible: estrategia de la globalización neoliberal para la comercialización de los recursos naturales de América Latina

Oscar Barboza Lizano. ¹

RESUMEN:

Los modelos de Desarrollo siempre han sido impuestos por los países centrales o por las instituciones multilaterales por ellos dominadas (como el Banco Mundial). Así en este trabajo intentamos desde la teoría crítica, analizar si el modelo propuesto de “Desarrollo Sostenible” es una alternativa, o no, a los modelos imperantes de desarrollo con una noción destructiva de la naturaleza y acumulación de riqueza capitalista.

Pretendemos hacer un rápido análisis de la posición de los movimientos ecologistas en la Cumbre de Río de Janeiro en 1992, y la propuesta surgida desde el “Informe Brundtland²”, realizado para el año de 1987, por la Comisión Mundial para el Desarrollo y el Medio Ambiente.

Por último tratamos someramente de proponer una forma diferente de buscar el bienestar de nuestros pueblos de acuerdo a su cosmovisión y como podríamos conceptualizar ese bienestar sin caer en la imposición.

Palabras Claves: Desarrollo Sostenible o Sustentable, neoliberalismo, Economía Ecológica.

Durante la historia de la humanidad, todas las civilizaciones han basado su desarrollo en modelos de organización que establecieron formas de extracción y uso de los recursos naturales.³ Para los años ochenta del siglo XX, se revela el fracaso de los conceptos clásicos de desarrollo, el cual posee un enfoque neoclásico del crecimiento económico⁴, a partir de esta década se generó una crisis que cada vez es más aguda en la apropiación social de la naturaleza. Tal desarrollo hace que los enfoques teóricos sociales y económicos se trasladen al análisis y revisión de las ideas dominantes del desarrollo social.⁵

Con la publicación del “Informe Brundtland⁶”, realizado para el año de 1987, por la Comisión Mundial para el Desarrollo y el Medio Ambiente, se impuso un término nuevo que desde entonces llegó a ser determinante para el discurso científico y público en general: “*sustainable development*” traducido como “desarrollo sostenible”⁷, aunque su traducción literal es

“desarrollo sostenido” versión que fue la usada por primera vez en el lenguaje hispano, y cuyo uso resulto inoperante, ya que esta definición se prestaba a confusiones y ambigüedades del plano económico⁸, el adjetivo sostenible solo existe en inglés, mientras que sostenido tiene como origen etimológico el término en latín *sustinere*⁹. En este sentido, Camargo (2003:43) define que “... en esencia, el desarrollo sostenible es un proceso de cambio en que la explotación de los recursos, la dirección de las inversiones, la orientación del desarrollo tecnológico e institucionales cambian para armonizar y reforzar el potencial presente y futuro para satisfacer las aspiraciones y necesidades humanas”.

Este modelo de “desarrollo sostenido” es basado en el crecimiento económico permanente y regido por las leyes del mercado competitivo, a partir de precios relativos, lo que posibilita un desarrollo general. La propuesta busca así superar problemas como el desempleo, la inestabilidad social y la política del subdesarrollo.¹⁰ Por lo tanto el modelo en teoría se deriva de las doctrinas del liberalismo económico.¹¹ Basándonos en este razonamiento nos preguntamos: ¿qué intenciones existían al establecer esta nueva “teoría del desarrollo” o “noción de desarrollo” con gran premura post guerra fría o desaparición del socialismo científico.

I. EL DESARROLLO SOSTENIBLE: SUS DEFINICIONES Y FORMAS DE LLEVARLO A LA PRÁCTICA.

En la economía, siempre el concepto “sostenido” se ha definido como un crecimiento, donde no existen límites biofísicos.¹² La definición que nos da el documento llamado “Nuestro futuro común” o Informe de Brundtland menciona que el desarrollo sostenible es: “...*como un nuevo sendero de progreso, que permite satisfacer las necesidades y aspiraciones del presente, sin comprometer la capacidad de las futuras generaciones de satisfacer sus propias necesidades.*”¹³

Entonces, a saber, el desarrollo sostenido va ligado al desarrollo científico tecnológico, como un proceso rígido de una lógica de carácter determinista (determinismo tecnológico), la lógica nos afirma que: o uso de recursos debe seguir a lógica de garantizar o proceso de crecimiento económico sin inviabilizar su desenvolvimiento futuro, o estar comprometido con las generaciones futuras. Neste sentido, o avanço tecnológico deve cumprir um papel central, permitindo o uso crescentemente “sustentável” dos recursos. Por lo tanto parafraseando a Medina actualmente todo el desarrollo (social, político y económico) se deduce a la existencia de un “laissez innover

tecnológico”¹⁴, y esta es precisamente la forma como se pretende legitimar al nuevo modelo del desarrollo, y a la vez establecer como autoridades del desarrollo sustentable a sus ejecutores tecnócratas, con un el pragmatismo totalmente económico. Para la época del surgimiento del concepto del “desarrollo sustentable o sostenido” se establece paralelamente el discurso de lo que llamaron “el fin de las ideologías” o “*fin de la historia*”.¹⁵

El modelo de desarrollo sostenible adaptado como una conceptualización de una nueva noción del desarrollo, discursiva y en boga proporciona un espacio para que naveguen todas las diversas corrientes críticas del pensamiento filosófico, con su gama de planteamientos económicos y políticos alternativos, así como cualquier reivindicación ecologistas, social y humanista. Incluso se distinguieron versiones humanistas y científicas del modelo de desarrollo sostenible, dándole un “rostro humano y equitativo”¹⁶ al concepto creando una especie de “transgénico conceptual” que Medina llama como: “...una nebulosa epistemológica”.¹⁷

Este es un punto clave para comprender donde se ajusta la noción del desarrollo sostenible, pues con la propuesta de establecer una “economía ecológica”, pretendieron integrar los conceptos económicos y ecológicos. Por lo tanto la economía ecológica, impulsada desde la Sociedad Internacional para la Economía Ecológica (ISEE)¹⁸, se define como: “un campo trans disciplinario, dirigido a las relaciones entre ecosistemas y sistemas económicos”, para ellos según Bartholomew, “el concepto de evolución es una noción guiadora en el ejercicio de la economía ecológica”.¹⁹

Lo clara interpretación que es llevada a la practica es que el desarrollo sostenible es equivalente al progreso económico y sujeto a la reserva de los recursos naturales, por lo que el modelo de sustitución de importaciones en toda Latinoamérica debió adaptarse al nuevo modelo y a las necesidades de los mercados actuales, así, la función del Estado se reduce a ser: el impulsor, el director y planificador del desarrollo sostenible en el mercado, como nos lo afirma Segura: “el Estado es el que nos guía, con sostenibilidad hacia el mercado”.²⁰ Basándose en tal estrategia se pretendía lograr que los países latinoamericanos, sean competitivos y eficientes, con para poder incrustar el modelo de inversión directa extranjera y nacional, continuando con la promoción de exportaciones en el marco de los acuerdos de los Programas de Ajuste Estructural (PAES²¹) del Fondo Monetario Internacional (FMI²²) y el Banco Mundial (BM.²³).

Al examinar el concepto de la óptica de los países periféricos, jóvenes y Lustosa (2003) destacan la importancia de la incorporación de la justicia

social y preservación del medio ambiente para una noción más precisa del desarrollo y adoptan la categorización de la CEPAL “Centro-periferia” para resaltar los puntos específicos de desarrollo de las economías con respecto a la sostenibilidad del desarrollo. De esta manera, cuestionar el concepto básico desarrollado inicialmente por Raúl Prebisch en la Cepal, argumentando que “no es” sólo” que la periferia debe recuperar las trayectorias de crecimiento superior al promedio mundial; ¿También debe responder a preguntas más profundas: cómo crecer? ¿Para aquellos que crecen? ¿Por qué crecer? ¿Cómo crecer?” (p. 203)

El interrogatorio está presente tanto en producción como en la dimensión de consumo. El modelo de industrialización adoptado en la periferia, basado en la dinámica de sustitución de importaciones, determinó también la “importación” ofrece estándar desarrollado en países centrales, muy concentrado en el uso de recursos energéticos naturales (con una porción substancial de los combustibles fósiles) – factores de degradación rápida de las condiciones ambientales. Además, la adopción de este modelo se definió como un paso necesario para un período posterior de prosperidad socio-económico de los países periféricos, algo parecido a una “cuenta debía pagarse para llegar a la felicidad –” que permitió a los países centrales, presionados por los movimientos políticos para adoptar tecnologías más limpias, en este sentido mejoran su estructura productiva.

En cuanto a consumo, sin embargo, el problema es aún más complejo. Para los jóvenes y Lustosa (2003:209):

“El tema ambiental está relacionado también con consumo adoptada por la periferia similar a los del centro. Fue un patrón de uso intensivo de recursos ambientales y de energía, cuya extensión para poblaciones de bajos ingresos y para los países más pobres implicaría presiones cada vez más a la calidad del medio ambiente y agotamiento de los recursos naturales. Además, este patrón de consumo sigue la misma lógica de la exclusión, en la que los más ricos son los que consumen más bienes intensivos de emisión y los más pobre están restricción al consumo de bienes de subsistencia, que generalmente cuentan con menores emisiones por unidad producida. Si por un lado el centro redondeado con relativo éxito el problema de la contaminación industrial, contaminación en el consumo está lejos de resolverse. La creciente necesidad de energía, de en la mayoría de los casos de

combustión de los hidrocarburos, para el consumo interno y genera altos niveles de contaminación, que sólo puede evitarse con cambios en la base de la energía. Incluso la adopción de energías alternativas, más saludables para el medio ambiente, puede resultar en daños al medio ambiente en la medida en que no da debida atención a las externalidades negativas que causan. El extenso uso de los patrones de consumo, con procesos de producción a gran escala y estandarizado a lo largo de los continentes del planeta y con los mercados financieros entrelazados se llama globalización hoy en día. Sin embargo, tanto la industrialización de productos tecnológicamente maduras y potencialmente contaminantes que se ha extendido a las afueras, rehacer la división internacional del trabajo, como la globalización financiera y productiva son parte de la lógica de expansión de la capital, que es más ancha y se superpone a la lógica interna de todos estos procesos “.

Y de hecho, parece un punto clave en la discusión. Aunque el problema de los daños ambientales y de la desigualdad se sienten más fuertemente en países periféricos, teniendo en cuenta la historia de la inserción de estos países en la división internacional del trabajo, el patrón de consumo, en General e incluso en los países centrales, es altamente degradantes condiciones ambientales – incluso teniendo en cuenta tecnológico avances que han tenido lugar, como el potencial productivo de coches eléctricos. En este caso, parece haber espacio para una simple “transferencia” del problema de la sostenibilidad en la central a los países periféricos directamente – todos siguen siendo rehenes de este patrón de consumo.

La crisis actual por, principalmente, los países centrales parece reforzar este dilema potencial y, en consecuencia, la viabilidad de pensar en algún momento del tiempo, en la formación de bases eficaces para el desarrollo sostenible. Primero porque la “salida” a la crisis cada vez más se define de una consistente reanudación del crecimiento económico, incluso teniendo en cuenta la “tozudez” ortodoxos predicando austeridad como medio para superar la crisis, el apoyo de estas tesis es cada vez más envenenado por los hechos. Como dirige a Lara Resende (2012:5):

“hay tres maneras de eliminar el sobreendeudamiento. El primero es un profundo lo suficiente como para romper los prestamistas y los prestatarios de la recesión y restablecer la piedra. Fue lo que sucedió en [años] 30. Los costos, como aprendimos, son

inaceptables. La segunda es la monetización de la deuda. Ganar tiempo mientras que la inflación reduce el valor real de las deudas, pero hay un riesgo de pérdida de control. Como en el caso de Alemania de los años 30, el resultado puede ser una hiperinflación, aún más devastadora que la peor de las recesiones. La tercera es la reanudación del crecimiento. Tales como la depresión y la inflación tienen costos inaceptables, sólo la reanudación del crecimiento es la solución, ya que reduce el tamaño relativo de la deuda. El crecimiento es el único remedio, pero, frente a la deuda excesiva, como Keynes enseñó, su currículum depende el estímulo artificial a la demanda, vía aumentada de deuda pública y el gasto. Nada más revelador del círculo vicioso de nuestra condición que la imagen de los adictos en busca de una nueva burbuja a invertir”.

Las medidas de estímulo de crecimiento como una alternativa para salir de la crisis, sin embargo, no representan, en este contexto, cualquier cambio en los patrones de producción y, en concreto, De esta manera, en referencia a la obra de Paul dorado, “La gran perturbación” (2011), Lara Resende que “es muy posible que hoy, 80 años después, el remedio keynesiano ya no se puede aplicar”. (2012: 5).

Y allí aparece el gancho para un segundo argumento. ¿Qué hacer si el crecimiento es un elemento fundamental, pero sus bases actuales son prácticamente muertos, siguiendo la tesis del dorado? Según explicó Lara Resende (2012: 6 y 7):

“La tesis de dorado es que la economía mundial se verá obligada a dejar de crecer. Como no hubo ninguna transición temprana, mientras nos preparamos para una economía estacionaria, deberemos enfrentar una parada repentina, muy traumática. No es ahora el momento de realización del crecimiento y la necesidad de una profunda reorganización de la economía. Cuestión de, en mayoría, otra década. Como sucede siempre con las predicciones, es más fácil ajustar la dirección de ese momento. Dorado es consciente de ello y no está pensado para ser precisos en el momento [...].El período de transición será largo, duro y problemas. La reorganización de la economía será obligatoria. Industrias enteras desaparecerán. El carbón, el petróleo y el gas, mucho antes del final de las reservas conocidas, serán los primeros. También la edad de piedra no terminó por falta de piedra. El dorado es el optimismo sobre el resultado

final de este proceso. El final del autoengaño, el reconocimiento de los límites de lo posible, causará extraordinarias innovaciones tecnológicas. Un nuevo estándar de lo que significa la vida mejorará, permanentemente, un mayor número de personas en la tierra. Una población 40 veces mayor que la de todos los tiempos, hasta el comienzo de la Revolución Industrial, sólo se logra, sin embargo, con el fin de crecimiento económico como lo conocemos. Crecimiento basado en la expansión del consumo de bienes materiales es en su capítulo final.

Una visión de incapacidad potencialmente definitivo de reanudación de un nuevo camino de crecimiento económico puede ser considerada radical, pero tienes que darte cuenta que la mayoría de las predicciones de dorado (en el que participó en los años 70, como “TheLimitstoGrowth” encargado por el Club de Roma y revisiones de otro autor en obras más recientes) ha mostrado bastante consistente. Es posible pensar, sin embargo, un cambio en el patrón de consumo que centra el peso de la tecnología y la racionalización en el uso de los recursos naturales, así como la adopción sistemática de fuentes de energía alternativas, como solar para consumo residencial, o las energías renovables.

Estos nuevos caminos posibles de existir ya en el diseño, pero ciertamente están lejos de ser dominante y cara, entre otras cosas, el enorme volumen de inversiones todavía en fase de Constitución/depreciación en el modelo dominante producción y consumo. Lo que parece claro, sin embargo, es el hecho de que el modelo actual es agotado – racionalización de esfuerzos como el reciclaje y otras medidas ya en marcha sin transformación efectiva en el patrón de consumo, podrán aplazar temporalmente los límites, pero no viables para garantizar la reanudación del crecimiento sostenible. Como hay problemas con los límites físicos del medio ambiente (y las acciones se definen para contener este proceso), sin un cambio estructural, se puede suponer, en el límite del agotamiento.

Por otro lado, sincrónicamente al concepto del Desarrollo sostenible a parece “la economía ecología” la cual propone como principal eje según Bartholew: “realizar un rastreo de las fuentes de energía y recursos a través de los sistemas ecológicos, ya que su preocupación más profunda es la limitación de los recursos naturales”²⁴. Como vemos muy cercana a la preocupación de la comisión de Brundtland, que es reflejada en la definición de desarrollo sustentable, sostenido o sostenible.

II. ECONOMÍA ECOLÓGICA Y EL CAMBIO DE DEUDA POR NATURALEZA.

La Sociedad Internacional de Economía Ecológica (ISEE²⁵) establece que un bosque provee servicios económicos reales y tangibles, tales como: *“conservación de lossuelos, proveen filtros para limpiar el aire, agua y proporcionahábitat para la vida silvestre”*²⁶, de acuerdo a las a la ISEEse recomienda que estos valores deben de ser incluidos en el valor del Producto Interno bruto (PIB) de los países como un valor tangible, al igual que la ciencia de la ecología posee medidas de productividad, que son comparables con el PIB, tal es el caso de: “Producción Primaria Global Neta” (NPP)²⁷ la cual se usa para medir la energía solar que es fijada por fotosíntesis, donde el 40 % de la Producción Primaria Global Neta total generada por la tierra es consumida por la población humana.

Una vez incorporados estos valores como parte del PIB de los países latinoamericanos la ISEE afirma que se le puede ofrecer “la gran oportunidad del cambio de deuda por naturaleza” con el objetivo de aliviar el problema de la deuda externa que posee Latinoamérica con los países en desarrollo, este intercambio de deuda según Segura: *“facilitaría la captación de fondos para proyectos que contemplen el uso racional de los recursos”*,²⁸ creando así una *“economía sostenible”*²⁹, que es definida por el concepto y sostenida por el modelo del desarrollo promovido desde la ISEE. Esta visión de sostenibilidad lleva implícito que el recurso natural sea un bien comercial en una liberación de los mercados y como nos lo afirmaba Bartholomew: *“El monto de consumo que puede ser sostenido indefinidamente, sin degradar los valores del capital, incluyen el valor del capital natural.”*³⁰

En los años noventa, con la caída de la URSS, y el bloque del este, las instituciones oficiales para el desarrollo sostenible (sobre todo la Convención sobre el Clima y la Convención sobre la Biodiversidad), han vivido un proceso de transformación en sí mismas y trajo como consecuencia, que los actores políticos y sociales dominantes pudieran establecerse en ellas para beneficiar más sus intereses, es en esta reorganización de fuerzas geopolíticas que surge el concepto rector del “desarrollo sostenible”, el cual se concentró principalmente en la mercantilización de la naturaleza. Por lo tanto utilizando las palabras de Ulrich: *“la estrategia neoliberal de integración en el mercado mundial produce un crecimiento altamente selectivo, que contribuye a aumentar la desigualdad a nivel nacional e internacional y la distribución asimétrica del poder a nivel global”*.³¹

Las distintas corrientes del desarrollo sostenible incorporan de manera diferente los aspectos éticos, los cuales para Barros van desde: *“la valoración instrumental que deriva en un conservacionismo utilitarista asociado a la sustentabilidad*

débil, hasta la concepción de la naturaleza como sujeto de valor en la sustentabilidad superfuerte.”³² Por lo tanto: el concepto de Desarrollo Sostenible, a su vez, para Barros es “*empleado en sentido amplio, sin fronteras, por una gran parte de los países, ya sean ricos o pobres*”.³³

Al desarrollo sustentable, también se le quiso dar un rostro humano, y se propuso en su aplicación, realizar profundas transformaciones estructurales para poder identificar a la globalización económica como un elemento clave en la comprensión de la diversidad. Barros continúa afirmando en su obra que: “*se descubre que la globalización está inmersa como concepto en una serie de ambigüedades*”⁶⁴, como ya lo mencionamos igual que el concepto de desarrollo sostenible.

Además todas las teorías del desarrollo y conceptos o nociones del desarrollo son regidas por una lógica occidental favorable a los países del Norte, a pesar de las necesidades reales de los más diversos lugares de nuestro planeta.³⁵

Tanto el Desarrollo sostenible o sustentable como el sostenido, se presentan, en modelos universalistas del desarrollo, válidos para todos los países y culturas. Como lo menciona Medina son: “*modelos con una pretensión de superioridad y validez universal del conocimiento y tecnologías científicas, están relacionados con la naturaleza universal, supracultural y suprahistórica.*”³⁶ (Concepto de evolución= Social darwinismo).

Para Ulrich visualizar el debate sobre desarrollo sostenible está el estado: “*un terreno conflictivo específico*”.³⁷ Donde se evidencian los conflictos sociales, la dirección y el contenido de una posible transformación de la sociedad, entonces interpretamos que el desarrollo sostenible pretende ayudar a prever las consecuencias sociales, económicas y ecológicas del modelo desarrollo occidental. Es en este debate donde se imponen las voces que abogan por nuevas “alianzas” con los actores y las instituciones impulsoras de la globalización neoliberal.

Es precisamente a través del debate sobre la sostenibilidad, que se consigue neutralizar las críticas que se van articulando día a día con mayor fuerza contra neoliberalismo económico, ya que según Ulrich “*los aliados y actores insistirán de nuevo en la cooperación internacional por los intereses comunes*”.³⁸ Así Kofi Annan, afirmó a partir de la conferencia de Johannesburgo que debe: “*aprovecharse la globalización para poner en práctica el desarrollo sostenible*”. Según él, el desarrollo sostenible: “*se podrá lograr con una mayor voluntad política, con pasos más prácticos y nuevas alianzas*”.³⁹

Annan no profundiza en el análisis, ni se cuestiona la globalización neoliberal como tal, sus causas, sus fuerzas propulsoras, y mucho menos las

funciones de sus instituciones. Por el contrario: con la iniciativa “*Global Compact*” o sea el “contrato” entre la ONU y las grandes empresas privadas, acordado a comienzos de 1999 en Davos durante el Foro Económico Mundial, Annan se apoya explícitamente en las fuerzas que han impulsado rotundamente la globalización neoliberal.

Es claro que se enlazaron los discursos entre desarrollo sostenible y globalización, tal como lo indico Koffi Annan “...*la “globalización” ya no se enfrenta al “desarrollo sostenible”, sino, que se trata de conjugar correctamente ambas cosas*”⁴⁰.

III. COOPERACIÓN INTERNACIONAL BAJO LA SOMBRA DEL DESARROLLO SOSTENIBLE

Para Medina hacer pasar la cultura pro natura se convierte en una vieja trampa de legitimación mistificadora. Nos afirma que: “*Los modelos de desarrollo traerán las consecuencias de una deslegitimación de la heteronomía y de la universalidad, por agentes decisivos*”.⁴¹ Se crea así, a nivel internacional, una paradoja entre cooperación y competencia, esto a su vez, es el marco central condicionante de la política ambiental internacional. Los debates se centran generalmente sólo a un lado de esta paradoja: la creciente presión política para el manejo cooperativo de los problemas ambientales internacionales, ya son determinados a través de la simbología pública por los actores sociales competentes (ONG, comunidad científica), aquellas denominadas “comunidades del saber” (*epistemiccommunities*).

La necesidad política de la cooperación ha generado una cantidad innumerable de acuerdos ambientales internacionales, que acaban decisivamente impregnados por esta competencia, el estado nacional realmente pierde su capacidad de control y la soberanía sobre su territorio (se crean Supranacionalidades).

En el nivel de las relaciones entre los estados, todas las medidas, incluso las perspectivas de éxito, quedan subordinadas bajo el imperativo de una política global de poder por parte de los estados centrales. Cada vez más la temática ecológica y social se somete al discurso del “lugar de producción” y de seguridad, el cual representa un vehículo mal mimetizado para las estrategias globales de dominación, tendencia que influye por supuesto sobre el concepto de “desarrollo sostenible.”⁴²

Es muy claro que para los fundamentalista neoliberales, y algunas ONGs el ambiente se ha convertido en un factor de competitividad en el mercado internacional, hacen un análisis comparativo de las normativas internacionales: ISO 9000, ISO 14000, BS 7750, EMAS- Environmental Management and

Audit Scheme, los códigos de líderes sectoriales, carta de principios de ICC (International Chamber of Commerce).⁴³ Para certificar empresas “sustentables” o practicantes del modelo “Desarrollo sostenible” y cuya certificación es dada por un intercambio comercial entre certificadores legitimados por las organizaciones internacionales vinculadas a los centros de poder.

Un ejemplo de ello es el papel de la OMC en el debate sobre medio ambiente y sostenibilidad. En este caso, la institución tiene, en General, sus pautas de comportamiento y la gobernanza global, definiendo su papel como estrechamente vinculada a la promoción y el crecimiento del comercio internacional. La base de esta es la creencia de que la expansión del comercio, principalmente de la reducción (o eliminación ideal) de las barreras aduaneras permite una optimización en el proceso de asignación de factores de producción, garantizar una trayectoria de aumentar la eficiencia en el sistema de producción internacional. Esto, en última instancia, sería beneficiosa para todos los países involucrados, mientras que el uso a largo plazo de las ventajas competitivas y una división internacional del trabajo funcional para todos los participantes.

De esta manera, las medidas de protección del medio ambiente pueden actuar como un obstáculo para esta asignación óptima de los factores (medidas que pueden ser beneficiosas para algunos países sería no necesariamente bueno para todos envueltos, dado los potenciales económicos y sociales gastos). Sin embargo, contrariamente a esta posición, hay un discurso supuestamente “pro-medio ambiente” en la institución, incluyendo la difusión de cursos, seminarios y talleres con la función de promover prácticas “amigables” para el medio ambiente en el proceso de producción y especialmente los países subdesarrollados como el objetivo central.

No es difícil darse cuenta de que el discurso es incompatible con el principio fundamental de la OMC, porque en algún momento o en algunos casos los costos de producción pueden ser afectados por las medidas de protección del medio ambiente, directas y negativamente que interfieren en la asignación de factores de producción. Esto es evidente en la lectura de la Declaración Ministerial de Doha, especialmente dos temas asociados a cuestiones ambientales (párrafos 31 y 33, respectivamente). Los puntos clave que se discuten están tratando de adaptar la regulación comercial de los acuerdos multilaterales de la OMC relativas a la protección del medio ambiente y, al mismo tiempo, fortalecer la idea de reducción o eliminación de las barreras aduaneras (arancelarias y no arancelarias) relativos a servicios

y bienes ambientales. Este tipo de contradicción es típico en instituciones multilaterales creadas bajo el paraguas de una visión liberal del desarrollo económico.

Si se piensa en desarrollo, con sus diversas interpretaciones, valoraciones, legitimaciones y cosmovisiones, como una complejidad cultural de análisis de modelos del desarrollo y que los procesos no han de regularse por leyes universales tales como el mercado-naturaleza, ni determinarse por valores o pretensiones supraculturales, tampoco de aceptar veredictos de expertos, ya sea científicos, ecólogos o filósofos y más bien la integración del modelo debe darse por las diversas peculiaridades, propias de cada cultura. Por lo tanto frente a los programas de desarrollo universalistas y planteamientos de la globalización, surge un modelo relativista y de regionalización, un modelo de autonomía cultural, al que algunos llaman “desarrollo compatible.” La compatibilidad se define con relación a las prácticas, entornos, grupos, organizaciones sociales, interpretaciones, legitimaciones y cosmovisiones⁴⁴.

Los desarrollos compatibles podríamos afirmar que consisten en desestabilizar los entornos dados incompatibles, que integran construcciones teóricas donde se intentan articular y legitimar las formas de desarrollo dominante, a sus ejecutores y beneficiarios, desarrollo compatible es una desestabilización constructiva⁴⁵.

REFLEXIONES FINALES

Las teorías del desarrollo imperantes en América Latina han sido impuestas desde el inicio de su historia para el beneficio de la gran metrópoli dominante. Es así como estos modelos de desarrollo siempre se han basado en un control y dominación para la extracción de los recursos naturales estratégicos de Nuestra América y su comercialización en una búsqueda de una acumulación de la riqueza en los países del norte.

Tanto el club de Roma en los sesentas, como la cumbre de Estocolmo de 1972, nos dictaminan la necesidad de cambiar el modelo desarrollo mundial. Es así como surgen movimientos ecologistas en América Latina y precisamente en Brasil con campañas de acción y educación, para lograr la concientización del no consumo basados en la teoría marxista.

Precisamente en estos intentos de nacionalización e independencia de las economías metropolitanas, se nos proponen, desde los organismos internacionales, los Programas de Ajuste Estructural, (PAES) para alcanzar rápidamente el desarrollo económico y niveles de industria de los

desarrollados, lo que va a causar un aumento en la pobreza, un desequilibrio mayor en la conservación de los ecosistemas naturales y un incremento en la dependencia económica.

El mal manejo de los recursos naturales pone en riesgo la sostenibilidad del modelo de desarrollo dominante, ya que tanto como lo advirtió el Club de Roma y la Conferencia de Estocolmo, los recursos bajo el cual se mantiene el modelo de desarrollo son limitados. Es bajo esta preocupación que la Comisión Mundial para el Desarrollo y el Medio Ambiente de la ONU, en su Informe Brundtland en el año de 1987, nos habla por primera vez de un desarrollo sustentable, concepto que desde su origen epistemológico carece de un significado concordante con la protección del ambiente, mas bien sigue justificando, y promoviendo el crecimiento económico para unos pocos, solo que esta vez prevé que sea continuo en el tiempo (sostenido) y no corra el riesgo de truncarse por agotar los recursos que lo sostienen.

El desarrollo sostenible era visualizado como la solución para integrar, la ecología y la economía, los modelos ecológicos y económicos encontraron un punto similar, la ecología se ocuparía de los flujos de energía y en los ciclos materiales de los ecosistemas que se autorregulan, la economía se centraría en el flujo de energía de la sociedad humana, en los mercados autorregulados por la oferta y la demanda. Se justifica de esta manera la propuesta de la economía ecológica como ciencia, que abordaría entonces la forma de llevar a cabo el plan que salvaría al planeta. Una vez más “desde el norte...”, por lo que se visualizó una economía sustentable y realmente sostenida.

La gran idea surgió, o ya estaba planeada: se daría un valor al recurso natural de los países en desarrollo y les ayudarían a conseguir el crecimiento económico, intercambiando los recursos naturales por la deuda externa, en otras palabras es el cobro de la hipoteca por el endeudamiento que provocaron los Programas de Ajuste Estructural (PAES) de los orígenes del neoliberalismo.

Así con esta propuesta de la Sociedad Internacional de la Economía Ecológica se garantizaría que los recursos naturales estratégicos de la región pasasen a la administración de los entes financieros de los países metrópoli, y la naturaleza latinoamericana forme parte oficial de sus reservas, lo que permite mitigar el daño ambiental que causan sus industrias, y así poder mantener el modelo de desarrollo sostenido de acumulación de riqueza occidental industrial (carbono neutral).

El desarrollo sustentable o sostenible es un sitio de convergencia discursiva y de disolución ideológica para los que buscan cambiar el modelo de desarrollo capitalista, mitiga cualquier resistencia o cambio social que se quisiera dar. Como se visualizó en el discurso de inicios de la década de los noventa donde se afirmó que se establece el nuevo orden mundial con “el fin de la historia de Fukuyama”, en esta misma década se impulsa la globalización neoliberal, se inician los procesos de apertura de mercados, y el desarrollo sostenible es el nuevo modelo de desarrollo para todos los países, ya fuesen ricos o pobres, ambos conceptos se universalizan paralelamente y sincrónicamente.

Os rios profundos de José María Arguedas: o resgate pela memória da cidade imperial dos incas¹

Vera Lucia Teixeira Kauss ² - Universidade do Grande Rio-UNIGRANRIO

RESUMO:

Neste texto, observamos a cidade de Cuzco pelo olhar maravilhado de um adolescente que a vê pela primeira vez. Ele conhece-a como a capital do Império dos incas e, ao entrar em contato com o lado visível daquele momento da História, o lado mítico se sobrepõe ao real: as pedras do muro do palácio do Inca Roca caminham o badalar do sino da catedral, Maria Angola, levado a observar, nos lagos andinos, os amarus se transformando em touros - simbologia marcante da dominação espanhola... Enfim, o olhar sobre a cidade que lança Ernesto, personagem principal d este romance arguediano, nos apresenta, de forma mítica, uma cidade que, para a maioria da população indígena, continua sendo a capital sagrada, mesmo depois de profanada pelos conquistadores europeus.

Palavras Chave: Memória, José Maria Arguedas, Mitos.

Os rios profundos, romance de José Maria Arguedas (1911-1969) que teve a primeira edição em 1958, começa nos apresentando Cuzco, a capital do império incaico, cidade considerada sagrada pelos indígenas. Sua fundação, em que se confundem a história concreta e a formação social do povo inca com o imaginário e o simbólico do homem andino, nos remete ao mito de origem desse povo. Como vários outros povos da América, no sentido histórico, os incas contavam sua história a partir dos reinados, ou seja, eles guardavam os acontecimentos a partir do nome de seus divinos imperadores.

Em um dos mitos de formação, o primeiro desses imperadores chamava-se Manco Cápac e era considerado um verdadeiro semideus, uma personagem mitológica que, ao longo do tempo, foi considerado como sendo o fundador do império inca. Manco Cápac e Mama Ocllo, que eram irmãos, filhos do deus Sol, saíram do lago Titicaca com um bastão de ouro nas mãos à procura de um lugar com terras férteis, onde não faltasse água, para fundar uma cidade. Percorreram toda a região próxima ao lago de onde surgiram e não encontraram o lugar ideal que procuravam. Ao chegarem às terras onde está, hoje, a parte histórica da cidade de Cuzco, o bastão teria saltado das mãos de Manco Cápac e se enterrado no chão. Esse fato

indicava que era ali que o casal divino deveria instalar seu *ayllu* (comunidade) e dar início à etnia inca. Essa versão do mito de origem deste povo foi escrita por Gómez Suárez de Figueroa, o mestiço que a história consagraria como Inca Garcilaso de la Vega: cronista peruano que nasceu da união de Sebastián Garcilaso de la Vega, capitão espanhol e de uma princesa incaica, Isabel Chimpu Ocllo, ou seja, ele representava o tipo idealizado de mestiçagem, pois acontecia entre os segmentos considerados nobres das duas culturas consideradas primeiras na formação do que, hoje, se conhece como povo peruano.

Entretanto, este é apenas mais um dos mitos fundacionais do povo inca. Entre os mais famosos, encontramos o que conta a lenda dos irmãos Ayar: também eram casais de irmãos que estavam em busca de seu lugar na terra. Durante a caminhada, eles foram se transformando em pedra: para os incas, esse fato tinha o significado simbólico de perpetuidade e, ao mesmo tempo, de sacralização. Um fato importante é a fusão dos dois mitos: os irmãos mais velhos foram transformados em pedra, mas Ayar Manco Cápac e sua irmã e esposa, Mama Ocllo, continuaram caminhando até chegar a Cuzco.

Essa foi a forma encontrada pelos incas para explicar a existência de duas dinastias que se formaram na fundação de Cuzco e que continuaram competindo pelo poder até a queda do Tawantinsuyo (Império inca). É também uma explicação para a divisão da cidade em duas metades: Hanan Cuzco ou parte alta e Hurin Cuzco ou parte baixa.

Essa divisão, no mito contado pelo Inca Garcilaso, foi implantada por Manco Cápac e marcava uma divisão social: na parte de cima, no Hanan Cuzco, habitavam os mais poderosos, aqueles que seguiam o rei ou o lado masculino; na parte mais baixa, Hurin Cuzco, viviam os que seguiam a rainha ou o lado feminino e eram menos poderosos. Na realidade, na parte de cima, vivia a “Coya” ou esposa principal, a irmã do Inca e, por isso, era de lá que saíam os herdeiros considerados legítimos, como era o caso de Huáscar, na época da invasão espanhola; a parte de baixo era o lugar em que viviam as chamadas esposas secundárias, que também eram muito poderosas e lutavam para impor seus filhos como herdeiros: era o caso de Atawalpa, no mesmo período da chegada dos europeus. Essas questões, no entanto, são bastante polêmicas e controversas, pois trazem elementos míticos e simbólicos do imaginário incaico e uma interpretação dos cronistas em que observamos uma fusão desses elementos com a história concreta. Nos relatos dos cronistas espanhóis, encontramos diversas formas de se

contar a lenda de fundação tanto da dinastia como do império incaico, mas todas acabam fazendo a fusão do imaginário com o concreto.

O Inca Cusi Yupanqui ou Pachakutec, como ficou conhecido, é considerado o verdadeiro criador e reformador de Cuzco. Também é considerado como o marco de transição da fase legendária para a histórica do maior império territorial da América pré-colombiana. Além da reconstrução total da cidade de Cuzco – que havia ficado bastante destruída em uma invasão de um povo inimigo vencido por Pachakutec – uma das obras mais importantes atribuídas a esse soberano é a reforma do Coricancha, o templo do deus Sol. Nele, o recinto onde ficava a estátua que representava o deus Sol – chamado de Inticancha – foi totalmente remodelado: suas paredes foram cobertas com placas de ouro e muitas outras riquezas foram usadas para embelezá-lo.

É essa cidade mestiça, ao mesmo tempo composta por elementos míticos e concretos, que encontramos nesse primeiro capítulo do romance *Os rios profundos* de Arguedas. O escritor nos faz passear por lugares históricos de Cuzco, mas nos mostrando exatamente como eles continuavam entranhados do elemento mítico, mesmo que, com a colonização, tivesse acontecido uma dessacralização da cidade. Ele procura mostrar que para muitos, para aqueles que ainda guardavam no coração os mitos sagrados de fundação do incanato, a cidade continuava mostrando sua alma, seu lado sagrado. José María Arguedas lutou toda sua vida pela valorização, pelo conhecimento respeitoso da cosmogonia incaica e procurava em todos os momentos e em variadas situações desenvolver a consciência da importância de se valorizar as raízes ancestrais que foram base para a construção da sociedade peruana.

O título do segundo romance de José María Arguedas, *Os rios profundos* (1958), apresenta-se impregnado de uma rica carga conotativa derivada de um fato real: baseia-se em uma das diferenças geográficas das duas regiões em que se pode considerar dividido o Peru, a *costa* e a *sierra*, na qual se observa, ainda, a subdivisão em interior e floresta.

Na *costa*, os rios possuem leitos superficiais, não são caudalosos e, na maioria dos casos, costumam secar durante vários meses ao ano. Na região da *sierra*, acontece exatamente o contrário: lá, os rios correm por leitos profundos, são caudalosos e perenes. São os rios da região serrana que garantem o abastecimento das outras duas regiões naturais do Peru: *costa* e floresta.

Partindo desse pensamento, Arguedas faz uma reflexão, que procura estender a seus leitores, sobre a profundidade, a solidez das raízes ancestrais

da cultura andina, que são matrizes da identidade nacional peruana, comparando-as com os valores impostos pela cultura ocidental, pela violência da dominação, pela atitude de dependência frente às metrópoles estrangeiras, pelo desprezo e pela marginalização das raízes autóctones. Fazendo uma analogia, o escritor diz que as construções sociais e culturais realmente sólidas e autênticas devem nutrir-se – como os rios da região da *costa* que tem origem na *sierra* – de elementos andinos, indígenas, pois é o caminho para “un mestizaje fecundo y sintetizador del Perú de ‘todas las sangres’”. (ARGUEDAS: 1995, p.76) A falta de conhecimento dessa base da cultura andina transformará o que se fizer em uma simples imitação das construções sociais e culturais das metrópoles a que o país segue submetido.

A mescla das duas culturas, como solução para o impasse criado com a chegada do europeu, encontra-se magnificamente exemplificado nos edifícios de Cuzco que se apresentam como símbolos perfeitos dessa mestiçagem: suas bases continuam sendo os muros de pedras perfeitamente encaixadas, sem o uso de nenhuma argamassa, elaborados pelos incas, enquanto a parte superior apresenta as construções feitas pelos europeus, no primeiro momento, e pelos mestiços depois. Os últimos, filhos da mistura das raças ali encontradas, criativamente, assimilavam as lições da arte europeia ao mesmo tempo em que se colocavam abertos para receber as sugestões da arte andina.

A personagem principal do romance arguediano, um adolescente chamado Ernesto, ao entrar em Cuzco pela primeira vez com seu pai, espera encontrar um lugar sagrado, uma espécie de paraíso. Na realidade, a cidade imperial, apresenta-se ao adolescente – e aos leitores também – como profanado por causa da enorme presença de um segmento social dominante, os chamados *mistis* – ricos e poderosos latifundiários – muitos deles descendentes dos incas - que exploram os indígenas.

Para Ernesto, personagem principal desse romance de Arguedas, a cidade, considerada o centro do mundo pelo povo vencido, apresenta-se como um teatro de contrastes tão intensos que se aproximam de alucinações: tudo é captado pela percepção do menino em uma visão subjetiva das tensões que se encontram – e se desencontram – na sociedade e história andinas.

Durante o tempo que passa em Cuzco, o adolescente protagonista conhece alguns lugares simbólicos que marcarão profundamente seu futuro, sua maneira de ver e de ser no mundo que acompanhamos, como leitores, no desenrolar da trama. Os fatos relatados na história são vividos por

Ernesto, um rapaz de quatorze anos que apresenta uma capacidade acentuada para a recordação e uma postura quase que obsessiva para evocar, lembrar, fixar na memória os momentos, os acontecimentos, enfim, tudo a seu redor. A estrutura geral do romance é construída a partir da memória de Ernesto narrador que, adulto, mergulha na recordação e, através dela, traz, para o presente, acontecimentos, pessoas e objetos do passado.

Nesse texto, Arguedas lança mão de três narradores diferentes que, no fundo, se originam de um: o narrador principal, que é um homem adulto evocando a infância; o narrador protagonista, que vivencia os fatos como personagem principal e testemunha privilegiada, mas sem exercer nenhum domínio ou ter qualquer previsão do que vai acontecer devido à imprevisibilidade do futuro para qualquer ser humano; e um terceiro narrador, que Ángel Rama (RAMA: 1982, p. 279) chama “Etnólogo” por serem suas intervenções bastante independentes da ação e conterem informações necessárias ao entendimento do leitor. O narrador adulto busca recordar o passado no ato de escrever e com ele procura garantir sua própria identidade e a coerência do projeto narrativo. Assim, é a memória a base para a experiência e a chave do conhecimento, pois é através de seu exercício que o jovem personagem sustenta e constrói sua identidade e que o narrador maduro consegue alcançar e concretizar sua prática discursiva.

Ernesto vai a Cuzco com o pai, um advogado errante, e em nenhum momento este esclarece o motivo da ida à cidade. Este não esclarecimento do motivo transforma essa viagem em uma espécie de peregrinação a um lugar, ao mesmo tempo, sagrado e dessacralizado.

Lá, mora um parente muito rico e poderoso e, ao mesmo tempo, malévolo e avaro conhecido como *Viejo*. Seu nome era Manuel Jesús, um latifundiário impiedoso e orgulhoso, dono de quatro fazendas, que podem ser vistas como representações dos quatro suyos ou regiões formadoras do Tahuantinsuyo, ou seja, os limites do império incaico. Esse tio de Ernesto pelo lado materno tinha origem inca, provavelmente no segmento nobre do império, mas havia enriquecido e, para ser aceito, mostrava-se totalmente convertido ao catolicismo. Além disso, tratava com crueldade os indígenas que eram seus escravos, humilhava-os e dispensava-lhes pior tratamento que aos animais.

Este personagem, *el Viejo*, possui um *status* de certa forma legendário: ele representa a encarnação de uma ordem ilegítima, imposta com a chegada do dominador espanhol e sua presença na cidade imperial parece usurpar o lugar que só deveria ser ocupado pelo Inca, o único que deveria deter o poder legitimamente.

No final do romance, o adolescente Ernesto precisa fugir de Abancay, do colégio interno onde havia sido deixado pelo pai ao saírem de Cusco por causa de uma peste que havia se abatido sobre a cidade. Tudo estava em desordem e o Padre Diretor do Colégio diz a Ernesto que ele devia fugir para uma das fazendas de seu tio, *el Viejo*. Já no caminho, o adolescente para e decide não cumprir a determinação dada: irá a outra cidade serrana. Com isso, Ernesto quebra uma espécie de fatalidade que havia sido configurada quando, despedindo-se dele ao se conhecerem em Cusco, *el Viejo* lhe havia dito que ainda iam se ver. Certamente, ele já esperava que o rapaz fosse necessitar de ajuda econômica, pois seu pai não conseguia uma posição social equilibrada mesmo sendo advogado. De certa forma, ao tomar essa atitude, Ernesto troca a segurança econômica representada pela proteção, mesmo que humilhante, do tio, pelos valores da liberdade de escolher, de lutar por um lugar na sociedade.

Voltando ao momento da primeira vez em Cusco, outro fato que chama a atenção do adolescente é o tamanho das árvores que encontra na cidade. Na chegada a casa onde mora o tio, no centro do segundo pátio da residência, Ernesto percebe que cresceu uma árvore de cedro, mas, significativamente, em uma terra seca e endurecida. Ela apresentava seu tronco descascado até a altura em que começavam os ramos, mas tinha algumas flores no alto e exalava um doce perfume. Também na praça em que estava a catedral, as árvores são pequenas, parece que não conseguem desenvolver-se. São duas as possibilidades de entendimento desse fato para o protagonista: a avareza dos poderosos latifundiários de Cuzco havia envenenado a terra da cidade ou a grandeza da catedral impediria o crescimento das árvores e, neste caso, poderíamos fazer a leitura de que isso significaria a opressão de uma religião estrangeira, importada sobre a natural do mundo indígena.

Com o pai, Ernesto percorre a cidade e vive uma experiência única ao defrontar-se com o que ainda restava do incanato. Ao dirigir-se para a casa do tio, o rapaz vê um muro que cercava a morada do Inca Roca, o sexto na lista dos imperadores do povo inca. Esse muro é considerado o mais surpreendente de Cuzco: compõe-se de pedras grandes, irregulares e de diversas formas – algumas com até doze ângulos – que estão perfeitamente encaixadas sem uso de argamassa. Assim que se viu só, Ernesto correu até a esquina onde ficava o muro.

Era uma rua que começava larga e continuava em outra mais estreita que terminava em uma ladeira. Ele caminhou pela rua acompanhando o

muro, tocou-o com suas mãos, seguiu o que lhe pareceu uma linha ondulante e imprevisível lembrando-lhe dos rios da *sierra*: para ele, o muro estava vivo, podia caminhar... Lembrou-se, também, das canções quíchuas (língua dos incas) e de uma frase em especial: a partir do que se repetia nestes cantos, o menino viu as pedras do muro como *Puk'itik yawar rumi*, que significa “pedra de sangue fervendo”. O rapazinho, como se estivesse em uma espécie de êxtase, diz ao pai que o muro está vivo e que não entende por que ele permite que pessoas como *el Viejo* vivam na cidade sagrada. O pai lhe diz que os incas estão mortos e tenta levá-lo para outro lugar, mas, antes de ir, Ernesto responde: “Pero no este muro. (...) Este muro puede caminar; podría elevarse a los cielos o avanzar hacia el fin del mundo y volver”. (ARGUEDAS: 1995, p.147)

Logo depois, o rapaz segue com seu pai até Praça de Armas, onde estavam a catedral e a igreja da Companhia de Jesus. Elas foram construídas na praça de celebrações dos incas; a catedral ocupava o lugar do Coricancha, ou templo do deus Sol, onde os espanhóis encontraram paredes recobertas por placas de ouro – elemento que simbolizava a presença do deus. Ernesto pergunta ao pai quem construiu a catedral e ele lhe responde que havia sido o espanhol, mas com a pedra dos incas e as mãos dos indígenas (1995, p. 149). A praça, segundo explicação dada pelo pai ao rapaz, não era espanhola: fora construída pelo Inca Pachakutec, que era chamado de “renovador da terra” e considerado o grande organizador do Tahuantinsuyo (nome do império incaico) em sua fase de expansão imperial. Sua forma era diferente das praças de outras cidades: retangular, tinha sua superfície coberta pela areia trazida das praias da costa. Nela aconteciam todas as celebrações do Império presididas pelo Inca.

Ao dominarem Cuzco, os espanhóis construíram a catedral no mesmo lugar em que estava o templo do deus Sol e um convento para freiras da ordem de Santa Catarina, que viviam enclausuradas, foi levantado onde ficava o templo das *Allas*, que eram virgens escolhidas para sacerdotisas do deus sol e para os serviços de tudo que fosse para o Inca. Segundo o próprio Arguedas (1995, p. 153), a cidade de Cuzco possuía muitos palácios, templos, ruas largas e estreitas que terminavam em praças.

Enquanto caminhavam pelas ruas para que Ernesto conhecesse um pouco de Cuzco, pai e filho pararam ao ouvir o maior sino da Catedral chamado de Maria Angola. Esse sino foi instalado na torre no ano de 1659 e desde então o povo o cerca de lendas: seu canto mágico transforma tudo em ouro... No texto, o badalar do sino parece ter o poder de tornar, por

alguns momentos, novamente sagrada a cidade de Cuzco. Isso, porque, segundo o pai de Ernesto, o ouro doado por María Angola - Angola seria, segundo Arguedas, uma deturpação acontecida na oralidade da palavra “ângulo” – (ARGUEDAS: 1995, p. 154) poderia ser proveniente do que fora retirado do templo do deus Sol, dos ídolos e palácios incaicos e isto era necessário para que o badalar do sino se elevasse até o céu e voltasse à terra trazendo o canto dos anjos. O sino principal da catedral de Cuzco parece resumir em si mesmo o fato de ser a voz dos anjos do Deus cristão, mas que vibra com ouro pagão. Esta mestiçagem religiosa simboliza, segundo estudos do escritor, a persistência da religiosidade indígena, mesmo que sob as formas do cristianismo, do catolicismo imposto pelos europeus.

Pela manhã, pai e filho acompanham o tio, *el Viejo*, até a catedral para assistirem a uma missa. Ao entrarem, Ernesto é levado até um altar onde se encontrava a imagem do Cristo crucificado conhecido como Señor de los Temblores. Na realidade, a imagem, benzida pelo Papa, foi oferecida à cidade por Carlos V em meados do século XVI, era do Senhor dos Milagres. Na época da chegada dos espanhóis ao Peru, em Cuzco, aconteceu um terremoto muito violento e, por isso, Carlos V enviou a imagem para a cidade. Desde a chegada da mesma, não mais aconteceu nenhum terremoto e a fé popular atribuiu o que chamou de milagre ao Cristo a quem deram o nome de “Senhor dos Tremores”. Olhando para a imagem, Ernesto percebe que o Crucificado estava enegrecido atrás de um grande número de velas acesas ao seu redor; sentiu também que o silêncio daquele lugar não trazia paz, ao contrário fazia sofrer a quem o olhasse. Arguedas nos leva a refletir que o alarido, os gritos que o povo solta na procissão da Páscoa, quando a imagem é levada pelas ruas de Cuzco, ao voltar para dentro da catedral, continua semelhante ao que acontecia quando o povo contemplava o Inca em determinadas festividades no tempo do império no mesmo lugar.

Quando estão saindo da cidade, avistam a fortaleza de Sacsayhuaman conhecida como uma das obras mais soberbas dos incas para mostrar seu poder e sua majestade (1995, p.170). Sua construção fora planejada por Pachakutec, iniciada pelo Inca Túpac Yupanqui e concluída por Huayna Cápac, segundo anotações de estudiosos, como o próprio Arguedas. Como todas as construções incaicas de Cuzco, a fortaleza também era rodeada de lendas. Ernesto notou umas aves negras, menores que o condor, voando sobre Sacsayhuaman e perguntou ao pai sobre elas. Ele lhe respondeu que sempre estariam ali, que “sacsay huaman” quer dizer “águia repleta” e que

elas não necessitavam comer porque eram as águias da fortaleza que voavam sobre ela, que não morriam e que chegariam – como a fortaleza e o muro do Inca Roca – ao juízo final. Mesmo com os espanhóis usando as pedras dessa fortaleza para construir suas casas, não conseguiram destruí-la: até hoje ela continua sendo o local de realização das festividades que tem sua origem ainda no império dos incas.

Como seu personagem Ernesto, José María Arguedas recria, em seus textos, algumas vivências em que vemos sua forma de pensar que se constrói entre as “verdades” do catolicismo colonizador e o animismo indígena. O escritor que nasce deste cruzamento decide que quer ser intérprete do mundo andino, mas partindo da perspectiva deste mesmo mundo, ou seja, tomando como referência a cosmogonia do homem andino, do universo mítico e simbólico dos incas. Para Ernesto, entrar em Cuzco, conhecer a cidade sagrada dos incas era como chegar a uma espécie de Jerusalém mítica, um paraíso que poria fim aos sofrimentos, à miséria como sempre dizia seu pai.

Na realidade, Cuzco era uma capital política, mas também uma metrópole religiosa, porque o poder que sediava tinha origem sagrada: os Incas eram descendentes dos filhos do deus Sol, Manco Cápac e Mama Ocllo. Era em Cuzco que os deuses se manifestavam aos homens através do imperador, que era seu filho eleito e através de quem o deus se fazia visível. Cuzco não era apenas a capital econômica do império inca, ela era também uma cidade sagrada e sua sacralidade contagiava a todos que nela habitavam ou que por ela passassem. A forma da cidade original apresentava a forma de um puma: a fortaleza de Sacsayhuaman seria a cabeça, a confluência dos dois rios que cortam a cidade seria a cauda e o coração seria o Coricancha.

Como Cusco, as cidades, que formavam a organização do Império construído pelos incas no chamado Vale Sagrado, eram elaboradas a partir de realizações arquitetônicas que tinham a função de materializar o sagrado. Para o povo incaico, sua história articula de forma coerente os mitos de origem e as atitudes humanas com a intenção de legitimar, perante os outros povos, a realidade inquestionável de sua origem divina e, por isso, a superioridade do modelo de organização sócio-política e religiosa que desenvolveram.

Com a chegada dos espanhóis, a capital passou a ser Lima. Mesmo com a mudança, os descendentes dos incas continuaram a entender Cuzco como sua capital, como lugar sagrado de sua formação enquanto um povo.

NOTAS

- ¹ Parte do texto da Tese de Doutorado da Profª. Vera Lucia Teixeira Kauss, defendida em 2002.
- ² Professora Doutora em Literatura Comparada pela UFRJ, lecionando, atualmente, na Universidade do Grande Rio-UNIGRANRIO.

BIBLIOGRAFIA:

- ARGUEDAS, José María. **Los rios profundos**. Ed. de Ricardo González Vigil. Madrid: Cátedra, 1995.
- BELLINI, Giuseppe. Función del símbolo en *Los rios profundos* de J. M Arguedas. In: **ANTHROPOS Revista de Documentación Científica de la Cultura**. Suplemento Anthropos nº 31 – marzo de 1992 – Antologías temáticas, pp. 53-56.
- FAVRE, Henri. **A civilização inca**. Trad. Maria Julia Goldwasser. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- GEBRAN, Philomena. **América Antiga**. São Paulo: Mar Aberto, 1992, pp. 7-33.
- RAMA, Angel. **Transculturación narrativa em América Latina**. México, Siglo XXI, 1982.
- ROVIRA, José Carlos. Sobre el Perú, el indigenismo y la novela. In: **ANTHROPOS Revista de Documentación Científica de la Cultura**. Suplemento Anthropos nº 31 – marzo de 1992 – Antologías temáticas, pp. 15-20.
- SALASAR, Fernando E. Elorrieta e SALASAR, Edgar Elorrieta. **El vale sagrado de los incas: mitos y símbolos**. Cusco-Peru: Sociedad Pacaritanpu, 1996.

ABSTRACT:

In this paper, we found the city of Cuzco by the amazed eyes of a teenager who sees it for the first time. He knows it as the capital of the Inca Empire, and upon contact with the visible side of that moment in history, the mythical side overlaps the real: the stones of the wall of the palace of Inca Roca walk the tolling of the cathedral bell Maria Angola, leads him to observe the Andean lakes, the amarus turning into bulls - striking symbols of the Spanish ... Anyway, the look of the city that casts Ernesto, main character arguediano this novel, presents, so mythical, a city that, for most of the indigenous population, remains the sacred capital, even after desecrated by European conquerors.

Keywords: Memory, José María Arguedas, Myths

Normas Editorias

O autor do trabalho deve indicar seu nome completo, título acadêmico e vinculação institucional, bem como endereço completo para correspondência.

Os trabalhos devem ser enviados em disquete, CD, Pendrive, acompanhado de cópia impressa em papel.

O resumo e o abstract devem ter no máximo 10 linhas e vir acompanhados de 3 palavras=chaves/keywords.

Os artigos devem ter extensão máxima de 65 mil caracteres, digitados na fonte *Times New Roman* 12, com espaço 1,5 e margens de 2,5 cm.

Os destaques feitas no corpo do texto deverão ser feitos com aspas simples.

As palavras e expressões escritas em língua diferente daquela escolhida pelo autor deverão aparecer em itálico, bem como os títulos de livros, revistas, jornais, instituições, etc.

As citações até três (3) linhas deverão ser feitas no corpo do texto, com aspas duplas. As citações que ultrapassarem três (3) linhas deverão ser transcritas com recuo no texto, sem aspas.

Os destaques feitos pelo autor nas citações deverão ser indicados em negrito.

Os artigos devem ser acompanhados de resumos (em português e inglês), com, aproximadamente, dez linhas e de cinco (5) palavras-chave (em português e inglês).

Os originais podem ser remetidos em português, inglês, francês, espanhol ou italiano.

As resenhas críticas devem ter extensão máxima de 10 mil caracteres, digitados na fonte *Times New Roman* 12, com espaço 1,5 e margens de 2,5 cm. As notas devem ser colocadas ao final da resenha.

Todas as notas devem ser colocadas ao final do texto antes da bibliografia.

A bibliografia deve ter a seguinte apresentação:

Nome e SOBRENOME. Título do livro em itálico: subtítulo. Tradução, edição, cidade: Editora, ano, p. ou pp.

Nome e SOBRENOME. Título do capítulo ou parte do livro. In: Título do livro em itálico. Tradução, edição, cidade: Editora, ano, p. ou pp.

Nome e SOBRENOME. Título do Artigo entre aspas. Título do Periódico em itálico. Cidade: Editora, vol., fascículo, ano, p. ou pp.

Admitem-se as referências *Id. ibidem* e *Op. cit.*, segundo as normas em utilização.

Todos os trabalhos serão submetidos a dois pareceristas. Os autores serão notificados da aceitação ou não dos respectivos trabalhos. O material remetido não será devolvido pela revista. Os trabalhos não aceitos estarão à disposição dos autores pelo prazo de seis meses, a contar da emissão do parecer.

Todos os artigos encaminhados fora destas normas serão enviados ao autor para as adaptações necessárias.

São automaticamente cedidos à revista os direitos autorais sobre os originais e traduções por ela publicados. Os dados e conceitos abordados nos artigos e resenhas são da exclusiva responsabilidade do autor.

Cada autor receberá gratuitamente cinco exemplares do número da revista que contenha seu artigo.